



Departamento de Antropologia

Modelos de Intervenção no Apoio ao Imigrante em Portugal –
Um estudo de caso

Raquel Santos

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia
Especialidade Globalizações, Migrações e Multiculturalismo

Orientador:
Doutor Lorenzo Bordonaro, Investigador Pós-doutorado,
ISCTE-IUL

Outubro, 2011

Agradecimentos

Quero agradecer à APAV/UAVIDRE por me ter recebido e possibilitado a recolha dos dados e informações. Quero enviar um abraço de gratidão ao Dr. Rui Cortez que se tornou um bom amigo e à gestora, assessores, TAV e utentes UAVIDRE que amavelmente se disponibilizaram a participar no estudo. Aos meus colegas de trabalho, principalmente ao Luís Teixeira.

Quero também agradecer ao meu orientador o Doutor Lorenzo Bordonaro, que estimulou o meu pensamento crítico ao longo de todo trabalho.

Não podia deixar de agradecer ao senhor Gil Ferreira pela sua prontidão em me esclarecer dúvidas sobre a dissertação.

À Diana e Tânia com quem tenho o prazer de partilhar casa.

À minha carinhosa mãe e avó ti Mari Zé que sempre apoiaram as minhas escolhas. Ao Christian Friedrich, que me rouba o sorriso todos os dias. Aos meus queridos amigos, Teresinha da Preta, Pedro Pina, Paulo Ricardo, Sofia Roque, Teresa Silva, Cláudio Marques, Pietro Tessadori, obrigada por fazerem parte da minha vida.

A todos o meu bem-haja.

Resumo

Assistimos em Portugal a um crescimento do mercado da ajuda, sendo os serviços cada vez mais especializados. Um novo nicho desse sector é hoje dirigido aos migrantes: instituições públicas, privadas e associações têm vindo a desenvolver projectos de intervenção no âmbito do apoio e inserção dos imigrantes.

Este estudo pretende analisar criticamente estes modelos de intervenção. Para tal tomamos como estudo de caso a UVIDRE, a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

Neste trabalho serão identificadas as estratégias e os constrangimentos sentidos pelos técnicos que trabalham nesta instituição. Serão também analisados os percursos migratórios e os episódios de vitimização dos utentes da UVIDRE, bem como a sua percepção e avaliação da intervenção e dos serviços prestados dentro da instituição.

Palavras-chave: Migração; vítimas de crime; instituições de apoio (UVIDRE/APAV), modelos de intervenção.

Abstract

Portugal is facing a growth in ‘the market of help’, as services are increasingly more specialized. A new niche in this sector is now aimed at migrants: public and private institutions and associations have been developing projects of intervention with regard to support and integration of immigrants.

This study aims to critically examine these models of intervention. We have therefore considered the case study of UVIDRE, the Support Unit for Immigrant Victims of Racial and Ethnic Discrimination of APAV, the Portuguese Association for Victim Support.

This work will identify the strategies and constraints experienced by technicians working in this institution. It will also analyse the migrant backgrounds and the cases of victimisation of the users of UVIDRE, as well as their perception and evaluation of interventions and services within the institution.

Keywords: Migration; victims of crime; support institutions (UVIDRE / APAV); intervention models.

Introdução	1
CAPÍTULO 1	5
Globalização e imigração em Portugal	5
1.1 - Globalização e Migrações: os novos cosmopolitas	5
1.2- Imigração em Portugal: Principais características da imigração em Portugal	6
1.2.1 - As quatro fases da imigração africana	8
1.2.2-Perfil da imigração brasileira	9
1.2.3- A comunidade chinesa	10
1.2.4- A imigração da Europa do leste (ucranianos, russos, romenos e moldavos)	11
1.2.5 - Síntese das principais características dos fluxos migratórios da Índia	13
1.3 - Categorias de imigrantes	14
1.4 – Evolução das políticas de imigração em Portugal	15
1.4.1-Imigrar actualmente para Portugal/ EU	19
Capítulo 2	25
O migrante, o sector da ajuda em Portugal, e a UAVIDRE	25
2.1 - O migrante e o sector da ajuda	25
2.2 - Evolução do Sector de Ajuda ao imigrante em Portugal	29
2.2.1 - O emergir do apoio à vítima	35
2.3- Caracterização da Instituição de acolhimento: APAV/UAVIDRE:	38
2.3.1 – UAVIDRE: Projectos e parcerias	40
2.3.1.2 – UAVIDRE e as associações de imigrantes	41
Capítulo 3	43
A UAVIDRE: os técnicos, a formação e o modelo de apoio	43
3.1 Colaboradores UAVIDRE/ APAV: percursos, competências e formação	43
3.1.1 - Formação inicial	46
3.1.2 - Formação especializada: Área Social	47
3.1.3 - Formação UAVIDRE	48
3.2 - UAVIDRE: Procedimentos e tipos de apoio	50
3.2.1 - Atendimento	50
3.2.2- Modelos de intervenção:	53
3.2.2.1 - Apoio jurídico	54
3.2.2.2 - Apoio social	56

3.2.2.3 Apoio psicológico	57
3.3 - TAV UAVIDRE: motivações e dificuldades	58
Capítulo 4	61
A UAVIDRE através dos olhos das utentes	61
4.1 Utente UAVIDRE	61
4.2 - A experiência migratória	62
4.3 - Irregularidade, vulnerabilidade, violência e género	67
4.4- O contacto com a APAV/UAVIDRE	71
4.4.1 - A percepção dos utentes	73
Conclusão	81
Fontes	87
Referências bibliográficas	89
ANEXOS	93
A. Guiões de Entrevista – Gestora/ assessores, técnicos e utentes	94
B. Entrevistas a Gestora/ assessores, técnicos de Apoio UAVIDRE	96
C. Entrevistas a utentes UAVIDRE	141

Glossário de Siglas:

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)
Centros de Apoio ao Imigrante (CNAI)
Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAII)
Centro de Instalação Temporária (CIT)
Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC)
Conselho Consultivo para os assuntos da imigração (COCAI)
Conservatória dos Registos Centrais (CRC)
Ministério da Educação (M.E.)
Conselho Português para os Refugiados (CPR)
Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV)
Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa (GEBALIS)
Guarda Nacional Republicana (GNR)
Ministério da Saúde (M.S.)
Observatório da Imigração (OI)
Organizações não Governamentais (ONG)
Organização Internacional para as Migrações (OIM)
Polícia de Segurança Pública (PSP)
Programa de Estágios de Jovens do Ensino Superior nas Empresas (PEJENE)
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
Segurança Social (SS)
Serviço Telefónico de Tradução (STT)
Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS)
Técnicos de Apoio à Vítima (TAV)
Unidade para Inserção na Vida Activa (UNIVA)
UAVIDRE (Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica)
União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)

Introdução

Portugal é um país de tradição emigratória. Todavia, de forma gradual, transformou-se num país suficientemente atractivo, tornando-se receptor de fluxos de imigração que tendem a crescer e a se diversificar. As respostas do Estado português aos desafios da imigração passam por legislar a imigração e os fenómenos a esta intrínsecos e pela implementação de projectos de intervenção que visam facilitar em teoria a inserção dos migrantes na sociedade portuguesa.

As políticas de imigração portuguesas, à semelhança do que acontece na União Europeia, visam seleccionar o perfil e o número de imigrantes que entram em território nacional. Segundo o discurso oficial, as políticas de imigração têm como principais objectivos o combate aos fluxos irregulares e ao tráfico humano, e uma maior e melhor integração dos imigrantes. Para tal, o Estado português e as suas instituições – que actuam na área das migrações, solidariedade e segurança – têm trabalhado com diversas ONG, para uma maior eficácia na concretização desses objectivos. Para dar resposta aos desafios de uma sociedade plural, o Estado português criou inúmeros serviços e programas, que visam uma integração eficaz da população imigrante. As instituições competentes na área das migrações têm como finalidade fazer a ponte entre a população imigrante e as instituições do país acolhedor e a comunidade autóctone, e há em geral cada vez mais instituições não governamentais vocacionadas para gerir o fenómeno da imigração.

Todavia, existem vozes discordantes que sugerem que os programas de apoio ao imigrante são formas eficazes e sofisticadas de conhecer, vigiar e disciplinar os sujeitos migrantes. Isto, porque determinados grupos, como os imigrantes, são considerados grupos de risco e por isso necessitam de ser administrados para não constituírem perigo para estabilidade da sociedade acolhedora: “Os imigrantes são considerados como um grupo de contágio, com higiene insatisfatória, moralmente ambíguo ou desviante, portador de desordem social e de doenças ‘exóticas’, ‘infecciosas’, ‘estranhas’” (Pussetti, 2009:31).

Desde da década de 90 que se tem observado uma proliferação de instituições de apoio ao imigrante em áreas diversificadas como a saúde, crime, educação, emprego, entre outras. “A intensificação dos fluxos migratórios” (para Portugal) “fez emergir dimensões novas e anteriormente desconhecidas em serviços ditos de cuidados (‘care’)” (Carneiro, 2009:11). Contudo, no estudo, “Migrantes e saúde – a construção de competência cultural” Chiara Pussetti, constatou que “na maior parte dos casos os serviços vocacionados para as populações migrantes não representam um espaço de escuta e de reconhecimento do outro” (Pussetti, 2009:16). Embora, haja

uma expansão de serviços que prestam apoio ao imigrante, muitos deles não vão ao encontro das expectativas e necessidades dos sujeitos migrantes. Os programas são construídos de acordo com os padrões e condutas da sociedade acolhedora, ou seja, os principais beneficiários desempenham um papel secundário. Os programas continuam a ter uma vertente assimilacionista subjacente, as intervenções sejam elas educativas, terapêuticas, sociais ou outras baseiam-se em problemáticas, conceitos e categorias pré-definidas pelos técnicos ou especialistas, não há espaço efectivo para a perspectiva individual dos migrantes. Muitos projectos visam contribuir para o ajustamento social dos sujeitos migrantes ao contexto acolhedor, isto é, molda-los e disciplina-los para que sejam integrados na sociedade porque de outra forma são considerados disfuncionais ou ameaças. Ainda no mesmo estudo, Pussetti (2009) alerta para a necessidade de desenvolver a “competência cultural” dos serviços que trabalham com a comunidade migrante, ou seja, é essencial os técnicos terem sensibilidade e compreenderem o “Mundo” dos migrantes a partir dos mesmos.

Neste trabalho pretende-se analisar criticamente o(s) modelo(s) de intervenção no apoio ao imigrante em Portugal, visando compreender – através de um estudo de caso – as directrizes e procedimentos que regem o processo de atendimento e/ou acompanhamento dos utentes. Visa-se identificar estratégias e constrangimentos sentidos pelos técnicos que trabalham com a problemática. Outro objectivo é conhecer o percurso migratório dos utentes e sua avaliação da intervenção e dos serviços prestados dentro da instituição. Para tal, como estudo de caso, tomamos como objecto de estudo a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), nomeadamente a UAVIDRE (Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica).

No primeiro capítulo caracterizou-se a imigração contemporânea em Portugal, focando de forma específica os grupos maioritários, designadamente, dos PALOP, Brasil, Europa do Leste (russos, ucranianos e romenos) e Chineses. Realizou-se também uma breve análise histórica da evolução das políticas de imigração em Portugal.

No segundo capítulo realizou-se uma breve descrição das instituições públicas e Organizações não Governamentais (ONG) mais activas no apoio ao imigrante em Portugal. Analisou-se o sector de apoio à vítima imigrante em Portugal focando um estudo de caso: a APAV/UAVIDRE. Efectuou-se um mapeamento dos principais projectos e parcerias da instituição.

No terceiro capítulo traçou-se o perfil e o percurso dos colaboradores da UAVIDRE, nomeadamente as competências pessoais, académicas e profissionais. Procurou-se compreender o funcionamento do processo de recrutamento, selecção e a formação para ficarem aptos a desempenharem a função de TAV (Técnicos de apoio à vítima); conhecer os procedimentos e tipos de apoio prestando assim como a visão e o discurso dos TAV sobre a problemática específica com a qual trabalham, as motivações e dificuldades.

No quarto capítulo procurou-se conhecer o perfil dos utentes da UVIDRE; o seu percurso migratório; expectativas e avaliação dos serviços e apoios prestados pela instituição.

Ao longo da investigação efectuou-se uma análise da bibliografia relacionada com o tema em análise, nomeadamente na área das migrações e da evolução e do crescimento do mercado do apoio ao imigrante em Portugal. Seguidamente procedeu-se a uma análise da documentação produzida e facultada pela UVIDRE, visando analisar os conceitos que são utilizados pelos técnicos na construção dos modelos de intervenção e na prática do atendimento.

Durante os catorze meses de trabalho de campo recorreu-se aos métodos qualitativos, designadamente ao método etnográfico. Realizou-se observação participante: percorri o percurso de uma técnica de apoio à vítima imigrante, nomeadamente assisti e efectuei atendimentos a utentes da UVIDRE, participei em seminários, acções de formação, projectos em acção na unidade de apoio, reuniões de equipa. Realizei entrevistas semi-estruturadas aos principais interlocutores, nomeadamente às gestoras, aos assessores e técnicos de apoio à vítima imigrante – remunerados e voluntários – e às utentes da UVIDRE.

Foram seleccionados aleatoriamente dez utentes da UVIDRE, cinco das quais tinham sido institucionalizadas durante um período em centros de acolhimento, com o objectivo de conhecer o seu percurso, nomeadamente o que os levou até à UVIDRE, como decorreu o processo de atendimento e como prosseguiram o seu caminho. Tentou-se compreender o impacto que o apoio teve nas suas vidas e conhecer a percepção que os ex-utentes têm do trabalho levado a cabo pela instituição/unidade, especialmente dos procedimentos e modelos de intervenção.

Acresce dizer que durante quatro anos, primeiro como voluntária e depois como monitora, tive oportunidade de interagir com colegas, técnicos e utentes de um Centro de acolhimento, o que me permitiu conhecer a dinâmica de uma Casa Abrigo. Por um lado pude conhecer os tipos de apoio e intervenção utilizados pela equipa técnica e auxiliar e por outro, através do acompanhamento das utentes – principalmente quando me procuravam para desabafar e ter apoio emocional, como também através de longas conversas informais nos muitos serões que partilhamos – tive oportunidade de conhecer as suas histórias de vida, os episódios de vitimação que as levaram a pedir ajuda e a serem institucionalizadas e todo o processo de apoio e autonomização. O que também permitiu conhecer as suas perspectivas em relação à sua vitimação, ao apoio que receberam e perspectivas em relação ao futuro. Durante a investigação tentei levar a cabo um exercício de reflexividade (*vide* Davies, 2003) visto colaborar anteriormente com a instituição.

CAPÍTULO 1

Globalização e imigração em Portugal

1.1 - Globalização e Migrações: os novos cosmopolitas

O acto de migrar é intrínseco à evolução do Homem e está ligado à conjunção de um ou mais factores – necessidade económica, conflitos de ordem étnica ou religiosa, guerras civis, calamidades de ordem natural ou simplesmente vontade de conhecer e interagir com novas culturas. Segundo Martine, no “atual momento histórico (...) a globalização é o principal fator que ativa os movimentos migratórios entre países e determina seus contornos” (Martine, 2005:8).

A globalização “coloca tantos desafios como oportunidades” (Martine, 2005:4): o processo interliga o Mundo e abarca campos tão vastos como a economia, o social, o cultural e o político. O progresso das novas tecnologias e de mais e melhores vias de comunicação amplifica e desafia os mercados a irem mais além, aumenta os fluxos de pessoas, bens, serviços e conhecimento. (Potocnik, 2006). Todavia, Martine (2005) refere que o “‘Mundo sem fronteiras’ é parte da definição da globalização, mas não se aplica ao movimento de pessoas” (Martine, 2005:8). Da mesma forma, para Miguel Neves (2009) “na dinâmica da globalização a lógica das fronteiras abertas e porosas aplica-se aos bens, serviços e capitais, mas não às pessoas” (Neves, 2009:235). “A migração é limitada e restrita dentro do contexto atual. (...) o estímulo massivo pela globalização, não é acompanhado por um aumento correspondente de oportunidades porque os países que atraem migrantes bloqueiam sistematicamente sua entrada”(Martine, 2005:8).

A globalização incrementa assim assimetrias a nível “de riqueza, de rendimentos e de poder entre países” (Neves, 2009:236) porque “tem sido um processo ilusoriamente positivo que somente tem favorecido as grandes potências económicas na relação que estabelece com os restantes países” (Pité, 2004:65).

Cria-se a ilusão de que os vários países soberanos são países igualitários – nomeadamente a União Europeia – na busca do desenvolvimento e do bem-estar (...) Porém, os mais fortes (...) arrumam as coisas à sua maneira, promulgam seus valores como sendo universais, consultam seus aliados quando isso lhes interessa, usam a força para defender seus interesses (...) (Martine, 2005:6)

Os jogos de poder que Martine refere são observáveis em diversas ocasiões desde a mediação de conflitos internacionais, à política de imigração comum.

A gestão das fronteiras é legitimada pela necessidade de atenuar os efeitos negativos subjacentes ao processo da globalização, nomeadamente dos fluxos migratórios, que transportam consigo perigos como “a expansão das ameaças difusas não-militares (terrorismo internacional, tráfico de armas, de droga, de pessoas e outra criminalidade organizada) que gera uma crescente insegurança” (Neves, 2009:236).

A globalização fomenta e transforma o processo migratório, por exemplo cada vez mais há a possibilidade de se viajar de forma rápida e económica, com o benefício de as novas tecnologias e instrumentos de comunicação facilitarem o contacto com o país de origem a custos mais acessíveis. Todas estas comodidades permitiram que o “horizonte” dos migrantes fosse “o Mundo” (Martine, 2005: 3). A globalização e o alargamento das redes sociais permitem que cada vez mais as populações migratórias se desloquem por diferentes contextos – por exemplo países – vão criando e desfazendo laços, adquirindo experiências, transformam-se, fruto das suas vivências, estes imigrantes devem ser vistos como novos cosmopolitas (Appadurai, 2004). Porém, os migrantes passam por um processo de adaptação à sociedade acolhedora, que pode ser stressante por um conjunto de factores: “problemas de comunicação” por não dominarem a língua do contexto de acolhimento; podem sofrer “discriminação social e racial”; (...) podem ser “tratados como cidadãos de segunda”; ser (...) “perseguidos e maltratados por xenófobos” ou podem ainda sofrer perda “de identidade e de referencial afetivo” (Martine, 2005:16). Os meios de comunicação têm um papel importante ao minimizarem eventuais perdas de identidade “nacionais e locais, étnicas e religiosas” (...) (Martine, 2005:16) e de referencial afectivo porque possibilitam um contacto frequente com os familiares e amigos.

1.2- Imigração em Portugal: Principais características da imigração em Portugal

A imigração em Portugal é um fenómeno relativamente recente, que se iniciou com a descolonização e aumentou com a entrada de Portugal para a CEE em 1986 (Sousa, 2003: 21-22). Os fluxos migratórios para Portugal apresentam diferentes perfis e motivações: por um lado são intrínsecos a um passado colonial – a laços históricos e culturais – por outro também são resultado de factores de repulsão¹ e atracção².

¹ Uma “área de repulsão” consiste numa região que por motivos socioeconómicos – crises económicas, instabilidade sociopolítica, guerras, perseguições de ordem étnica, política e/ou religiosa – ou catástrofes naturais, conduzem “ao afastamento de populações para outras áreas” (Pité, 2004:15).

As primeiras vagas imigratórias foram provenientes de países lusófonos, designadamente dos PALOP e do Brasil, porém a partir de 2001 houve uma transformação, Portugal iniciou a ser receptor de fluxos migratórios procedentes dos países do leste europeu. A mudança de origem dos fluxos migratórios foi um fenómeno inesperado, porque ao contrário das vagas anteriores, estes países não tinham qualquer laço histórico, cultural ou comercial com Portugal (Baganha, Marques, Góis, 2004: 96-97). “Portugal não estava preparado para” a enorme vaga de migração do leste europeu e esta acarretou inúmeros “desafios em termos linguísticos e religiosos” (Duarte, 2005:58).

Embora os factores socioculturais – vínculos históricos e culturais – tenham desempenhado um papel relevante no processo migratório, foram sempre as forças de mercado que tiveram um papel preponderante na regulação dos fluxos migratórios. Nos períodos de maior demanda de mão-de-obra o Estado Português facilitou a entrada e permanência no território nacional. Um dos casos mais flagrantes ocorreu na década de 90, onde houve um período de regulação extra – por tempo indefinido – para estrangeiros que possuíssem um contrato de trabalho. Porém, na viragem do século, Portugal foi abalado por uma crise económica que persiste até aos nossos dias. Esta conjuntura levou o Governo a assumir uma postura mais “proteccionista” na gestão dos fluxos migratórios. O Estado português decidiu adoptar medidas mais rígidas na entrada e permanência de estrangeiros em Portugal com o objectivo de travar a entrada de imigrantes que, segundo o Governo, iriam maioritariamente ficar numa situação irregular. Este argumento está patente no Programa do XV Governo Constitucional para a área da imigração:

Considerando que os recursos nacionais são escassos, não se pode adoptar uma política de “porta aberta”. O Estado deve, pois, ser rigoroso, responsável e solidário. Só assim teremos capacidade para assegurar aos que nos procuram um nível de vida digno. Recebermos aqueles que procuram uma existência melhor para depois negar-lhes o mínimo indispensável a essa existência é seguir um caminho equívoco que claramente rejeitamos. (Duarte, 2005:19)

Em Portugal há cinco comunidades com maior presença, designadamente, provenientes dos países africanos de expressão portuguesa, do Brasil, da China, da Índia e dos países do leste europeu, cada grupo apresenta um conjunto de especificidades.

²Uma “área de atracção” consiste numa região que por motivos socioeconómicos – onde haja uma economia próspera, estabilidade sociopolítica, onde não existam conflitos – favorecem “a fixação de populações oriundas de diversos pontos geográficos” (Pité, 2004:15) que procuram nestas áreas de atracção melhores condições de vida, através do acesso ao trabalho – com maiores salários – à educação e à saúde.

1.2.1 - As quatro fases da imigração africana

A primeira vaga de imigração africana teve uma natureza predominantemente laboral e pouco diversificada. A guerra colonial e a alta taxa de emigração dos portugueses para a França e Alemanha – entre 1960 e 1973 – fez com que Portugal ficasse sem menos 900 mil potenciais trabalhadores. Em função de colmatar a falta de mão-de-obra, o governo tomou medidas, promovendo e facilitando a vinda de mão-de-obra das antigas colónias, em especial de Cabo Verde. Estes imigrantes fixaram-se principalmente na região de Lisboa, margem sul do Tejo e na região do Algarve e ocuparam cargos na construção civil e obras públicas, nomeadamente, na construção do Metro de Lisboa (Góis, 2008; Machado, 2009).

Portugal (...) iniciou uma política activa recrutando trabalhadores no interior do seu império colonial para suprir necessidades de mão-de-obra “na metrópole”. (...) Grupos dispersos e relativamente pequenos de migrantes cabo-verdianos foram-se instalar noutras áreas geográficas. O Algarve, que se começa a desenvolver turisticamente nesta época, foi um dos locais de atracção sendo que, também neste caso, a inserção laboral ocorreu igualmente no sector da construção civil e obras públicas. O governo e as empresas portuguesas começaram a incentivar igualmente a imigração de trabalhadores cabo-verdianos para algumas fábricas da margem sul do Tejo e para o sector mineiro (Góis, 2008: 12-13)

A segunda vaga de imigração ocorreu entre 1975 e fins dos anos 80 provocada por convulsões sociopolíticas – nomeadamente guerras civis – consequentes da independência das colónias portuguesas. Este fluxo migratório foi mais diversificado porque procedeu das cinco ex-colónias. No decurso da descolonização os fluxos migratórios aconteceram principalmente por motivos políticos, profissionais e processos de reagrupamento familiar (Machado, 2009:136-137). Esta vaga migratória despontou de forma abrupta e desordenada originada pela transferência de controlo administrativo das colónias e não por forças do mercado porque durante este período Portugal foi atingido severamente pelo desemprego (Baganha, Ferrão, Malheiros, 1999:148).

A terceira vaga de imigração oriunda dos PALOP’S aconteceu nos finais dos anos 80, tendo um carácter laboral. Portugal entrou em 1986 para a União Europeia, dando origem a um grande crescimento a nível económico, nessa altura apostou-se muito na construção de mais e melhores vias de comunicação e infra-estruturas. O intenso investimento em obras públicas aumentou a necessidade de mão-de-obra. Os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes eram em áreas que os autóctones recusavam exercer, nomeadamente, os homens na construção civil e as mulheres empregadas de limpeza (Sousa, 2003: 21). Estes fluxos migratórios foram motivados pela falta de perspectivas nos países de origem a nível económico, mas também como fuga a cenários de guerra.

A quarta vaga de imigração prolonga-se até aos nossos dias e ao contrário da primeira e terceira vagas, mais do que laboral tem um carácter de reagrupamento familiar.

1.2.2-Perfil da imigração brasileira

O fenómeno migratório brasileiro para Portugal iniciou-se de forma moderada nos anos 80 e massificou-se durante os anos 90. A crise económica no Brasil nos anos 80 atingiu sobretudo a classe média, o que levou à imigração de grandes distâncias de pessoas semi-qualificadas e qualificadas – no ramo da medicina dentária e publicidade – no entanto, desempenharam maioritariamente funções não qualificadas, sendo as principais actividades: serviços domésticos, serviços de segurança, comércio – atendimento ao público, restauração – indústria intensiva em mão-de-obra sobretudo feminina e outras actividades informais. Na década de 90, a imigração em cadeia fez surgir mão-de-obra desqualificada, a qual preencheu postos de trabalho na área da construção civil (Padilla, 2006).

As motivações que levam à escolha de Portugal como país de destino prendem-se com a partilha da língua portuguesa e com o aumento das redes sociais. Além disso, dada a existência de protocolos entre os Estados português e brasileiro, os imigrantes brasileiros têm facilidade em legalizarem-se evocando ancestralidade e assim obterem um passaporte português, com o qual podem movimentar-se livremente na Europa (Vianna, 2006).

A imagem que os portugueses possuem do Brasil é estereotipada – projectam sobre os brasileiros uma identidade fictícia, – corresponde sobretudo à imagem transmitida pelas novelas no passado, de um Brasil mestiço e mulato, das praias paradisíacas, passando pelo Carnaval, associados ao litoral do país (Machado, 2003a; Machado, 2003 b; Pontes, 2004).

Igor Machado (2003c) refere que a população migrante oriunda de classes sociais mais baixas foi absorvida pelo “Mercado da Alegria” – no atendimento ao público, restauração e entretenimento – as entidades empregadoras portuguesas compreenderam que a população brasileira podia ser uma mais-valia, devido aos estereótipos anteriormente referidos. Os brasileiros acederam a essa identidade fictícia para o mercado com os objectivos de auto-promoção e obtenção de lucro. Todavia, existe o reverso do “Mercado da Alegria”, as mulheres brasileiras sofrem o estigma de serem sexualmente depravadas e prostitutas e os homens são associados ao crime violento, vistos como vagabundos e burros (Machado, 2009:179). Em relação a isso, um dos acontecimentos que teve mais eco nos *media* nacionais e internacionais (apareceu na revista *Time*) foi o caso das “mães de Bragança”. Na cidade de Bragança, um grupo de mulheres, ao constatarem que os maridos frequentavam bares de alterne associados à prostituição praticada maioritariamente por mulheres de

nacionalidade brasileira, manifestaram o seu desagrado junto das autoridades exigindo a expulsão das prostitutas que se encontravam em situação irregular (Pontes, 2004: 247). Este episódio reforçou a ideia – a nível nacional – que toda a mulher brasileira imigrava com o objectivo de se prostituir ou conseguir ascender socialmente através de um bom casamento.

Se, por um lado, as queixosas eram associadas aos atributos femininos próprios da “Mãe”, por outro às brasileiras foram atribuídas as conotações de sua profissão: vida dissoluta, ganância, vaidade, sexualidade voraz e ameaçadora, corrupta da ordem social. (Pontes, 2004:247)

1.2.3- A comunidade chinesa

Houve três grandes vagas de imigração chinesa para Portugal, cada uma com diferentes motivações e características (Neves, 2009:240).

(...) diferenciam-se não apenas pela origem geográfica mas sobretudo pela língua, referências culturais e pela amplitude de contactos internacionais (...) (...) referências culturais distintas que se traduzem num grau diferente de conhecimento da cultura Ocidental (Neves, Rocha-Trindade, 2008:174).

A primeira vaga de imigração chinesa para Portugal aconteceu nos anos 70 durante o processo da descolonização. Este fluxo migratório teve como principal motivação escapar à instabilidade política sentida em Moçambique (Neves, 2009:240).

No contexto da auto-afirmação de Moçambique como país, as manifestações revolucionárias conduziram a várias nacionalizações, e desse modo, muitos bens da comunidade chinesa foram confiscados, e os seus espaços associativos de convívio como escolas, restaurantes e outros foram desactivados (Matias, 2007:55).

A comunidade chinesa proveniente de Moçambique estava bastante familiarizada com a cultura portuguesa, nomeadamente com a língua portuguesa, derivado do facto de terem trabalhado em diversos sectores como o agrícola, administrativo, bancário e industrial, o que facilitou a sua integração na sociedade portuguesa (Matias, 2007:55).

A segunda vaga surgiu por volta dos anos 80, constituída por empresários da República Popular da China (RPC), os quais representam o grupo maioritário em Portugal. Esta vaga de imigração teve duas etapas e motivações distintas: a primeira nos anos 80 surgiu baseada em factores económicos e a existência de redes de apoio; a segunda etapa foi em meados dos anos 90 e

resultou da consciência do aumento de oportunidades a nível comercial, Portugal representava a oportunidade de entrada no mercado europeu.

(O) fluxo migratório (da primeira etapa) enquadra-se numa “imigração de necessidade” motivada pelas dificuldades económicas na RPC que escolheu Portugal (...) pela existência de laços familiares com emigrantes já radicados (Neves, Rocha-Trindade, 2008:175)

(...) a partir da segunda metade da década de 90, (os imigrantes chineses) enquadram-se numa “imigração de oportunidade” tirando partido do processo de integração da economia chinesa na economia mundial e que escolheu Portugal com base nas oportunidades de negócio (...) importa sublinhar que Portugal não é encarado de forma isolada, mas como parte integrante do mercado europeu (Neves, Rocha-Trindade, 2008:175).

A emigração é claramente encarada como um investimento da região e da própria China que os vê (aos empresários migrantes) como instrumento decisivo na atracção de investimento externo e como canal preferencial no escoamento das exportações (Pereira, 2008:58).

A terceira vaga apareceu durante os anos 90, é constituída por empresários provenientes do triângulo do sul da China (Macau, Hong Kong e Taiwan), e foi provocada pela incerteza sobre o futuro político e económico destas regiões devido ao processo de transição da soberania para a China (Neves, 2009:240).

A maioria dos membros da comunidade chinesa trabalha por conta própria, são empresários no sector terciário – nomeadamente na área da hotelaria, restauração e comércio – contribuindo para o progresso económico do país de origem e acolhedor (Pereira, 2008:54). Em geral, “as empresas chinesas são tipicamente microempresas e pequenas empresas de cariz familiar” (Neves, 2009:242).

1.2.4- A imigração da Europa do leste (ucranianos, russos, romenos e moldavos)

Os fluxos migratórios provenientes dos países do leste para Portugal deveram-se a um conjunto de factores: a queda do Muro de Berlim, a desintegração da URSS e a entrada de Portugal para a União Europeia.

Os primeiros fluxos migratórios provenientes dos países do leste, nomeadamente, da Ucrânia, Moldávia, da Federação da Rússia, Bielorrússia, da Roménia, surgiram após a queda do Muro de Berlim em 1989 e foram maioritariamente constituídos por indivíduos pertencentes à esfera intelectual e com profissões liberais, como professores, artistas e desportistas (Tronenko, 2009:229).

Por volta do ano 2000 surgiu um súbito, intenso e curto fluxo de migrantes provenientes da Europa do leste em Portugal (Mendes, 2009:185). A forte vaga de imigração do leste foi intensificada pelos processos de desestruturação económica (Mendes, 2009:185) consequente da desagregação da URSS. Sem oportunidades de trabalho, muitos indivíduos decidiram imigrar para Portugal, entrando de forma irregular e/ou recorrendo a familiares ou conhecidos que já se encontravam no país (Tronenko, 2009:230). Este fluxo imigratório do leste foi constituído maioritariamente por indivíduos do género masculino e teve um forte cariz laboral, todavia gradualmente assumiu um carácter de reagrupamento familiar (Mendes, 2009:197). “A maioria conseguiu-se legalizar, aprender a língua portuguesa, reagrupar-se com as suas famílias e começar uma nova vida em Portugal” (Tronenko, 2009:230).

Existiram particularidades que foram decisivas para as comunidades do leste elegerem Portugal como destino, nomeadamente a “falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia; facilidade de movimento dentro do espaço Schengen; tráfico de pessoas a partir da Europa do leste, normalmente sob o disfarce de denominadas ‘agências de viagens’”. Estas disponibilizavam pacotes que tratavam de todos os detalhes do processo migratório que podia incluir a viagem – maioritariamente realizada via terrestre – os documentos, alojamento e trabalho (Baganha, Marques, Góis, 2004:98-99). “Aparentemente, o trabalho realizado por estas agências de viagens simplificava o processo migratório³ porque inicialmente a maioria dos migrantes do leste não possuíam redes de apoio em Portugal. (Mendes:2009:198). Outros factores relevantes no momento de decisão foram a grande procura de mão-de-obra no sector da construção civil e obras públicas, que se encontrava em franca expansão, a oportunidade de auferir um salário maior do que no país de origem e a regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes, aberta entre Janeiro e Novembro de 2001 (Baganha, Marques, Góis, 2004:98-99, 2009).

Embora grande parte da população imigrante do leste fosse qualificada – tendo finalizado ou frequentado o ensino superior – resignaram-se na sua maioria a executar trabalhos não qualificados. Os migrantes do género masculino ocuparam maioritariamente lugares na área da construção civil ou na indústria e do género feminino ocuparam maioritariamente lugares na área das limpezas, serviços e comércio (Mendes, 2009:192).

³ Alguns imigrantes provenientes do leste vivenciaram experiências negativas durante o percurso para Portugal porque “ organizações criminosas” localizavam-se em pontos estratégicos – nas estradas – para extorquir dinheiro aos migrantes, inclusive na chegada Portugal (Mendes, 2009: 203).

1.2.5 - Síntese das principais características dos fluxos migratórios da Índia

A ligação histórica e cultural de Portugal com a Índia deu-se com a expansão portuguesa, com a ocupação de diversos territórios, nomeadamente Goa, Damão e Diu. Foram dessas províncias que em 1961 surgiram os fluxos migratórios para Moçambique. Os migrantes indianos trabalharam maioritariamente no comércio – exportação/importação – e aperfeiçoaram grandes competências nesse sector atraindo clientela através da manutenção de boas relações inter-étnicas designadamente com africanos e portugueses (Bastos, 2009).

Inicialmente, o número de migrantes indianos em Portugal era reduzido, sendo essencialmente constituído por indivíduos da elite goesa, estudantes, médicos e advogados (Lourenço, 2009:4). Foi durante o processo de descolonização que ocorreu a primeira vaga de imigrantes indianos para Portugal, provenientes de Moçambique, de onde a maioria era natural. As razões que os levaram a partir para estão essencialmente ligadas à instabilidade sentida a nível sociopolítico na ex-colónia “após o 25 de Abril de 1974” (Ávila e Alves, 1993: 115).

A eleição de Portugal como país de destino está relacionada com familiaridade com a cultura e língua portuguesas. Outro factor atractivo para os crescentes fluxos migratórios foi a legislação portuguesa permitir que os sujeitos que nascessem nas ex-colónias portuguesas na Índia antes de 1961 pudessem solicitar um passaporte português (Ávila e Alves, 1993: 121). A população migrante indiana partilhava o mesmo nível de instrução, a maioria tinha a quarta classe ou pouco mais, sabia ler e escrever, o que facilitava a sua inserção na área do comércio, normalmente em estabelecimentos de família ou de amigos (Ávila e Alves, 1993: 120). A comunidade indiana tem uma longa tradição na área do comércio, sendo este o principal ramo de actividade (Ávila e Alves, 1993: 119). Em Portugal a comunidade indiana tem ocupado nichos muito específicos: ocuparam a área da restauração étnica, apostaram em lojas de telecomunicações e armazéns.

Durante a década de 90 ocorreu a segunda vaga de migrantes indianos para Portugal, composta maioritariamente por indivíduos de género masculino, apresentando um forte carácter laboral. Estes migrantes foram absorvidos pela área da construção civil (Lourenço, 2009:23). Todavia, alguns migrantes indianos entraram e legalizaram-se em Portugal, através de matrimónio com consortes de nacionalidade portuguesa ou ainda através de contratos de trabalho (Lourenço, 2009:23).

Embora haja tendência para os considerar como um grupo único devido às semelhanças físicas, existem no nosso país seis grupos: os católicos, os hindus, os islâmicos, os ismaelitas, os goeses e os Sikh. Estes diferenciam-se a nível cultural, sendo a religião o pilar base de cada

comunidade. (...) “a religião surge como principal elemento promotor da coesão e diferenciação entre as comunidades indianas” (Ávila, Alves, 1993:126).

1.3 - Categorias de imigrantes

A decisão de imigrar pode estar subjacente a uma panóplia de objectivos como por exemplo residir, trabalhar, estudar, realizar tratamentos médicos, reagrupamento familiar ou ainda por questões de segurança e humanitárias. Independentemente do propósito do imigrante o que interessa ao Estado do país acolhedor é que este não seja um fardo a nível socioeconómico, para tal, o imigrante terá que preencher um conjunto de requisitos, que varia consoante o visto que queira requerer.

Analicamente e com base na legislação europeia em matéria de migração distinguem-se várias categorias de imigrantes: o imigrante com a situação regularizada, o imigrante irregular ou o *overstaying*, e o requerente de asilo/ refugiado. Acresce dizer que os sujeitos podem durante o seu percurso migratório passar por mais que uma das categorias apresentadas.

Imigrante com a situação regularizada – É um sujeito que resida temporariamente ou permanentemente num país que não seja o seu, devido à conjugação de um ou mais factores, nomeadamente por razões económicas, conflitos de ordem étnica ou religiosa, guerras civis, calamidades de ordem natural. A legislação que regula a entrada e permanência de estrangeiros em Portugal tem variado ao longo do tempo e as condições de entrada e permanência dependem do estatuto que o imigrante pretenda adquirir. Porém, independentemente do estatuto que o imigrante pretenda, terá sempre que preencher uma série de critérios base, que podem ser considerados mais ou menos fixos: não fazer parte da lista no Sistema de Informação Schengen ou da lista nacional de indivíduos não admissíveis; provar que tem meios de subsistência; não constituir perigo para a segurança interna ou para as relações internacionais dos Estados Membros e / ou constituir ameaça para saúde pública.

Segundo a legislação – designadamente a Lei nº 23/2007 de 4 de Julho, artigo n.º 83 – os imigrantes – desde que tenham entrado e permanecido em Portugal legalmente – têm os mesmos direitos e deveres que um cidadão nacional: o direito à educação; ao exercício de uma actividade profissional como subordinado ou independente; direito à orientação ao aperfeiçoamento e à reciclagem profissional; ao acesso à saúde; ao acesso ao direito e aos tribunais. No que diz respeito aos direitos políticos dos imigrantes, nomeadamente o direito ao voto, a Constituição da República

Portuguesa designadamente o artigo 15.º possibilita que os estrangeiros em condições de reciprocidade possam exercer o direito de voto e o direito de serem eleitos (Duarte, 2005:244).

Imigrante irregular – É um indivíduo que de forma consciente passe a fronteira (terrestre, marítima, aérea) sem preencher os requisitos do país acolhedor, ou seja, sem reunir as condições mínimas de subsistência e/ ou um contrato de trabalho.

A população irregular encontra-se numa situação de maior vulnerabilidade já que não usufrui dos mesmos direitos que um imigrante ou um cidadão nacional, o que potencia a sua marginalização e precariedade (Baganha, Ferrão, Malheiros, 1999:168). Todavia, as crianças que se encontrem – como os seus progenitores – em situação irregular têm um estatuto especial porque têm (...) “acesso directo a cuidados de saúde, escolaridade obrigatória e todos os apoios sociais” (...) (Duarte, 2005:50).

Overstayer – É uma variante de imigrante irregular, embora entre de forma legal em território nacional, como o próprio nome indica permanece no país acolhedor após o prazo do seu visto expirar, ao não renová-lo porque não quer ou porque não reúne condições fica numa situação irregular. Alguns migrantes recorrem deliberadamente a vistos de curta duração como estratégia para entrar e permanecer no país de destino sem preencher os requisitos exigidos (Baganha, Ferrão, Malheiros, 1999:168).

Requerentes de Asilo/ refugiados – Segundo a convenção de Genebra em 1951, um indivíduo que tema ser perseguido em função da sua etnia, religião, nacionalidade ou das suas opiniões políticas pode requerer asilo noutro país. Porém, obter o estatuto de refugiado pode ser um processo moroso e extenuante caso haja indícios de manobras ardís. Durante o processo o requerente beneficia de apoio para despesas básicas, mas está condicionado, não pode trabalhar até lhe ser atribuído o estatuto de refugiado (Baganha, Ferrão, Malheiros, 1999:168).

1.4 – Evolução das políticas de imigração em Portugal

A descolonização desencadeou o retorno de não só um largo número de portugueses, como também dos seus descendentes com naturalidade e/ ou ancestralidade africana. Contudo, o Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de Julho, revogou o direito à nacionalidade portuguesa a uma parcela dos retornados de naturalidade e ancestralidade africana. Desta forma, ficámos perante uma comunidade imigrante, que alargou com o processo de reagrupamento familiar (Baganha, 2005: 31).

Com a entrada de Portugal para a CEE os investimentos em obras públicas aumentaram e por consequência houve uma crescente procura de mão-de-obra, que em conjunto com as redes de apoio, motivaram a vinda de familiares e conterrâneos das antigas colónias para Portugal. Os vistos de curta duração – turismo, estudo, motivos de saúde – eram comumente utilizados para entrar em território português. Foi esta vaga de imigração que originou um bloco de imigrantes irregulares e embora a situação fosse do conhecimento das entidades competentes, só em meados do anos 90 se iniciaram a tomar medidas de regulação dos fluxos migratórios. Baganha recorre à tese de Hammar para explicar a longa tolerância e inércia ao aparecimento e crescimento dos fluxos migratórios irregulares no país, “quando os fluxos não são vistos como uma ameaça basta uma ‘não política’” (Baganha, 2005: 32).

Na década de 90 houve uma maior procura de mão-de-obra porque se prolongou o investimento em obras públicas, nomeadamente, a ponte Vasco da Gama, da Expo 98 e os estádios para o Euro 2004. Durante esse período o governo possibilitou que qualquer imigrante detentor de um contrato de trabalho se legalizasse. Porém, a autorização de permanência devia ser revalidada anualmente consoante a apresentação de um contrato de trabalho válido. Um elevado número de indivíduos optaram por imigrar para Portugal aliciados pela oferta de trabalho e pelas aparentes facilidades do processo de legalização.

A primeira regulação dos fluxos migratórios para Portugal (Decreto-Lei nº212/92 de 12 de Outubro) concretizou-se anos após a entrada para a CEE e a subscrição do acordo de Schengen⁴ – que provocou transformações estruturais a nível jurídico no âmbito da imigração. Para que as medidas de regulação dos fluxos migratórios e combate à imigração irregular e tráfico humano fossem alcançáveis, os países signatários do acordo Schengen harmonizaram a legislação na área das migrações. A aplicação do Decreto-Lei nº 212/92 consistiu em realizar um processo de regulação extraordinário, privilegiando imigrantes procedentes dos PALOP e do Brasil, permitindo o reagrupamento familiar dos mesmos para depois aplicar medidas restritivas à entrada e

⁴O Acordo Schengen surgiu em 1985 pela mão da Alemanha, França, Bélgica, Luxemburgo e dos países baixos. Os países subscritores do Acordo suprimiram gradualmente as fronteiras internas em prol de uma única fronteira externa, que originou o espaço Schengen. No espaço Schengen as pessoas – que sejam oriundos dos países signatários ou que preencham um conjunto de requisitos – podem circular livremente. O Acordo Schengen sofreu algumas alterações e vários países juntaram -se à lista de membros, Portugal assinou o acordo em 1991, este entrou em vigor em Março de 1995. Todavia, o Acordo Schengen acabou por se alargar a todos os países da União Europeia – à excepção do Reino Unido e da Irlanda – foi integrado na legislação da U.E. em 1999 quando foi assinado o Tratado de Amesterdão. O Acordo Schengen também se estendeu a quatro países da Associação Europeia de Livre comércio (AELC), nomeadamente, Noruega, Islândia, Liechtenstein e Suíça.

permanência de população imigrante, com o intuito de controlar o número e o perfil dos imigrantes (Decreto – Lei nº59/93, de 3 de Março). Todavia, os imigrantes continuaram a requerer vistos de curta duração para entrar e permanecer no país e como consequência os fluxos de imigração irregular continuaram a crescer.

Acresce sublinhar que acordos como Schengen (1995) ou as cimeiras de Tampere (1999) e Sevilha (2002) “lançaram Portugal na agenda política europeia sobre imigração” (Santos, 2004:112). Estas cimeiras tiveram como objecto a problemática da imigração e o asilo na Europa (Santos, 2004:112).

Em Outubro de 1999 ocorreu a Cimeira de Tampere, que pretendeu fortalecer a eficácia das políticas de imigração reforçando os benefícios de uma política comum em matéria de imigração e asilo. O combate à imigração irregular continuou a ser uma prioridade, mas foi sugerida uma estratégia diferente, isto é, foi decidido auxiliar os países de origem dos fluxos migratórios no sentido de inverter as vagas de emigração. Esta cooperação pretendia promover a estabilidade política e/ou o apoio no desenvolvimento das regiões de origem dos fluxos migratórios. O raciocínio era simples: ao contribuírem para a diminuição dos factores de repulsão e aumentarem os factores de atracção promoveriam a fixação das populações autóctones, apacando os fluxos migratórios para os países da U.E. (Rabaça, Cunha, 2007:308).

Os países membros da U.E. mostraram-se também empenhados em integrar os imigrantes que se encontravam legalmente na União Europeia, para tal promoveram o programa de “agrupamento familiar, o estatuto dos residentes de longa duração, o acesso a emprego e à educação” (Santos, 2004:112). Concluíram que a melhor forma para o concretizar seria apostar em projectos de integração a nível local, devido à maior proximidade com as comunidades.

A Cimeira de Sevilha em Junho de 2002 reforçou as medidas propostas na Cimeira de Tampere (Santos, 2004:112). Os líderes dos países da União Europeia continuaram a sublinhar a importância do combate aos fluxos irregulares e ao tráfico humano através da “cooperação dos países de origem e dos países de trânsito”, como também a necessidade de “desenvolver uma política de readmissão e de regresso” dos imigrantes ao país de origem, que pode ser forçada ou “voluntária” (Rabaça, Cunha, 2007:310). Nesta Cimeira foi ainda abordada a necessidade de reforçar os controlos externos, em particular nos aeroportos e de apostar na formação dos funcionários que operam nas fronteiras e em postos estratégicos de segurança. Estas medidas surgiram após os atentados de 11 de Setembro e de 11 de Março que provocaram o pânico global pelo receio de novos atentados terroristas.

A segunda regulação dos fluxos migratórios para Portugal (Decreto-lei nº 17/96, de 24 de Maio) aconteceu em 1996, consistiu novamente num período de regularização extraordinário com o

intuito de legalizar a imigração irregular que ficou do período anterior, privilegiando novamente imigrantes dos PALOP e do Brasil devido a interesses geoestratégicos de Portugal. Durante esse período conseguiram eficazmente diminuir a imigração irregular procedente das antigas colónias. Porém, com a entrada em vigor do acordo de Schengen em 1995, Portugal ingressou na rota migratória europeia, atraindo fluxos significativos da Europa do leste.

A terceira regulação dos fluxos migratórios em Portugal sucedeu em 2001 (Decreto – Lei nº4/2001 de 10 de Janeiro), tinha como objectivos controlar os novos fluxos resultantes do leste europeu, através da legalização dos indivíduos que possuíssem um contrato de trabalho e concretizou-se sob grande pressão por parte do mercado, nomeadamente, da área da construção civil e do turismo. A imigração irregular – porque muitos indivíduos não detinham contrato – continuou a crescer, tendo sido também absorvida pelos mercados atrás referidos. Há uma relação promíscua entre o Estado e as forças de mercado, resultante de conflitos de interesse, que arrastam os imigrantes para a clandestinidade e por consequência para situações de trabalho precário e pobreza. “A Lei nº4 de 2001 acabou por criar migrantes de segunda” (Duarte, 2005:26), ou seja, imigrantes em situação irregular.

A quarta regulação ocorreu em 2004 (Decreto Regulamentar n.º 6/2004 de 26 de Abril), tinha como objectivo exaurir as redes de auxílio à imigração irregular proveniente da Europa do leste e realizou-se sob o lema de integrar os imigrantes que já se encontrassem em território português. Foram aplicadas medidas restritivas que ambicionavam controlar a entrada de imigrantes económicos, permitindo apenas a entrada a quem reunisse condições e a quem activasse o programa de reagrupamento familiar. O Estado português assumiu uma postura severa contra a imigração irregular:

O rigor nas entradas significa só isto: Portugal tem canais abertos para a imigração legal, e apenas legal. Todos os imigrantes que entrarem em Portugal clandestinamente serão convidados a sair ou então serão expulsos. (...) Só assim podemos garantir a generosidade no acolhimento (Duarte, 2005:32).

O discurso do Estado português tornou-se cada vez mais austero em relação à área da imigração, ao ponto de iniciarem a desvalorizar – de forma muito diplomática – os contributos da população imigrante para a sociedade portuguesa, designadamente, o seu contributo para o aumento da natalidade e para a segurança social, com o objectivo de legitimar as políticas de imigração restritivas. Na conferência ministerial “diálogo sobre cooperação em matéria de migrações no mediterrâneo ocidental” (5+5) realizada em Tunes na Tunísia a 17 de Outubro de 2002 referiram que:

Estamos conscientes da riqueza que a imigração nos traz. Mas também estamos conscientes de algumas realidades menos conhecidas. A primeira é que a imigração não resolve as baixas taxas de natalidade dos nossos países – a demografia prova que as comunidades imigrantes adoptam numa geração o comportamento reprodutivo do país onde se inserem. A segunda é que os imigrantes também não resolvem o deficit dos sistemas de seguranças social, nomeadamente das pensões de reforma, dos nossos países. É claro que, ao engrossarem a população produtiva, contribuem de forma activa para a manutenção destes sistemas, mas não podemos esquecer que, a prazo, também eles vão querer legitimamente beneficiar destas regalias, portanto, passaram a ser um novo encargo. (Duarte, 2005:31)

Temos que nos questionar se as políticas de imigração em Portugal/ UE transformam os migrantes em sujeitos descartáveis: quando as forças de mercado demandam mão-de-obra, facilitam a entrada e permanência de imigrantes em território nacional, mas quando os indivíduos deixam de ser necessários ou não acarretam benefícios directos para a sociedade acolhedora são dispensados independentemente da sua vontade e necessidades. Embora o Estado português admita que algumas medidas possam pôr em causa os direitos humanos, asseveram que é por uma causa maior, isto é, proteger Portugal e por consequente os seus parceiros europeus de eventuais ameaças e perigos à sua estabilidade e harmonia.

(...) O endurecimento das medidas legais (de entrada e permanência em território nacional) levanta problemas de direitos humanos; a atenção exclusiva aos direitos humanos abre portas a todo o tipo de ilegalidades, à aceitação passiva dos crimes de tráfico de seres humanos e à tolerância para com a acção das redes mafiosas, acabando por constituir uma ameaça ao Estado de Direito (Duarte, 2005:49).

A actual lei em vigor em Portugal, lei nº 23/2007 de 4 de Julho, manteve os objectivos da anterior, isto é, o combate à imigração irregular e ao tráfico humano e a promoção de uma maior e melhor integração dos imigrantes que entram e permanecem em território nacional de forma legal, facilitando os procedimentos do reagrupamento familiar, sendo apenas condescendente com as crianças em situação irregular. Ao contrário do que aconteceu anteriormente, a lei não permitiu mecanismos que aliciassem fluxos migratórios irregulares, designadamente, regulações extraordinárias para imigrantes em situação irregular.

1.4.1-Imigrar actualmente para Portugal/ EU

Desde 1995 que Portugal iniciou a aplicar as medidas subjacentes ao Acordo Schengen. A Convenção suprimiu as fronteiras internas e permitiu a livre circulação de pessoas entre os países

subscritores. Com efeito, foram construídas políticas comuns para gerir o espaço Schengen, controlar a entrada e permanência de nacionais de países terceiros. Para tal, harmonizaram as normas de controlo das fronteiras externas através de rígidas políticas de emissão de vistos, justificando a medida através da emergência sentida de combater os fluxos de imigração irregular.

Contudo, os países signatários do Acordo Schengen têm autonomia para estabelecer os critérios de entrada, permanência, saída e expulsão – nomeadamente o acesso e renovação de vistos e autorizações – de cidadãos de países terceiros desde que sigam as directrizes comunitárias fundamentadas no Tratado (Rabaça, Cunha, 2007:312). Portugal valeu-se dessa autonomia para manter os Acordos que privilegiam e facilitam a entrada e permanência de nacionais das antigas colónias, nomeadamente dos PALOP e do Brasil (Leitão, 2007 citado em Santos, 2004:110). Portugal tenta manter um equilíbrio entre os compromissos assumidos com a União Europeia, nomeadamente a política comum de imigração – com medidas restritivas – e os Acordos com os países com quem mantém vínculos históricos e culturais (Codagnone, 1995 citado em Santos, 2004:110), pois devido aos conflitos de interesses, o equilíbrio é frágil e requer muita diplomacia.

De acordo com o Tratado Schengen os cidadãos pertencentes aos Estados-membros do Espaço Schengen, apenas estão sujeitos a um breve controlo nas fronteiras externas, que consiste na apresentação de um documento identificativo válido, através do qual é verificada a identidade do viajante e averiguado também se o documento é falso.

Quando se trata de nacionais de países terceiros o controlo nas fronteiras externas é minucioso, é-lhes pedido um documento identificativo válido, o passaporte e caso seja demandado devem apresentar o visto, o qual será verificado no Sistema de Informação sobre vistos. Ser-lhes-á também solicitado que fundamentem os propósitos da estadia; que comprovem terem meios de subsistência e não podem constar na lista de não admissão do Sistema de Informação Schengen. Para entrar no espaço Schengen os estrangeiros não podem ser considerados uma ameaça para a ordem pública, para a segurança interna, para a saúde pública ou para as relações internacionais. Caso não preencham os preceitos atrás referidos a entrada no Espaço Schengen é-lhes negada. Todavia, existem excepções, por exemplo por razões humanitárias, as quais são meticulosamente avaliadas. Nacionais de países terceiros que não preencham os critérios legais para entrar em Portugal podem realizar o pedido de asilo nos postos de Fronteira, enquanto o respectivo caso estiver a ser avaliado permaneceram na zona internacional do aeroporto (Provedor da Justiça, 2011:70).

Se for do interesse do cidadão estrangeiro permanecer em território português por um período superior a três meses, necessitará de um visto de longa duração ou de uma Autorização de Residência, o mesmo se aplica em casos de contingência – exilados ou refugiados. Os requisitos

para a obtenção de vistos são da responsabilidade de cada país. Todavia, são monitorizados pela Comissão da gestão integrada das fronteiras externas porque as decisões a nível nacional, segundo a União Europeia, podem prejudicar os restantes países do espaço Schengen. (...) “muitos estrangeiros dirigem-se a Portugal para se fixarem posteriormente noutro país do espaço europeu, procurando aqui apenas um ponto de entrada na União Europeia” (Provedor de Justiça, 2011: 4). Um cidadão de um país terceiro ao conseguir entrar e manter-se – com um visto de curta ou longa duração – em Portugal pode transitar pelo espaço Schengen, algo que os Estados-membros querem condicionar com o aumento de políticas de imigração restritas.

Qualquer indivíduo independentemente da sua nacionalidade pode transitar entre os países do espaço Schengen sem que seja sujeito a qualquer controlo, o que não invalida que possam suceder fiscalizações em zonas fronteiriças. Em caso de perigo eminente, qualquer Estado-Membro pode reinstaurar os controlos das fronteiras, mas terá que notificar os restantes membros do espaço Schengen, em particular à Comissão encarregue da gestão integrada das fronteiras externas, para que em conjunto analisem os motivos da instituição das fronteiras internas e encontrem alternativas para suprimir os perigos identificados.

A principal missão das políticas de imigração comuns na União Europeia é seleccionar a quantidade e o perfil dos imigrantes e em particular extinguir a imigração irregular. Feliciano Duarte (2005), declara que a política de imigração vigente em Portugal – a qual se articula com as políticas da União Europeia – pretende “promover a imigração legal em conformidade com as possibilidades reais do país, promover a integração efectiva dos imigrantes e combater com firmeza a imigração ilegal” (Duarte, 2005: 49). Para tal, a nível europeu foram arquitectadas várias estratégias, para dar resposta à imigração irregular. A União Europeia incrementou uma política de readmissão e de regresso dos imigrantes ao país de origem, que pode ser efectuada de forma voluntária ou forçada.

Quando o imigrante pretende regressar ao seu país de origem de forma voluntária pode activar o Programa de Retorno Voluntário, apresentando o pedido à Organização Internacional para as Migrações (OIM). Em geral, o processo demora cerca de três meses, caso o pedido seja deferido, o requerente beneficiará de apoio, nomeadamente, de uma passagem aérea para o país de origem. Porém, não poderá regressar ao país acolhedor durante cinco anos sob a pena de reembolsar o valor do apoio prestado.

O regresso forçado ao país de origem é considerado quando o imigrante é notificado para abandonar o território porque entrou e/ou permaneceu em Portugal sem preencher os requisitos legais. Enquanto aguarda pelo retorno, tem duas hipóteses – que variam de caso para caso – ou

permanece em liberdade sendo obrigado a apresentar-se periodicamente no SEF ou fica detido num Centro de Instalação Temporária (CIT) ou em espaços equiparados, nomeadamente nos aeroportos.

A lei n.º 34/94, de 14 de Setembro, previu o acolhimento de estrangeiros em CIT, por razões humanitárias ou de segurança, mas foi a entrada em vigor do Acordo Schengen, e da respectiva Convenção de Aplicação, que veio produzir as mais profundas alterações no controlo de cidadãos não nacionais nas fronteiras portuguesas, na medida em que estas passaram a construir fronteiras externas do espaço europeu, o que obrigou ao reforço da capacidade de actuação no controlo do trânsito de pessoas, na luta contra a imigração ilegal e no cumprimento das atribuições próprias no quadro da política de segurança interna e de cooperação internacional. Com o Acordo e a Convenção surgiu, a necessidade de adaptar as estruturas aeroportuárias às novas exigências, nomeadamente no que respeita à separação dos fluxos migratórios (Provedor da Justiça, 2011: 16).

São acolhidos em Centros de Instalação Temporária os nacionais de países terceiros a quem tenha sido “recusada a admissão em território nacional” por não reunirem as condições legais, os imigrantes irregulares que aguardam a expulsão de Portugal por terem entrado e permanecido em território nacional em situação irregular, estrangeiros que tenham requerido asilo e o pedido esteja em processo de avaliação (Provedor de Justiça, 2011: 17).

A União Europeia tem-se empenhado em dissuadir a entrada de fluxos migratórios que possam ser uma sobrecarga, através de políticas rígidas de entrada e permanência no espaço Schengen. Houve efectivamente um aumento de controlo e fiscalizações de entradas e permanência de estrangeiros em território nacional, incluindo um incremento de inspecções a empresas – aplicando coimas a quem empregue estrangeiros em situação irregular.

Em contrapartida, a União Europeia tem vindo a delinear estratégias para aliciar “talentos” e estrangeiros altamente qualificados para colmatar lacunas em áreas que requerem mão-de-obra especializada, visto que estes são considerados uma mais-valia para as sociedades acolhedoras a nível de conhecimento e inovação. “Há uma crescente competição pela atracção de knowledge workers e cérebros entre os principais actores internacionais, uma orientação estratégica seguida (recentemente) e com sucesso (em) diversos países europeus” (Neves, 2009:237).

O Estado português congratula-se pelos serviços e boas práticas no âmbito das migrações, os quais são reconhecidas a nível europeu (Duarte, 2005:13). Todavia, há vozes discordantes, nomeadamente dos principais intervenientes, os imigrantes, sobre o bom funcionamento dos serviços. Há imigrantes que embora preencham os critérios mínimos para se legalizarem, passam por um processo longo, dispendioso e intrusivo. Uma imigrante brasileira relata-nos a sua experiência durante o seu processo de legalização:

(...) de uma certa forma eles (o SEF) exigem muito e cobram muito caro e o imigrante muitas vezes está ilegal por falta de dinheiro ou deixa de pagar ou para poder pagar esse dinheiro ou deixa de pagar algo para poder pagar esse documento que deixa a pessoa impossibilitada para muitas coisas (...) (E.8, Utente da UVIDRE e residente de um Centro de acolhimento, Brasileira, regular).

(...) foi uma grande demora (conseguir legalizar-se), (...) primeiro eles (SEF) passam para a gente um certo tipo de requisitos, a, b, exige-se tal, vamos correr atrás de todos aqueles, antecedentes criminal, contratos de trabalho (...) depois quando a gente vai lá pede, igual eu que (...) abri firma nas finanças, já tinha feito, já fechado e tudo já tinha declarado no meu IRS, exigiram até que eu fosse buscar as fotocópias e os originais só desse tal papel só para complicar mais, para mim isso é complicar que foi uma semana depois, nessa semana que fui, foram lá e me exigiram outra coisa, já puseram outra observação dizendo que agora naquele momento o que o SEF exigia era o IRS do meu patrão e no entanto como o meu patrão é uma figura pública ficou indignando porque ele disse que não concordava por que o IRS é algo pessoal de uma pessoa não tem nada a ver com o SEF (...) o que eles alegaram é que era porque uma, para que pudessem saber se tinham condições para poder manter uma empregada na casa, se não era uma pessoa tipo namorado que dê um contrato, eles queriam ter certezas do montante da pessoa para saberem se era mesmo um trabalhador qualquer que tava dando trabalho ou porque era um empresário mesmo (...) (E.8, Utente da UVIDRE e residente de um Centro de acolhimento, Brasileira, regular).

Capítulo 2

O migrante, o sector da ajuda em Portugal, e a UVIDRE

2.1 - O migrante e o sector da ajuda

O fenómeno da imigração para Portugal iniciou-se de forma discreta nos anos 70 e só quando mais recentemente se intensificou despertou o interesse do Estado começando a fazer parte da agenda política. Alguns autores, como Feliciano Duarte (2005) por exemplo, salientam que a elaboração de um “Plano Nacional para a Imigração”, a legislação e o estabelecimento de protocolos com instituições que trabalhem com a população imigrante reflectem a preocupação por parte do Estado em assumir a responsabilidade de impulsionar o bem-estar entre a comunidade autóctone e a comunidade imigrante, contribuindo assim, para um maior equilíbrio e inserção dos imigrantes na sociedade (Duarte, 2005: 19-20). De facto, em todo fenómeno migratório, sugere Mirotshnik:

A relação entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento situa-se sempre num contexto histórico e institucional e inscreve-se na articulação entre dois tipos de poderes desiguais – o da sociedade e o da minoria - que em contexto sociopolítico, pode resultar num clima de indiferença, de solidariedade ou de conflito entre os interesses dos imigrantes e da sociedade de destino (Mirotshnik, 2008: 21).

Alguns investigadores críticos por outro lado, como Laura Agustin (2007) e Jonathan Ina (2006), têm sugerido recentemente que por detrás do apoio a determinados grupos considerados de risco, entre os quais os imigrantes, podem estar subjacentes mecanismos de controlo: o objectivo dos apoios/serviços não seria então proteger efectivamente os imigrantes, mas sim os autóctones dos recém-chegados. Como sugere Laura Agustin, “non-conforming individuals (...) (are) seen as threats to normal society” (2007: 105): os imigrantes devem portanto ser submetidos a um controlo – que pode ser implícito nos projectos de ajuda e apoio – em função de anular qualquer perigo que destabilize o bom funcionamento da sociedade acolhedora.

Jonathan Ina por sua vez sublinha a imagem duvidosa que recai sobre os imigrantes, em particular os imigrantes que se encontram em situação irregular “(Immigrants and) racialized minorities – (are) deemed to threaten the well-being and safety of population” (2006:60). Segundo Ina, no contexto americano, os imigrantes em situação irregular são considerados criminosos ao violarem as leis de imigração do país acolhedor, nomeadamente, ao entrarem no território sem

preencher os requisitos legais ou permanecendo para além do tempo estipulado nos seus vistos (Inda, 2006: 21). Os imigrantes são também acusados de roubar trabalho aos autóctones e de sobrecarregarem os serviços sociais (Inda, 2006:64).

Na sociedade portuguesa os imigrantes são vistos de forma flutuante: embora haja uma notória consciência das potencialidades dos fluxos migratórios para o desenvolvimento do país, nomeadamente dos seus contributos no crescimento económico e aumento demográfico – porque a maioria da população imigrante é jovem e está em idade activa – nos tempos de crise a imagem dos imigrantes inverte-se, transformam-se no “bode expiatório”, são considerados usurpadores de postos de trabalho e associados ao aumento da criminalidade.

Os *media* influenciam a forma como os portugueses percebem o imigrante, o que contribui para o reforço de estereótipos e discriminação – positivos ou negativos (Ferin, Santos, 2008:12). As formas como os meios de comunicação representam o imigrante são por vezes antagónicas: ou o imigrante é vítima e necessita de ser protegido, ou é agressor, sendo considerado uma ameaça e destabilizador do equilíbrio da sociedade.

Posto isto, devemos-nos questionar sobre a função e intenções do Estado na área das políticas imigratórias e por consequente das instituições públicas e privadas de apoio – as quais parecem estar em simbiose (Agustín, 2008: 153) – e dos *media*.

Durante a época colonial o discurso do “white man’s burden” legitimou a invasão de países não-europeus. Este discurso Eurocêntrico, asseverava que era obrigação da Europa moderna ajudar os países não-europeus a desenvolverem-se de acordo com os padrões europeus, para que se tornassem ‘civilizados’, sendo irrelevante o que a população dos países colonizados pensasse sobre o assunto. Podemos realizar uma analogia entre a postura do período imperialista com as actuais políticas e planos de inserção dos imigrantes nas sociedades acolhedoras. Hoje são os antigos países colonizadores os receptores dos fluxos migratórios, mas a ideologia da missão civilizadora parece permanecer, mais sofisticada e diplomática, nas intervenções filantrópicas e humanitárias.

A governamentalidade, segundo Foucault, designa as práticas e actividades do Estado e das suas instituições – prisões, escolas, hospitais – com o objectivo de conduzir a conduta dos cidadãos, isto é, disciplinar, manipular e influenciar os seus comportamentos, para tornar os cidadãos submissos, corpos dóceis (Inda, 2005:1).

A primeira das grandes operações da disciplina é (...) a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidade organizadas (...). A disciplina fabrica (...) corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (Foucault, 1999:174, 164).

Foucault utilizou os conceitos de ‘biopoder’ e ‘biopolítico’ para se referir ao conjunto de tecnologias e regulamentos usados nas sociedades disciplinares com objectivo de vigiar e administrar todos os domínios da vida dos cidadãos. Os processos de controlo e disciplina têm como finalidade proteger a população de potenciais perigos e otimizar as competências dos cidadãos (Inda, 2005: 5-6) para que se encaixassem no sistema capitalista. Segundo Deleuze, passamos de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controlo (Costa, 2004): houve uma amplificação, ou seja, a vigilância e a disciplina passaram de espaços fechados como a escola, hospitais, emprego, para todo o espaço social. A sociedade de controlo está inscrita numa lógica de mercado de capitalismo cognitivo, onde o conhecimento e as informações são vistas como o maior bem – razão pela qual os cidadãos são incentivados a aprender mais, a actualizar-se constantemente.

A sociedade de controlo (é marcada) pela interpenetração dos espaços, por uma suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiram terminar (...) pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. (...) Segundo Deleuze (é) uma espécie de modulação constante e universal que (atravessa) as malhas do tecido social. (Costa, 2004: 161).

Nos Estados pós-sociais os indivíduos devem ser racionais e autónomos, essencialmente proactivos na construção do seu bem-estar, por exemplo, em áreas como a segurança, saúde, educação. O cidadão pós-moderno tem a incumbência de potencializar os seus recursos e competências para se tornar num cidadão responsável e aumentar a sua qualidade de vida (Inda, 2006: 15). Esta mentalidade propiciou o aparecimento de um mercado com uma panóplia de serviços que pretendem auxiliar o indivíduo a tornar-se um cidadão responsável e equilibrado. Este mercado utiliza um marketing ardil porque persuade o indivíduo, fá-lo acreditar que esses serviços e produtos são imprescindíveis para o seu bem-estar, ou seja, fomenta o consumo independentemente da necessidade dos indivíduos.

Nas sociedades pós-modernas, o papel social do Estado foi redefinido. Este deixou de ser compelido a ser o principal interveniente no bem-estar social para serem os próprios cidadãos a garanti-lo. Porém, o Estado não se demitiu totalmente do seu papel de protector, simplesmente distribuiu essa função pela população e por ONGs. Acresce que as instituições embora dotadas de autonomia são reguladas pelo Estado através de legislação. Como sintetiza Inda, “There has (...) been a proliferation of market-based, semi-autonomous non-state organizations whose role is to administer areas of social life formerly only under the direct sway of the state” (Inda, 2006:14). Ainda Inda (2006) refere que o Estado pós-social gerou uma dicotomia entre os cidadãos

dinâmicos, autónomos, ponderados e os cidadãos considerados incapazes de tomar conta de si, que se colocam em situações delicadas ou assumem comportamentos “de risco”, entre os quais podemos destacar doentes mentais, pessoas carenciadas, toxicodependentes, prostitutas, vítimas de crime, criminosos, desempregados de longa duração e os imigrantes irregulares.

Estes *anti-citizens* (Inda, 2006: 18), que incluem os imigrantes, em particular os que se encontram em situação irregular, são considerados pelo Estado como uma ameaça latente à estabilidade da sociedade e por isso devem ser alvo de controlo (Inda, 2006: 21). “(...) insofar as illegal immigrants”, sugere Inda, “have been constructed as anti-prudential subjects who harm the well-being of American citizens, the measures employed to govern them have become extremely exclusionary and punitive” (Inda, 2006:22).

Para Foucault a sociedade distingue os indivíduos considerados “normais” dos “anormais”, os quais requerem diferentes formas de gestão. A “anormalidade” é administrada por instituições que têm como função avaliar, disciplinar, punir ou reabilitar e aperfeiçoar as competências dos sujeitos para que possam ser (re)integrados na sociedade.

A divisão constante do normal e do anormal, a que todo individuo é submetido leva até nós, e aplicando-os a objectos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa de medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas de que longinquamente derivam (Foucault, 1999:223).

Ao indivíduo considerado incapaz de ser autónomo e responsável é-lhe imposto ou sugerido que aperfeiçoe as suas competências para que se transforme num cidadão responsável e proactivo. O Estado pós-social pretende reabilitar os cidadãos entendidos como marginais para que estes possam ser inseridos e aceites na sociedade.

“This aim accomplished through delineating standards and norms (...) through providing individuals with information they need in order to monitor and regulate them-selves so as to eliminate comportment and avoid conditions deemed risky” (Inda, 2006:35).

As instituições que se ocupam da integração dos marginais, fazem-no através da implementação de projectos e programas que são elaborados e executados por profissionais especializados, nomeadamente, psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais. Estes programas têm como propósito exercitar a cidadania, a responsabilidade e autonomia dos indivíduos,

essencialmente visam moldar os comportamentos dos indivíduos. “The goal of discipline is to produce human beings whose bodies are at once useful and docile” (Inda, 2005:6).

O conhecimento produzido pelos técnicos que trabalham com as populações consideradas marginais é utilizado pelas instituições e inclusive pelo Estado. Os estudos, relatórios, estatísticas conferem visibilidade às problemáticas, permitem passar do conhecimento à acção, ou seja, intervir sobre a suposta realidade desse mesmo objecto. Todo este processo de produção de conhecimento e apropriação do mesmo não deixa de ser perverso porque não é mais do que um mecanismo utilizado pelo Estado de forma a conhecer melhor o objecto – neste caso os imigrantes – que pretende controlar.

2.2 - Evolução do Sector de Ajuda ao imigrante em Portugal

Desde os anos 90 que se tem observado uma franca expansão de entidades – públicas e privadas – que actuam no âmbito das migrações. Se por um lado foram fundadas instituições para actuar especificamente na área das migrações, outras houve que apesar de estarem vocacionadas para outras temáticas adequaram os seus serviços aos fenómenos resultantes dos fluxos migratórios. Estas associações têm vindo a desenvolver uma panóplia de serviços no apoio ao imigrante em Portugal. Independentemente de os público-alvos serem crianças e adolescentes imigrantes ou descendentes de imigrantes, mulheres imigrantes, imigrantes vítimas de crime, asilados e refugiados, podemos identificar cinco principais eixos de intervenção: apoio social – inclusive acolhimento – apoio psicológico, apoio jurídico, apoio para inserção no mercado laboral, na área educativa e formação – cursos de línguas, acções de formação e sensibilização para imigrantes, para indivíduos que trabalhem com a problemática e para a sociedade civil.

Muitas instituições começam a assumir uma componente de *advocacy* das problemáticas intrínsecas aos fenómenos migratórios. Actualmente, as instituições de apoio ao imigrante não só fornecem serviços de apoio em função de uma maior e melhor integração como cada vez mais existe uma crescente preocupação com os imigrantes destituídos de direitos como é o caso dos imigrantes irregulares e os requerentes de asilo.

Embora não seja considerada uma instituição de apoio ao imigrante, numa primeira fase o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) era a única entidade competente em Portugal em assuntos de migração. A sua finalidade é implementar a Lei e as directrizes provenientes do Governo e da União Europeia em matéria de imigração.

O SEF⁵ como órgão de polícia criminal e serviço de segurança tem um vasto conteúdo funcional, os inspectores do serviço estão encarregues de controlar e fiscalizar as fronteiras; os postos aduaneiros; designadamente portos e aeroportos; a circulação, permanência e actividades de cidadãos estrangeiros em território nacional. O SEF trabalha em parceria com outras autoridades, nomeadamente, GNR, PSP, ACT e ASAE.

Embora o SEF realizasse estudos e acções relacionadas com o fenómeno da imigração, o Governo português tomou consciência que não estava a conseguir dar uma resposta completa e eficaz a todos os fenómenos intrínsecos às migrações. Foi para colmatar lacunas encontradas no âmbito das migrações e concretizar os quatro principais objectivos da política nacional de imigração, nomeadamente, “a regulação dos fluxos migratórios, promoção da imigração legal, luta contra a imigração clandestina e integração dos imigrantes” (Ramos, *et al*, 2010:10) que o Governo criou o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) (Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de Novembro). Enquanto o SEF está vocacionado para concretizar os três primeiros objectivos da política nacional atrás referidos, o ACIME, actual Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) é uma entidade que está vocacionada para o quarto objectivo, a integração dos imigrantes em território nacional.

O ACIDI é um instituto público que surgiu em 2007 (Decreto-Lei n.º 167/2007 de 3 de Maio) e que contribui na produção de políticas públicas na área da imigração. Tem como finalidade uma maior e melhor integração dos imigrantes em Portugal. Fomenta o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões que coexistem em Portugal. A entidade rege-se por “sete princípios-chave”:

Igualdade – reconhecer e garantir os mesmos direitos; Diálogo – promover uma comunicação efectiva
Cidadania – promover a participação activa o exercício dos direitos e dos deveres; Hospitalidade – saber acolher a diversidade; Interculturalidade – enriquecer no encontro das diferenças; Proximidade – encurtar as distâncias para conhecer e responder melhor; Iniciativa – atenção e capacidade de antecipação.
(<http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/principios-chave>)

⁵ No Seminário Sul: imigração e tráfico de seres humanos, organizado pela APAV/ Projecto Sul em Portimão entre os dias 18 e 20 de Novembro de 2009, uma inspectora do SEF durante a sua intervenção referiu que o SEF, nomeadamente os inspectores, têm levado a cabo um conjunto de estratégias para se aproximarem da população imigrante e em particular das vítimas de tráfico. Os inspectores visam desligarem-se da imagem negativa que lhes é atribuída devido ao seu conteúdo funcional. Querem mostrar aos imigrantes que são seus aliados e não inimigos que os querem efectivamente auxiliar e que o seu trabalho é mais que controlar e expulsar cidadãos de países terceiros.

O ACIDI promove e premeia as boas práticas na área da imigração, através do apoio a projectos, formação, troca de experiências e acções de sensibilização. O público-alvo destas iniciativas é vasto, vai desde a população autóctone e imigrante, aos académicos e técnicos que trabalhem ou se interessem pelo fenómeno da migração. Esta organização gerou uma panóplia de serviços com o propósito de integrar os imigrantes na sociedade portuguesa.

A criação de um observatório da imigração (OI) é considerada de “extrema utilidade para diagnosticar e monitorizar a concretização das políticas para a integração dos imigrantes” (...) (Duarte, 2005:10). Esta “unidade informal criada no âmbito do ACIDI” faz a ponte entre a academia onde se produz conhecimento científico com todo o seu rigor sobre o fenómeno da imigração e a esfera política que tem poder para legislar e agilizar os seus recursos de acordo com a realidade.

O Entreculturas foi fundado em 1991 pelo Ministério da Educação e encontra-se ligado ao ACIDI desde 1994. A sua criação foi justificada pelo aumento da diversificação de origens dos estudantes nas escolas portuguesas, tendo como finalidade fomentar “uma maior igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso de todos os alunos”. Para tal, participa em vários projectos na área da educação, promove acções de formação na área das migrações e para intervenção em contextos plurais. Estas formações são especialmente dirigidas para os colaboradores que trabalham com a população migrante.

O Conselho Consultivo para os assuntos da imigração (COCAI) foi criado pelo Decreto-lei n.º39/98 de 27 de Fevereiro no âmbito do ACIME, actualmente está agregado ao ACIDI. O COCAI é um organismo que tem como finalidade consultar os representantes dos imigrantes e minorias étnicas em Portugal, nomeadamente, associações de imigrantes e entidades – públicas e privadas – que trabalhem com a temática, para que em conjunto estudem estratégias para uma maior integração dos imigrantes. É também o COCAI que dá o parecer à solicitação de financiamento por parte das associações de imigrantes e entidades que trabalhem sobre o tema.

Segundo a representante do ACIDI uma das maiores prioridades da entidade tem sido o incentivo ao associativismo entre as comunidades imigrantes, actualmente são reconhecidas mais de 107 associações de imigrantes em Portugal. A interacção directa com as comunidades, maioritariamente realizada através das associações é tida como fundamental para produzir conhecimento e dar respostas mais eficazes às problemáticas ligadas ao fenómeno das migrações a partir da perspectiva dos principais intervenientes, os imigrantes.

Com efeito, instituições públicas, privadas e associações de imigrantes têm apostado em projectos de intervenção no âmbito da inserção dos imigrantes na sociedade acolhedora, promovendo a solidariedade e o bem-estar dos mesmos.

Todavia, as opiniões dos imigrantes sobre a natureza e eficácia das parcerias, dos projectos e serviços das associações de apoio ao imigrante são díspares.

No trabalho de Mendes (2009) intitulado *Imigrantes russos e ucranianos na AML: retratos sociais*, uma imigrante dá o seu testemunho sobre o trabalho das associações de imigrantes:

(...) os imigrantes lamentam que não se conheça com clareza e transparência a acção destas organizações (...) reclamam o apoio prestado, que geralmente não é imediato nem rápido (...) o primeiro objectivo destas associações são “ganhar dinheiro (...) o Estado português apoia financeiramente estas associações de forma até excessiva e sem controlo (...) (Mendes, 2009:194-195)

Outra aposta do ACIDI são os Centros de Apoio ao Imigrante (CNAI) e os Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAII). Existem dois CNAI, em Lisboa e no Porto, estes são a loja do cidadão imigrante, agregam um sector do SEF – conhecidos por serem mais brandos do que na Sede do SEF –, da Segurança Social (SS), da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), da Conservatória dos Registos Centrais (CRC), do Ministério da Educação (M.E.) e do Ministério da Saúde (M.S.).

Desta forma, num só sítio podem ter apoio para: regularizar a sua situação em território nacional; accionar o programa de reagrupamento familiar e retorno voluntário; apoio jurídico; apoio social; apoio ao emprego; apoio à habitação; apoio ao imigrante consumidor; podem tratar das equivalências literárias; podem ainda solicitar informações e tratar de uma panóplia de burocracias.

Existem vários CLAI no país e visam descentralizar o apoio ao imigrante, para tal “foram criados (...) em parceria com associações e organizações não governamentais no terreno” (...) (Duarte, 2005:4). Prestam informação e apoio nas mesmas áreas que os CNAI, mas como não reúnem as instituições e serviços no mesmo espaço encaminham os utentes para o CNAI mais perto das suas áreas de residência.

Foram criados vários serviços de apoio ao imigrante, nomeadamente, um site na *internet* e uma linha SOS Imigrante que facultam informação em quatro idiomas, clarificam dúvidas e encaminham para as entidades competentes. A nível de meios de comunicação, foi lançado um Boletim informativo mensal, o B-i; foi criado o programa televisivo “Nós” que divulga projectos e iniciativas na área das migrações, tem conteúdos informativos e dá a conhecer casos de sucesso, por exemplo, de imigrantes empreendedores e ainda foi criado um prémio de jornalismo que galardoa o “jornalismo pela tolerância”.

Na área da educação reorganizaram o Programa Escolhas, dando origem ao Programa Escolhas 2ª Geração que visou fornecer “alternativas aos jovens portugueses e imigrantes em risco

de exclusão” social (Duarte, 2005:12-13). Outro serviço gratuito são os cursos de língua portuguesa para estrangeiros.

A Autoridade para as condições do Trabalho (ACT) é um organismo público que tem como finalidade garantir que a legislação do trabalho é implementada e respeitada pelas entidades empregadoras e pelos trabalhadores. Actualmente, também desempenham um relevante no combate à imigração irregular em Portugal em contexto laboral, através de uma maior fiscalização.

As organizações inter-governamentais são constituídas por vários Estados, que têm interesses em comum numa determinada área. No âmbito das migrações, Portugal associou-se à Organização Internacional para as Migrações (OIM). A OIM é uma entidade intergovernamental que tem como finalidade, segundo a própria, atestar uma “gestão organizada e humana das migrações”, fomentando a colaboração internacional. A OIM aspira dar resposta a fenómenos intrínsecos às migrações e fornecer apoio a exilados, deslocados e a imigrantes carenciados. Em Portugal, a OIM incrementa projectos nas áreas de “cooperação técnica e partilha de informação, migrações e o desenvolvimento, tráfico de seres humanos, migração laboral, direitos dos migrantes, integração, migrações e saúde” e é conhecida sobretudo por se encarregar do Programa de Retorno Voluntário.

O número de parcerias e vínculos com Instituições sem Fins Lucrativos e Organizações não Governamentais tem aumentado e segundo a Dr.^a Rosário Farmhouse (a Alta Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural) acarreta benefícios. Este tipo de protocolos permite uma abordagem mais completa e profunda do fenómeno imigratório. A Dr.^a Rosário Farmhouse refere que:

(...) a grande mais-valia do ACIDI é conseguir congregar à volta do mesmo objectivo – a integração dos imigrantes – muitas pessoas e muitos parceiros das mais diversas áreas e origens (Farmhouse, Rosário *in B-i* ACIDI – “Imigrantes e administração pública – proximidade ou barreira?”, n.º 78, Fevereiro de 2010, pág. 5).

Além das organizações governamentais, nacionais e internacionais que operam em Portugal no sector do apoio aos migrantes, um número crescente de ONG intervêm actualmente nesse sector. Sem a pretensão de compilar uma listagem exaustiva e baseada nas informações dos sites das instituições⁶, quer-se aqui fornecer uma breve descrição das que parecem mais activas.

O Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) – antigo Centro de Informação e Documentação Anti-colonial – é uma ONG que surgiu em Lisboa em Maio de 1974.

⁶ Vide fontes

A partir de 2001 encetou um conjunto de iniciativas nas áreas das migrações e desenvolvimento através de acções de informação e sensibilização sobre os benefícios que os fenómenos migratórios acarretam tanto para a sociedade acolhedora como para a sociedade de origem.

Conselho Português para os Refugiados (CPR) é uma ONG fundada a 20 de Setembro de 1991 com a finalidade de edificar uma “política de asilo mais humana e liberal, a nível nacional e internacional”. No âmbito do asilo e refugiados, a CPR oferece um conjunto de serviços de apoio aos asilados e refugiados, designadamente, apoio jurídico, alojamento, nomeadamente, no Centro de acolhimento para refugiados, apoio social, cursos de língua portuguesa para estrangeiros, auxílio na procura activa de emprego e formação profissional. Realiza acções de informação e sensibilização sobre as temáticas dirigidas à comunidade civil e possuem uma biblioteca com documentação e estudos sobre os refugiados e direitos humanos.

O Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS) é uma Organização Internacional da Igreja Católica que existe desde 1980 e em Portugal desde 1992. Segundo os próprios, têm como incumbência de “Acompanhar, Servir e Defender os refugiados, deslocados à força e todos os migrantes em situação de particular vulnerabilidade”. Inicialmente, o seu trabalho em território nacional consistiu em fornecer informações sobre as Leis do Asilo, contudo, desde 1998 iniciou a trabalhar directamente com os migrantes, através da implementação de projectos de intervenção na área social – nomeadamente alojamento, auxílio na inserção dos migrantes no mercado laboral – apoio psicológico, apoio jurídico, apoio médico, cursos de língua portuguesa para estrangeiros, apoio psicossocial a migrantes em situação de detenção, acções de formação sobre direitos humanos.

A Olho Vivo é uma ONG que foi criada em 1989. É uma associação que actua na área do ambiente, património e direitos humanos. Em 1998 juntou-se à Rede Europeia Contra o Racismo e é co-fundadora da Rede Anti-Racista em Portugal.

A Solidariedade Imigrante é uma associação sem fins lucrativos fundada em 2001 que trabalha no âmbito da defesa dos imigrantes em Portugal. Fornecem informações e apoio jurídico, medeiam conflitos em contexto laboral, apoiam a inserção dos imigrantes no mercado laboral e na formação profissional através da Unidade para Inserção na Vida Activa (UNIVA), ministram cursos de informática e de línguas e organizam uma panóplia de actividades interculturais. Encontram-se a trabalhar em vários projectos: o Jornal da SOLIM, o grupo juventude e mobilidade, o grupo direito à habitação e o grupo de mulheres imigrantes. A associação publicou também diversos estudos sobre discriminação e xenofobia.

A União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) é uma ONG de cariz feminista fundada em 1976. Formaram um grupo de apoio a mulheres imigrantes e actualmente encontram-se

a implementar o projecto GAMI- Mãos Seguras em parceria com a Solidariedade Imigrante, que visa auxiliar mulheres imigrantes a ingressarem no mercado de trabalho português sem sofrerem qualquer tipo de violência ou exploração.

A SOS Racismo é uma associação sem fins lucrativos que surgiu em 1990. Cooperam com associações análogas – a nível nacional e europeu – trabalhando para uma maior e melhor integração dos imigrantes. Realizam acções de consciencialização para a sociedade civil e autoridades sobre discriminação racial e xenofobia, colaboram para a construção de políticas que contribuam para a integração dos imigrantes e minorias étnicas e para a formação de um “quadro jurídico-legal” que puna “eficazmente comportamentos racistas e xenófobos”. Actualmente, está a implementar o Projecto Interligar – financiado pelo Programa Escolhas – visa combater o insucesso e abandono escolar e promover a participação cívica de crianças e jovens e respectivas famílias.

A Obra Católica Portuguesa de Migrações é uma congregação executiva da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana fundada pela Portaria do Patriarcado de Lisboa em 1962, o seu trabalho tem um forte cariz evangelizador. Em Portugal, prestam apoio social, psicológico e jurídico aos imigrantes e requerentes de asilo e refugiados.

2.2.1 - O emergir do apoio à vítima

Apesar do código de processo penal e a legislação fornecerem à vítima um conjunto de direitos, durante um longo período relegaram-na para segundo plano pois concentravam-se principalmente no agressor, nomeadamente, na sua punição e reinserção na sociedade. Todavia, a situação veio a inverter-se: na Europa, em meados dos anos 80, não só surgiu um maior interesse por conhecer a vítima como por compreender o processo de vitimização e o impacto do mesmo na vida da vítima e daqueles que a rodeiam, como é o caso da família e dos amigos.

Actualmente as políticas, práticas que protejam os mais vulneráveis e incentivos a instituições que trabalhem no apoio a vítimas são vistos como sinal de progresso e desenvolvimento da sociedade. Existe uma panóplia de entidades que visam chamar a atenção para o fenómeno da vitimização, tendo como pilar base a produção de conhecimento e intervenção em diversas áreas como o direito, as ciências sociais, a saúde – técnicos de saúde, terapeutas – e comunicação social (Best, 1997:14).

As instituições que trabalham no sector do apoio à vítima defendem diferentes causas – como por exemplo direitos humanos, imigrantes, mulheres, homossexuais, vítimas de crime, crianças, idosos, população carenciada – estas têm assumido um papel de mediadores, ou seja, supostamente fazem a ponte entre a população considerada vulnerável e o Estado.

Em Portugal, o sector do apoio à vítima surge também associado a grupos considerados vulneráveis – como as mulheres; crianças; idosos e vítimas de crime/violência – e os grupos marginais – imigrantes; homossexuais, toxicodependentes, prostitutas. Além dos diversos órgãos criminais que podem atribuir aos indivíduos o estatuto de vítimas, há um crescente número de organizações sem fins lucrativos que têm assumido uma forte componente de *advocacy*: isoladamente ou em parceria com outras instituições defendem causas que, segundo as próprias, visam proteger os grupos mais vulneráveis, marginais ou destituídos de direitos. Estas instituições actuam como *lobbies* para influenciarem a esfera política, nomeadamente, os decisores políticos e os legisladores (Best, 2001:130). As instituições sem fins lucrativos, recorrem à triangulação de factores, nomeadamente, ao conhecimento produzido na academia, ao contacto directo com as vítimas e aos *media* para reforçarem os seus “lobbies solidários”. Muitas entidades sem fins lucrativos são parceiras assíduas do Estado e são consultadas em matéria de legislação.

Este género de intervenção, de *advocacy* manifesta-se sob várias formas: os defensores – que podem ser membros das entidades, simpatizantes anónimos ou figuras públicas pronunciam-se publicamente sobre as causas que defendem e realizam propaganda recorrendo em particular aos *media* para o concretizar. As pessoas que se envolvem com determinadas causas têm como objectivo dar visibilidade às mesmas, ou seja, convencer os outros que se tratam de problemas sociais que merecem especial atenção e intervenção (Best, 2001:129-130).

“During the nineteenth century (...) statistics – numeric statements about social life – became an authoritative way to describe social problems” (Best, 2001:13). As instituições e os especialistas socorrem-se de estatísticas para legitimar as suas declarações. As estatísticas têm sido sobrevalorizadas, são tratadas como factos, como representações da verdade. (Best, 2001:160) Instituições argumentam que os seus serviços são imprescindíveis e justificam novas áreas de intervenção baseadas nas mesmas. As estatísticas e outros estudos quantitativos podem ser o ponto de partida para tornarem supostas problemáticas visíveis. “(Social institutions and) activists use statistics to convince us that social problems are serious and deserve our attention and concern” (Best, 2001:167).

Todavia, existem vozes discordantes sobre as verdadeiras intenções das instituições de apoio social. Joel Best (1997) refere que existe uma ideologia de vitimização por detrás do conhecimento produzido e dos serviços disponibilizados pelas instituições de apoio. O autor utiliza o conceito de ideologia na sua vertente crítica, ou seja, que mascara a realidade. Neste caso o apoio disponibilizado pelas instituições de solidariedade não é mais do que mecanismo de controlo social tendo como pilar base a produção de conhecimento de onde extraem as suas “verdades” sobre os fenómenos da vitimização. Cada vez mais surgem novas formas de vitimização, traçam-se perfis

tanto dos agressores como das vítimas. Especialistas oferecem instrumentos à população para evitar ou superar essas novas formas de vitimização. Estes técnicos tentam persuadir os indivíduos que são potenciais vítimas ou mesmo vítimas apesar de estes não se reconhecerem como tal. Tentam convencer a população que o perigo está eminente – independentemente de ser real ou não – e que precisa dos seus conhecimentos sobre a temática para manter a sociedade segura, ou seja, alimentam a dependência dos seus serviços ao identificar diariamente “novos papões” muitas vezes imaginários ou exacerbados. Porém, acresce dizer que os especialistas são beneficiados com todo o processo de identificação de vítimas e resolução dos problemas resultantes dos fenómenos da vitimização. “People who cares make successful claims are likely to gain influence, power, status, even money; they become more important” (Best, 2001:130).

Muitos profissionais defendem a especialização no âmbito do apoio a vítimas por ser uma área que se encontra em expansão, o que se verifica nas estatísticas, não só pelo aumento de casos registados como também pela diversidade dos crimes ou contra-ordenações. Aliás, em Portugal os Técnicos de Apoio à Vítima – vocacionados para a violência doméstica – são legalmente reconhecidos. Devem preencher uma serie de requisitos, como por exemplo deterem um grau superior – a maioria formado na área do direito, psicologia ou trabalho social – e frequentarem formação especializada com aproveitamento (90 horas) para atender, apoiar e lidar com o diverso leque de utentes.

A lei n.º112/2009, de 16 de Setembro, que aprovou o regime jurídico aplicado à prevenção da violência doméstica e à protecção e à assistência das suas vítimas, prevê que o atendimento e a assistência directa as vítimas de violência doméstica sejam efectuados por “técnicos de apoio à vítima”, ou seja, por profissionais que, no âmbito das suas respectivas funções e possuidores das devidas habilitações, identificam, acompanham e avaliam vítimas de violência doméstica, assegurando deste modo uma resposta válida, célere e eficaz ante as necessidades e pedidos de ajuda recebidos. (Diário da República, 2.ª série – N.º74 – 16 de Abril de 2010)

Técnicos de saúde, psicólogos e terapeutas têm-se evidenciado no apoio à vítima, vêem o seu trabalho como fundamental no acompanhamento e reabilitação da vítima para a sua (re)inserção na sociedade. Em conversas informais com técnicos de apoio à vítima, que trabalham na área da violência doméstica pude compreender que segundo os próprios a maioria das situações de vitimação pode acarretar traumas a longo prazo, que requerem intervenção⁷ até a vítima se

⁷ Em contexto de Casa Abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica - com a qual colaborei - um dos principais objectivos da intervenção é dar *empowerment* às mulheres (fornecer-lhes instrumentos para se tornarem autónomas), para tal, segundo técnicos e colegas é necessário auxiliá-las a construir e aperfeiçoar

estruturar a nível psicológico e emocional. Tal como os agressores, as vítimas de violência doméstica também podem ser vistas como incapazes ou até potencial ameaça para a sociedade, ou seja, supostamente necessitam de ser reabilitadas para que possam ser reintegradas na sociedade. Todos os intervenientes, neste caso o agressor, a vítima e os filhos, precisam de intervenção para que a disfuncionalidade não se alastre à restante sociedade.

Há inúmeros factores que contribuíram para o aumento da visibilidade de situações de vitimação, nomeadamente, a divulgação nos *media*. Os órgãos de comunicação têm sido um dos maiores veículos de difusão e exploração do tema através de campanhas publicitárias, jornais, revistas, reportagens, documentários, talk-shows e filmes.

Most advocates depend upon mass media to disseminate their claims to the public. (...) claims about victims receive sympathetic coverage in the press, in popular culture, and, most especially, in the talk shows, made-for-TV movies, and other genres that combine news and entertainment (Best, Joel, 1997:15).

As vítimas e os agressores ou indivíduos considerados perigosos assumem um papel simbólico na sociedade, ou seja, permitem reconhecer e prosseguir a eterna luta do bem contra o mal (Best, 1997:17). Esta demanda por justiça tem mobilizado a sociedade, designadamente os cidadãos, instituições e os *media* no combate aos fenómenos que ameaçam o bem-estar social.

2.3- Caracterização da Instituição de acolhimento: APAV/UAVIDRE:

A APAV é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos e pessoa colectiva de utilidade pública reconhecida que tem como missão e principal objectivo a prestação de serviços gratuitos a qualquer vítima de crime, oferecendo-lhe apoio emocional, jurídico, psicológico e social. Foi criada em 1990 com o objectivo de dar respostas mais eficazes à problemática da

competências que se podem encontrar debilitadas por vários motivos, nomeadamente, devido às vivências experienciadas durante o período de vitimação.

Desta forma, trabalham a auto-estima, as competências parentais, como mulheres, entre outras áreas, por exemplo em cidadania, economia do lar.

Outra forma de intervenção é a realização de dinâmicas de grupo, nas quais as utentes se confrontam a si mesmas com a situação que vivenciaram e determinados comportamentos para aprenderem a lidar com a sua auto-gestão emocional, mas pelo que pude constatar conversando informalmente com elas a maioria diz que se sente desconfortável em se exporem à frente das outras utentes e por isso preferiam que fossem acompanhadas somente a nível individual.

violência em Portugal. A instituição trabalha em rede, tendo quinze gabinetes⁸ espalhados por todo o país, duas casas abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência (baptizadas Alcipe e Sophia) e vários projectos de intervenção social abrangendo várias áreas, mas tendo sempre como questões centrais a violência e os direitos humanos.

A APAV é constituída por uma equipa de técnicos, maioritariamente voluntários. A instituição proporciona formação aos seus colaboradores, que visa essencialmente fornecer competências e instrumentos de trabalho na prevenção e combate de novos fenómenos intrínsecos à violência. A APAV também possui um centro de formação acreditado, o que lhe permite ministrar acções de formação externas quando solicitada por outras instituições. É usual a APAV trabalhar em parceria com diversas instituições a nível local, nacional e internacional.

A Unidade de Apoio à vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE) foi criada em Maio de 2005 dentro da APAV, com o apoio do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). A UAVIDRE nasceu da necessidade de prestar um apoio especializado a um grupo de população específico, os imigrantes porque “esta população começou a ser, a níveis numéricos, bastante relevante na altura” (E.4, antiga gestora da UAVIDRE, Técnica de Apoio à Vítima – TAV – jurista remunerada). Os imigrantes foram de facto identificados como grupo de risco e um dos mais vulneráveis, por isso são alvo de um novo segmento de apoio.

Nos vários gabinetes começou a surgir a partir dos anos 90 (...) (um aumento) de casos de imigrantes que relatavam situações específicas, em que tanto em termos de direitos deviam ser informados sobre como (proceder, como) em termos de forma de resolução de casos implicavam uma maior investigação e uma diferente equipa, diferente no sentido que conhecer outras línguas, talvez ser formado mais naquela área específica que era de direito, mas também da maior objectividade possível da não discriminação. (E.4, antiga gestora da UAVIDRE, TAV jurista)

O antigo ACIME (actual ACIDI) fez um protocolo então com a APAV, cujo objectivo era apoiar tanto a população imigrante que era vítima de crime como a população que era vítima de discriminação, quer seja imigrante ou não. E porquê?! Porque também devido à quantidade de imigrantes que começaram a surgir nessa altura, mais na década de 90, começou-se a sentir diferenças de tratamento quer nas escolas, quer nos serviços, nas quais os imigrantes eram o alvo, e que deveriam ser minimizados, nessa altura, antes da criação da Lei da Discriminação que foi transpor as directivas da União Europeia, antes dessa directiva, dessa Lei desculpa, o que é que acontecia?! Acontecia que estas formas de discriminação nem sequer eram reguladas, não eram punidas, ou seja, ou bem que havia uma discriminação no âmbito do crime, ou bem que as situações civis, os conflitos quase civis não eram

⁸ Albufeira, Braga, Cascais, Coimbra, Faro, Lisboa, Loulé, Odivelas, Ponta Delgada, Portimão, Porto, Santarém, Setúbal, Tavira, Vila Real.

minimamente censurados e isso reflectia-se depois na integração, ou na falta de integração dos imigrantes, ou seja, considerando o papel da APAV e considerando o trabalho que já era feito na APAV, houve a criação deste protocolo para tentar neste tipo de população minimizar estes (...) impactos e vulnerabilidade. (E.4, antiga gestora da UVIDRE, TAV jurista)

2.3.1 – UVIDRE: Projectos e parcerias

Segundo a actual gestora da UVIDRE, os projectos assumem uma grande importância na evolução da unidade porque visam dar resposta às necessidades sentidas na área em que a instituição se move, tentam conhecer e acompanhar os fenómenos ligados às migrações e ao crime de forma a actualizar procedimentos e tipos de apoio. As parcerias são vistas como fundamentais, permitem abordar as temáticas de forma multidisciplinar e mais completa. (...) “O trabalho fica muito mais rico e muito mais poderoso (...) quando existem parcerias”. Porém, (...) “é um trabalho muito diplomático”. (E.15, actual gestora da UVIDRE e TAV psicóloga remunerada)

Para além dos parceiros habituais (as instituições base no apoio à vítima e aos imigrantes, o ACIDI, SEF, CNAI, CLAII, Tribunais, entidades policiais) a escolha de outros parceiros nos projectos – tanto a nível nacional como internacional – depende essencialmente da problemática em causa (E4, antiga gestora da UVIDRE e TAV jurista)

Acima de tudo o ACIDI (é o principal parceiro) que é quem nos custeia, e depois temos assim dependendo da área, mas pertencemos a uma área alargada em que temos desde a JRS a que é o Serviço Jesuíta para refugiados, temos a CPR (...) Conselho Português para os Refugiados, Médicos do Mundo, a AMI, temos uma serie de contactos e depois eles encaminham para nós, nós encaminhamos para eles, tudo depende da problemática que está em causa. (...) (...) Essencialmente são vínculos informais, há (...) pouca coisa definida (...) o que haverá bem definido que eu saiba é (...) a parceria com o ACIDI porque implica pagamento (E.2, antigo assessor da UVIDRE e TAV jurista remunerado).

(...) (a UVIDRE) é uma unidade orgânica e realmente é na verdadeira essência da palavra porque é uma unidade que é como fosse viva e tem que ser viva, não pode ser estática (...) quer dizer que é necessário construir projectos, é necessário, é necessário, não é necessário, nós temos um subsídio podemos ficar por aí, mas seja por questões de gestão (...) mas somos uma unidade que investe muito na proactividade (E.15, actual gestora da UVIDRE e TAV psicóloga remunerada)

A UVIDRE está actualmente a desenvolver quatro projectos: *May I Help You, Realizing Rights*, um projecto na área da violência doméstica em casais imigrantes e o Projecto Sul.

O *May I Help You* é um projecto financiado pela *European Commission Directorate-General Justice Freedom and Security* e está ligado ao *Cross Border Victims* tendo como parceiros o *Irish Tourism Assistance Services* e uma Comissão que pertence ao “*Ministério da Justiça*”

(espanhol) ” (E4, antiga gestora da UVIDRE e TAV jurista). O projecto tem como principal objectivo apoiar e amenizar os danos provocados aos turistas vítimas de crime. A actual gestora enumera algumas preocupações sobre vítimas turistas:

(...) um turista vem por um período muito curto ao nosso território (...) quando é assaltado lhe levarem a carteira portanto, cartões de crédito, dinheiro, passaporte ou documentação (...) *à partida, não conhece* cá ninguém (...) a pessoa vai à polícia, pode ir à esquadra e depois vai para onde, onde é que ele vai dormir, como é que ele vai arranjar dinheiro para ir para casa estás (...) com é que ele vai comer, por exemplo, um (...) dos seminários que eu fui houve um polícia que falou que teve que dar dinheiro dele próprio a um turista para que ele pudesse comprar comida porque são coisas tão básicas que nem sequer pensamos nisso (E.15, actual gestora da UVIDRE e TAV psicóloga remunerada).

O *Realizing Rights* é um projecto de investigação no âmbito do crime contra minorias e imigrantes. Consiste num “trabalho de investigação sobre vários crimes e tem a ver mais com o mapeamento dos direitos existentes em várias áreas e em vários tipos de crime e estatísticas se houver” (E.4, antiga gestora da UVIDRE, TAV jurista remunerada). Os parceiros deste projecto trabalham na área da criminologia sendo a *London Metropolitan University* um dos parceiros centrais.

O projecto desenvolvido com a associação Spondeia visa promover as boas práticas no apoio a vítimas de violência doméstica que sejam imigrantes ou pertençam a minorias. No âmbito deste projecto realizou-se um workshop – que pretendia mostrar os procedimentos e partilhar conhecimentos e técnicas – dirigido principalmente a esta associação análoga. Entre os convidados encontravam-se outras entidades como o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

A UVIDRE coordena ainda o Projecto Sul que fornece apoio especializado e itinerante a imigrantes vítimas de tráfico e de violência de género na região do Algarve. A APAV/Projecto SUL organizaram o “Seminário Sul: imigração e tráfico de seres humanos” em Portimão entre os dias 18 e 20 de Novembro de 2009, “visando promover a troca de conhecimentos, de experiências e de boas práticas sobre o fenómeno da imigração e o combate ao tráfico de seres humanos”.

2.3.1.2 – UVIDRE e as associações de imigrantes

Actualmente, o Estado e as suas instituições tentam envolver as comunidades, nomeadamente, as comunidades de imigrantes, para que assumam responsabilidade no processo de gestão das suas problemáticas e na protecção dos seus membros (Inda, 2006: 42). As associações de

imigrantes têm vindo a ganhar grande relevo no apoio ao imigrante e são hoje consideradas como um bom ponto de partida para conhecer a realidade dos imigrantes. A UAVIDRE segue o modelo do ACIDI, que desencadeou a tendência de trabalhar em conjunto com as associações de imigrantes em Portugal. Por isso, a UAVIDRE a 23 de Setembro de 2010 realizou um workshop para associações de imigrantes, que teve como objectivo dar a conhecer a missão e apoios da APAV/UAVIDRE e trocar conhecimentos e boas práticas.

Convidamos algumas associações também de apoio ao imigrante de vários tipos de comunidades, no fundo vai ser uma troca de experiências. Vamos explicar o que nós fazemos aqui, o objectivo destas associações é explicar o trabalho delas, a intervenção que elas fazem junto das comunidades (...) Isto enriquece qualquer trabalho (...) (...) (o) projecto do workshop com as associações é exactamente nesse sentido, é conhece-los muito bem a população que nós estamos a lidar para que o apoio seja ainda melhor (E.15, actual gestora da UAVIDRE e TAV psicóloga remunerada)

Embora estivesse prevista a participação de cinco associações de imigrantes no workshop, só compareceram duas. Contudo, segundo a gestora e os assessores da UAVIDRE, o workshop teve um saldo bastante positivo porque cumpriram os objectivos a que se propuseram, ou seja, conhecer a dinâmica e dificuldades das associações de imigrantes participantes, divulgar e disponibilizar os serviços da UAVIDRE. Para os técnicos da UAVIDRE, os workshops são uma forma eficaz de realizar contactos para futuras parcerias e angariar utentes.

Uma TAV UAVIDRE referiu que a pouca adesão está relacionada com a forma de organização das associações de imigrantes. Esta suposta dificuldade de organização pode ser explicada pelo facto de muitos membros e dirigentes associativos terem uma actividade laboral paralela ao trabalho desempenhado na associação, o que pode condicionar a disponibilidade.

Capítulo 3

A UAVIDRE: os técnicos, a formação e o modelo de apoio

3.1 Colaboradores UAVIDRE/ APAV: percursos, competências e formação

Actualmente a UAVIDRE é constituída pela gestora, a assessora e os voluntários. O antigo assessor explicou-me sucintamente a função de cada elemento da unidade. A gestora da UAVIDRE coordena a unidade, os projectos e representa oficialmente a unidade. A assessora auxilia a gestora, supervisiona os colaboradores não remunerados, nomeadamente, os estagiários e voluntários. Tanto a gestora como a assessora realizam atendimentos quando necessário. Os estagiários e voluntários realizam atendimentos e / ou efectuam tarefas administrativas, colaboram nos projectos e em outras actividades da instituição.

Os colaboradores⁹, em particular, que prestam apoio técnico devem ter competências técnicas e pessoais, as quais são primeiramente avaliadas através do currículo e de entrevista. As competências técnicas referem-se à formação académica e ao domínio dos procedimentos de apoio à vítima. Porém, realizar formação a nível interno é um requisito para que se fique apto a colaborar com a instituição.

As competências pessoais centram-se na capacidade relacional com o público-alvo; autogestão emocional; vocação, disponibilidade; sentido de compromisso e responsabilidade para assumir tarefas nos Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) / UAVIDRE num período mínimo de seis meses.

O assessor técnico assevera que as competências técnicas e pessoais são fundamentais embora as segundas se destaquem quando se trabalha directamente com a população, por isso, segundo o próprio, os critérios de selecção dos voluntários e estagiários assentam:

(...) essencialmente nas características pessoais das pessoas, já tivemos pessoas com cursos que em princípio seriam muito benéficos para a unidade (...) direito, psicologia (...) mas depois as pessoas não têm o perfil mais indicado (...) o que mais procuramos são as competências pessoais da pessoa, independentemente da formação, é a maneira de estar, a maneira de lidar com outras culturas, o estar aberto a outras culturas. (...) (...) as competências pessoais, a empatia que cria com o utente, também tem que ter os conhecimentos técnicos porque as pessoas procuram-nos é também para serem informadas e a

⁹ A informação neste subcapítulo, nomeadamente, os conceitos e termos foram recolhidos na acção de formação para equipa auxiliar e voluntários de uma casa abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, a qual decorreu dia 3 de Novembro de 2009, na qual participei.

melhor forma de evitar a vitimação em muitos casos é simplesmente prestar informação, mas além do prestar informação, há que saber (...) adaptar-nos à pessoa que temos à nossa frente, não vamos falar da mesma forma com uma pessoa que vem, vem de um país de terceiro mundo ou zona rural ou de um, um indivíduo que vem do norte da Europa e tem quatro doutoramentos, temos que nos adaptar à pessoa e temos que ter essa sensibilidade, perceber como é que podemos chegar a essa pessoa e adaptarmo-nos à pessoa, pronto isso não se ensina. (E.2, assessor da UVIDRE, TAV jurista remunerado)

Para a anterior gestora os critérios de selecção dos aspirantes a TAV devem ser:

(...) para além do background académico é saber pelo menos uma língua para além do português (...) Depois a lógica é a parte pessoal, da personalidade das pessoas, ver até que ponto as pessoas são empáticas, ver até que ponto as pessoas têm capacidade de prestar informação de forma simples e clara e as pessoas que, quer as próprias pessoas que acham que não conseguem ou nós achamos que a pessoa não consegue fazer atendimentos directos, então pode ter outro tipo de funções (...) pode ser, no caso de direito, escrever coisas de direito, fazer algum trabalho de secretariado, fazer levantamentos de coisas para investigação, de nomes (...) todos o trabalhos são válidos não quer dizer que só as pessoas que trabalham directamente com as vítimas têm um papel fundamental. (...) (E.4, antiga gestora da UVIDRE, TAV jurista remunerada)

A maioria dos Técnicos de Apoio à Vítima (TAV) são estagiários ou voluntários e apesar de tecnicamente realizarem o mesmo trabalho, a actual gestora e TAV psicóloga distingue-os quando reflecte sobre as suas características:

(...) a principal característica de um bom voluntário (...) esquece os estagiários, esquece as pessoas que estão aqui a trabalhar (...) Tem que ser uma pessoa muito altruísta (...) no sentido de prescindir de tempo particular em prol ou da comunidade ou do outro (...) (...) quando te fiz esta distinção (entre um voluntário e um estagiário) é porque o estagiário tem uma obrigação, precisa de acabar assim, um voluntário acho que é muito mais humano e é só essa a grande diferença para mim, mas não existe distinção, um estagiário e um voluntário é exactamente o mesmo. (...) (E.15, actual gestora da UVIDRE, TAV psicóloga remunerada)

O número de Técnicos de Apoio Vítima da UVIDRE varia, em geral as áreas de formação são o direito e/ou ciências sociais, nomeadamente psicologia e o serviço social, o que não invalida que aceitem técnicos de outras áreas sempre que se justifique.

Dentro das competências habituais para atender vítimas de crime, os técnicos da UVIDRE detêm conhecimentos específicos sobre a temática das migrações e dos fenómenos associados. “Um dos requisitos da equipa é ter o máximo de conhecimento de línguas possível” (...) (E.4, antiga

gestora da UVIDRE e TAV jurista remunerada) Caso existam quaisquer tipos de barreiras linguísticas, os técnicos recorrem ao Serviço Telefónico de Tradução (STT) disponibilizado gratuitamente pelo ACIDI. O STT conta com 56 tradutores que falam 60 línguas e dialectos. O serviço tem como finalidade auxiliar técnicos de qualquer instituição em Portugal e a comunidade imigrante a superar eventuais dificuldades linguísticas.

Os colaboradores remunerados da UVIDRE entrevistados – inclusive a antiga e actual gestora e o assessor técnico – iniciaram na APAV como técnicos de apoio à vítima em regime de voluntariado.

A antiga gestora da UVIDRE é formada em direito. Começou como voluntária jurista na APAV e abraçou o projecto da UVIDRE desde o início, em 2005. Antes de colaborar com a APAV trabalhou num escritório de advogados e o seu primeiro contacto com a área da imigração deu-se quando trabalhou na Comissão de Protecção de Menores. Paralelamente, era mediadora penal. Deixou de colaborar com a UVIDRE em Dezembro de 2010 por motivos pessoais.

A actual gestora da UVIDRE é mestre em psicologia e doutoranda em psicologia comunitária. Actualmente, está a realizar uma investigação sobre os líderes das associações de imigrantes. Foi convidada a ocupar o lugar de gestora quando desempenhava o cargo TAV psicóloga da unidade e iniciou o seu percurso na APAV em 2008, como estagiária no gabinete de Lisboa. Após o estágio curricular continuou como voluntária porque se encontrava a acompanhar uma utente e entretanto surgiu a oportunidade de colaborar em *part-time* a prestação de serviços como psicóloga na UVIDRE, tendo iniciado funções em Dezembro de 2009. Paralelamente trabalhava numa linha de apoio a familiares e doentes com cancro. Pouco depois iniciou a participar no desenvolvimento de projectos da UVIDRE, facto que teve peso para que fosse seleccionada para substituir a anterior gestora.

A actual assessora e Técnica de Apoio à Vítima jurista remunerada é brasileira, de São Paulo, formada em direito e na altura em que a entrevistei estava em Portugal há cerca de um ano e meio para prosseguir os estudos. Tomou conhecimento da instituição através de uma reportagem na televisão, resolveu ir ao site da APAV e como sempre se interessou pela área do direito criminal – na qual trabalhou no Brasil – candidatou-se como voluntária. Entretanto, enquanto realizava voluntariado no Gabinete de Apoio à vítima (GAV) de Lisboa surgiu a oportunidade de ocupar uma vaga como jurista na UVIDRE. Está na UVIDRE como Técnica de Apoio à Vítima jurista desde Dezembro de 2010, onde teve o seu primeiro contacto com a área das migrações.

O anterior assessor é licenciado em direito e pós-graduado em direito tributário. Quando iniciou como advogado estagiário decidiu candidatar-se como voluntário para o GAV de Lisboa, na entrevista propuseram-lhe colaborar com a UVIDRE, aceitou, tendo sido a sua primeira

experiência nas áreas do apoio à vítima e das migrações. Entretanto, em 2006, foi convidado a colaborar em regime de prestação de serviços como TAV jurista. Paralelamente, exercia advocacia e era mediador penal. Deixou de colaborar com a UVIDRE, por decisão própria em Novembro de 2010.

Os restantes colaboradores entrevistados, nomeadamente, dois TAV psicólogos e uma TAV jurista iniciaram o seu percurso na instituição APAV/UVIDRE através do Programa de Estágios de Jovens do Ensino Superior nas Empresas (PEJENE) – que promove estágios durante as férias de Verão.

O TAV psicólogo voluntário frequentava um mestrado em psicologia. Foi na UVIDRE que teve o seu primeiro contacto com a área de apoio à vítima e das migrações. Quando terminou o estágio curricular ficou como voluntário, tendo sido convidado a colaborar com a UVIDRE em *part-time* em regime de prestação de serviços. Todavia, em Dezembro de 2009 foi substituído pela actual gestora – mas continuou novamente como voluntário. Entretanto, após cerca de um mês surgiu a oportunidade de colaborar com o JSR como psicólogo, interrompendo o voluntariado na UVIDRE. Paralelamente, colaborava com uma Associação de Apoio à Pessoa em Luto, como moderador de grupos de entajuda de pessoas em luto. Encontrava-se a realizar um projecto sobre o luto no âmbito do mestrado em psicologia que entretanto finalizou. Também estava a realizar um estágio no Hospital Garcia de Orta no Departamento de Psiquiatria e de Saúde Mental.

A TAV jurista voluntária era finalista no curso de direito. Teve a sua primeira experiência na área do apoio à vítima e das migrações na UVIDRE e como gostou da experiência após o estágio continuou como voluntária. Entrou para a UVIDRE em Julho de 2009, contudo em meados de Abril de 2010 interrompeu o voluntariado para se dedicar exclusivamente aos estudos.

A TAV psicóloga é formada em psicologia clínica na área da saúde e da doença e pós-graduada em mediação familiar. Começou a colaborar com a APAV em 2009, durante cerca de quatro meses ficou colocada no Centro de Formação, onde realizou trabalho administrativo. Após o estágio iniciou o voluntariado na UVIDRE, onde teve o seu primeiro contacto com a área das migrações e com utentes, porém não chegou a realizar atendimentos ou acompanhamentos psicológicos. Paralelamente, colaborava num projecto de intervenção social em bairros sociais. Pouco depois interrompeu o voluntariado por razões profissionais.

3.1.1 - Formação inicial

Os aspirantes a Técnicos de Apoio à Vítima necessitam de frequentar uma formação básica, que inclui módulos específicos das três principais áreas de apoio: jurídico, psicológico e social. No Gabinete de Lisboa, a formação ocorre pelo menos duas vezes por ano, dependendo do número de

aspirantes a TAV. O curso básico de Técnicos de Apoio à Víctima realiza-se durante dois dias com a duração total de 14 horas. Os formadores são gestores e assessores de gabinetes da APAV.

O curso básico da APAV para aspirantes a TAV em que participei foi ministrado por cinco formadores e estavam presentes 15 aspirantes a TAV. Os formandos eram maioritariamente do sexo feminino, frequentavam ou já tinha finalizado o 1º ou 2º ciclo do ensino superior, tendo formação académica nas áreas das ciências sociais (política social, trabalho social, serviço social, psicologia) e direito. Existe por parte da instituição preferência pelas áreas atrás referidas, nas quais fornece apoio especializado.

A formação visa: dar a conhecer a missão e os objectivos da associação; dar a compreender a problemática com a qual trabalha; apresentar os modelos de intervenção, os procedimentos e os código(s) de conduta e desenvolver competências para efectuar atendimentos a utentes vítimas de crime. Os formandos familiarizaram-se com conceitos intrínsecos à problemática. Em cada módulo há uma vertente prática, na qual são realizados exercícios para avaliar os conhecimentos dos aspirantes TAV.

(...) As pessoas (voluntários e estagiários da APAV/UAVIDRE) necessitam de ter uma formação inicial de apoio à vítima, mas é uma formação que não é muito elaborada tecnicamente, tenta-se explorar alguns cenários, tenta-se passar uma mensagem, mas no fundo é fazer a pessoa pensar, acho que esse é o principal objectivo. Depois como é que as coisas se organizam é uma coisa mais logística que outra coisa, se alguém entrar, sempre que um voluntário ou um estagiário nós tentamos dar esta formação para a pessoa também não ser apanhada desprevenida não é. (E.15, actual gestora da UAVIDRE, TAV psicóloga remunerada)

3.1.2 - Formação especializada: Área Social

Depois da formação geral, os aspirantes a TAV separam-se por áreas para receber formação especializada. Como não podia frequentar os três módulos, ou seja, o de apoio jurídico, psicológico e social, visto concretizarem-se simultaneamente, optei pela formação na área social. A formadora abordou o conteúdo funcional de um TAV da área social, os procedimentos e tarefas. As funções de um TAV social passam por elaborar um diagnóstico social – onde se faz a caracterização do indivíduo ou agregado tendo em conta factores socioeconómicos, profissionais e de saúde. É a partir do diagnóstico que se definem as necessidades e potencialidades do indivíduo para posteriormente se adequarem as respostas ao caso, nomeadamente uma eventual articulação com outras entidades.

A vertente prática do módulo da área social consistiu em dar resposta a um caso problemático. O caso era o seguinte: uma utente, vítima de violência doméstica por parte do cônjuge, este com dependência de álcool, tinham filhos a cargo e ambos se encontravam

desempregados. A mãe da utente também vivia numa situação similar por isso o apoio e a estrutura familiar era tida como nula ou disfuncional. Os aspirantes a TAV tinham que dar uma resposta adequada à situação, que consistiu em: encaminhar a utente para o centro de emprego; integrar as crianças na escola; encaminhar a utente para o apoio jurídico (caso quisesse apresentar denúncia, pedir o divórcio e requerer a Regulação das Responsabilidades Parentais ou apenas obter informações); caso necessitasse de um advogado encaminhá-la para a Segurança Social, onde também podia requerer outros tipos de apoio adequados à sua situação e sugeriu-se apoio psicológico.

3.1.3 - Formação UVIDRE

Um TAV que receba formação básica não pode realizar atendimentos a utentes da UVIDRE porque os aspirantes a TAV UVIDRE necessitam de frequentar formação específica na área das migrações. A formação UVIDRE em que participei teve a duração de quatro horas e contou com três formadores – a gestora e os assessores da unidade – e cinco formandos com formação na área de direito e psicologia.

Segundo o programa que me forneceram, a formação da UVIDRE tinha três principais objectivos: que o TAV compreendesse a vitimização imigrante e discriminação racial ou étnica; que fosse capaz de intervir junto de vítimas imigrantes e de discriminação racial ou étnica; e que fosse capaz de intervir junto de turistas.

(...) nós (formadores da UVIDRE) vê-mos mais ou menos aquilo que a nível técnico, o que é que é mais importante passar, a informação que é mais importante passar e que não é dada de outra forma porque nós temos, sei lá, temos a apresentação de uma queixa, o que é uma queixa?! É suposto qualquer TAV saber isso, depois há conhecimentos mais específicos, o que é uma queixa de discriminação, junto de que entidade é apresentada, como é que funciona o ónus, etc., isto já se parte do pressuposto que um TAV normal não saiba e convém que isto conste das formações da UVIDRE, ou seja, aborda as questões mais específicas da UVIDRE, as áreas de actividade da UVIDRE. (E.2, assessor da UVIDRE, TAV jurista remunerado)

A parte teórica da formação UVIDRE foi constituída por seis módulos: Migração (conceitos, factores, problemáticas); Instrumentos legais (direitos dos estrangeiros, igualdade de tratamento, regularização, reagrupamento familiar, crimes associados); Tráfico de Seres Humanos – identificação e apoio (fases, mitos e factos, indicadores, avaliação de risco, regras de entrevista, vitimação secundária, estatuto, direitos enquanto testemunhas); discriminação subtil e vítimas turistas.

Na formação propuseram-nos dois exercícios: o primeiro consistiu na avaliação de um caso que nos foi apresentado e em conjunto tínhamos que analisar a situação e identificar o tipo de apoio que o utente necessitava e por consequente, as instituições para as quais necessitava de ser encaminhado.

O segundo exercício é usual porque faz parte de todas as formações tanto dos TAV como dos TAV UAVIDRE. O exercício consistiu na simulação de um atendimento. Pediram-nos para formar grupos de três elementos para que cada um assumisse um determinado papel: de utente, de técnico ou observador. Ao formando que assumiu o papel de utente foi-lhe dado a descrição das características da utente fictícia e da situação de vitimação; ao formando que tinha o papel de técnico foi-lhe pedido que colocasse em prática os conhecimentos adquiridos na formação – sobre a recolha de informação, a escuta activa, o tipo de apoios e encaminhamentos mais adequados ao caso e ao formando que fez de observador foi-lhe pedido que efectuasse apontamentos sobre o atendimento – o que foi dito e o que poderia ter sido dito e feito. No final discutiu-se esse e outros casos.

Segundo a então gestora da UAVIDRE, é necessário um trabalho de pesquisa, ou seja, o TAV tem que saber identificar e caracterizar os diversos crimes, esse “olho treinado” vai permitir um diagnóstico mais completo da situação durante o atendimento.

(...) nós (TAV) podemos fazer as perguntas adequadas (durante os atendimentos) para conseguir perceber qual é que é o tipo de crime que estamos a falar porque uma situação de violência doméstica pode não ser só de violência doméstica, pode até ser uma situação de exploração laboral ou até de tráfico que já aconteceu, mas como há uma relação, então é violência doméstica. (...) nós temos que despistar nos atendimentos e para isso temos que investigar para saber quais são, quais são os requisitos de cada tipo de crime e perceber o que está a acontecer (...) (E.4, antiga gestora da UAVIDRE, TAV jurista remunerada)

A última parte da formação foi o acompanhamento de Técnicos de Apoio à Vítima imigrante seniores em atendimentos. Basicamente, os aspirantes a TAV acompanharam o ritmo diário da unidade, como tudo se processa na prática.

Pelo que pude constatar a formação APAV/UAVIDRE é baseada nos manuais de intervenção, de boas práticas da instituição, nas experiências dos formadores e sobretudo através da discussão de casos reais que passaram pela instituição. Os formandos, maioritariamente jovens, acabados de sair da sala de aulas e sem experiência profissional, ficam embevecidos com o discurso da instituição e com o primeiro contacto com a problemática.

3.2 - UVIDRE: Procedimentos e tipos de apoio

3.2.1 - Atendimento

Qualquer imigrante em situação regular ou irregular pode recorrer aos serviços da UVIDRE, pois não será denunciado. Terá igualdade no acesso e qualidade de resposta como qualquer outro cidadão imigrante.

O facto de existir a hipótese do utente se poder exprimir numa língua na qual seja fluente, facilita o desenvolvimento do processo. Faz com que haja uma maior e melhor comunicação, partilha de informações e dados relevantes entre o técnico e o utente. Exige menor esforço por parte do utente para se fazer compreender, permitindo-lhe também conhecer com maior clareza o seu estatuto e por consequente os seus direitos e deveres.

(...) muitas vezes (os utentes da UVIDRE) não entendem o português de Portugal e dizem que sim, porque tu falas e dizem que sim, mas não estão a entender-te, ou seja, a questão da língua é uma questão muito pertinente, o facto de tu permitires o quanto possível que a pessoa possa falar a sua língua é uma diferença para as pessoas muito grande porque a relação estabelecida entre o técnico e o utente é uma relação de confiança não é, e é uma relação o mais igualitária possível e não te superioridade (...) Tu estás a falar a tua língua, normalmente a explicar umas coisas que até em termos técnicos é complicada para pessoas que sabem a língua quando mais para outros e portanto a equipa, um dos requisitos da equipa é ter o máximo de conhecimento de línguas possível (...) (E.4, antiga gestora da UVIDRE e TAV jurista remunerada)

Porém, uma TAV jurista voluntária referiu ter dificuldades em conduzir atendimentos noutras línguas que não o português, mesmo com o auxílio do serviço de tradução. A voluntária contou que: “As vezes a língua (pode ser um obstáculo), porque nós (...) não somos nenhuns políglotas e às vezes é muito complicado, já tive um caso desses” (...) (E.1, TAV jurista, voluntária).

Na verdade as opiniões sobre o funcionamento do serviço de tradução dividem-se: há quem garanta que funcione bem, mas há quem não partilhe da mesma opinião e que a melhor opção seria a própria instituição ter uma bolsa de voluntários tradutores. Durante o trabalho de campo assisti a atendimentos realizados na língua castelhana, nomeadamente com uma utente da América latina e em língua inglesa, nomeadamente com uma utente de nacionalidade inglesa e a uma outra utente proveniente do leste europeu.

Enquanto voluntária da UVIDRE tentei angariar voluntários para uma bolsa de tradutores. No entanto, não foi simples cumprir os objectivos a que me propus porque dada a dificuldade de encontrar pessoas que falem as línguas do leste europeu, da Índia, o chinês e as suas variantes e os

diversos crioulos, que dominem a língua portuguesa e simultaneamente tenham disponibilidade e perfil para trabalhar com vítimas de crime.

Vamos agora conhecer os passos de um atendimento da UAVIDRE. Este pode ser realizado por e-mail, carta, por telefone ou presencialmente. Os mais comuns são os atendimentos telefónicos e presenciais. Quando o utente chega ao GAV de Lisboa onde também funciona a UAVIDRE, depara-se com a recepção. Consoante a sua nacionalidade é encaminhado para os TAV do GAV de Lisboa ou para a UAVIDRE.

Caso não haja um TAV disponível para atendimento imediato, o utente tem duas hipóteses: ou aguarda ou marca um atendimento para outra hora ou dia.

Se o utente vier acompanhado por crianças, existe um espaço infantil onde estas podem permanecer até que o atendimento termine, supervisionadas por um TAV.

Muitos utentes vêm acompanhados para o atendimento e os respectivos acompanhantes podem assistir e inclusive ter um papel activo no mesmo, se o utente assim desejar. Assisti a bastantes atendimentos a que o utente veio acompanhado por familiares, amigos ou patrões e quase todos participaram no atendimento. Todavia, verifiquei que nestes casos o técnico sublinhou sempre que a última palavra era do utente. Durante um atendimento que realizei a uma utente guineense vítima de violência doméstica – que não dominava totalmente a língua portuguesa – passou-se o seguinte: Após ouvir o seu relato e avaliar a sua situação concluí que a segurança e vida da utente e do filho estavam em risco. Por isso, sugeri que fossem acolhidos num Centro de acolhimento. A utente mostrou-se reticente e pediu-me que falasse ao telefone com o seu tio materno – que se encontrava a morar num país europeu. Acedi, porque compreendi que era importante para a senhora. Expliquei ao tio da utente todas as alternativas, procedimentos, benefícios e constrangimentos e esclareci-lhe todas as dúvidas que colocou. O receio da utente acabou por se dissipar e após uns dias de reflexão concordou em ser acolhida com o filho.

O primeiro atendimento tem duas finalidades: o apoio emocional à vítima e a recolha de informação (história da pré-vitimação; narração da vitimação e história pós-vitimação). No decurso do atendimento são identificados os crimes/ problemas, sendo as estratégias de resolução e resposta construídas em conjunto pelo técnico e utente. Todavia, “a metodologia de intervenção é centrada na vítima, ou seja, o que a vítima considerar importante” (E.4. antiga gestora da UAVIDRE, TAV jurista remunerada). Este detém a palavra final mesmo que destoe do parecer técnico. A TAV psicóloga e agora Gestora da Unidade fala sobre o papel do TAV durante o processo de atendimento e apoio que segundo a própria é colaborativo:

Por norma, mas aqui eu acho que não é só na UVIDRE (...) a atitude do técnico à partida (...) creio que tenha que ser mais passiva do que activa. Isto quer dizer o quê, se calhar na Casa Abrigo é diferente, mas aqui (...) nesta área específica, porque se a pessoa (...) se queixa que é vítima de violência doméstica ou um tipo de, imagina um crime de violação sexual que são os que mais custam nós temos que dar muito, podemos informar muito a pessoa portanto, enquanto técnico tu informa-la de todos os direitos, mas é sempre em última instância a escolha do utente que vai prevalecer (...) Claro que se nos pedirem ajuda para intervir dentro das nossas possibilidades nós aí passamos para um papel mais activo, mas tem que ser sempre a utente o principal factor se quiseres tem que ser realmente o principal decisor a seguir com o caso para a frente, nós no fundo só servimos de apoio. Portanto, se a pessoa tiver doente, se precisar de alguma coisa vem ter connosco, nós somos a espécie de um andaime se quiseres. Portanto, seríamos mais passivo nós em última instancia mais activo se a pessoa, se a pessoa ou activo. Não, se calhar (o papel do técnico é) mais colaborativo talvez e o utente terá que ser mais activo (E. 15, antiga TAV psicóloga remunerada, actual gestora da UVIDRE).

A autonomia da técnica só deve sobrelevar-se à autonomia do utente quando este não se encontra na posse das suas capacidades mentais para que decida de forma consciente ou ainda, por exemplo, existam intervenientes menores de idade. A antiga gestora descreveu-nos um caso:

(...) Uma mãe com três crianças que vive com um senhor, que já houve tentativas de homicídio para com, ao menos uma criança (...) pelo menos com certeza...ele entretanto já foi, já veio, já foi, já veio e agora está outra vez. (...) a mãe é omissa na protecção das crianças e acha que ele vai mudar ou seja, se fosse só a mãe (...) tínhamos que fazer o acompanhamento psicológico como está a ser feito, no fim de ela compreender e ter consciência do risco para que ela queira tomar alguma decisão, porque a integridade física é um bem disponível, portanto ela pode (...) consentir a agressão, agora quando estão filhos envolvidos menores, aí nós intervimos (...) a questão é que um dos pais é o agressor activo e o outro é o agressor omissa, não é, um por omissão outro por acção estão a agredir e nesse caso então temos outro tipo de atitude e claro a atitude pode passar eventualmente por tirar as crianças, através da CPCJ (...) ou o Tribunal de Família consoante as situações do processo que está a decorrer (E4, antiga gestora da UVIDRE, TAV jurista remunerada).

Durante o atendimento também se pode construir um Plano de Segurança Pessoal adequado à situação do utente, que serve basicamente para prevenir novas vitimações por parte do agressor. Este tipo de prática acontece tanto em contexto de gabinete como em contexto de Casa Abrigo. O Plano de Segurança Pessoal é construído em conjunto, ou seja, pelo técnico e pelo utente. Pode passar por mudar de casa, trabalho, número de telefone, mudar de rotina, mudar de visual, entre outros. Ao questionar uma utente – que optou por continuar a coabitar com o marido/ agressor – sobre o seu Plano de Segurança Pessoal ela contou:

(...) a primeira coisa que eu fiz depois da última vez que ele me bateu foi sair de casa, ter passado uns dias com a minha prima, depois disso fiz a queixa, e no entanto voltei para casa porque supostamente ele estava mais calmo (...) depois disso sempre que eu vejo que ele está mais nervoso ou irritado ou pego nas minhas coisinhas saio de casa, vou dar uma volta ou digo (...) tás assim alterado a gente volta a falar quando estiveres mais calmo (...) basicamente não dar, tentar não prolongar uma discussão quando está alterado (...) porque (...) pode acabar na violência. O que eu tenho feito é, não conversar quando está irritado e... (...) (...) Então o que é que eu posso, o que é que eu faço cada vez que ele começa assim, porque ele não começa logo a bater, começa a procurar discussões, então digo assim, estás muito (...) stressado e quando, quando estiveres mais calmo a gente volta a conversar, mas como duas pessoas adultas, conversar, não é discutir. Ou quando ele está (...) mais irritado, saio de casa, vou ter com as minhas amigas, quando volto está mais calmo a gente conversa. Depois que eu fiz a queixa, porque eu cheguei a queixa dele, e agora ele anda mais calmo (E.12, utente da UVIDRE, são-tomense, regular).

Após cada atendimento é realizado um registo, que serve para ajudar os técnicos a orientarem-se durante o processo de acompanhamento. Segundo os formadores, este procedimento tem como principal objectivo evitar que o utente esteja sujeito a vitimações secundárias, ou seja, evitar que o utente repita o que vivenciou vezes sem conta porque pode potenciar traumas. Caso o utente seja encaminhado ou marque um novo atendimento e seja atendido por um técnico diferente, o utente não necessita de repetir a sua história e o técnico não vai para o atendimento sem estar contextualizado.

Quando as utentes recorrem aos serviços da APAV/UVIDRE, os técnicos procuram saber como tomaram conhecimento da instituição, sendo um dos dados pedidos na Ficha de Atendimento. Constatei que os utentes da UVIDRE são geralmente encaminhados por outras instituições, amigos, familiares, conhecidos ou patrões.

3.2.2- Modelos de intervenção:

De acordo com o manual de procedimentos da UVIDRE existem dois modelos de intervenção: na crise e continuada. A intervenção na crise acontece no primeiro atendimento, onde é fulcral recolher o máximo de informação possível, no sentido de realizar uma avaliação integral do caso. O modelo de intervenção continuada consiste no seguimento do acompanhamento do utente após o tempo de crise, através de apoio especializado em três áreas: jurídico, social e psicológico. O anterior assessor da UVIDRE quando questionado sobre os modelos de intervenção utilizados pela unidade no apoio ao imigrantes disse:

Modelos de intervenção não sei o que é (...) A nível de apoio, nós prestamos apoio a nível emocional, jurídico e psicológico, também prestamos algum apoio a nível social, mas será sempre por encaminhamento (...) para a segurança social, para a entidade que tiver competência na área. (E.2, assessor da UVIDRE, TAV jurista remunerado)

3.2.2.1 - Apoio jurídico

O apoio jurídico tem três vertentes: informar o utente sobre todos os seus direitos; explicar as várias fases de determinados processos judiciais; auxiliar a utente a elaborar e preencher alguns tipos de requerimentos.

O TAV UVIDRE, enquanto interventor na área jurídica aplicada à imigração, deve ter conhecimentos legais a nível nacional e internacional para lidar com crimes específicos, dos quais podemos destacar a violência doméstica; tráfico de seres humanos; burlas – em contrato de trabalho, extorsão, retenção de documentos – e discriminação. Acresce dizer que um TAV jurista nunca poderá representar um utente enquanto advogado por razões deontológicas.

O atendimento jurídico (...) versa sobre (...) o apoio não só no esclarecimento de questões jurídicas, mas também uma apresentação de uma queixa, o elaborar uma queixa, em situações de discriminação, o acompanhamento de todo o processo, nós não podemos representar as pessoas no tribunal, estamos impedidos por normas deontológicas não só da APAV como também da ordem dos advogados, nunca poderemos representar uma pessoa em juízo, mas vamos esclarecendo a pessoa quanto a, quanto a questões que vão surgindo antes do processo, durante o processo e depois do processo. (E.2, assessor da UVIDRE, TAV jurista remunerado)

Uma TAV jurista voluntária refere que “o facto” de os imigrantes “virem de um andamento jurídico (...) completamente diferente do nosso” (português) (E.1, TAV jurista voluntária) aumenta a vulnerabilidade dos mesmos. As mulheres imigrantes são consideradas um grupo altamente vulnerável e de risco. É habitual serem vítimas de chantagem e violência emocional por parte dos companheiros e/ou ex-companheiros em relação à atribuição do poder paternal dos filhos em comum. Por isso, os TAV sublinham a importância de existirem serviços como a UVIDRE, que prestam informações jurídicas gratuitamente e que encaminham para as entidades competentes independentemente da situação legal do utente. A anterior gestora explica-nos a necessidade de existirem serviços como a UVIDRE:

(...) (há necessidade de existirem) unidades específicas para pessoas que são vítimas de crime, porque há maior vulnerabilidade nesta população (...) não só pelos estudos que existem, mas é inegável que esta população é muito mais frágil, até a forma como se apresentam nos atendimentos notas que são

peessoas mais frágeis, o receio... por exemplo é normalmente as pessoas dizerem, ah...mas eu tenho filhos e ele diz que de certeza que lhe dão a ele porque ele é português, isto é uma coisa recorrente e acreditam nisto. Portanto, o facto de as pessoas chegarem cá, com (...) um completo desconhecimento dos direitos, mas até completa confusão acerca das entidades que podem ajudar (...) a polícia é vista como um papão (...) às vezes é... (risos), mas (...) nem sempre e como nós sabemos há muitos profissionais competentes. (...) (E4, antiga gestora da UVIDRE, TAV jurista remunerada)

Em relação aos utentes em situação irregular, a UVIDRE consegue contornar alguns dos constrangimentos legais, nomeadamente, alargar o prazo de permanência do utente em território nacional. A anterior gestora da UVIDRE explica que a unidade tem capacidade de dar respostas eficazes aos imigrantes em situação irregular:

(...) no que diz respeito à UVIDRE, o facto de haver casas abrigo que independentemente de a pessoa estar irregular ou não poder ser integrado, o facto de independentemente ser irregular ou não nós ajudarmos a apresentar as queixas e comunicarmos ao SEF que a pessoa está num processo e que está a ser apoiada, vítima de crime e portanto não deve ser notificada para abandonar o território, este tipo de situações que nós fazemos... (...) O facto de o utente estar a ser acompanhado pela UVIDRE é tida em conta obviamente pelo SEF. (E4, antiga gestora da UVIDRE, TAV jurista remunerada)

Porém, a anterior gestora da UVIDRE sublinha a necessidade de se criar um estatuto específico para vítimas imigrantes à semelhança do que acontece com as vítimas de tráfico¹⁰ ou vítimas de violência doméstica, com o objectivo de garantir um conjunto de direitos básicos, explicando-o da seguinte forma:

O que é que nós às vezes fazemos, tentamos perceber quais aqueles estatutos que são de facto garantidos, por exemplo, no tráfico de seres humanos há um estatuto específico, também é um facto que nesse crime específico a identificação das vítimas é um problema, logo se não há identificação não há atribuição de estatuto logo é uma pescadinha de rabo na boca. Agora (...) aqueles casos que já falaram com as entidades policiais para lhe garantir o estatuto, não há problema nenhum, nós tivemos não muitos casos, mas uns três ou quatro em que garantir um estatuto tem alojamento, tem alimentação, tem tudo aquilo que devia ser garantido a todas as vítimas de crime, principalmente considerando que estamos a falar de pessoas não têm redes sociais de apoio, não têm capacidade económica para se sustentar. Nas situações em que o crime é um crime no âmbito da relação laboral, quer seja a exploração quer seja o abuso sexual de alguma forma, nessas situações as pessoas aguentam estar no trabalho,

¹⁰ As vítimas de tráfico podem usufruir de um conjunto de direitos, nomeadamente, direito a residência e apoios sociais, caso decidam colaborar com as autoridades e/ou caso seja necessário a sua permanência em território nacional por motivos ligados à investigação. Todavia, os direitos intrínsecos ao estatuto de vítima de tráfico podem ser cancelados se o beneficiário desrespeitar o acordo estabelecido.

independentemente das violações que estão a ter, a ser alvo porque é a fonte de rendimento, se estão irregulares, se nós não conseguimos garantir o mínimo de apoio social, então não dá. Agora haverá sempre hipótese do retorno voluntário, por exemplo, a questão como o próprio nome indica o retorno é voluntário, ou seja, a pessoa tem que querer. (...) se perguntar à maior parte dos utentes, 99% diria eu, não querem voltar e portanto não é essa a solução, para mim tinha que haver um estatuto mínimo de vítimas de crime, um estatuto mínimo que garantiria a todos a protecção social que fosse necessária. Também acho que essa garantia mínima podia vir com requisitos, ou seja, a pessoa tem que se reestruturar dentro desse tempo, tal como nas casas abrigo, portanto a lógica é, tem esta possibilidade portanto... porque a maior parte das pessoas que estão cá irregulares, que vêm cá tem trabalho, portanto não é que não tenham, não é que estejam aqui a viver, portanto é essa a minha opinião e é essa a opinião da APAV que tem que haver o estatuto mínimo. Estamos a falar dos imigrantes, estamos a falar de todas as vítimas, especialmente os imigrantes, nomeadamente os irregulares (E4, antiga gestora da UVIDRE, TAV jurista remunerada)

3.2.2.2 - Apoio social

Segundo o Manual UVIDRE, a intervenção social visa a resolução de problemas sociais tendo como base os preceitos dos direitos humanos e da justiça social. “ (...) tem como objectivo central a defesa e a promoção de direitos humanos e de expressão social, pelo que rejeita, na sua prática, as lógicas assistencialistas e filantrópicas” (Manual UVIDRE:83). O papel do TAV na área social consiste em mobilizar recursos que preencham as lacunas encontradas a nível social do utente.

São disponibilizadas informações aos utentes sobre a procura activa de emprego; acesso à formação/ educação; acesso à saúde e apoio nos processos burocráticos (requerimentos de subsídios entre outros). Em geral, os utentes da UVIDRE que carecem de apoio social são encaminhados para serviços de acção social local das câmaras municipais, juntas de freguesia, Segurança Social, paróquias, Cáritas, Santa Casa da Misericórdia, entre outras. Os apoios sociais são fundamentais para a população imigrante que não dispõe de uma rede social sólida. Porém, segundo a minha experiência, em particular na Casa Abrigo, o que se passa é que embora encaminhem uma utente para o Centro de Emprego, a maioria das vezes demora meses ou até anos para ter uma proposta de trabalho adequada. Em relação às crianças também pode demorar muito tempo até conseguirem uma vaga num infantário e embora exista escolaridade obrigatória, por vezes as burocracias e procedimentos de segurança protelam as resoluções dos casos. No que diz respeito aos subsídios e apoios, por exemplo, da Segurança Social, já tive conhecimento de processos céleres e outros lentos que se arrastaram durante meses até o seus pedidos serem deferidos. Quando as utentes são acolhidas, as casas abrigo responsabilizam-se pelos meios de subsistência, apoio jurídico, apoio psicológico, habitação, alimentação, segurança, apoio pecuniário quando justificados até se

autonomizarem. Todavia, as utentes que não se encontram acolhidas – porque não estão em perigo de vida – podem ficar numa situação muito precária e desprotegida durante um longo período. A situação agrava-se quando os utentes se encontram em situação irregular, para quem os apoios públicos estão vedados. Os TAV da UAVIDRE têm que aprender a contornar as inúmeras barreiras a nível legal e burocrático para conseguirem apoiar efectivamente utentes que se encontrem em situação irregular. A actual assessora descreve as suas dificuldades no apoio a utentes irregulares¹¹:

As dificuldades que sinto é principalmente quanto ao sistema, algumas impossibilidades que os imigrantes têm em Portugal, por exemplo, muitas vezes uma vítima de violência doméstica que saia de casa e que esteja aqui em situação irregular, é difícil conseguir acolhimento porque a Santa Casa de Misericórdia não dá acolhimento para imigrantes irregulares, não consegue apoio jurídico porque a Segurança Social também não fornece então acho que o, a principal dificuldade são externas ao serviço da UAVIDRE (E.16, Assessora e TAV jurista remunerada).

Para contornar as dificuldades sentidas a nível social, em particular no apoio a utentes em situação irregular, recorrem a contactos informais com instituições e a um conjunto de entidades que apoiam os imigrantes independentemente do seu estatuto legal.

Sempre questionei o facto do apoio social ser apontado como o mais frágil – tanto pelos técnicos como pelos utentes – e durante o meu trabalho de campo não tomei conhecimento de um único elemento da área social – voluntário ou remunerado – na UAVIDRE. O antigo assessor UAVIDRE referiu que não terem um elemento da área social não constituía qualquer problema porque qualquer TAV estava preparado para informar e encaminhar o utente para as instituições competentes e que caso houvesse uma situação mais complicada sempre poderiam socorrer-se dos préstimos de um TAV social do Gabinete de Lisboa.

3.2.2.3 Apoio psicológico

Segundo o Manual UAVIDRE o apoio psicológico a utentes imigrantes não se cinge apenas ao episódio de violência ou de discriminação do qual foi vítima, embora seja fundamental conhecer

¹¹ Durante o trabalho de campo, participei na actualização da lista da UAVIDRE de centros de acolhimento existentes em Portugal. Contactou-se as instituições com o objectivo de actualizar os dados e uma das questões era se aceitavam como residentes imigrantes em situação irregular. Houve instituições que afirmaram não aceitar imigrantes em situação irregular, outras só se o imigrante se encontrassem em processo de legalização e uma das instituições explicou que embora aceitasse imigrantes independentemente de a sua situação estar regularizada ou não, estes habitualmente não se adaptavam ao Centro de Acolhimento.

a reacção do utente a esse mesmo acontecimento. Abrange todo o processo migrante do utente, isto porque para que se planeie “o atendimento psicológico o técnico tem imprescindivelmente que considerar a fase de adaptação e integração em que o utente se encontra no contexto acolhedor” (Manual UAVIDRE: 87). Um TAV UAVIDRE psicólogo reflecte sobre a importância do apoio psicológico:

O trabalho desenvolvido (no apoio psicológico) assume-se realmente importante uma vez que estas mulheres se encontram em crise, encontram-se fragilizadas e sendo a minha formação a área da psicologia, julgo que é extremamente importante reabilitar estas mulheres, digamos utentes em termos emocionais para saberem enfrentar e lidar com o problema, com o conflito, com os maus tratos no fundo. (E.3, TAV psicólogo voluntário/remunerado)

3.3 - TAV UAVIDRE: motivações e dificuldades

Os TAV voluntários e os TAV remunerados entrevistados deram a entender que o seu trabalho na APAV/UAVIDRE lhes desperta a sensação de bem-estar porque têm consciência que o seu trabalho faz diferença na sociedade e na vida dos utentes. “Eu acho o meu trabalho muito importante porque eu consigo perceber no dia-a-dia que eu mudo a vida das pessoas com o meu trabalho e isso para mim tem um valor inestimável”. (E.16, Actual assessora e TAV jurista remunerada)

Todos os TAV entrevistados deram um enorme relevo ao contacto com a realidade, ou seja, à interacção com os utentes como experiência enriquecedora tanto a nível profissional como pessoal. A antiga gestora da UAVIDRE e o antigo assessor da UAVIDRE reflectiram em entrevista sobre as suas motivações e significado do seu trabalho na UAVIDRE:

Eu sempre (...) considerei o trabalho de um modo geral (...) uma parte muito importante minha pessoal porque eu acho que se uma pessoa não tem uma actividade profissional que a satisfaça não consegue estar bem, não consegue ser feliz, a questão é que eu, eu saí do escritório de advogados no qual ganhava muito mais, mas não quis saber, portanto, é que não quis mesmo e não quero, eu estou muito mais feliz e concretizada assim, até parece mal porque estou a ajudar vítimas de crime que é uma infelicidade porque obviamente são vítimas de crime, não é, mas realmente é um trabalho extremamente satisfatório e dentro das frustrações é um trabalho muito satisfatório, eu sinto que estou a fazer alguma coisa, a contribuir não de uma forma económica, não é, como contribuía no escritório dos advogados, mas contribuir socialmente, para a melhoria social para utilizar informações que pagavam-me muito num escritório e dizer que isto não é nada, isto é a vida de uma pessoa e de facto esta mudança na minha vida foi muito importante até em termos pessoais, até em termos repriorizar a tua vida, ou ter mais um carro

assim ou ter...não, não é tão importante, percebes. Quando tu comesças a, a perceber o mundo de outra forma, a ouvir histórias diferentes, a ter consciências diferentes do que é que é a realidade também vêes a tua vida de forma diferente. Eu pelo menos comecei a ver, ok também continuo a comprar os meus sapatos (tom de brincadeira e sorriso), mas vejo de uma forma mais despegada certas coisas, não, eu acho que isso tem a ver com a satisfação que tu tens com o trabalho que fazes, pronto não te deixa cabeça preocupada com outras coisas mais supérfluas. (E.4, antiga gestora da UVIDRE e TAV jurista remunerada)

Ah...sim, o ordenado não é de certeza (a motivação), a gente ganha aqui fortunas (risos), não, é assim, eu já fazia este trabalho de borla, tu podendo fazer pago, claro que o faço. É assim, trabalhar na APAV tem a grande benesse, sentimos que o trabalho é válido, ajudamos pessoas e ajudamos mesmo, vemos isso, algumas mais que outras claro, há umas que não fiz, não fiz grande diferença, outras haverá que se não sou um? Adivinho? Fico lá perto, nem que fosse a definir planos, a ajuda-las a capacitarem-se de perigos, a fazer o modelo de segurança, o plano de segurança pessoal e por ai fora ou seja, ajudar, ajudei muito boa gente e é muito bom saber e sentir isso. (E.2, antigo Assessor e TAV jurista remunerado)

No apoio a vítimas de crime, nomeadamente, a vítimas imigrantes é difícil medir a taxa de sucesso, havendo entraves gerais e específicos: as instituições, em geral, queixam-se que têm que trabalhar com escassos recursos financeiros e humanos; ao nível particular, os TAV da UVIDRE têm que aprender a contornar as inúmeras barreiras a nível legal e burocrático porque na área de imigração o Estado e as suas instituições têm implementado “políticas públicas” baseadas em “modelos de selecção e fechamento” (Togni, 2009:165), que não só condicionam o percurso dos imigrantes como também o apoio prestado pelas diversas instituições de solidariedade social aos imigrantes.

Os TAV em geral sublinham a necessidade de ter grande tolerância à frustração porque pode não ser fácil aceitar determinadas decisões dos utentes, mas “é impensável um técnico (...) impor a sua vontade” (...) (E.15, TAV psicóloga, actual gestora da UVIDRE). Há utentes, que segundo o que relatam em atendimento, correm perigo de vida e apesar de poder haver alternativas, nomeadamente, serem acolhidas, optam por regressar para o agressor, correndo o risco de fazer parte da lista anual de mortes que ocorrem por violência doméstica. Nesta área, segundo os TAV, é essencial os técnicos terem capacidade de auto-gestão emocional, de lidar com situações e relatos de vida “pesados” para que o trabalho não afecte negativamente as suas vidas.

Uma TAV jurista referiu que não é fácil dizer que não a alguns pedidos dos utentes, a nível social. Há utentes muito carenciados que precisam de apoio económico e de habitação, mas a instituição não está nem vocacionada nem dispõe de recursos para atender este tipo de pedidos, por

isso são normalmente encaminhados para a Segurança Social e para a entidade que gere os bairros municipais de Lisboa (Gebalis).

(Um dos constrangimentos com os quais se depara em atendimento) é não poder dar a resposta que as pessoas querem porque a APAV não é o paraíso como algumas pessoas pensam, é o facto de nós termos que dizer não às vezes, não conseguimos, não podemos ajudar, quer dizer nós não dizemos isto, não é, mas ao fim ao cabo é o que acontece. (E.1, TAV jurista, voluntária)

Observei que os TAV encaram os atendimentos a vítimas de crime como um exercício que requer muita responsabilidade. Quando iniciam a efectuar atendimentos têm receio de não estar à altura, de não conseguirem dar resposta a todas as problemáticas expostas pela vítima. O antigo assessor da UVIDRE lembrou a inquietude que sentiu quando iniciou a realizar atendimentos:

Encontra (dificuldades) no início a exercer funções, o TAV... (risos) o TAV, é assim, eu aí não posso generalizar muito, vou falar por experiência pessoal. Eu quando comecei estava sempre com algum receio de não conseguir dar conta do recado porque, porque achava que era uma grande responsabilidade, o falar com a vítima, o encaminhar a vítima, depois ao longo do tempo temos que saber lidar com questões novas, ou seja, nós estamos a lidar com pessoas e há sempre problemáticas diferentes, há sempre situações que nós não conhecemos e temos que estar prontos (...) para dar uma resposta nessas situações. (E.2, Antigo assessor da UVIDRE e TAV jurista remunerado)

Capítulo 4

A UAVIDRE através dos olhos das utentes

4.1 Utente UAVIDRE

Encontrei resistência por parte dos TAV e da anterior e actual gestora da UAVIDRE em traçarem um perfil do utente que recorre aos serviços da unidade. “ (O utente da UAVIDRE) não tem um perfil, eu acho que os atendimentos são muitos variados, as nacionalidades são várias, acho que há uma predominância de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica, mas ainda assim são situações bastante diversas mesmo nesse grupo, as situações de cada vítima” (E. 16, assessora e TAV jurista da UAVIDRE remunerada). Alguns TAV reflectem sobre a questão do perfil da utente da UAVIDRE:

Para além de ser imigrante claro, normalmente são mulheres, normalmente vítimas de violência doméstica, os casos pelo menos que eu me lembro de homens é quase sempre relacionado com, com a discriminação no trabalho, mais no trabalho (E.1, TAV jurista voluntário).

As pessoas não são todas iguais, mas digamos que a utente que vem à UAVIDRE, eu disse a utente porque realmente são maioritariamente mulheres que vêm à UAVIDRE. São mulheres vítimas de alguns maus tratos físicos e psicológicos dentro, no seio de uma relação...algumas fragilizadas, revoltadas, outras meio assustadas, no fundo sentimentos negativos que surgem, desta conflitualidade na relação, mas sim, é sobretudo mulheres brasileiras que vêm à nossa associação (E.3, TAV psicólogo voluntário/remunerado).

(...) sabes tanto pode, a violência doméstica que é o mais comum, depende podes ter uma pessoa que é mais dependente e vive muitos anos nesta situação de violência, tem muita dificuldade em tomar uma decisão, mas também podes ter aquela pessoa que é agredida uma única vez e vem aqui e faz de tudo para sair dessa, dessa, dessa situação. Portanto, é muito complicado, acho que é preciso ter muito cuidado com essa, é mesmo uma questão muito complicada (E. 15, antiga TAV psicóloga remunerada, actual gestora da UAVIDRE).

Segundo as estatísticas da UAVIDRE houve um aumento de ano para ano de casos: em 2005 tiveram 131 processos; em 2006, 249; em 2007, 300; em 2008, 372; em 2009, 377 e em 2010, 404. A actual gestora da UAVIDRE referiu que o aumento de casos não está ligado ao aumento de crimes, mas sim ao incremento de denúncias devido ao aumento de informações e conhecimento das instituições de apoio.

De 2005 a 2010 as utentes foram maioritariamente do género feminino; vítimas de violência doméstica – maus-tratos físicos e psicológicos – por parte do cônjuge e/ ou (ex-)companheiro. Entre 2005 e 2009 as utentes eram maioritariamente de nacionalidade, brasileira, angolana e cabo-verdiana, já em 2010 foram maioritariamente de nacionalidade, brasileira, seguida de angolana e guineense, e com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos. Os autores do crime, entre 2005 e 2010 foram maioritariamente do género masculino, de nacionalidade portuguesa e com idades compreendidas entre os 26 e os 45. A maioria das utentes e dos autores do crime tinham como nível de escolaridade o ensino superior e trabalhavam por conta de outrem.

4.2 - A experiência migratória

O presente estudo contou com a participação de dez utentes seleccionados aleatoriamente, nove utentes entrevistados eram do género feminino e um do género masculino. Cinco utentes eram naturais do Brasil, três de Cabo verde e dois de São Tomé e Príncipe. Oito dos utentes entrevistados recorreram à UVIDRE porque foram vítimas de violência doméstica e dois porque sofreram a perda de um familiar, por crime violento, nomeadamente homicídio.

Duas das utentes entrevistadas, que receberam apoio enquanto vítimas de violência doméstica também requereram apoio jurídico por outros motivos: uma por razões laborais e a outra porque equacionou accionar o Programa de Retorno Voluntário. Tanto o género como a naturalidade e a tipologia de crimes dos utentes entrevistados vão ao encontro das estatísticas da UVIDRE. Durante os seis anos de funcionamento da UVIDRE as utentes foram maioritariamente do género feminino, vítimas de violência doméstica e predominantemente do Brasil e dos PALOP, nomeadamente, de Cabo-Verde e Angola.

Os utentes entrevistados enumeraram mais que um motivo para migrar, designadamente, trabalhar, estudar, conhecer outro país e quebrar o ciclo de violência. A maioria dos utentes enunciou o trabalho – com vista a melhorar as condições de vida – como principal motivação para migrar, porém 3 utentes referiram que Portugal também era uma boa escolha para continuar os estudos, duas utentes sublinharam o gosto por viajar e conhecer outras culturas como factor a ter em conta e outras duas utentes acrescentaram que um dos factores que as levou a decidir migrar foi quebrar o ciclo de violência.

Ao contrário das restantes utentes que entrevistei, foi a UVIDRE que realizou o primeiro contacto com o utente E.14, disponibilizando os seus serviços, que prontamente foram aceites. Foi através de um artigo publicado num Jornal que a instituição teve conhecimento do caso. A irmã do

utente foi assassinada a tiro pelo cônjuge – português e agente da polícia – deixando três filhos, dois dos quais menores, de um relacionamento anterior. O utente requereu um advogado na segurança social, porque a família não tinha condições para contratar um e embora seguisse todos os procedimentos o processo de atribuição de advogado estava a ser longo e a comprometer os interesses da família porque já tinham sido notificados para comparecer a tribunal e a família continuava sem ninguém que os representasse. O utente E.14 relatou as motivações que o levaram a imigrar para Portugal:

O motivo que me levou a imigrar foi a necessidade de conseguir algo melhor para a minha vida e uma vez que eu vi que no país em que eu estava, que é o país de origem não tava me proporcionando isso e eu dia dois do dois de dois mil e dois eu fui, dirigi, pensei em imigrar para Portugal e tou até hoje (E.14, Utente da UVIDRE, Brasileiro, regular).

A utente E.12 recorreu à instituição por ser vítima de violência doméstica por parte do cônjuge de nacionalidade portuguesa – com ascendência são-tomense – com quem continua a coabitar. A utente decidiu migrar para Portugal porque tinha acabado o 12ºano e tencionava concorrer ao ensino superior, mas principalmente para estar com perto do namorado. A utente casou pouco tempo depois, algo que fez sempre parte dos seus planos e que permitiu que a utente se legalizasse.

(...) conheci o meu actual marido em São Tomé, ele estava lá de férias, ele vive cá em Portugal, ele é português. (...) ficamos juntos, vim cá, vim cá, vim cá viver e também para fazer o meu curso (...) (...) é hábito quando se acaba o 12ºano sair de São Tomé para estudar porque não temos uma Universidade (E.12, Utente da UVIDRE, são tomense, regular).

A utente E.7 vem de uma família de classe média e tinha um bom trabalho numa multinacional em Manaus, tendo sido sempre o principal sustento da sua casa porque ganhava bem. Sofria de violência doméstica por parte do seu companheiro, com quem teve uma filha. Para quebrar definitivamente o ciclo de violência decidiu imigrar para Portugal com o objectivo de estudar, tendo conseguido uma bolsa. Entretanto conheceu um português com quem manteve um relacionamento de quem também sofreu violência doméstica e que lhe usurpou todos os seus bens. Recorreu aos serviços da instituição por dois motivos: quebrar o ciclo de violência e para ter apoio jurídico porque teve dificuldades em se legalizar.

(...) os motivos que me levaram a imigrar foi, era casada com o pai da minha filha a nossa relação não deu certo. Eu fiquei, ele deixou (inaudível por causa do vento) deixou alguns portáteis lá em

minha casa onde a gente vivia e os clientes iam lá e reclamavam e não sei o quê e começou a tornar a minha vida um pouco difícil e aí consegui uma bolsa de estudos para a Madeira, pela empresa, pela empresa, pela empresa que eu trabalhava que era a PRODAM, consegui contactos, consegui uma bolsa e fui para a Madeira estudar. Imigrei e fui para a Madeira estudar (E.7, Utente da UVIDRE e ex-residente de um Centro de acolhimento, Brasileira, regular).

A utente E.13 veio para Portugal para por um ponto final na sua relação porque era vítima de violência doméstica. Quando finalmente se estava a organizar, o seu ex-companheiro ficou sem emprego em Cabo-Verde, por isso imigrou para Portugal, permanecendo em casa da utente. As agressões físicas e psicológicas reiniciaram, das quais destacou os relacionamentos extraconjugais, as humilhações, nomeadamente, esfregar as próprias fezes na cara da utente, insultos, relações sexuais não consentidas. Como não aguentou a situação separou-se, mas sentiu-se isolada, porque segundo a utente culpavam-na de abandonar o marido quando este mais precisava de apoio porque estava desempregado e em situação irregular, em particular os familiares do seu ex-companheiro. A utente descompensou, tentou o suicídio e com o apoio de uma prima, compreendeu que necessitava de ajuda, tendo deslocando-se ao Centro de Saúde da sua área de residência onde a encaminharam para a UVIDRE.

(...) sempre tive o sonho de viajar, mas o motivo mesmo que me trouxe aqui a Portugal é que a minha relação, tem a ver com o meu companheiro não era casada, mas vivia com um companheiro de facto com quem tenho um filho, só que eu era vítima de violência doméstica, ele espancava-me muito, espancava-me grávida, depois de o bebé nascer também espancou-me várias vezes e fomos perdendo o respeito um pelo outro e foi uma das razões mais fortes que me fez voltar, a vir aqui. (E.13, Utente da UVIDRE, Cabo-verdiana, regular).

A escolha de Portugal como país de destino está ligada principalmente à familiaridade com a cultura e língua portuguesa, mas principalmente porque tinham contactos no país, nomeadamente, família – inclusive companheiros –, amigos ou conterrâneos conhecidos que supostamente facilitariam a adaptação e integração, por exemplo, ao fornecer informações ou auxiliar na procura de residência e na inserção no mercado de trabalho.

Os utentes entrevistados relataram que, em geral, não tiveram grandes problemas de adaptação, referiram apenas o clima e a alimentação; dois utentes revelaram ainda que tiveram dificuldades com a língua portuguesa por causa da pronúncia; dois utentes também salientaram a discriminação como entrave a uma boa adaptação.

A utente E.5 veio para Portugal para realizar um tratamento médico, optou por permanecer no país porque engravidou do companheiro de nacionalidade portuguesa. Recorreu à instituição por

ser vítima de violência doméstica por parte do companheiro, devido às ameaças de morte viu-se obrigada a sair de casa com os três filhos – os dois mais velhos fruto de uma relação anterior para um centro de acolhimento, onde o filho mais velho não pode ser integrado por causa da idade. Durante a entrevista a utente reflectiu sobre o seu processo de adaptação a Portugal:

Eu até que não senti muita dificuldade em adaptar, felizmente cheguei num momento do Outono, mas ao princípio era muito frio, era muito frio, esta parte é que custou tanto, mas depois nada me custou. Foi fácil encontrar documentação, foi fácil fazer as minhas coisas, foi fácil encontrar trabalho aí não tive muita dificuldade de adaptação. (...) A casa, eu vim e vivia com um familiar meu, pronto. A nível do trabalho foi com (ajuda) de amigos (E.5, Utente da UVIDRE e ex-residente de um Centro de Acolhimento, são-tomense, regular).

É assim, falando de adaptação, primeiro foi a questão por mais que seja o português, não é, a gente via na televisão e custava a entender, mas hoje em dia graças a Deus a gente consegue perceber perfeitamente e depois é o lado, por ser estrangeiro vai arrumar um trabalho, já paga menos por ser um estrangeiro, entendeu e...é discriminação em geral, mas isso é em todo o lado. Garanto também que os portugueses no Brasil também, com certeza passaram por isso (E.14, Utente da UVIDRE, brasileiro, regular).

A E. 9 veio para Portugal morar com o pai quando tinha dez anos com o objectivo de estudar, contudo também começou a realizar todo o trabalho doméstico em casa. A utente foi encaminhada pela Segurança Social para a UVIDRE porque estava a ser vítima de violência doméstica por parte do pai. Contou que por volta dos seus catorze anos o pai a começou a agredir e a controlar exacerbadamente, os episódios de violência intensificaram-se, chegando mesmo a mostrar interesse sexual por ela. Segundo a utente, inicialmente o pai justificava as agressões como sendo uma forma de a educar e disciplinar, mas para ela as agressões sucediam-se sem qualquer motivo aparente. A utente apontou as suas principais dificuldades de adaptação ao novo país:

(...) sim (teve algumas dificuldades de adaptação), no princípio eu já tinha em Cabo Verde, já tinha feito o 4ºano então quando cá cheguei não falava mesmo português, lá em Cabo-Verde temos o português como língua oficial, mas mesmo assim é mais o crioulo. Nas aulas é que falávamos assim de vez em quando o português, mas estar a falar o português correntemente não, então repeti o 4º ano aqui em Portugal e foi, acho que foi a melhor coisa que fiz porque me adaptei melhor, do que ir logo para o 5ºano sem, sem mesmo base primeiro (E.9, Utente da UVIDRE e residente de um Centro de Acolhimento, cabo-verdiana, regular).

A utente E.11 recorreu aos serviços da UVIDRE encaminhada pela polícia judiciária com o objectivo de receber apoio psicológico porque sofreu a perda do seu marido por crime violento, foi assassinato em contexto laboral.

Não foi difícil (adaptar-se a Portugal) (...) a única coisa que eu achei diferente foi chegar aqui e morar com bastantes pessoas, em um quarto numa casa com bastantes pessoas. Ao contrário, foi fácil, foi gostoso, não estranhei nada (E.11, Utente da UVIDRE, brasileira, regular).

Alguns utentes entrevistados recorreram a vistos de estudante e turismo para entrar em Portugal; outra utente obteve uma autorização para realizar um tratamento médico; duas utentes imigraram ao abrigo do protocolo de reagrupamento familiar: uma utente menor veio morar com o pai e outra utente veio para o país com os filhos para se juntar ao marido.

Se alguns utentes viajaram com vistos de curta duração, aparentemente com o objectivo de permanecer em Portugal, houve casos em que acabaram por ficar no país devido a circunstâncias da vida, por exemplo, uma utente veio a Portugal, segundo a própria, em negócios, porém teve uma proposta de trabalho que aceitou – como interna numa casa particular. Uma outra utente relatou que veio a Portugal realizar um tratamento médico, durante esse período envolveu-se com um indivíduo de nacionalidade portuguesa de quem engravidou e por isso acabou por decidir ficar em Portugal.

A utente E.10 foi vítima de violência doméstica por parte do companheiro e num dos episódios de violência saltou de uma varanda para escapar das agressões, tendo partido as duas pernas o que a levou a ser hospitalizada. Foi durante o internamento que conheceu uma jornalista. Ao conversarem, a jornalista disponibilizou-se para auxiliar a utente, referiu que a utente iria necessitar de apoio porque a recuperação ia ser processo longo, tinha uma filha pequena para cuidar e não tinha uma rede de apoio estruturada, por isso propôs-se a contactar a UVIDRE. A utente e a filha foram acolhidas numa Casa de Abrigo.

(...) eu vim de Cabo Verde para Portugal prá fazer negócio e depois quando vem fazer negocio encontrei trabalho lá no, no Intendente e depois estava a falar com um senhor, o senhor diz que vai pagar 600euros para ficar interna eu acabo por ficar, eu acabo por ficar pra trabalho. (E.10, Utente da UVIDRE e ex-residente de um Centro de Acolhimento, cabo-verdiana, regular)

Imigrei por motivos de baixa médica e uma junta médica (...) Junta medica a fim de fazer um tratamento aqui em Portugal, eu aqui entrei, eu aqui encontrei o pai dos meus filhos, eu aqui fiquei (risos) (E.5, Utente da UVIDRE e ex-residente de um Centro de Acolhimento, são-tomense, regular).

Em relação ao processo de inserção no mercado de trabalho português, observou-se que metade dos entrevistados tinha qualificações médias ou superiores. Uma utente encontrava-se a terminar o ensino secundário e pretendia concorrer ao ensino superior e quatro frequentavam ou já tinham terminado o ensino superior, uma das quais se encontrava a frequentar um mestrado. À excepção de uma utente que trabalha na sua área de formação e de uma utente estudante – que ainda não trabalha – os entrevistados exercem trabalhos não qualificados. O utente de género masculino trabalha no ramo da construção civil, como pedreiro, e as utentes de género feminino trabalham na área das limpezas e comércio – como lojistas. Constatou-se que a maioria dos utentes entrevistados ocupava outros cargos profissionais no país de origem, a maioria trabalhava por conta própria, três utentes estavam no ramo do comércio, mas como proprietários: uma utente tinha uma *lancheonete*, outra utente tinha uma loja de vestuário e a última tinha uma mercearia. Uma utente, no país de origem, estava na área dos serviços, era professora e foi proprietária de uma escola.

4.3 - Irregularidade, vulnerabilidade, violência e género

Há várias causas e/ou procedimentos legais que podem influenciar – e quase todos negativamente – os processos de integração e legalização dos imigrantes no contexto acolhedor. As mulheres imigrantes são vistas como um dos grupos dos mais vulneráveis, motivo pelo qual foram contempladas com um conjunto de medidas no Plano Nacional para a Integração dos imigrantes de 2007, que visam essencialmente sua protecção. O irónico consiste no esforço que o Estado e as suas instituições fazem para protege-las – através de Planos e outro tipo de apoio – quando são os próprios a potenciar possíveis situações de vulnerabilidade e dependência.

As leis e regulamentos de imigração do país de destino também influenciam a migração das mulheres e homens através da colocação de um estatuto de dependente nas mulheres e independentes nos homens, sendo classificadas frequentemente pela sua relação com o homem (esposa, filha) (Togni, 2009:36).

Parte dos utentes entrevistados referiram não ter problemas em se legalizarem. Houve quem se legalizasse através de um contrato de trabalho, outros requereram o reagrupamento familiar ou casaram com cidadãos portugueses. Porém, em alguns casos, a legalização foi um processo moroso e desgastante ao ponto de ponderarem regressar ao país de origem. A utente E17 está em Portugal há cerca de cinco anos e durante esse período trabalhou em vários locais, todavia continuou em situação irregular porque nunca conseguiu um contrato de trabalho. Já a utente E.8, referiu que esteve prestes a activar o Programa de Retorno Voluntário porque o marido – do qual se separou

por maus-tratos – não a quis legalizar. A utente durante um longo período não conseguiu encontrar um emprego porque estava em situação irregular e por consequente não conseguia um contrato de trabalho para regularizar a sua situação. Contou que o marido migrou primeiro sozinho para Portugal – onde já se encontrava a mãe e a irmã do mesmo – com o objectivo de trabalhar, juntar dinheiro e legalizar-se para que a utente e os filhos viessem ao seu encontro. Embora o marido da utente a pudesse legalizar, assim como aos filhos, ele optou por não fazê-lo, deixando a utente numa situação de vulnerabilidade e condicionada a nível de direitos. A utente explicou o motivo pelo qual o marido não a quis legalizar:

(...) Porque na altura como ele me agredia fisicamente, moralmente, ele alegou, achava que eu me legalizando conseguiria assim, engrenar a minha vida sozinha, ia conseguir ter mais oportunidades de trabalhar num lugar com um ganho maior e assim, é encaminhar a minha vida sozinha sem ele e assim ele achava que não legalizando a mim e aos filhos, bloquearia, é bloquearia tudo. (...) Mesmo que tivéssemos juntos não, quando eu procurei assessoria jurídica e o SEF e o SEF também me disse que mesmo que eu quisesse que ele assinasse era ele que teria que fazer isso de livre e espontânea vontade senão ninguém o obrigava, a não ser que eu estivesse de cama e necessitasse de uma internação foi o que eles me disseram, a única cláusula era só se eu tivesse internada de cama e teria que ser...necessário esse documento para operar aqui no país, aí assim um caso gravíssimo, aí pronto porque eu não poderia recorrer aos meus meios próprios (E.8, Utente da UVIDRE e ex-residente de um Centro de Acolhimento, brasileira, regular).

Para muitas mulheres a decisão de imigrar acarreta muitos desafios e oportunidades, o que se pode traduzir num “aumento da mobilidade social, independência económica e relativa autonomia” (...) quando inseridas no mercado laboral (Togni, 2009:37). Todavia, muitos companheiros, normalmente agressores, recorrem a uma panóplia de estratégias com o objectivo perpetuar a sua dependência. Se a dependência económica continua a ser uma das razões pelas quais muitas mulheres não quebram o ciclo da violência, a mulher imigrante irregular permanece numa situação altamente vulnerável porque legalmente não pode trabalhar e podem não apresentar queixa por receio de serem expulsas do país e ficarem sem a guarda dos filhos. A utente E.8 quando questionada sobre se temeu ser notificada para abandonar o território português quando a apresentou queixa às autoridades disse:

Num certo momento tive essa preocupação, mas depois eu pensei de qualquer forma se eu não denunciasses quem ficava prejudicada era eu porque eu já estava farta, mas tive receio sim, tive receio porque para nós a gente quando olha a polícia, para nós é o mandato de ir embora (risos), já é o vai

embora do meu país (risos) e no entanto graças a Deus não, não foi nada, não aconteceu nada (E.8, Utente da UAVIDRE e ex-residente de um Centro de Acolhimento, brasileira, regular).

A utente, vítima de violência doméstica por parte do cônjuge, recorreu aos serviços da APAV na sua área de residência. Durante o atendimento, consideraram que a utente e os filhos se encontravam numa situação de perigo, por isso sugeriram que fosse acolhida num centro de acolhimento. A utente aceitou a sugestão e enquanto procuraram uma vaga num centro de acolhimento, forneceram-lhe apoio psicológico. Por vezes torna-se um pouco imprevisível o tempo de espera por uma vaga num centro de acolhimento porque está condicionada por diversos factores, nomeadamente se há lugar para todos os elementos do agregado – porque há mais procura que oferta –, se aceitam mulheres com filhos e se sim com que idade ou se aceitam indivíduos em situação irregular – há centros de acolhimento que só recebem utentes regularizados ou já em processo de regularização.

Para dar uma resposta mais célere, a UAVIDRE, construiu uma base de dados com todos os centros de acolhimento e os respectivos requisitos, que vai sendo actualizada. Sempre que possível, os TAV procuram um centro de acolhimento adequado ao perfil e à situação da utente. Todavia, dadas as dificuldades de encontrar apoios para utentes irregulares contam com um conjunto de contactos de instituições que estão mais sensíveis a este tipo de situações.

(...) há uma grande dificuldade às vezes de colmatar aquilo que para a vítima seria importante, o apoio social para uma pessoa irregular, o que é que acontece, acontece que felizmente existem associações que não fazem parte do Estado, não são a Segurança Social, não são a Misericórdia, não fazem parte das entidades que precisam de directamente explicar que as pessoas estão irregulares e por isso é que estão a ser apoiadas, esse grupo de entidades é que nos recorremos para tentar colaborar, principalmente o acolhimento e nós sabemos que poucas são aquelas que não pedem os documentos das pessoas. (E.4, Antiga gestora da UAVIDRE/ jurista)

A utente alerta para a vulnerabilidade a que as mulheres imigrantes vítimas de crime, nomeadamente de violência doméstica, em particular em situação irregular estão expostas. Sugere que haja mudanças a nível legislativo porque este tipo de casos potencia situações de vitimação.

(...) se ele está legalizado (...) o meu pensamento seria assim: ele legalizado e eu conseguiria de qualquer forma através da UAVIDRE até mesmo através de uma assessoria jurídica, conseguir ou até mesmo o governo português fazer uma exigência já que ele tem esse documentado (...) eu sou casada no papel, a pessoa é casada no papel, tem filhos legítimos dessa pessoa e se tem tudo isto que engloba um grau de parentesco a pessoa tem que ser legalizada mesmo que a pessoa não queira, tem que ser obrigada

porque a assim abre os caminhos da pessoa, mas assim não foi pronto (E.8, Utente da UAVIDRE e residente de um Centro de acolhimento, Brasileira, regular).

A utente E.7 colocou-se numa situação delicada ao se envolver com um cidadão português, do qual foi vítima de violência doméstica e que lhe usurpou alguns bens.

“No caso dos relacionamentos transnacionais a relação de poder é desigual e localizada por uma soma de categorias como o género, nacionalidade e mobilidade” (...) (...) a situação agrava-se quando o “companheiro é o único vínculo no país” (Togni, 2009:40-41). A utente veio para Portugal com um visto de estudante e apesar de estar numa situação financeira confortável sentiu que estava condicionada, ou seja, viu-se confrontada com obstáculos no quotidiano como por exemplo conseguir abrir uma conta num banco porque para isso tinha que ter um representante. O seu companheiro na altura ofereceu-se para ser seu representante porém, após seis meses de relacionamento, não só começou a maltrata-la como passou a gerir os seus bens, sem que ela tivesse um papel activo sobre os mesmos. Segundo a utente, existem determinados procedimentos legais que necessitam ser repensados porque não protegem os migrantes de indivíduos de má-fé. O facto de ter caído no erro de o nomear seu representante reforçou a sua situação de vitimação, nomeadamente, a sua dependência perante o agressor.

Mesmo, apesar de ter o visto (de estudante) eles não aceitavam isso, tinha que ter alguém que tipo uma pessoa do próprio país que me apoiasse que tivesse ali entendeu, caso eu não, não tivesse dinheiro na conta, caso não cumprisse as coisas ele ia lá e seria o representante legal meu, eu acho isso muito mau, seria mais interessante se fosse uma pessoa do Governo, da Segurança Social, outra pessoa, isso devia ser mudado na Lei, devia ser mudado nos Órgãos. Uma pessoa que imigrasse conseguisse ser independente apesar de ser estudante e, e não é, por enquanto durante um período não se poder manter, mas ter dinheiro para isso. Isso é muito mau aqui e ainda é assim, ainda não mudou (E.7, Utente da UAVIDRE e ex-residente de um centro de acolhimento, brasileira, regular).

(...) Um representante, é muito mau isso, isso tinha, tinha que ser modificado não é, nós tínhamos que conseguir sermos independentes, independentemente de sermos estudantes ou trabalhadores sermos independentes não é. Eu tinha dinheiro, mas não era independente, tinha que ter, tinha que ter ele como apoio percebes, por causa da documentação, nas finanças tava vinculada no nome dele, pode dizer-se assim entendeu. Depois com o tempo consegui tirar o nome dele (...) desvinculei dele (E.7, Utente da UAVIDRE e ex-residente de um centro de acolhimento, brasileira, regular).

4. 4- O contacto com a APAV/UAVIDRE

A maioria dos utentes entrevistados soube da existência da instituição APAV/ UAVIDRE ao revelarem a conhecidos – familiares, amigos, colegas – a sua situação de vitimação ou foram encaminhados por outras instituições como a Segurança Social e a polícia judiciária. Só houve um caso em que o utente foi contactado pela APAV/UAVIDRE sendo a própria instituição a oferecer os seus serviços.

Eu sai de casa, fui para casa dos pais de uma amiga, então a mãe dela foi comigo, assim á Segurança Social para ver que tipos de apoio é que eu tenho, então falaram-me da APAV, ela veio aqui comigo (E.9, Utente da UAVIDRE e ex-residente num Centro de acolhimento, cabo-verdiana, regular).

A mim foi a Judiciária que me mandou, me encaminhou para cá (UAVIDRE). Na altura eu não sabia de nada, tinha necessidade de um psicólogo e me enviaram para cá (E.11, Utente da UAVIDRE, brasileira, regular).

É habitual existir um misto de vergonha e nervosismo quando comparecem ao primeiro atendimento, em particular quando se trata de uma situação de violência doméstica. Algumas residentes de um centro de acolhimento para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, das quais duas entrevistei, mencionaram em conversas informais que não gostavam de contar que foram vítimas de violência doméstica porque se sentem estigmatizadas. Há indivíduos que atribuem ao termo vítima uma conotação negativa largamente associado a sujeitos passivos, débeis, vulneráveis (Best, 1997:13).

Por vezes os utentes encontram-se fragilizados, têm dificuldade em confiar nas pessoas, mesmo nos profissionais. Uma utente são-tomense descreve os sentimentos que a invadiram quando se encontrava ainda na sala de espera a aguardar pelo seu primeiro atendimento presencial:

(...) senti vergonha não é, uma coisa já é difícil, é muito difícil a gente contar à família e amigos e é pior ainda contar a uma pessoa que a gente não conhece não é, sim foi um bocadinho difícil, senti vergonha, medo (...) (E.12, Utente da UAVIDRE, são-tomense, regular).

A idade, o género, o discurso e postura do técnico influenciam o comportamento do utente, mas principalmente o tipo de vitimação e stress ao qual o utente esteve sujeito. A mesma utente relatou o que sentiu quando foi atendida por um técnico do género masculino:

(...) estava à espera de, que fosse uma, uma mulher a fazer-me, a fazer o atendimento (...) (...) foi um bocadinho difícil porque quando uma pessoa é vítima de violência doméstica fica a pensar, os homens vão sempre, vão sempre escolher pra os homens (...) se calhar não vai ser tão compreensivo como uma mulher. Pá, isto já me passou, já me passou, mas antes eu achava, eu tinha raiva de todos os homens, achava que eram todos iguais. (...) fez-me um bocadinho confusão ter que, ter que desabafar com um homem e estava a pensar se calhar outra pessoa não me vai perceber tanto como uma mulher (E.12, Utente da UVIDRE, são-tomense, regular).

O atendimento a uma jovem brasileira, estudante universitária, vítima de violência doméstica por parte do ex-namorado ilustra os condicionamentos associados à vitimização.

A utente envolveu-se com um colega de faculdade que a maltratou principalmente a nível psicológico, tinha comportamentos machistas exacerbados, criticava a utente por não saber confeccionar pratos típicos do norte de Portugal – como a mãe –, dizia que as brasileiras eram putas e ela não era excepção, acusou-a de ter doenças infecto-contagiosas – a ponto dela ir fazer análises e envia-las ao agressor.

O que perturbou mesmo a utente foi a ameaça de divulgação na internet de fotos íntimas e de nudez que tiraram em conjunto, ele chegou mesmo a enviar para o e-mail da turma, uma das fotos onde mostrava um dos seios da utente. Embora não se visse a cara da utente, segundo a própria dava para a identificar devido ao tom de pele e pelo cabelo. Toda a situação provocou um desgaste emocional na utente, que acabou por se reflectir a nível físico e psicológico, acabou no hospital e medicada com ansiolíticos.

À medida que a utente descrevia detalhadamente os actos violentos que sofrera, chorava compulsivamente. Eu estava como técnica auxiliar e tirava notas para depois fazer o registo, todavia isso deixou a utente desconfortável ao ponto de o verbalizar. O técnico jurista interveio explicando os objectivos das notas, salientando que só o continuaríamos a fazer caso a utente estivesse de acordo. A senhora acedeu porém, durante o atendimento a utente teve uma postura desconfiada, chegando a questionar se estava a ser gravada ao mesmo tempo que olhava para todos os cantos do gabinete com o objectivo de verificar se haviam câmaras.

Todavia, também há particularidades que têm um impacto positivo no utente, que o deixam mais descontraído. Segundo a TAV jurista da UVIDRE o facto de ela ser brasileira – e ter experienciado situações similares, nomeadamente ser discriminada – faz com que parte dos utentes de nacionalidade brasileira se sintam mais confortáveis durante o atendimento e todo o processo de apoio.

(...) infelizmente os brasileiros têm um estereótipo um pouco negativo em Portugal e já sofri alguns preconceitos, pessoas são um pouco mais estúpidas do que deveriam, tratam de uma forma um pouco inferior e assim situações mais concretas já tive problema com a inscrição no Centro de Saúde que não me quiseram inscrever pelo facto de eu ser estrangeira, já negaram arrendamento de apartamentos também quando andava à procura pelo facto de eu ser estrangeira e situações assim (E.16, TAV UVIDRE jurista remunerado).

(...) eu sempre me coloco na situação deles (utentes), acho que eu tenho uma sensibilidade um pouco maior, não que as outras pessoas, os portugueses não tenham, mas eu acho que eu vivi muitas das coisas que eles (utentes) vivem então isso faz uma diferença no atendimento e por outro lado também sinto que alguns utentes sentem mais confortáveis, alguns já disserem que bom que você é brasileira, assim eu fico mais tranquilo (E.16, TAV UVIDRE jurista remunerado).

4.4.1 - A percepção dos utentes

Os utentes entrevistados afirmaram que se sentiram ouvidos e vão ao encontro do que os técnicos declaram, que os utentes assumem um papel activo. Referiram que o apoio que receberam teve um impacto positivo na sua vida. Quando aprofundei o impacto e a importância atribuída pelos utentes ao apoio prestado pela instituição verifiquei que a maioria dos utentes entrevistados sentem que os apoios não só foram fundamentais para sair e ultrapassar a situação de vitimação como também em alguns casos na construção de um novo projecto de vida. Salientaram que têm confiança na instituição e que sentem que podem contar com o apoio da mesma sempre que houver necessidade.

Sim, sim (teve um papel activo). Tanto ouviam como falavam e também deixavam a gente participar, né, aquilo que eram os meus pensamentos, as minhas ideias nenhuma foi bloqueada não com certeza. Tudo ok. (E.8, Utente da UVIDRE e ex-residente do Centro de acolhimento, nacionalidade Brasileira, regular)

Tenho (um papel activo) e olha que eu antes não, agora tou tendo atitudes que quando me separei nunca esperava ter, pelo menos eu tinha muito medo, mas agora já não. (E.13, Utente da UVIDRE, nacionalidade Cabo-verdiana, regular)

Mais do que fundamental, foi excelente (o apoio psicológico na UVIDRE) e como é que eu falo, encontrei, para mim foi muito importante, tudo o que eu tava passando acho que sozinha talvez não conseguiria e, foi o acompanhamento que tive, cada passo que me foram ensinado e eu tive mais força prá andar porque senão acho que me tinha enterrado (E.11, utente UVIDRE, brasileira, regular).

O conceito de *empowerment* faz parte da intervenção com vítimas de crime, porém nem sempre é um percurso pacífico. Por vezes não é fácil as utentes confrontarem-se com a realidade, por exemplo, na violência doméstica há mulheres que apesar dos maus-tratos e de pedirem apoio para quebrar o ciclo de violência continuam emocionalmente dependentes dos agressores. Um colaborador da APAV disse que há efectivamente semelhanças entre a intervenção com toxicod dependentes e as mulheres vítimas de violência doméstica, ou seja, em ambas há uma dependência que requer reabilitação. São os TAV psicólogos que trabalham principalmente o *empowerment* com os utentes e os utentes que entrevistei referiram o apoio psicológico como muito positivo. Sublinharam e valorizaram o facto de hoje em dia conseguirem abordar o assunto sem vergonha, assumindo que foram vítimas de violência doméstica, têm mais auto-estima e conseguem andar novamente de cabeça erguida sem medo de estigmas ou sentimento de culpa.

Para mim foi, teve um impacto grande porque eu mesmo sabendo tudo o que ele me fez eu ainda pensava em voltar pra ele. A senhora pode achar mentira, que é complicado, que sou doída, mas é verdade eu ainda pensei em voltar para ele mesmo sabendo tudo o que ele me fez, porque ele, ele fazia-me sentir culpada por, por ele tar aqui ilegal, sem trabalho e essas coisas, pelas dificuldades que ele ia passando, só que ele nunca vê o estrago que ele fez a mim. Ele só vê o lado dele e eu ficando com pena, não sei se era pena ou o que é que era, mas eu ainda estava a pensar voltar para ele. (E13, utente da UAAVIDRE, cabo-verdiana, regular)

Algumas utentes, em particular as ex-residentes em centros de acolhimento, também sublinharam que o apoio forneceu-lhes instrumentos para identificar potenciais situações de perigo e assim evitar novas situações de vitimação.

O impacto foi positivo, eu já consegui, consegui estruturar minha vida (está a responder pelo o apoio generalizado pela APAV/UAAVIDRE e Casa Abrigo), sai do ciclo de violência não é, já sei mais ou menos o que é que eu quero, como é que eu devo reagir, como é que me devo portar, não é. Para não cometer os mesmos erros que cometi no passado, já tenho a minha, tenho a minha visão estável, já sei o que quero para a minha vida mais ou menos e acho que não, pelo que vejo não vou voltar mais para aquele ciclo (da violência doméstica), não me vou envolver com pessoas indevidas, já estudo mais antes de ter qualquer tipo de relação com elas. Já converso mais, procuro perceber as pessoas primeiro, antes já me envolvia, já tava, me apaixonava muito fácil, já, agora já estudo mais, fico amiga, tento perceber se aquela pessoa vale a pena ou não ou se vai no futuro se vai transformar num monstro. E também tenho que pensar na minha filha, tenho uma filha de seis anos eu não posso destruir a minha vida e a dela por consequência, por tabela, não é. Comecei, estabilizei a minha vida e sou independente agora, não preciso tar numa relação. Eu acho que fui para uma relação de violência por causa da dependência precisava de alguém, se não fosse imigrante talvez não teria acontecido isso comigo (engraçado porque a relação que

tinha no Brasil também parecia uma relação de violência, porque não tem que ser obrigatoriamente ser física), mas fui para uma relação de violência porque precisava de...tinha um representante, não é. Ele se ofereceu e foi bom para mim, mas entrei num ciclo de violência, não é, continua. Isso foi muito mau (suspirou). (E.7, utente da UVIDRE e ex-residente num centro de acolhimento, brasileira, regular)

Sem sombra de dúvidas foi mesmo a ajuda da APAV, sem sombra de dúvida porque, (imperceptível) como diz a minha psicóloga, desde que entrei aqui não me sinto sozinha não é, tem, deu-me força porque eu vi que não estava sozinha, que eu tinha apoios, tinha os meus direitos e que não era vítima não é, acima de tudo, quer dizer não era vítima, não era culpada (Risos) que vítima eu sou, não é! (E.12, utente da UVIDRE, são-tomense, regular)

O apoio jurídico e o apoio social também foram bastante enaltecidos, a maioria das utentes mostrou-se satisfeita, apontaram o quanto ambos foram importantes para conhecerem os seus direitos e apoios existentes.

Sim, foi mesmo fundamental, foi mesmo fundamental. O apoio do Dr. R.C., que me apoiou a nível jurídico e mesmo quando me encontrou a instituição e a nível jurídico também, como apresentei queixa e sempre que chegava uma carta de, de, do Tribunal ou mesmo da, da PSP, como apresentei queixa ia sempre falar com ele e por acaso se precisasse de alguma coisa ele é que me disse como pedir ajuda na Segurança Social, para pedir ajuda jurídica (imperceptível) foi tudo ele que me ajudou nesse nível. (E.9, utente da UVIDRE e ex-residente num centro de acolhimento, cabo-verdiana, regular)

Sim, o (apoio) foi (fundamental). Foi importante porque ele, ele me indicou a documentação necessária e como é que eu tinha que proceder (...) para consegui o visto, e regularizar minha situação em termo de trabalho que era a declaração mais o contrato de trabalho (E.7, utente da UVIDRE e ex-residente num centro de acolhimento, brasileira, regular).

Foi (fundamental), foi muito satisfeito, foi por isso que eu, eu disse assim, a obrigação que eu tenho que pagar é só à APAV de resto mais ninguém aqui em Portugal, não tem, foi, deram apoio a mim e à minha filha e graças a Deus hoje eu tou na minha casa posso dizer graças a Deus também apoio de APAV, é só isso. (E.10, utente da UVIDRE, residente num centro de acolhimento, cabo-verdiana, regular)

Embora o apoio da instituição tenha sido fundamental, em particular no momento de crise, uma utente sublinhou duas lacunas no apoio a vítimas de crime, sobretudo a mulheres vítimas de violência doméstica com filhos a cargo. A primeira está ligada aos critérios de acolhimento de alguns centros e a segunda sobre os apoios sociais para famílias monoparentais, que é o caso da maioria das mulheres vítimas de violência doméstica com os filhos.

A utente recorreu à UVIDRE por ser vítima de violência doméstica, a sua situação foi considerada urgente, estava a sofrer ameaças de morte e o seu companheiro andava armado. Como alternativa sugeriram-lhe ser acolhida. Após reflectir a utente aceitou, mas, segundo a própria, teve que tomar uma das decisões mais difíceis da sua vida, deixar tudo o que tinha para trás, inclusive separar-se do filho mais velho, que por ter 16 anos não pôde ser acolhido no centro de acolhimento onde havia vaga para o seu agregado familiar¹². A utente contou com grande mágoa:

(...) por segurança tive que deixar a minha formação, que estava a fazer. É o que mais me chocou até então foi deixar aquele curso a meio, mas pronto tinha que ter segurança social (segurança pessoal), tinha que deixa-lo e o que me custou também fazer foi deixar o meu filho sem uma segurança, deixa-lo de mão em mão, como ele ficou de mão em mão, de casa em casa, que nem a APAV conseguiu dar resposta disso. (E.5, utente da UVIDRE residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular)

A utente deixou o filho mais velho aos cuidados de familiares, mas lamentava não ter outras opções. Segundo a utente a separação – que durou os 15 meses em que esteve acolhida – teve um impacto negativo a nível emocional e psicológico em toda a família, mas principalmente nela e no filho mais velho. (...) “é difícil uma mãe abandonar o (...) filho (apesar de estar a proteger os dois mais novos). Foi uma parte muito ruim da minha vida até hoje, ainda me sinto muito afectada com isto.” (E.5, utente UVIDRE, ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular)

¹²Tive conhecimento de outro caso, um agregado familiar romeno constituído por quatro elementos, a mãe e três filhos. O mais velho, com 21 anos, não pôde entrar no centro de acolhimento, encontrava-se desempregado, não dominava a língua portuguesa e como o agregado tinha poucos recursos financeiros o rapaz viu-se obrigado a alugar um quarto sem o mínimo de condições onde só tinha acesso a um WC partilhado e externo, com a agravante do senhorio só o deixar tomar banho duas vezes por semana. Quando questionei a mãe sobre se não encontrava um quarto com melhores condições para o filho, a ex-utente disse que o facto de ter pouco dinheiro e de ele ser romeno e não trabalhar condicionava muito as opções. Só depois cerca de seis meses a utente conseguiu ter apoios da Segurança Social para ajudar o filho e entretanto este também começou a trabalhar no ramo da restauração.

Há casas abrigo vocacionadas para acolher mulheres e crianças vítimas de violência e embora esteja na legislação que os centros de acolhimento permitem jovens até aos 17 anos nem sempre se traduz na realidade. Os Centros de Acolhimento regem-se por diferentes critérios: umas só aceitam mulheres sem filhos, outros rapazes até aos 14 ou 16 anos e no caso daquela com a qual colaboro só aceitam crianças do género masculino até aos 12 anos. O condicionamento da idade deve-se ao facto de diferentes famílias terem de partilhar quartos e casas de banho e deduzo que seja para evitar riscos de qualquer envolvimento de cariz sexual ou constrangimento

(...) Fiquei com o meu filho mais velho fora, sem onde estar, pedi muitos apoios sociais a nível lá dentro (centro de acolhimento), como a nível social dentro do país, não consegui, não vi ninguém que me pudesse ajudar naquele sentido. Pedir uma casa, ah, uhh.. Uma casa...da câmara. Não consegui, porque também não tive ajuda, fiz não tive ajuda nenhuma. Pedi... (E.5, utente UVIDRE, ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular)

A utente teceu várias críticas ao funcionamento e aos apoios fornecidos pela Casa Abrigo onde esteve acolhida com dois dos seus filhos e às instituições de apoio social portuguesas. A utente referiu que recebeu pouco apoio psicológico durante a estadia na Casa Abrigo e que ainda hoje ela e os filhos necessitavam de ser acompanhados a nível psicológico.

Eu acho que apoio psicológico eu recebi pouco. (pareceu-me que a ex-utente se refere à Casa Abrigo) Pouco, pouco porque até agora o que eu muito preciso é de apoio psicológico, preciso mesmo, só eu é que sei o que vivo dia a dia, mas é uma carência que elas têm lá dentro. Recolhem informações, escrevem muito, falam muito, mas não há soluções e as pessoas saem sem muitas soluções para a vida. (E.5, utente UVIDRE, ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular)

Quando a questioneei sobre se pediu acompanhamento psicológico – tanto aos técnicos da Casa Abrigo como aos técnicos da UVIDRE - para si e para os seus filhos após a saída do centro de acolhimento, a utente disse que não pediu porque não tem disponibilidade. Segundo a utente, os seus horários e rotinas não são compatíveis com as instituições de apoio.

(...) não pedi, porque olha é assim, eu depois de arranjar um trabalho fiquei com a vida mais complexa, dar atenção a mim própria e dar atenção aos filhos é aquilo que eu tenho, a vida ficou mais...não é mais triste, ficou mais pesada para mim, além disso, pelo facto de mudança de residência mudar de residência também trouxe transtornos porque são muitas coisas em cima umas das outras, por isso eu não estou a conseguir dar atenção a elas todas de uma só vez, que não é fácil (E.5, utente UVIDRE, ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular).

Houve outra utente da UVIDRE e ex-residente da Casa Abrigo que também revelou ter dificuldades a nível social e necessitar de acompanhamento psicológico porém, tal como acontece com a utente anterior afirma não ter disponibilidade porque para conseguir sustentar-se a si e à sua filha menor trabalha o dia todo.

Eu precisa a nível social e também precisa psicológico e também a minha filha, mas eu não tenho tempo de ir à APAV porque eu não conhece a Sede de APAV, e depois eu tenho pouco tempo saio

de casa às nove da manhã para trabalhar e só chego a casa à dez da noite. (E.10, utente UVIDRE, ex-residente de um centro de acolhimento, cabo-verdiana, regular)

As utentes lamentam a escassez de apoios para as mulheres vítimas de violência doméstica. Asseveram que cada dia é um dia de luta pela sobrevivência e bem-estar familiar. Sugerem que existam apoios específicos para mulheres vítimas de violência doméstica a nível de habitação, emprego e em particular para quem tiver filhos a cargo para que a sua autonomização seja mais célere.

Tenho conhecimentos que efectivamente existem algumas empresas que facilitam a transferência dos funcionários para outra dependência quando há uma situação de violência doméstica. Porém, nem sempre é bem-sucedida porque depende de um conjunto de factores, por exemplo, se há filiais dessas empresas na cidade para onde a suposta vítima vai habitar e se há vagas. São processos que podem demorar algum tempo e se a pessoa não tiver outro tipo de apoio pode ficar numa situação de precária durante um longo período.

Além dos problemas sociais, algumas utentes apontam também lacunas a nível jurídico no apoio a vítimas de crime, nomeadamente, de violência doméstica. Uma das utentes entrevistadas sentiu que os agressores são mais protegidos do que as próprias vítimas. Segundo a utente a instituição devia ter mais “peso” por exemplo em Tribunal, ou seja, que podiam testemunhar ou enviar relatórios sobre o processo da utente.

Tive oportunidade de questionar uma técnica da área social do centro de acolhimento sobre o papel da equipa técnica nos processos legais em acção no Tribunal. Referiu que o Tribunal pode solicitar informações ou relatórios às instituições.

O que eu vi é que o agressor é mais defendido que a mãe que lá está porque nós não temos argumento maior entende, se houvesse uma força da APAV, eu não estou a dizer para as doutoras, uma Dr.^a ou outra dar a cara, uma força delas, um escrito, uma carta por escrito e envia esta carta anóni..., envia esta carta a Tribunal, anexa no processo daquela... (E.5, utente da UVIDRE ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular)

Sim, a nível jurídico eu acho que falta (...) algo dentro da Casa Abrigo porque uma vez, eu falo por mim, não sei mas, não sei se porque eu sou africana ou se é a diferença de coisas (a senhora apontou para a cor da sua pele). É assim, uma vez que a APAV responsabiliza receber as mães deixarem tudo lá fora, era a APAV juntamente com uma instituição qualquer apoiar-nos a sair, apoiar-nos juridicamente. Eu pelo menos se eu, eu fui ao tribunal ultimamente, pedi às doutoras para me levar, mas ora, achei mal, elas me levaram, tive lá sozinha em cima, elas tiveram aqui em baixo. O que se passou lá em cima

ninguém sabe, só me fizeram companhia durante a viagem e acho que este acompanhamento é mau porque... (E.5, utente da UVIDRE ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular)

Ter peso perante um tribunal, elas uma vez que fogem, porque eu já vi que a Casa Abrigo foge do Tribunal. De uma vez que a Casa Abrigo foge do Tribunal, uma vez que a Casa Abrigo foge do tribunal, nós no Tribunal não temos peso, porque o que é que aconteceu, no Tribunal a senhora disse-me: diz a sua morada, perante o réu”, ah, ah deixa eu quando fiz a pausa a juíza disse: ah deixa, está naquela Casa, pronto só isto. Eu vejo que aquela Casa não tem valor para o Tribunal, pelo com o que eu vi, com o que eu fui ali confrontada, eu vi que estar em Casa Abrigo... (E.5, utente da UVIDRE ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular)

(...) eu gostaria que a Casa Abrigo tivesse um peso, quando eu digo um peso sobre isto, um relatório nosso, acompanhou-nos, sabe a nossa vida, sabe porque é que lá chegamos. Um relatório nosso mesmo que não caia nas nossas mãos, mas directamente aquele Juiz ou aquela Juíza, a comentar situação daquela outra mãe que passou, que passou por elas, por aquele agressor, porque o que eu vi é que o agressor é mais defendido que a própria mãe que lá estava. (E.5, utente da UVIDRE ex-residente de um centro de acolhimento, são-tomense, regular).

Conclusão

O Estado português não só se tem auto-congratulado pelas políticas de imigração e integração dos imigrantes como também tem frisado o reconhecimento das mesmas por parte dos restantes membros da União Europeia. As políticas de imigração adoptadas são restritivas e têm como principais objectivos seleccionar o número e o perfil dos imigrantes, tendo como prioridade o combate aos fluxos irregulares; ao tráfico humano e a integração dos imigrantes. Todavia, é possível verificar várias lacunas e incongruências. Apesar do rigor no controlo das entradas de cidadãos estrangeiros no espaço Schengen, este só acontece efectivamente nas fronteiras marítimas, aéreas e externas. Todavia, muitos imigrantes entram com vistos de curta duração com o objectivo de permanecer no país e ainda existem imigrantes que conseguem atravessar as fronteiras terrestres externas, o que lhes permite entrar e circular na zona Schengen, portanto “o rigor é questionável” (Rocha-Trindade:2003, 179). A actual Lei de imigração portuguesa além de continuar a criminalizar os imigrantes irregulares – o que condiciona o percurso dos migrantes – também os coloca numa situação de maior vulnerabilidade.

(...) a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades (Foucault, 1999:307)

O processo de migrar acarreta sempre algum risco que pode ser visto como uma aposta pessoal (Agustín, 2007:33). Muitos migrantes arriscam conscientemente, por razões muitas vezes ligadas a mera sobrevivência, sair do seu país recorrendo a meios considerados não legais, tendo em conta os factores de risco. Isto pode gerar situações de grande vulnerabilidade, apesar dos custos e riscos ligados à decisão de imigrar serem diminuídos através das redes sociais dos próprios migrantes. “Os riscos (da imigração clandestina) são incomparavelmente maiores (em relação aos imigrantes que preenchem os requisitos de entrada e permanência no país acolhedor): falta de acesso à protecção social, (...) vulnerabilidade à exploração por empregadores, prestadores de serviços ou senhorios (...) em última análise, risco de repatriação forçada (Rocha-Trindade:2003, 179) e serem vítimas de redes de tráfico.

Muitos imigrantes em situação irregular quando sofrem qualquer abuso ou vitimização têm medo de denunciar a situação às autoridades competentes designadamente às forças policiais, que lhe podem fornecer o estatuto de vítimas. O receio de serem punidos ou notificados para abandonar

o território nacional por se encontrarem em situação irregular no país pode contribuir para a perpetuação ou o surgimento de novas formas de abusos. A anterior gestora da UVIDRE alerta para a incompatibilidade de algumas políticas de fronteiras e os direitos humanos, ela sublinha que:

(...) existe uma política de fronteiras que colide muitas vezes com os direitos humanos das pessoas, com os direitos básicos, porque nós aqui (na UVIDRE) estamos a lidar com situações de crime, não estamos a lidar com situações de irregularidade (...) (...) estamos a falar de pessoas que foram privadas de direitos, da sua integridade física, da sua integridade psicológica, algumas da sua vida e portanto têm que ser tratadas como seres humanos que precisam de ser garantidos os direitos, estamos a falar de um limiar diferente, estamos a falar de direitos humanos e não de factos de fronteiras ou de passagens de fronteiras ou de seguranças de Estado (E.4, Antiga Gestora da UVIDRE).

As mulheres imigrantes são consideradas um dos grupos mais vulneráveis e no entanto “a legislação portuguesa também não (lhes) facilita a vida” (Silva, Azevedo, 2005: 143). Muitas mulheres imigrantes, principalmente as irregulares, são subjugadas porque “raramente são consideradas como agentes sociais, são invisibilizadas” (...) (Silva, Azevedo, 2005: 140). Os principais factores que aumentam a vulnerabilidade das mulheres imigrantes e que podem propiciar a perpetuação de situações de violência (...) são: a dependência económica, o estatuto legal e a fraca rede social. Há mulheres que embora trabalhem, encontram-se numa situação de precariedade porque não só auferem pouco como também não têm um contrato de trabalho, sendo-lhes vedado “qualquer tipo de regalias sociais (...) direito a terem autorização de residência ou visto de permanência” (Silva, Azevedo, 2005: 143). As mulheres imigrantes que tenham entrado em território nacional ao abrigo do programa de reagrupamento familiar ou aquelas que se encontrem numa situação irregular e tenham casado com um cidadão português dependem efectivamente da vontade dos mesmos de as legalizar. Os companheiros ao não legalizarem as suas mulheres estão a condicioná-las a nível de direitos e o Estado é conivente ao permitir que este tipo de situações ocorra. “Qualquer forma de violência exercida contra as mulheres (...) reflecte as assimetrias sociais de género, isto é evidência a relação de poder entre homens e as mulheres” (Silva, Azevedo, 2005: 139). Numerosos homens, independentemente da sua nacionalidade, mantêm as suas companheiras irregulares para as controlar e aumentar a sua dependência económica. Alguns técnicos e utentes referem que os agressores tendem a isolar as vítimas, não as deixam trabalhar, socializar, mas principalmente afastam-nas da família. Neste caso as mulheres imigrantes estão mais sujeitas ao isolamento já que na maioria das vezes não têm qualquer suporte familiar em contexto acolhedor.

De acordo com alguns técnicos a língua, o estatuto legal (Silva, Azevedo, 2005: 143) e a dependência económica das mulheres imigrantes são os principais entraves na procura dos serviços de apoio e da denúncia das situações.

Se por um lado o Serviço de Tradução Telefónica contribuiu para ultrapassar as barreiras linguísticas ao disponibilizar o serviço a qualquer instituição por outro ainda há um longo caminho a percorrer. No caso da UVIDRE há necessidade de alargar a bolsa de tradutores, contactar universidades, escolas de línguas ou ainda as associações de imigrantes com o objectivo de recrutar voluntários tradutores porque podia ser vantajoso para a qualidade dos serviços.

As instituições de apoio ao imigrante, designadamente a UVIDRE têm dado a conhecer o seu trabalho através de campanhas publicitárias, panfletos ou outro tipo de brochuras em diversas línguas. Actualmente, apostam cada vez mais no trabalho conjunto com associações de imigrantes porque são um bom ponto de partida para conhecer a realidade dos imigrantes e por consequência as suas necessidades: por isso têm-se realizado workshops para reforçar laços, partilhar conhecimentos e informações. Porém, pareceu-me que os vínculos da UVIDRE e das associações de imigrantes ainda são frágeis porque a interacção é muito recente.

Há necessidade de repensar as políticas de imigração: a sua rigorosidade não só é fictícia como coloca em causa a dignidade e a vida dos imigrantes. Recusar apoio a um ser humano que se encontra numa situação de vulnerabilidade só porque este se encontra em situação irregular deve ser visto como uma violação dos direitos humanos. Sobre este assunto, como pudemos constatar, o discurso oficial é categórico: para o Estado Português o interesse do país e dos seus parceiros europeus está acima dos direitos humanos quando se trata de imigrantes irregulares considerados destabilizadores e perigosos. A desconfiança sobre os imigrantes extra-europeus está patente em várias fases do processo migratório, desde a passagem da fronteira até ao processo de legalização. Muitos imigrantes referem que o processo de legalização pode ser moroso e doloroso, as longas e intensivas entrevistas onde são tratados como suspeitos podem ser intimidatórias e intrusivas.

A legislação sobre imigração não só facilita situações de vitimização e a sua perpetuação, como também dificulta o trabalho das instituições de solidariedade que visam apoiar os imigrantes, em particular os imigrantes irregulares. Por um lado, existe o receio do próprio imigrante apresentar queixa porque tem medo de ser punido devido ao seu estatuto legal; por outro lado, quando este receio é ultrapassado, torna-se difícil dar respostas porque lhes são vedados quaisquer tipos de apoio estatal, ficando totalmente desprotegidos.

O medo (é um dos) factores (já referidos) que leva a que muitas mulheres não procurem apoio mais cedo, medo de serem presas (...) repatriadas (...) que lhes tirem os filhos e os entreguem ao agressor, (...) normalmente, está associado ao estatuto de ilegal (Silva, Azevedo, 2005: 143).

Embora a UAVIDRE consiga evitar que os utentes irregulares sejam notificados para abandonar o território nacional enquanto forem acompanhados pela instituição, não significa que nesse período de tempo consigam reunir todos os requisitos para se legalizarem.

Indo ao encontro da perspectiva da antiga gestora da UAVIDRE, é urgente criar um estatuto de vítima imigrante independentemente do seu estatuto em Portugal para que sejam garantidos um conjunto de direitos básicos. Todavia, qualquer tipo de Estatuto implica preencher um conjunto de requisitos, deveres e direitos de ambas as partes os quais serão definidos pelo Estado: logo haverá uma relação de poder desequilibrada.

É necessário colmatar a falta de apoios a nível social para os grupos considerados vulneráveis como as vítimas de crime, nomeadamente de violência doméstica. As instituições de solidariedade poderiam ter a iniciativa de oferecer bolsas de emprego, ou seja, não só ensinar as utentes a fazerem currículos e busca activa de emprego, mas a própria APAV/UAVIDRE contactar instituições e criar protocolos para que abram vagas específicas para vítimas de crime. Este tipo de discriminação positiva devia abranger todos os utentes que devido à sua situação de vitimação tiveram que mudar de zona geográfica ou perderam o emprego ou ainda no caso dos imigrantes irregulares era uma forma de os auxiliar a se legalizar.

Uma das fragilidades apontadas aos serviços da APAV/ UAVIDRE pelas utentes está ligada aos constrangimentos dos centros de acolhimento. Com já foi referido, há casas abrigo vocacionadas para acolher mulheres e crianças vítimas de violência e embora esteja na legislação que os centros de acolhimento permitem jovens até aos 17 anos, nem sempre se traduz na realidade. Os Centros de Acolhimento regem-se por diferentes regulamentos e a idade permitida às crianças de género masculino varia de instituição para instituição. A separação familiar, segundo as utentes, não só pode pesar na decisão de ser acolhida como também tem um impacto negativo em todo o agregado. Sugere-se uma reestruturação dos regulamentos internos dos centros de acolhimento para irem ao encontro da legislação. Algumas situações descritas mostram que os adolescentes que não são admitidos nas Casas Abrigo juntamente com a sua família ficam numa situação de maior vulnerabilidade, principalmente se os apoios provenientes da Segurança Social não forem concedidos rapidamente.

Algumas utentes referiram que os horários de funcionamento da instituição, de segunda-feira à sexta-feira das 10h às 13h e das 14h às 18h são incompatíveis com a sua vida familiar e

profissional e que por isso, embora segundo as próprias sintam necessidade de continuarem a ser acompanhadas, não têm disponibilidade. Era útil o alargamento dos dias e horário de atendimento da instituição, para dar resposta a estes casos, porém a instituição está condicionada a nível de recursos humanos. Uma das fragilidades da UVIDRE é o facto de ser maioritariamente realizado por estagiários ou voluntários. Embora signifique apoio especializado sem custos financeiros, não só há períodos de grande escassez como também, no caso dos estagiários, há um período pré-estabelecido de permanência que não costuma ser muito longo e no que diz respeito aos voluntários a instituição demanda que no mínimo façam quatro horas semanais durante um período de seis meses. Porém, nem sempre completam o período pedido, às vezes por motivos pessoais ou profissionais abandonam temporariamente ou definitivamente o voluntariado. Acresce dizer que após a formação teórica, o TAV não realiza logo atendimentos sozinho: primeiro assiste a atendimentos durante um período de tempo, depois inicia a realizar atendimentos mas supervisionado por TAV seniores ou assessores e só depois inicia a efectuar atendimentos sozinho. O que por vezes acontece é que antes ou pouco depois de completar totalmente o processo de formação prático, o sujeito abandona o voluntariado. Estas flutuações nos recursos humanos podem enfraquecer os serviços e comprometer a qualidade do apoio prestado.

Fontes

www.apav.pt (consultado em 2011-07-08)

http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=63
(consultado em 2011-07-08)

http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=62
(consultado em 2011-07-08)

http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=72
(consultado em 2011-07-08)

http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=73
(consultado em 2011-07-08)

http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=213:-seminario-sul-imigracao-e-trafico-de-seres-humanos&catid=51:noticias-apav&Itemid=1 (consultado em 2011-07-08)

http://www.apav.pt/portal/pdf/Estatisticas_UAVIDRE_2005-2009.pdf (consultado em 2011-07-08)

http://www.apav.pt/portal/pdf/estatisticas_uavidre_2010.pdf (consultado em 2011-07-08)

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
(consultado em 2011-07-08)

http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/133020_pt.htm (consultado em 2011-07-08)

http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/114514_pt.htm (consultado em 2011-07-08)

http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/114573_pt.htm (consultado em 2011-07-08)

www.sef.pt (consultado em 2011-08-02)

http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=4163&menu_position=4129#0 (consultado em 2011-08-02)

http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=4165&menu_position=4130#0 (consultado em 2011-08-02)

http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=4166&menu_position=4131#0 (consultado em 2011-08-02)

<http://www.acidi.gov.pt/> (consultado em 2011-08-02)

<http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/missao> (consultado em 2011-08-02)

<http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/competencias> (consultado em 2011-08-02)

http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4cdc2fd290570/live/DecretoLei+n%C2%BA+167%2F2007+de+3+de+Maio (consultado em 2011-08-02)

<http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/principios-chave> (consultado em 2011-08-02)

<http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=1> (consultado em 2011-08-02)

- <http://www.entreculturas.pt/QuemSomos.aspx> (consultado em 2011-08-02)
- <http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p/-conselho-consultivo-para-os-assuntos-da-imigracao-%E2%80%93-cocai> (consultado em 2011-08-02)
- http://www.oss.inti.acidi.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=54&lang=pt (consultado em 2011-08-02)
- <http://www.iom.int/jahia/Jahia/pid/1386> (consultado em 2011-08-02)
- <http://www.cidac.pt/> (consultado em 2011-08-02)
- <http://www.cpr.pt/> (consultado em 2011-08-02)
- http://www.refugiados.net/_novosite/apresentacao.html (consultado em 2011-08-02)
- http://www.refugiados.net/_novosite/areas_intervencao.html (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.jrsportugal.pt/> (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.jrsportugal.pt/conteudo.php?AHIBYFMz=AEoBSFMHUQBRTwMDUUxeFQtel a9Xr1tela9Xr1&AHIBYFM9=ADABN1NI&AG4BaFM6UTNRdQMw=AHIBdQtela9Xr1 tela9Xr1> (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.olho-vivo.org/OlhoVivo.html> (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.solimigrante.org/quem-somos> (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.solimigrante.org/que-fazemos> (consultado em 2011-08-04)
- http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=5 (consultado em 2011-08-04)
- http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=221&Itemid=79 (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.sosracismo.pt/> (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.ecclesia.pt/ocpm/> (consultado em 2011-08-04)
- <http://www.act.gov.pt/%28PTPT%29/SOBREACT/QUEMSOMOS/Paginas/default.aspx> (consultado em 2011-08-04)

Referências bibliográficas

- Appadurai, Arjun (1995) 2004, *As dimensões culturais da globalização: A modernidade sem peias*. Revisão científica Conceição Moreira. (S.I.) Teorema (pp.71-93/237-268)
- Ávila, Patrícia; Mariana Alves, Mariana (1993), “Da Índia a Portugal – trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos”, *Sociologia – problemas e práticas*. (online), 1993, (13) pp. 115- 133 Disponível em:
<http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/918/1/9.pdf>
- Agustín, Laura Maria (2008), *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*. 2ªEd. London; New York, Zed Books.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (sem data) *Manual Alcipe – para o atendimento de mulheres vítimas de violência, Parte I, compreender*. Lisboa, APAV
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (sem data) *Manual Alcipe – para o atendimento de mulheres vítimas de violência, Parte II, proceder*. Lisboa, APAV
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (sem data) *Manual UVIDRE – Unidade de apoio à vítima imigrante e de discriminação racial ou étnica. Apoio a Vítima imigrante e de discriminação*. Lisboa, APAV, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI)
- Baganha, Maria Ioannis; João Ferrão; Jorge Macaísta Malheiros (1999) “Os imigrantes e o mercado de trabalho: O caso português”. *Análise Social* (online). Vol. XXXIV (150), pp.147-173. Disponível em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798808U7wGZ1ko2Iq72GN3.pdf>
- Baganha, Maria Ioannis (2005) “Política de imigração: a regulação dos fluxos” *Revista crítica de ciências sociais* (online), (73), pp. 29-44. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10316/10904>
- Baganha, Maria Ioannis; José Carlos Marques; Pedro Góis (2004) “ Novas migrações, novos desafios: A imigração de leste europeu” *Revista Critica de ciências Sociais* (online), (69), pp.95-115. Disponível em:
<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/10905/1/Novas%20Migra%C3%A7%C3%B5es,%20Novos%20Desafios.pdf>
- Baganha, Maria; José Marques; Pedro Góis (2009) “Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica” *Emigração e Imigração. Ler História*, (56) pp.123-134.
- Bastos, Susana Pereira (2009) “Manejos da religião, da etnicidade e recursos de classe na construção de uma cultura migratória transnacional” *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 1ªEd. (online), XLIV, (190) pp. 43-69 Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n190/n190a03.pdf>
- Best, Joel (1997) “Victimization and the Victim Industry”, *Society*, 34 (4), pp. 9-17
- Best, Joel (2001) *Damned Lies and Statistics: Untangling Numbers from the Media, Politicians, and Activists*. (Online) Berkeley, CA: University of California Press. Disponível em:
http://books.google.com/books?id=685UteNN_4AC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false

- Costa, Rogério (2004), “ Sociedade de controle”, *São Paulo em Perspectiva* (online) 18, (1), pp. 161-167. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22238>
- Davies, Charlotte 2003(1999) *Reflexive Ethnography: a guide to researching selves and others*, London, Routledge.
- Decreto-Lei nº112/2009, de 16 de Setembro: no Diário da República, 2.ª série – N.º74 – 16 de Abril de 2010
- Duarte, Feliciano Barreiros (2005) *Uma verdadeiro político de imigração*, 1ªEd, Lisboa, Âncora Editora.
- Farmhouse, Rosário (2010) “Imigrantes e administração pública – proximidade ou barreira?”: (entrevista à Alta Comissária para a Imigração e diálogo Intercultural) B-i *ACIDI*, 78,pp.3-8
- Ferin, Isabel; Clara Almeida Santos; Willy Filho, Ilda Fortes (2008) *Media, Imigração e Minorias étnicas*. – 2007 (Estudos OI; 28) (online) 2ºed. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_EstudosOI/OI_28_act.pdf
- Foucault, Michel (1999) (1987) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Tradução Raquel Ramallete, 20ª Ed., Petrópolis, Editora Vozes. Disponível em: <http://redesocial.unifreire.org/pedagogia-noturno/arquivos/foucault-vigiar-e-punir.pdf>
- Góis, Pedro (2008) “Entre Janus e Hydra de Lerna: As múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal”, em GÓIS, Pedro (org.) *Comunidade (s) Cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. (online) 1ªEd. Lisboa, **Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)** pp. 9-24. Disponível na Internet em:<http://www.google.com/books?hl=ptPT&lr=&id=KuJ4VOJrh3MC&oi=fnd&pg=PA39&dq=Comunidade+%28s%29+Cabo+verdiana+%28s%29:+as+m%C3%BAltiplas+faces+d+a+imigra%C3%A7%C3%A3o+cabo-verdiana.+&ots=IPUJnHK4H-&sig=fGPeGnCr0vGdOy6dmpxASFjXQE4#v=onepage&q&f=false>
- Inda, Jonathan Xavier (2005) “Analytics of Modern: An Introduction” em Inda, Jonathan Xavier, *Anthropologies of modernity Foucault, Governmentality and life politics*, Malden; Oxford; Victoria, Blackwell Publishing, Ltd. Pp. 1-23 Disponível em:http://books.google.pt/books?id=2NiesZXDrMkC&printsec=frontcover&dq=Inda+em+Anthropologies+of+Modernity&hl=ptPT&ei=9Lx_TnmHo314QSHxay6Dg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false
- Inda, Jonathan Xavier (2006) *Targeting Immigrants – Government, Technology, and Ethics*, Malden; Oxford; Victoria, Blackwell Publishing, Ltd.
- Matias, Ana (2007) *Imagens e estereótipos da sociedade portuguesa sobre a comunidade a comunidade chinesa – interação multissecular via Macau*. (online) Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, Lisboa, ISCTE. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1270/1/TeseMESTRADO.pdf>
- Machado, Igor José de Renó (2003a) *Brazilian Immigration and the Reconstruction of Racial Hierarchies of Portuguese Empire* (online) Disponível em: http://www.vibrant.org.br/downloads/a1v1_birrhpe.pdf

- Machado, Igor José de Renó (2003b) *Cárcere Público – processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Brasil, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.
- Machado, Igor José de Renó (2003c) *Apontamentos para uma etnografia da imigração brasileira no Porto, Portugal* (online). Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IgorMachado.pdf>
- Machado, Fernando Luís (2009) “*Quarenta anos de imigração africana: um balanço*”, *Emigração e Imigração, Ler História* (56) pp.135-166
- Machado, Igor José de Renó (2009) “*Imigração brasileira na viragem do século XX: processos de exotização no Porto (Portugal)*” *Emigração e Imigração, Ler História* (nº56) pp.167-182.
- Martine, George (2005) *A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21*. São Paulo Perspec. (online) vol.19 (3) pp. 3-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a01.pdf>
- Mirotshnik, Viktoria (2008) *Integração e escola em populações imigrantes da ex-URSS - (teses, 18)* (online). 1ªed. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI). Disponível na Internet em: http://www.google.com/books?hl=ptPT&lr=&id=oDNw7aoHsHQC&oi=fnd&pg=PA7&dq=Integra%C3%A7%C3%A3o+e+escola+em+popula%C3%A7%C3%B5es+imigrantes+da+exURSS%E2%80%9D+%28ACIDI+I.P.%29&ots=9Cu5xz_oAV&sig=ml98IReupS1VufFzo2E4_f6CRg#v=onepage&q=Integra%C3%A7%C3%A3o%20e%20escola%20em%20popula%C3%A7%C3%B5es%20imigrantes%20da%20ex-URSS%E2%80%9D%20%28ACIDI%20I.P.%29&f=false
- Mendes, Maria Manuela (2009) “*Imigrantes russos e ucranianos na AML: “ retratos sociais ”* *Emigração e Imigração, Ler História* (56) pp.183-210.
- Neves, Miguel (2009) “*As diásporas e a globalização: o caso da comunidade de negócios chinesa em Portugal. Parte 3: imigrados de ontem e imigrados de hoje*” em Maria Beatriz Rocha-Trindade (org) *Migrações permanências e diversidades*. 1ª Ed. Porto: Edições Afrontamento. pp. 235-250.
- Neves, Miguel Santos e Maria Beatriz Rocha-Trindade (2004) “*A comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global*” em Catarina Reis Oliveira, Jan Rath (org.) *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*. (online) 1ªEd., Lisboa, **Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)** (3) pp. 165-189. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/migracoes3_PT_web.pdf
- Lourenço, Inês (2009) *Os corpos de Devi. Religião e género em diáspora*. (online) Tese de Doutoramento em Antropologia, ISCTE, Lisboa Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2370>
- Padilla, Beatriz (2006) “*Brazilian Migration to Portugal: Social networks and ethnic solidarity*” *CIES e-working papers* (Online) (12), pp. 1-20. **Disponível na Internet em:** http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/175/4/CIES-WP12_Padilla_.pdf
- Pereira, Maria Adelaide Duarte Abreu (2008) *A comunidade chinesa imigrante em Portugal e os cuidados de saúde – um estudo na região de Lisboa*. (online) Dissertação de Mestrado

- em Comunicação em Saúde, Universidade Aberta, Lisboa Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/1344>
- Pontes, Luciana (2004) “Mulheres brasileiras na mídia portuguesa”, *Cadernos Pagu* (online) (23) pp.229-256 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a08.pdf>
- Pité, Jorge (2004) *Dicionário Breve de Sociologia*. 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença.
- Potoknic, Janez (2006) “Globalisation and what it means for EU R&D policy” comunicação apresentada em Advancing business and management in a knowledge-based society, University of Priorska, 24 November 2006, Slovenia (online) Disponível na Internet: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/06/743&format=HTML&aged=1&language=EN&guiLanguage=en>
- Provedor de Justiça (2011) *A instalação temporária de cidadãos não admitidos em Portugal ou em processo de afastamento do território nacional – relatório 2011*. (online). Disponível em: http://www.provedor-jus.pt/restrito/pub_ficheiros/Relatorio_CIT_Marco2011.pdf
- Pussetti, Chiara; Júlio F. Ferreira; Elsa Lechner; Cristina Santinho (2009) *Migrantes e Saúde Mental: a construção da competência cultural* (Estudos OI; 33) 1ªed. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI). Disponível na Internet em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_33.pdf
- Rabaça, Clara; Pedro Cunha (2007) *Algumas perspectivas sobre a imigração: da imigração económica à integração social*. (online) Universidade Fernando Pessoa. (Porto?) pp.299-322 Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1826/3/299-322.pdf>
- Santos, Vanda (2004) *O discurso oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*. (online) 1ªEd. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e minorias étnicas (ACIME) Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/EstudoOI%208.pdf>
- Sousa, Nardi Abrão Dias de (2003) *Imigração e a cidadania local: associativismo imigrante e políticas públicas de Portugal*. Praia, Instituto da biblioteca nacional e do livro colecção tese.
- Silva, Alberta; Liliana Azevedo (2005). “Mulheres imigrantes e a violência doméstica”. in SOS Racismo (ed.), *Imigração e Etnicidade – Vivências e Trajectórias de Mulheres em Portugal* (pp. 139-147) Lisboa: SOS Racismo.
- Togni, Paula, Paulo Raposo (2009) *Fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: Género e imigração* (Estudos OI; 38) 1ªed. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI). Disponível na Internet em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_38.pdf
- Tronenko, Rostyslav V. (2009) “Imigrados de Hoje: os que vêm de leste. Parte 3: imigrados de ontem e imigrados de hoje” em Rocha-Trindade, Maria Beatriz (org) *Migrações permanências e diversidades*, 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento. pp. 229-234.
- Vianna, Carlos (2009) *A comunidade brasileira em Portugal*. Lisboa, Casa do Brasil de Lisboa (online). Disponível em: <http://www.casado brasil.info/UserFiles/File/pdfs/art-comunidade-brasileira.pdf>.

ANEXOS

- A. Guiões de Entrevista – Gestora/ assessores, técnicos e utentes**
- B. Entrevistas a Gestora/ assessores, técnicos de Apoio UVIDRE**
- C. Entrevistas a utentes UVIDRE**

A. Guiões de Entrevista – Gestora/ assessores, técnicos e utentes

Guião de entrevista: (Gestora e assessores de gabinete UVIDRE)

Como surgiu a UVIDRE, porque há necessidade de existir um local específico para o apoio a imigrantes?

Quais os principais modelos de intervenção? Que tipos de apoio prestam?

Qual é o perfil do utente da UVIDRE?

Qual o papel do utente no processo de atendimento?

Quais os critérios de selecção dos voluntários/ colaboradores da UVIDRE?

Como planejam as formações da UVIDRE?

Quais as características que um bom voluntário/colaborador da UVIDRE deve ter?

Actualmente qual é o perfil do voluntário/ colaborador? Qual a faixa etária?

Quais as principais dificuldades que um TAV (técnico de apoio à vítima) encontra?

Qual é a sua formação académica? Há quanto tempo trabalha na área da imigração?

Há quanto tempo colabora com a UVIDRE?

Como começou a colaborar com a APAV/UVIDRE?

Qual a importância que atribui ao trabalho que desenvolve na UVIDRE?

Tem outra actividade paralela?

Quais os projectos que se encontram em acção na UVIDRE? Quais as dificuldades sentidas na implementação dos projectos?

As UVIDRE conta com cerca de cinco anos de funcionamento, que balanço fazem do trabalho desenvolvido na Unidade?

Quais os principais parceiros da UVIDRE?

Que tipo de vínculos mantêm com os vossos parceiros e /ou associações que trabalham a mesma problemática/ área?

Guião de entrevista: (Técnicos de Apoio à vítima remunerados/ voluntários UVIDRE)

Porque há necessidade de existir um local específico para o apoio a imigrantes?

As UVIDRE conta com cerca de cinco anos de funcionamento, que balanço fazem do trabalho desenvolvido na Unidade?

Qual é o perfil do utente da UVIDRE?

Qual o papel do utente no processo de atendimento?

Quais as características que um bom voluntário/colaborador da UVIDRE deve ter?
Qual é a sua formação académica? Há quanto tempo acabou o curso? Há quanto tempo trabalha na área da imigração? Há quanto tempo colabora com a UVIDRE?
Como começou a colaborar com a APAV/UVIDRE?
Qual a importância que atribui ao trabalho que desenvolve na UVIDRE? O que o motivou para trabalhar no sector do apoio à vítima, nomeadamente na área da imigração?
Tem outra actividade paralela?
Quais as principais dificuldades que um TAV (técnico de apoio à vítima) encontra?
Quais os projectos que se encontram em acção na UVIDRE? Qual o papel dos técnicos nos projectos? Quais as dificuldades sentidas na implementação dos projectos?
Quais os principais parceiros da UVIDRE?
Que tipo de vínculos mantém com os vossos parceiros e /ou associações que trabalham a mesma problemática/ área?

Guião de entrevista: (Utentes UVIDRE)

Quais os motivos que a levaram a imigrar? Há quanto tempo se encontra em Portugal?
Trabalhava no seu país de origem?
Foi difícil tomar a decisão de migrar?
Como foi o processo de imigração e adaptação? Sentiu dificuldades?
Trabalha?
O que a levou a pedir apoio à UVIDRE? Como soube da existência da UVIDRE?
Que tipo de apoio recebeu na UVIDRE? Que benefícios este apoio lhe trouxe?
Durante quanto tempo foi acompanhada pela UVIDRE?
Como construiu o seu plano de segurança pessoal para quebrar o ciclo de violência/discriminação? Foi eficaz?
O acompanhamento que recebeu por parte das técnicas da UVIDRE foi fundamental para sair da situação de “vítimação”?

B. Entrevistas a Gestora/ assessores, técnicos de Apoio UAVIDRE

Entrevista 1 – Técnica de Apoio à Vítima Jurista Voluntária

R – Porque há necessidade de existir um local de específico para o apoio aos imigrantes?

E1 – Ahh, bem vejamos, para atender às especificidades dos imigrantes, não é?! Tudo aquilo que nós aprendemos no curso de TAV, mais especificado com o TAV relativamente aos imigrantes, por exemplo, lá está, todas as especificidades, a língua, sei lá. o facto de estarem num, num país que provavelmente há menos, se calhar de um mês ou de uma semana e não o conhecerem, o facto de virem de um andamento jurídico até completamente diferente do nosso por vezes, isso agora, pronto, acho que basicamente é isso.

R – Qual é o perfil do utente da UAVIDRE?

E1 - Para além de ser imigrante claro, normalmente são mulheres, normalmente vítimas de violência doméstica, os casos pelo menos que eu me lembro de homens é quase sempre relacionado com, com a discriminação no trabalho, mais no trabalho.

R – Qual é o papel do utente no processo de atendimento?

E1 – Não estou a perceber, como assim?

R – hum..se são passivos, se tem um papel activo durante o processo...

E1 – ah, normalmente?!

R – Sim...

E1 – Isso depende muito da pessoa em si, mas geralmente quando as mulheres, principalmente as mulheres vítimas de violência doméstica têm um papel bastante activo, algumas..aquelas que vêm mais revoltadas vá, falam muito e normalmente até têm tendência para começar a falar antes de nós, começam logo a falar, começam logo a explicar o que é que estão a fazer e porque é que estão ali, o que é que querem, etc....depois há outras que são exactamente o oposto, que é..não dizem nada e é muito difícil chegar ao problema real delas, é isso..

R – Quais as características de um bom voluntário ou colaborador da UAVIDRE?

E1 – Deve ser um bom ouvinte, que eu às vezes não sou muito, tenho que estar sempre a falar, mas deve ser um bom ouvinte e tentar perceber sempre o problema essencial da pessoa, o que ela quer de nós, acho que é isso e depois claro, ser uma pessoa informada, não

é, termos conhecimento suficientes para poder orientar a pessoa, basicamente (sorriu), não sei, acho que é isso.

R – Qual é a sua formação académica? Há quanto tempo trabalha na área da imigração e há quanto tempo colabora com a UAVIDRE?

E1 – Já estou na UAVIDRE desde Julho de 2009, estou a tirar o curso de Direito, vou acabar este ano e deixa-me ver...ah, com imigrantes trabalho desde que trabalho na UAVIDRE, acho que é só...para além de sempre ter tido muito relacionado com outras, outras etnias e outras raças durante toda a minha vida, mas sem ser a nível profissional.

R – Como é que começou a colaborar com a UAVIDRE, como surgiu?

E1 – Foi através do estágio do PEJENE, inscrevi-me e depois seleccionaram-me para a APAV, fui à entrevista e foi a partir daí.

R – Qual é a importância que atribui ao trabalho que desenvolve na UAVIDRE, o que o motivou a trabalhar no sector do apoio à vítima, nomeadamente na área da imigração?

E1 – Pois essa pergunta é um bocado complicada...

R – Surgiu por acaso?

E1 – Não, não surgiu por acaso, para já, surgiu primeiro com a ideia do voluntariado (risos), com a ideia do voluntariado, depois com o facto de ser a APAV, a APAV que é uma associação bastante conhecida, não é, tem muito, muito peso, vá, pelo menos, daquilo que nos parece, que nos dá a transmitir, mas os imigrantes, eu sinceramente não sabia, quando vim primeiro cá á APAV não sabia que existia cá uma UAVIDRE, depois quando soube, quando me disseram na entrevista que era para trabalhar na Unidade de Apoio à Vítima Imigrante por acaso fiquei muito contente, porque lá está, tenho muito interesse por outras raças por outras etnias que não a minha e o facto de saber que podia ajudar pessoas neste grupo incentivou-me muito mesmo muito. E qual é a importância que eu atribuo ao meu trabalho? Especialmente é o facto de poder aprender com aquilo que faço e poder aplicar os meus conhecimentos e aumentá-los também, não é, aprendo muito e também é o facto de poder, poder ver a realidade das coisas, não no papel, mas ver as pessoas, as pessoas como elas reagem aos problemas que têm, porque as mulheres a chorar, ou então o sofrimento que nós vemos nos olhos, essas coisas, a parte emotiva e a parte humana, a parte humana.. Principalmente.

R – Tem outra actividade paralela?

E1 – Não, quer dizer..tenho outras actividades, mas não relacionadas.

R – Quais as principais dificuldades que um TAV encontra?

E1 – Às vezes a língua, porque nós não estamos propriamente..não somos nenhuns poliglota e às vezes é muita complicado, já tive um caso desses, portanto..depois claro, são

por vezes a APAV não poder dar a resposta que as pessoas querem porque a APAV não é o paraíso como algumas pessoas pensam, é o facto de nós termos que dizer não às vezes, não conseguimos, não podemos ajudar, quer dizer nós não dizemos isto, não é, mas ao fim ao cabo é o que acontece.

R – Conheces os parceiros da da UVIDRE?

E1 – Os parceiros?!

R – O ACIDI, outras instituições de imigrantes..

E1 – ah! Ok..

R – Que tipo de vínculos..como é que se articulam?

E1 – O ACIDI normalmente, não tenho grande conhecimento, mas para além de ser o Alto Comissariado, não é, para as imigrações, que é para onde vão a queixas, é a entidade competente para decidir das queixas de discriminação e normalmente também que são, eu sei que o ACIDI quando recebe queixas mal feitas normalmente manda as pessoas para a UVIDRE para poderem ser encaminhadas ou pronto..outra coisa é as queixas que nós ajudamos os utentes a fazer a irem para lá para o ACIDI, para o ACIDI.como é que se diz, para o ACIDI resolver, vá..para além do ACIDI, eu não sei bem como é que se diz, não é, CIDR...OU CICDR...comissão...

R – Para a igualdade...

E1 – Exacto, sim, também há essa...não sei bem como se diz a sigla, mas é isso comissão para a igualdade, exacto e comunidades não sei quê, a APAV, ah e também, não, esquece, não, acho que é só isso, não me lembro de mais nenhuma.

R – Obrigada

E1 – É só isso?!

Entrevista 2 – Anterior Assessor e Técnico de Apoio à Vítima Jurista Remunerado

R – Como surgiu a UVIDRE e porque há necessidade de existir um local específico para o apoio a imigrantes?

E2 – Bem, a UVIDRE surgiu de uma parceria entre o ACIDI e a APAV, o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural e chegou-se à conclusão que se justificava ter...haver uma Unidade criada com competência técnica, ou seja, com competência, com conhecimento nas problemáticas específicas dos imigrantes e que...para fazer face a essas mesmas problemáticas porque... temos um...a população imigrante está especialmente vulnerável a determinados tipos de crime, ou seja, há não só os crimes que afectam a toda a gente, a todos os portugueses e há mais os outros que afectam a população

imigrante, ou seja, a população imigrante é duplamente vitimada. É importante haver uma Unidade que esteja preparada, que esteja capacitada para dar resposta exactamente a estas problemáticas.

R – Quais os modelos, os principais modelos de intervenção e que tipos de apoio prestam?

E2 – (...) Modelos de intervenção não sei o que é! (risos) A nível de apoio, nós prestamos apoio a nível emocional, jurídico e psicológico, também prestamos algum apoio a nível social, mas será sempre por encaminhamento, encaminhamento para a segurança social, para a entidade que tiver competência na área. O atendimento jurídico será, versa sobre, sobre o apoio não só no esclarecimento de questões jurídicas, mas também uma apresentação de uma queixa, o elaborar uma queixa, em situações de discriminação, o acompanhamento de todo o processo, nós não podemos representar as pessoas no tribunal, estamos impedidos por normas deontológicas não só da APAV como também da ordem dos advogados, nunca poderemos representar uma pessoa em juízo, mas vamos esclarecendo a pessoa quanto a, quanto a questões que vão surgindo antes do processo, durante o processo e depois do processo.

R – Qual é o perfil do utente da UAVIDRE?

E2 – Não tem perfil, o único perfil que poderá haver é ser imigrante.

R – Qual o papel do utente no processo de atendimento?

E2 – Papel do utente...o utente para ser, para ter apoio terá que ser necessariamente de nos expor a situação, ou seja, perante a problemática que ele nos apresenta nos tentamos encontrar a solução para essa problemática. O papel do utente é simplesmente procurar-nos e pedir o nosso apoio. Explicar porque é que quer o nosso apoio, o nosso papel será o resto, resolver o problema, ou tentar ajudar a resolver o problema.

R – Quais os critérios de selecção dos voluntários e colaboradores da UAVIDRE?

E2 – (silêncio) hum... assenta essencialmente nas características pessoais das pessoas, já tivemos pessoas com cursos que em princípio seriam muito benéficos para a unidade, sei lá... direito, psicologia, etc., mas depois as pessoas não têm o perfil mais indicado, acho que aquele... o que mais procuramos são as competências pessoais da pessoa, independentemente da formação, é a maneira de estar, a maneira de lidar com outras culturas, o estar aberto a outras culturas.

R – Como planeiam as formações da UAVIDRE?

E2 – Não sei...nós vimos mais ou menos aquilo que a nível técnico, o que é que é mais importante passar, a informação que é mais importante passar e que não é dada de outra

forma porque nós temos, sei lá, temos a apresentação de uma queixa, o que é uma queixa?! É suposto qualquer TAV saber isso, depois há conhecimentos mais específicos, o que é uma queixa de discriminação, junto de que entidade é apresentada, como é que funciona o ónus, etc., isto já se parte do pressuposto que um TAV normal não saiba e convém que isto conste das formações da UAVIDRE, ou seja, aborda as questões mais específicas da UAVIDRE, as áreas de actividade da UAVIDRE.

R – Quais as características de um bom voluntario ou colaborador da UAVIDRE?

E2 – É assim, as características mais importantes de um colaborador da UAVIDRE é (...) é aquilo que eu já disse, as competências pessoais, a empatia que cria com o utente, também tem que ter os conhecimentos técnicos porque as pessoas procuram-nos é também para serem informadas e a melhor forma de evitar a vitimação em muitos casos é simplesmente prestar informação, mas além do prestar informação, há que saber, como, como a prestar, ou seja, adaptar-nos à pessoa que temos à nossa frente, não vamos falar da mesma forma com uma pessoa que vem, vem de um país de terceiro mundo ou zona rural ou de um, um indivíduo que vem do norte da Europa e tem quatro doutoramentos, temos que nos adaptar à pessoa e temos que ter essa sensibilidade, perceber como é que podemos chegar a essa pessoa e adaptarmo-nos à pessoa, pronto isso não se ensina.

R- Actualmente qual é o perfil do voluntário e colaborador?

E2 – Hah... Não temos perfil, hah, sei lá...temos homens e mulheres, temos vários cursos...

R – Faixa etária por exemplo.

E2 – Faixa etária, não sei qual é a faixa etária da D., já se deve mandar para os quarenta, eu avalio muito mal isso, mas a faixa etária pelo menos da maioria dos voluntários é, são novitos, alguns já têm cursos outros ainda estão a tirar, haah...mas é assim, nós no UAVIDRE já tivemos pessoas com, aliás a maioria, a esmagadora maioria dos voluntários tinham cursos tirado, só o A. e a...ah, não também tivemos uma de direito, que também não tinha o curso acabado, mas estava mesmo a acabar. Basicamente é... o perfil, o tipo do voluntário do UAVIDRE é direito ou psicologia, novitos, início de carreira, querem ganhar experiência e querem fazer alguma coisa em que acreditam, será mais ou menos isso.

R – Quais as principais dificuldades que um TAV encontra?

E2 – Encontra no início a exercer funções, o TAV... (risos) o TAV, é assim, eu ai não posso generalizar muito, vou falar por experiência pessoal. Eu quando comecei tava sempre com algum receio de não conseguir dar conta do recado porque, porque achava que era uma grande responsabilidade, o falar com a vítima, o encaminhar a vítima, depois ao longo do

tempo temos que saber lidar com questões novas, ou seja, nós estamos a lidar com pessoas e há sempre problemáticas diferentes, há sempre situações que nós não conhecemos e temos que estar prontos, para, para dar uma resposta nessas situações.

Problemas maiores que o TAV encontra, não sei, desempenhar bem as suas funções, não sei... (Risos)

R – Qual é a sua formação académica? Há quanto tempo trabalha na área da imigração? E há quanto tempo colabora com a UVIDRE?

E2 - (...) Eu sou jurista, tirei o curso, tirei o curso de direito na Lusófona, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, acho que é qualquer coisa assim, depois sou advogado, tenho o estágio da ordem concluído, concluído há um ano e qualquer coisa, dois anos, (confirmou no cartão) tenho o estágio concluído há dois anos e tal, depois sou mediador penal há um ano meio e meio, dois, tenho uma pós-graduação em Direito (???) Tributário, foi uma parceria entre a ordem dos advogados e o ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, acho eu, mas era com o Saldanha Sanches e é por isso é que eu fui, não suporte administrativo, administrativo e contencioso, contencioso tributário, basicamente é finanças, mas vai buscar administrativo, vai buscar muita porcaria que não tem interesse nenhum, mais...que mais é que eu sei tenho carta de carro e de motorizada, tenho carta de marinheiro (Risos), depois há quanto tempo é que tou no UVIDRE, eu vim para cá em 2006, tava a começar o estágio de advocacia e queria ganhar experiência e vim como voluntário, tive cá um ano e meio como voluntário em que fazia, primeiro fazia duas tardes, depois fazia também as férias da Carla e depois surgiu a oportunidade e lá entrei, mais...

R – Então a primeira experiência na área da imigração foi aqui na UVIDRE, quando começou a colaborar?

E2- Quando começou a colaborar?!

R – (Risos) Quanto começaste a colaborar?

E2 – (...) Eu voluntariei-me para a APAV depois ou passaram...quem me entrevistou foi a Carla por isso passei directamente para a UVIDRE, mas eu não sabia o que era a UVIDRE, sabia o que era a APAV, sabia que lidava com vítimas de crime, eu por um lado estava com os agressores enquanto advogado estagiário e quis, quis de alguma forma ganhar experiência do outro lado com a vítima. Na UVIDRE tinha os dois lados, quer dizer não tinha os dois lados, tinha um outro lado, não só trabalhava com as vítimas, como trabalhava com uma população que não conhecia e era uma boa oportunidade.

R - Qual é a importância que atribui ao trabalho que desenvolve na UVIDRE?

E2 - UI...Estamos a falar da importância do trabalho da UAVIDRE? Não é do meu trabalho na UAVIDRE?

R – Que tu atribuis ao teu trabalho, o que significa para ti...

E2 – Para mim?!

R – Sim.

E2 – Hah...para mim? Não sei, pera lá, nunca pensei nisso...Se eu estou contente com o meu trabalho na UAVIDRE? A nível de...se eu acho que poderia desempenhar melhor as minhas funções ou se isso me traz alegria?!

R – É uma mais-valia a nível público, é serviço público, mas para ti o que é que significa.

E2 – Para mim significa poder chegar a casa e quase todos os dias tenho a nítida sensação que ajudei alguém.

R – É essa a motivação?

E2 – Hah...sim, o ordenado não é de certeza, a gente ganha aqui fortunas (risos), não, é assim, eu já fazia este trabalho de borla, tu podendo fazer pago, claro que o faço. É assim, trabalhar na APAV tem a grande benesse, sentimos que o trabalho é válido, ajudamos pessoas e ajudamos mesmo, vemos isso, algumas mais que outras claro, há umas que não fiz, não fiz grande diferença, outras haverá que se não sou um? Adivinho? Fico lá perto, nem que fosse a definir planos, a ajuda-las a capacitarem-se de perigos, a fazer o modelo de segurança, o plano de segurança pessoal e por ai fora ou seja, ajudar, ajudei muito boa gente e é muito bom saber e sentir isso.

R – Tem outra actividade paralela a esta?

E2- A senhora não está a prestar atenção nenhuma às minhas respostas (Risos) eu sou mediador penal, sou advogado (...) (Risos)

R – Quais os projectos que se encontram em acção na UAVIDRE? Quais as dificuldades sentidas na implementação dos projectos?

E2 – Eu sei que estamos com alguns projectos na área da população imigrante, à população turista, não sei especificar exactamente o quê, sei que temos, vamos ter uma formação com a PSP, a esquadra de turismo, em que vamos fazer uma parceria, eles dão formação a nós e nós dá-mos a eles, temos projectos, projectos ou estudos ou algum trabalho na área do tráfico de seres humano, também temos parcerias noutra, noutras...

R – Quais são os principais parceiros da UAVIDRE?

E2 – Acima de tudo o ACIDI que é quem nos custeia e depois temos assim dependendo da área, mas pertencemos a uma área alargada em que temos desde a JRS a que é

o Serviço Jesuíta para refugiados, temos a CPR que é não sei quê, Conselho Português para os Refugiados, Médicos do Mundo, a AMI, temos uma serie de contactos e depois eles encaminham para nós, nós encaminhamos para eles, tudo depende da problemática que está em causa.

R – E que tipo de vínculos mantêm com estas instituições e associações?

E2 – Essencialmente são vínculos informais, há muita pouca coisa definida, bem definida, o que haverá bem definido que eu saiba é só, é só a parceria com o ACIDI porque implica pagamento.

R – Quais as suas funções na UVIDRE?

E2 – (...) As minhas funções é tudo, atendimento aos utentes, também de alguma forma supervisão dos técnicos, tenho que responder à grande chefe, exceptuado contactos mais formais com instituições, em principio será, será o papel de gestora, da gestora que está agora um bocadinho afastada, ou seja, é tudo, não sei assim especificar quais são, quais são as minhas funções, mas é, sei lá, desde o atendimento o, desde o atendimento de utentes a tratar das papeladas, sei lá, praticamente é tudo, quase tudo.

Entrevista 3 – Técnico de Apoio à Víctima Psicólogo Voluntário/Remunerado

R – Porque há necessidade de existir um local específico para o apoio a imigrantes?

E3 – Julgo que a importância surge...de...digamos que surge da importância de haver um local específico onde a pessoa possa sentir que lhe vai ser atribuído um apoio, vivemos numa sociedade tão massificada que muitas vezes as coisas funcionam só para as pessoas que são do país e havendo um local que se saiba que se dá apoio a imigrantes, haverá um sentimento de ...oopsy, se calhar ali até me vão ajudar, daí a importância, por exemplo, deste local específico que é a UVIDRE, em termos superficiais acho que poderá ser respondido assim.

R – Há um perfil de utente na UVIDRE?

E3 – As pessoas não são todas iguais, mas digamos que a utente que vem à UVIDRE, eu disse a utente porque realmente são maioritariamente mulheres que vêm à UVIDRE. São mulheres vítimas de alguns maus tratos físicos e psicológicos dentro, no seio de uma relação...algumas fragilizadas, revoltadas, outras meio assustadas, no fundo sentimentos negativos que surgem, desta conflitualidade na relação, mas sim, é sobretudo mulheres brasileiras que vêm à nossa Associação.

R – Quais as características de um bom voluntário ou colaborador da UVIDRE? Quais características deve ter...

E3 – Sobretudo gostar do trabalho que faz, acho que, acho que tem que se gostar da população com que se trabalha e sobretudo ter disponibilidade temporal e também, emocional para prestar depois um bom serviço, não é, e formação. Disponibilidade, formação e alguma motivação para conseguir abraçar os casos de uma forma técnica.

R – Qual é a sua formação académica? Há quanto tempo acabou o curso? Há quanto tempo trabalha na área da imigração? Há quanto tempo colabora com a UAVIDRE?

E3 – Ora bem, estou a terminar o meu curso em psicologia clínica, falta-me cerca de dois meses, portanto ainda não acabei o curso.

R – Mas...licenciatura ou mestrado?

E3 – Componente de mestrado, trabalho, colaboro com a UAVIDRE desde Julho de 2009, portanto há cerca de um ano.

R – Há quanto tempo trabalha na área da imigração?

E3 – Partindo do pressuposto que o apoio é feito a vítimas imigrantes, também há cerca de um ano.

R – Como começou a colaborar com a APAV, com a UAVIDRE?

E3 – Foi através de um programa de estágios do...cujo o nome não me estou a recordar, mas foi o...

R – O PEJENE, PEJENE?

E3 – PEJENE.

R – É? Como a A..

E3 – Sim. Mande a minha proposta e fui chamado a uma entrevista e fiquei.

R – Mas já sabias que ias trabalhar na área da imigração?

E3 – Não, não, concorri à APAV, não concorri, foi-me dado, foi-me dito que fui eleito para a APAV e dentro da APAV, a nível interno disseram-me que ia ficar na Unidade.

R – Então foi a tua primeira experiência na área da imigração.

E3 – Exactamente.

R – Qual a importância que atribuis ao trabalho que desenvolves na UAVIDRE? O que te motivou a trabalhar no sector do apoio à vítima?

E3 – O trabalho desenvolvido assume-se realmente importante uma vez que estas mulheres se encontram em crise, encontram-se fragilizadas e sendo a minha formação a área da psicologia, julgo que é extremamente importante reabilitar estas mulheres, digamos utentes em termos emocionais para saberem enfrentar e lidar com o problema, com o conflito, com os maus tratos no fundo. O que motivou para trabalhar no sector, eu não sabia que vinha

trabalhar, mas quase a níveis imediatos fiquei motivado quando soube que trabalho ia desenvolver.

R – Tens outra actividade paralela?

E3 – Bastantes, para além de estar a acabar o curso, estou também como colaborador na APELO, que é a Associação de Apoio à Pessoa em Luto, onde sou moderador de grupos entre ajuda a pessoas em luto e estou a estagiar no Hospital Garcia e Horta no Departamento de Psiquiatria e de Saúde Mental.

R – Quais as dificuldades de um TAV? Quais as principais dificuldades que encontra no apoio que presta?

E3 – Olhe (risos) As minhas dificuldades assentam na componente mais jurídica da coisa, quando apresentam situações muito jurídicas, digamos que apesar de no ser a minha área e de termos tido alguma formação nesse sentido, fico um pouco bloqueado, mas sim, sobretudo é isso, responder a perguntas muito específicas por vezes há alguma necessidade de continuar algum tipo de guião inicial que nos foi dado.

R – E dentro da tua área encontras algum tipo de dificuldades ou no funcionamento da Unidade?

E3 – Por enquanto ainda não surgiu alguma actividade assim maior, não.

R – Qual o papel do utente no processo de atendimento?

E3 – O papel do utente, digamos que a pessoa que vem cá em princípio está interessada em receber algum tipo de apoio psicológico, é um papel que se julga activo no apoio que vai receber. Assumido portanto um papel bastante importante na capacidade de lidar com a problemática que a trás cá. Quando pelo contrario a utente ou vítima é trazida, muitas vezes a motivação é mais precária, não diria precária, assume uma postura mais passiva porque foi, foi pedido apoio por outra pessoa não pela própria e tem que haver realmente um interesse da própria pessoa para, para o apoio psicológico.

R – Quais os projectos que se encontram em acção no UVIDRE? Qual o papel dos técnicos nos projectos? Quais as dificuldades sentidas na implementação dos projectos?

E3 – Eu tenho conhecimento que existem vários projectos a decorrer na UVIDRE, mas...sobretudo na área da imigração, em termos concretos não sei responder, sei que houve um há pouco tempo a vítimas turistas, creio, mas esta parte é mais com a ges...com os gestores. O papel dos técnicos é através da sua experiencia tentar dar algum colorido teórico e prático, creio, para que se possa implementar um projecto em boa qualidade. Dificuldades, nunca participaram, não poderei responder.

R – Quais os principais parceiros da UVIDRE?

E3 – O ACIDI, o ACIDI, outros organismos eu sei que são parceiros e que organizam UVIDRE, essencialmente acho que são estes.

R – Então será que me sabes responder que tipos de vínculos mantêm com os vossos parceiros ou Associações com os quais trabalham?

E3 – São vínculos de parceria e de encaminhamento, quando alguma coisa no nosso serviço fica incompleta, ou precisa de algum suplemento fazemos esse encaminhamento para essas instituições parceiras, sobretudo também em casos em que é necessário o acolhimento da vítima.

R – Que balanço fazes dos cinco anos da UVIDRE?

E3 – Estando cá há um ano, este ano julgo que é, foi um ano positivo apesar de não haver muita afluência, acho que prestamos um apoio considerável às vítimas de qualquer tipo de crime...sim, um balanço positivo.

Entrevista 4 – Anterior gestora de gabinete e técnica de apoio à vítima jurista remunerada

R – Porque há necessidade de existir um local específico para imigrantes...de apoio a imigrantes?

E4 – Mas aqui na APAV ou em Portugal num modo geral?

R – O UVIDRE, porque houve necessidade de surgir o UVIDRE?

E4 – Nos vários gabinetes começou a surgir a partir dos anos 90 principalmente uma, casos de imigrantes que relatavam situações específicas, em que tanto em termos de direitos deviam ser informados sobre como em termos de forma de resolução de casos implicavam uma maior investigação e uma diferente equipa, diferente no sentido que conhecer outras línguas, talvez ser formado mais naquela área específica que era de direito, mas também da maior objectividade possível da não discriminação. Não é que os outros gabinetes discriminem, mas de facto não havia tanta diferença, normalmente no tipo de população que havia, por exemplo, no nosso dia-a-dia somos capazes de ter uma senhora africana, também já nos apareceram pessoas de Marrocos que até têm mais esse perfil, mas que por exemplo, o casamento é mais do que, a manutenção formal da lógica do casamento é mais importante, por exemplo da situação de vitimação que estão a sofrer, porque em termos de cos...culturais a família angaria esta pessoa caso esta pessoa não continuasse o casamento, por exemplo, independentemente de haver um perigo para a sua vida e para a sua integridade física, as questões e aquilo que a pessoa considera mais importante é primeiro manter o casamento

porque é uma questão cultural, é uma questão...e este reconhecimento destas diferentes culturas tinha também que ser uma aprendizagem para os técnicos, ou seja, não traduzir a nossa cultura que num gabinete normal seria, normal porque as vítimas são portuguesas, não traduzir esta cultura para estas vítimas que são diferentes, que têm necessidades diferentes, pessoas diferentes, direitos diferentes, infelizmente em algumas situações, mas que principalmente precisam de ser ouvidas e depois precisam de alguém que conheça efectivamente a forma como até contornar certas coisas, uma...não sei se queres que eu continue? Resumindo, esta população começou a ser a níveis numéricos bastante relevante na altura o Alto Comissariado era o ACIME, agora é ACIDI, era, não sei, não me recordo do nome anterior.

R – ACIME

E3 – O antigo, o ACIME fez um protocolo então com a APAV, cujo objectivo era apoiar tanto a população imigrante que era vítima de crime como a população que era vítima discriminação, quer seja imigrante ou não. E porquê?! Porque também devido à quantidade de imigrantes que começaram a surgir nessa altura, mais na década de 90, começou-se a sentir diferenças de tratamento quer nas escolas, quer nos serviços, nas quais os imigrantes eram o alvo e que deveriam ser minimizados, nessa altura, antes da criação da Lei da Discriminação que foi transpor as directivas da União Europeia, antes dessa directiva, dessa Lei desculpa, o que é que aconteceu?! Acontecia que estas formas de discriminação nem sequer eram reguladas, não eram punidas, ou seja, ou bem que havia uma discriminação no âmbito do crime, ou bem que as situações civis, os conflitos quase civis não eram minimamente censurados e isso reflectia-se depois na integração, ou na falta de integração dos imigrantes, ou seja, considerando o papel da APAV e considerando o trabalho que já era feito na APAV, houve a criação deste protocolo para tentar neste tipo de população minimizar estes, estes impactos e vulnerabilidade.

R – Qual é o balanço destes cinco anos de trabalho?

E3 – O balanço é que há muito ainda por fazer, acho que apesar de tudo já foi feita alguma coisa, nomeadamente a nível de Leis, porque nessa altura, antes de 2004 se não me engano e antes da introdução da nova Lei da Nacionalidade havia muitas pessoas irregulares que os pais já tinham nascido cá, portanto segundas e terceiras gerações, a legislação, a nova legislação veio permitir que essas injustiças fossem minimizadas. Hoje em dia, por exemplo, se um filho de uma pessoa irregular nascer cá e se estiver na escola e estiver lá pelo menos há seis anos, a pessoa pode estar regular por causa deste, deste vínculo, portanto houve a necessidade de contornar algumas situações, não é que o facto de a pessoa ser regular vai

resolver a questão toda da vida dela, mas há muitas questões que as pessoas irregulares de facto não têm direitos, por exemplo, no que diz respeito à UVIDRE, o facto de haver casas abrigo que independentemente de a pessoa estar irregular ou não poder ser integrado, o facto de independentemente ser irregular ou não nós ajudarmos a apresentar as queixas e comunicarmos ao SEF que a pessoa está num processo e que está a ser apoiada, vítima de crime e portanto não deve ser notificada para abandonar o território, este tipo de situações que nós fazemos...

R – É tido em conta?!

E4 – É tido em conta obviamente.

R – Eu tinha ideia que era umas das maiores dificuldades vocês prestarem um apoio real aos imigrantes irregulares.

E4 – O que é um apoio real? O facto é que na prática, o nosso...a metodologia de intervenção é centrada na vítima, ou seja, o que a vítima considerar importante, muito, algumas vítimas, não todas, o facto de ser regular não é uma prioridade, primeiro porque há uma desinformação, depois porque já tiveram algum tempo assim e não vêm mais-valia porque de algumas o objectivo é voltar e talvez principalmente quando estão numa situação de crime, têm tantas questões que fazer face que muitas vezes essa questão não está na lista de prioridades até ao momento em que se calhar que vão à autoridade policial e são notificadas para abandonar o território nacional, não é, portanto no dia-a-dia, de forma caricata e tu sabes disso um imigrante irregular paga impostos, desconta para a segurança social, mas só que é irregular, portanto há uma grande hipocrisia no que diz respeito aos direitos e obrigações dos imigrantes e não só em Portugal, acho que em Portugal há certas coisas que até são melhores que noutros países, mas o facto é que existe trabalho, existe possibilidade de trabalhar no entanto existe uma politica de fronteiras que colide muitas vezes com os direitos humanos das pessoas, com os direitos básicos, porque nós aqui estamos a lidar com situações de crime, não estamos a lidar com situações de irregularidade. Até podíamos debater até que ponto é que a irregularidade é, o facto de a pessoa estar irregular faz sentido num país em que o mercado, ou a lei da procura e da oferta chama estas pessoas, se há mercado, se há livre circulação de pessoas pelo espaço Schengen, se desde que o Mundo é Mundo as pessoas circularam, quem como nós agora para criar fronteiras e dizer que tu não podes entrar, não é, parece que estamos a regredir em termos de conceito. Bem, independentemente disso e isso é debate que é interessante e deveria ser interessante, mas no caso da APAV, por exemplo considerando que a população são pessoas, são vítimas de crime nem sequer estamos a falar disso, estamos a falar de pessoas que foram privadas de direitos, da sua integridade física, da sua integridade

psicológica, algumas da sua vida e portanto têm que ser tratadas como seres humanos que precisam de ser garantidos os direitos, estamos a falar de um limiar diferente, estamos a falar de direitos humanos e não de factos de fronteiras ou de passagens de fronteiras ou de seguranças de Estado. Portanto no caso em concreto da UVIDRE no que diz respeito aos imigrantes que estão irregulares de facto existe uma enorme necessidade de rever a legislação, alguns pontos e de facto há uma grande dificuldade às vezes de colmatar aquilo que para a vítima seria importante, o apoio social para uma pessoa irregular, o que é que acontece, acontece que felizmente existem associações que não fazem parte do Estado, não são a Segurança Social, não são a Misericórdia, não fazem parte das entidades que precisam de directamente explicar que as pessoas estão irregulares e por isso é que estão a ser apoiadas, esse grupo de entidades é que nos recorremos para tentar colaborar, principalmente o acolhimento e nós sabemos que poucas são aquelas que não pedem os documentos das pessoas. O que é que nós às vezes fazemos, tentamos perceber quais aqueles estatutos que são de facto garantidos, por exemplo, no tráfico de seres humanos há um estatuto específico, também é um facto que nesse crime específico a identificação das vítimas é um problema, logo se não há identificação não há atribuição de estatuto logo uma pescadinha de rabo na boca. Agora, aqueles que de facto já falaram, aqueles casos que já falaram com as entidades policiais para lhe garantir o estatuto, não há problema nenhum, nós tivemos não muitos casos, mas uns três ou quatro em que garantir um estatuto tem alojamento, tem alimentação, tem tudo aquilo que devia ser garantido a todas as vítimas de crime, principalmente considerando que estamos a falar de pessoas não têm redes sociais de apoio, não têm capacidade económica para se sustentar. Nas situações em que o crime é um crime no âmbito da relação laboral, quer seja a exploração quer seja o abuso sexual de alguma forma, nessas situações as pessoas aguentam estar no trabalho, independentemente das violações que estão a ter, a ser alvo porque é a fonte de rendimento, se estão irregulares, se nós não conseguimos garantir o mínimo de apoio social, então não dá. Agora haverá sempre hipótese do retorno voluntário, por exemplo, a questão como o próprio nome indica o retorno é voluntário, ou seja, a pessoa tem que querer. Muitas das pessoas que vêm sofreram muito para estar aqui e provavelmente têm algumas dívidas que têm que pagar, o facto de voltarem, se perguntar à maior parte dos utentes, 99% diria eu, não querem voltar e portanto não é essa a solução, para mim tinha que haver um estatuto mínimo de vítimas de crime, um estatuto mínimo que garantiria a todos a protecção social que fosse necessária. Também acho que essa garantia mínima podia vir com requisitos, ou seja, a pessoa tem que se reestruturar dentro desse tempo, tal como nas casas abrigo, portanto a lógica é, tem esta possibilidade portanto... porque a maior parte das pessoas

que estão cá irregulares, que vêm cá tem trabalho, portanto não é que não tenham, não é que estejam aqui a viver, portanto é essa a minha opinião e é essa a opinião da APAV que tem que haver o estatuto mínimo. Estamos a falar dos imigrantes, estamos a falar de todas as vítimas, especialmente os imigrantes, nomeadamente os irregulares. O que, a frustração que sentimos mais na Unidade nem é apenas a parte dos irregulares é o facto que mesmos as pessoas que estão regulares, nas situações de facto de crise temos dificuldades em ter respostas em tempo concreto e essas respostas, por exemplo... voltando à lógica em nos focarmos no que a pessoa acha que é relevante, algum tempo atrás havia uma senhora que tinha um trabalho, ganhava, o objectivo dela era ficar mais 6 meses e depois voltar para a Angola. Ela sai de casa, mas ele sabia onde ela trabalhava e seguia para a casa, para o quarto onde ela estava, ele chegava lá, ameaçava as pessoas que eram proprietárias da casa, ameaçava toda a gente e expulsavam-na da casa e ela dizia, mas não há um sítio para eu ficar. Uma Casa Abrigo não pode ser porque ele no momento em que seguiria e encontrava a Casa. Nós falamos com aquele Pedro Arrupe, porque seria uma casa aberta, portanto não seria uma Casa Abrigo, mas haveria lá pessoas que a podiam proteger e obviamente não ficariam intimidadas com isso e a resposta da Casa é que se há questões de segurança nós não podemos garantir a segurança das pessoas, portanto não pode estar aqui. Portanto, às vezes estas especificidades dos casos concretos é que são frustrantes também. Nós com as dificuldades gerais mais ou menos é frustrante, mas...

R – Dá para contornar...

E4 – Mas depois aquelas questões, precisa destes 6 meses para voltar senão não faz sentido o tempo que já ficou, mas ao mesmo tempo se ficar a trabalhar naquele sítio vai sofrer durante 6 meses perseguições e não se sabe muito mais o quê, portanto é esta angustia, considerando o facto, o simples facto que não havendo uma rede social, não podendo ir ter com o irmão, com o pai, nem sequer há a lógica que em casa estou com quem eu conheço, com quem eu confio. Também nós sabemos que mesmo havendo redes sociais por vezes é complicado. Nós também sabemos, vou falar outra vez da parte social da questão, há situações em que até vai para a casa do tio, mas o tio já tem uma casa pequena, já tem não sei quantos filhos, a pessoa vai para lá não sei com quantos filhos, não pode estar lá, mesmo estando regular. O facto é que se nós pedirmos, mesmo através do facto de estar regular pedirmos a possibilidade de enquadrar-se no âmbito da segurança social ou da Misericórdia ou de uma Casa de Acolhimento ou uma estrutura qualquer do processo de apoio o que ele, o que eles dizem é, mas ela não está em situação de perigo, ela está na casa do tio. Portanto, são estas questões que muitas vezes nos prendem a um caso concreto, há uma grande imaginação que tem que surgir na resolução destes casos, não é, daí a lógica das reuniões de equipa e

dessas coisas. Se a Unidade especificamente para imigrantes faz todo o sentido, como eu disse, faz todo sentido não só porque como disse há direitos que não são de facto garantidos, direitos humanos que não são facto garantidos, mas por outro lado porque eu acho, o facto da língua e quando eu falo a língua não falo apenas do português ou de outra língua, falo...porque as pessoas da Guiné, algumas também de Angola, eu, muitas vezes não entendem o português de Portugal e dizem que sim, porque tu falas e dizem que sim, mas não estão a entender-te, ou seja, a questão da língua é uma questão muito pertinente, o facto de tu permitires o quanto possível que a pessoa possa falar a sua língua é uma diferença para as pessoas muito grande porque a relação estabelecida entre o técnico e o utente é uma relação de confiança, não é e é uma relação o mais igualitária possível e não te superioridade, não é. Tu estás a falar a tua língua, normalmente a explicar umas coisas que até em termos técnicos é complicada para pessoas que sabem a língua quando mais para outros e portanto a equipa, um dos requisitos da equipa é ter o máximo de conhecimento de línguas possível considerado a capacidade financeira e logística que nós temos. Por outro lado um país como o nosso, que houve emigração desde que nós nos conhecemos enquanto Povo, seria, será até ridículo nós não criarmos as estruturas mínimas que nós gostaríamos que talvez os nossos avós ou tetravós tivessem tido nos outros países e ainda hoje, ainda hoje temos notícias de exploração laboral em Espanha, na França, na Alemanha, enfim, portanto estas estruturas mínimas têm que ser garantidas, por uma questão de princípio, princípio do Estado democrático, não é, um Estado de direito, democrático tem que ter estes princípios mínimos. Nós também compreendemos que uma Unidade como a nossa é uma gotinha no meio disto tudo, mas é uma gotinha que pode ser o princípio. Nós agora estamos a tentar negociar a abertura demais gabinetes, pelo menos mais um no Algarve, uma UVIDRE no Algarve, porque é que acontece, existem CLAI's, CLAI's, mas os CLAI's são, são sociais, ou seja, onde, como se regularizar, como por exemplo, aprender português, alguns que têm, para resolver algumas questões laborais, sendo regular como é que surge (...) colmatar o que já existe hoje em dia dos CLAI's com unidades específicas para pessoas que são vítimas de crime, porque há maior vulnerabilidade nesta população, inegável, não só pelos estudos que existem, não é, mas é inegável que esta população é muito mais frágil, até a forma como se apresentam nos atendimentos notas que são pessoas mais frágeis, o receio... por exemplo é normalmente as pessoas dizerem, ah...mas eu tenho filhos e ele diz que de certeza que lhe dão a ele porque ele é português, isto é uma coisa recorrente e acreditam nisto. Portanto, o facto de as pessoas chegarem cá, com uma completa, um completo desconhecimento dos direitos, mas até completa confusão acerca das entidades que podem ajudar, nomeadamente a policia, a policia é vista como um papão,

não é, às vezes é... (risos), mas, pronto nem sempre, nem sempre e como nós sabemos há muitos profissionais competentes. Portanto, independentemente de todos os obstáculos que nós temos que ultrapassar no dia-a-dia, existe um trabalho e bastidores que é o trabalho de investigação, quais tipos de crimes estamos a falar, que tipo de vulnerabilidades deste tipo de crime é que nós estamos a falar, qual é que são os procedimentos para quando nós vamos fazer por exemplo, uma, uma conversa com, um atendimento com, com desculpa estava a escrever em inglês client e agora...com um utente, nós poderemos fazer as perguntas adequadas para conseguir perceber qual é que é o tipo de crime que estamos a falar porque uma situação de violência doméstica pode não ser só de violência doméstica, pode até ser uma situação de exploração laboral ou até de tráfico que já aconteceu, mas como há uma relação, então é violência doméstica. Portanto, nós temos que despistar nos atendimentos e para isso temos que investigar para saber quais são, quais são os requisitos de cada tipo de crime e perceber o que está a acontecer, há muitas situações de burla em contrato de trabalho, tanto que nem sequer têm um ordenado mínimo, trabalham por turnos, uns horários absurdos, isso é exploração laboral, mas lá está temos que categorizar para perceber quais são os tipos de processos que temos que seguir porque uma coisa é ir ao Tribunal de Trabalho, mesmo estando irregular se pode fazer, os contratos de trabalho, apesar de, obrigatoriamente para os imigrantes têm que estar escrito, se a culpa for da entidade patronal e provavelmente é porque...o que acontece é que o contrato é válido, ou seja, o empregador tem que cumprir as obrigações apesar de o contrato não estar escrito e portanto pode exigir isto junto do Tribunal de Trabalho. A questão é que os imigrantes começam a...estou irregular, agora vou exigir isto?! Perceber bem quais são os temas para perceber como se vai ajudar, porque é normal na APAV e também na Unidade há muitas situações de violência doméstica e às vezes no atendimento há aquela tendência para focar, é marido, não sei quê, violência doméstica, mas temos sempre que alargar, temos sempre que perceber que o mundo de uma pessoa, principalmente do imigrante que tem imensas questões é muito mais rico do que a relação que ele tem directa com o agressor, até pode haver outras situações, por exemplo quando é uma situação onde ela se queixa do companheiro, mas que, o que existe de facto e que também está a perturbar é uma relação laboral que não está a funcionar. Havia uma senhora que o patrão a tinha despedido porque ela estava grávida e tinha-a despedido dizendo que ela tinha um contrato de trabalho, mas não, tinha recibos verdes e ele disse que era um contrato de trabalho e ela acreditou. Portanto, isto para dizer que considerando este trabalho de investigação que tem que ser feito, esta investigação é traduzida depois no atendimento, para percebermos exactamente o que nós então fazer *lobbies* sobre, considerando o que aquela pessoa considera

importante, obviamente, não é. Esta senhora depois conseguiu uma boa indemnização, ela não quis voltar para aquele trabalho obviamente, que seria uma opção que ela poderia ter, mas conseguiu uma boa indemnização porque ela estava grávida, o marido estava desempregado e pronto estava na rua. Agora perdi-me um bocado... (risos) na lógica. Acho que até só respondi uma pergunta?!

R – Não, estávamos no balanço dos cinco anos da Unidade.

E4 – Ah...Resumindo acho que já aprendemos alguma coisa, acho que infelizmente considerando que os crimes são, são processos que estão a ser reinventados, temos que estar sempre a verificar qual é então o grupo do *modus operandi* para perceber como auxiliar e esse *modus operandi* é também importante para retirar aquele sentimento de culpa que muitas vítimas têm, que acham que de alguma forma são cúmplices ou de alguma forma...por exemplo as situações de passar, de saber que passaram a fronteira irregularmente, há sempre qualquer coisa que eles acham que não fizeram bem e que portanto podem ser apanhados por aí. Portanto, o compreender o tipo de crime e os procedimentos também é depois mais fácil para desconstruir a aquilo que a vítima acha que é mau e por isso é que não está a denunciar e por isso é que não está ou por isso é que ele não é assim tão mau e conseqüentemente até no âmbito de apoio psicológico será mais fácil o haver uma auto-consciência do risco e a estrutura do processo de apoio de uma outra forma. Portanto, acho que já chegamos a algum sítio, mas acho que há muito mais para fazer, não só descentralizarmo-nos mais, compreendermos mais certos fenómenos e seria perfeito se pudéssemos falar mais línguas, mas pronto, por enquanto...temos o que temos e já é bastante bem estruturado, acho eu.

R – A utente da UVIDRE tem um perfil, fora parte o facto de ser imigrante?

E4 – Não, não.

R – Qual é o papel do utente no processo de atendimento?

E4 – O utente está no centro, ou seja, independentemente daquilo que nós e achamos que seria a sua necessidade é o que a pessoa diz que é importante que vai ser feito, ou seja, nós achamos que, a não ser que haja crianças envolvidas, por exemplo se uma mãe com crianças...

R – Prevalece a autonomia técnica...

E4 – Aí sim, porque estamos a falar de, se é uma mãe que vive, nós agora até tínhamos um caso desses complicados. Uma mãe com três crianças que vive com um senhor, que já houve tentativas de homicídio para com ao menos uma criança, uma das crianças pelo menos com certeza...ele entretanto já foi, já veio, já foi, já veio e agora está outra vez. O que é que acontece, a mãe é omissa na protecção das crianças e acha que ele vai mudar algures no

tempo e no espaço, ou seja, se fosse só a mãe, a mãe, se fosse só ela tínhamos que fazer o acompanhamento psicológico como está a ser feito, no fim de ela compreender e ter consciência do risco para que ela queira tomar alguma decisão, porque a integridade física é um bem disponível, portanto ela pode, ela pode consentir a agressão, agora quando estão filhos envolvidos menores, aí nós intervimos e aí podemos intervir, temos a necessidade de intervir, porque os filhos, a questão é que um dos pais é o agressor activo e o outro é o agressor omissivo, não é, um por omissão outro por acção estão a agredir e nesse caso então temos outro tipo de atitude e claro a atitude pode passar eventualmente por tirar as crianças, através da CPCJ obviamente, ou o Tribunal de Família consoante as situações do processo que está a decorrer.

R – Quais são os critérios de selecção dos voluntários, dos colaboradores?

E4 – Nós, um dos maiores critérios para além do *background* académico é saber pelo menos uma língua par além do português pelas razões que eu estava a dizer há pouco, ou seja, a possibilidade de comunicar numa língua em que a pessoa esteja mais à vontade. Depois a lógica é a parte pessoal, da personalidade das pessoas, ver até que ponto as pessoas são empáticas, ver até que ponto as pessoas têm capacidade de prestar informação de forma simples e clara e as pessoas que, quer as próprias pessoas que acham que não conseguem ou nós achamos que a pessoa não consegue fazer atendimentos directos, então pode ter outro tipo de funções e portanto outro tipo de funções pode ser, no caso de direito, escrever coisas de direito, fazer algum trabalho de secretariado, fazer levantamentos de coisas para investigação, de nomes, de... agora todos o trabalhos são válidos não quer dizer que só as pessoas que trabalham directamente com as vítimas têm um papel fundamental. Para ela trabalharem como deve ser há outro tipo de funções que têm que ser feitas, obviamente. Agora, para além disso obviamente que aquelas áreas que nós trabalhamos mais são a área da psicologia e do direito, ou seja, damos muita informação na acerca de direito e apoio psicológico, há situações em que se vêm com uma família, o problema é que cada um tem que ter um psicólogo e temos que pedir ajuda ao Gabinete de Lisboa, mas normalmente conseguimos controlar mais ou menos ou absorver os pedidos de uma forma mais ou menos, eficaz. Considerando que metodologia de apoio também da APAV, independentemente de ser casos a caso é uma, uma metodologia que implica uma intervenção no caso, portanto na crise, não sou psicóloga, não sei se estou a dizer uma coisa assim, mas pronto. Intervenção na crise em si, independentemente do pai no passado ter agredido e isso fez com que ela tivesse mais vulnerável e tivesse menos capacidade de *empowerment* para ultrapassar essas coisas, a intervenção psicológica no modo geral é a situação de crime, o crime aconteceu, aconteceu

porquê e vamos tentar minimizar as consequências do crime, depois eventualmente pode haver a continuação do processo de apoio, depende do psicólogo e aquilo que ele achar adequado, porque obviamente em termos logísticos não temos capacidade de fazer um atendimento mais longo, não sei como é que se chama em termos de psicólogo, psicológico, mas pronto, um acompanhamento que implique uma cura (...) depois perguntamos à Joana para saber como é.

R – (...) Qual é a sua formação académica?

E4 – A sua! (Risos) Direito.

R – Há quanto tempo trabalha na área da imigração? A UAVIDRE foi o primeiro contacto ou...

E4 – Sim, de uma forma mais aprofundada a UAVIDRE foi o primeiro contacto, apesar de antes eu ter trabalhado na Comissão de Protecção de Menores e dentro dessa área existiam algumas situações de famílias imigrantes que era um pouco complicadas em termos de direitos das crianças porque na altura não havia aquela possibilidade das crianças estudarem isso foi uma coisa relativamente recente, 2001,2002. Nessa altura as crianças que tinham os pais irregulares não tinham possibilidade de estar, de ter a escolaridade obrigatória, sob pena...primeiro não eram passíveis, não as registavam, mas mesmo que algumas escola fizessem, caso o SEF ou alguma entidade perguntassem acerca da lista eles teriam que dar, portanto haviam questões graves de negligência no que diz respeito à educação, porque às tantas eles não iam à escola, os pais tinham que trabalhar, havia muito tempo para fazer coisas, então havia pequenas delinquências e coisas assim. Portanto, isto também para dizer que as questões da, da integração e da boa integração dos imigrantes podem ter consequência quer negativas quer positivas caso seja uma integração boa ou não na sociedade, obviamente. Mas pronto, o que eu estava a dizer é que quando comecei na UAVIDRE que comecei a investigar de uma forma mais profunda os temas da imigração, isto foi em 2005, portanto já passou cinco anos quase. Já passou cinco anos.

R – Qual é a importância que atribui ao seu trabalho? Pessoalmente.

E4 – Eu sempre, eu sempre considerei, eu sempre considerei o trabalho de um modo geral sempre considerei uma parte muito importante minha pessoal porque eu acho que se uma pessoa não tem uma actividade profissional que a satisfaça não consegue estar bem, não consegue ser feliz, a questão é que eu, eu sai do escritório de advogados no qual ganhava muito mais, mas não quis saber, portanto, é que não quis mesmo e não quero, eu estou muito mais feliz e concretizada assim, até parece mal porque estou a ajudar vítimas de crime que é uma infelicidade porque obviamente são vítimas de crime, não é, mas realmente é um

trabalho extremamente satisfatório e dentro das frustrações é um trabalho muito satisfatório, eu sinto que tou a fazer alguma coisa, a contribuir não de uma forma económica, não é, como contribuía no escritório dos advogados, mas contribuir socialmente, para a melhoria social para utilizar informações que pagavam-me muito num escritório e dizer que isto não é nada, isto é a vida de uma pessoa e de facto esta mudança na minha vida foi muito importante até em termos pessoais, até em termos repriorizar a tua vida, ou ter mais um carro assim ou ter...não, não é tão importante, percebes. Quando tu comesças a, a perceber o mundo de outra forma, a ouvir histórias diferentes, a ter consciências diferentes do que é que é a realidade também vês a tua vida de forma diferente. Eu pelo menos comecei a ver, ok também continuo a comprar os meus sapatos (tom de brincadeira e sorriso), mas vejo de uma forma mais despregada certas coisas, não, eu acho que isso tem a ver com a satisfação que tu tens com o trabalho que fazes, pronto não te deixa cabeça preocupada com outras coisas mais supérfluas.

R – Não tem outra actividade paralela?

E4 - Eu sou mediadora penal também.

R – Já o Rui também é.

E4- Mediador penal é um mediador que funciona como uma forma de resolução alternativo de litígios, ou seja, em vez de se ir a julgamento, o ministério público, o procurador, indica o caso que tem determinadas características que está na lei e diz este caso tem características para ser mediado e chamam o mediador que está numa lista nos tribunais. E esse mediador fala com as partes e o papel do mediado é fazer com que eles se entendam, ou seja, ele não vai dizer que o individuo A é que tem razão ou que o individuo B é que tem razão, ele vai tentar criar um acordo e redigir um acordo que serve como sentença e a redacção desse acordo, que é um acordo das partes é que vai sentenciar o caso, por exemplo eu tive um caso em que era, era um ex ex-marido e mulher e o caso em concreto era dano portanto, supostamente, alegadamente atirou uma mota dele para o chão e partiu qualquer coisa, a questão não era essa obviamente e considerando que a questão não era essa e ele, sempre...o papel do mediador é tentar, é fazer com, exigir com que haja respeito na conversa que eles vão ter, não, porque no fundo eles vão ter conversa, ou seja, um vai dizer tudo o que acha que aconteceu o outro vai dizer tudo o que acha que não aconteceu, os limites é o respeito um pelo outro. E então dentro desta conversa lá perceberam que a mota não era assim tão importante, eles também tinham um filho em conjunto, a redacção do acordo foi: eu pago a moto, tu vais entregar a mota, por que o marido actual dela era, era mecânico e portanto, enfim, resumindo, isto em tribunal implicava que caso houvesse condenação era dizer que ele

era inocente, ela culpada tinha que pagar a mota, na mediação o que aconteceu foi, ok, compreendemos que isto também não era assim tão importante, um foi sem querer outro foi não quê, tudo bem eu perdoo-te, peço desculpa, eu perdoo-te e então leva a mota lá à oficina e a gente arranja o assunto. A mediação penal funciona nestes casos para que quando houver um litígio, não ampliar esse litígio mais daquilo que é necessário, nos tribunais é isso que acontece, um fica ainda mais chateado com o outro. A mediação penal é completamente gratuita, portanto as partes não têm quaisquer custos.

R – Fica satisfeitos.

E4 – Supostamente e se tudo correr bem.

R – Quais os projectos que se encontram em acção na Unidade e quais as dificuldades.

E4 – Existe, existem dois projectos, aliás três, três projectos. Um em que somos produtores que é o May I Help You que tem a ver com cross border victims, outro que tem a ver com realizing, é um... chama-se realizing rights, tem a ver com vítimas de violência doméstica, vítimas de todo o tipo crime aliás, mas que diz respeito a minorias e imigrantes que nós somos parceiros com o London Metropolitan University e Tilurn?? University que é uma universidade de criminologia e depois temos um terceiro projecto que é um projecto com uma associação da Republica Checa que é a Spondea, qualquer coisa parecida e que tem a ver com boas práticas na...no apoio em situações, nomeadamente violência doméstica com pessoas de outras minorias ou imigrantes. Destes três projectos, por exemplo o da República Checa é mais para eles verem os nossos procedimentos, evidentemente no Work Shop que foi, que eles vieram cá fazer houve uma troca e também foram convidadas outras entidades também cá, a UMAR e os Jesuítas. Do Realizing Rights é mais de investigação, portanto um trabalho de investigação e continua a haver um trabalho de investigação sobre vários crimes e tem a ver mais com o mapeamento dos direitos existentes em várias áreas e em vários tipos de crime e estatísticas se houver.

R – Quais os principais parceiros da UAVIDRE? Como é que planeiam os projectos?

E4 – Parceiros nacionais ou internacionais?

R – Ambos.

E4 – É porque estes projectos que eu estava a falar são internacionais, são Europeus. Também há projectos nacionais que o UAVIDRE coordena, por exemplo o Projecto Sul.

R – Para vítimas de tráfico.

E4 – Sim, imigrantes e tráfico somos nós que coordenamos. Também é um projecto...

R – Mas é temporário ou têm parceiros fixos ou depende conforme os projectos...

E4 – Cada projecto tem parceiros, pode eventualmente haver repetição de parceiros se o tema assim o exigir, por exemplo no que diz respeito a projectos europeus, os projectos europeus independentemente de ter projectos europeus obviamente, também tem projectos nacionais quando nós somos coordenadores, quando somos parceiros não, mas quando somos coordenadores sim por exemplo no May I Help You há a polícia de segurança pública e a Comissão para Crimes Violentos, porque tem a ver com o Cross Border Victims e portanto. Em termos de projectos nacionais, portanto no caso do Projecto Sul a CIG é a entidade competente na área da igualdade de género e na igualdade de oportunidades portanto é sempre, não é parceiro é aquela que dá o dinheiro não é, e portanto será sempre essa juntamente com o SEF que também é muitas vezes um dos parceiros privilegiados dos nossos projectos e de candidaturas a projectos, a Policia Judiciaria também é uma das entidades e depois informalmente são todas as redes de contactos que nós temos. Agora, por exemplo nós aqui na UVIDRE temos, há uma rede alargada de apoio a imigrantes e a refugiados, que tem uns catorze ou quinze membros. O que acontece na prática é que nos trabalhamos mais ou menos com as mesmas entidades, que são aquelas que nós sabemos que é mais rápido, é mais fácil, porque já conhecemos as pessoas, mas obviamente que isso é uma coisa que nós temos também fazer um esforço para... que é os Jesuítas que tem, é o Pedro Arrupe, tem os cursos de línguas por exemplo, trabalhamos muito com a UMAR no que diz a Casas Abrigo, mais nesses aspectos, os Jesuítas, desculpa, a CPR muitas vezes envia casos para apoio psicológico, o ACIDI envia-nos muitas situações de discriminação com, no que diz respeito a questões de vítimas imigrantes. Agora de parcerias efectivas temos o ACIDI, que é obviamente... o SEF, temos toda a rede alargada que implica a OIM, que implica os Jesuítas, a UMAR, etc. ... dos projectos europeus o que nós fazemos é consoante o tema, ou seja, se é tráfico, se é imigração, vemos qual é a entidade competente nessa área. No caso do May I Help You temos o Irish Tourism Assistance Services da Irlanda e temos uma Comissão que é do Ministério da Justiça em Espanha que é para, especificamente para apoio a vítimas de crime violento, consoante como eu disse o tema que nós queremos investigar, consoante os projectos. Portanto eu já tive num projecto de tráfico que era o anti-slavery da... UK, era a La Strada da República Checa, Irish migration Center da Irlanda, portanto consoante os temas consoante os parceiros. Nós agora já desenvolvemos algum trabalho ao ponto de sermos relativamente conhecidos e também de nos proporem projectos como o Realizing Rights e o Stop Domestic Violence da República Checa. Portanto, agora já estamos aqui numa roda em que, em que pronto, já temos uma rede de contactos. Não é que tenhamos um ou outro parceiro privilegiado temos uma rede.

Entrevista 6 – Técnico de Apoio à Vítima Psicóloga Voluntária

R – Porque há necessidade de existir um local específico no apoio ao imigrante?

E6 - Na minha opinião?

R – Sim.

E6 - Na minha opinião porque é que eu acho que é importante...ah...somente porque uma pessoa imigrante está, está longe da sua, das suas origens, não é, é importante existir pelo menos um local de referencia em que ele saiba que pode contar com este apoio e que se sinta apoiado muitas vezes o que pode acontecer é ele não estar informado acerca dos direitos e do suporte que pode ter nesse país e nós somos cidadãos do Mundo portanto, na minha opinião somos cidadãos do mundo portanto, cada sitio onde nós vamos, sei lá, saímos do nosso país sabemos que há um sitio onde podemos ter informação, ter apoio e vamos nos sentir em casa, acho que isso.. Sentirmo-nos acolhidos, acho que é no sentido de acolhimento num país diferente e que é estranho, acho que é muito importante haver um local, um sítio onde essas pessoas podem recorrer quando têm algum problema.

R – Qual é o perfil do utente da UVIDRE?

E6 – Sou sincera, eu não tenho muito bem a noção. Um perfil em que aspecto? Só para me organizar...

R – Por exemplo na tua área...se existe um perfil...

E6 - Ah, ok pronto. Assim geral, não é. Pois eu ainda não fiz nenhum atendimento, porque motivos externos, exteriores não houve nenhuma oportunidade, portanto tinha duas pessoas para acompanhar, mas que depois faltavam. Ainda não surgiu ainda a oportunidade para eu acompanhar logo, se eu não tenho a experiência também não consigo pensar e reflectir sobre o perfil do utente neste caso no UVIDRE. Acho que passa muito por aí também, porque apesar das coisas que eu posso ler e dos conhecimentos que possamos ter acho que se não passarmos, se não sentirmos na pele, se não passarmos pela experiência os conhecimentos não são nada, não valem nada, não se tornam sólidos. Portanto, eu essa pergunta não consigo ter uma res...essa pergunta não consigo ter uma resposta assim, pelo menos pela minha experiência que é um bocado limitada ainda.

R – E a nível de gabinete, de apoio emocional, acho que tens participado ao menos...assistes a atendimentos?

E6 – Assistio mas, mas assistio a poucos porque nos dias em que venho cá ou não há nada, não há nenhum atendimento para fazer, não aparece ninguém para ser apoiado, salvo erro já assistio só a três atendimentos, três, três...sim três, um dos quais não era uma senhora imigrante, era uma senhora de idade e dois...

R – E qual é o papel do utente no processo de atendimento?

E6 – Papel do utente...ah...na minha opinião a pessoa que nos aparece à frente pelo facto de ter vindo ter connosco já mostra alguma actividade, já tem um papel activo, não é. Depois claro é muito difícil desmontar tudo aquilo que ela estava habituada, digamos assim por exemplo, caso das mulheres vítimas de violência doméstica. Sujeitaram-se anos e anos, não é e desmontar isso com ela é difícil porque é uma habituação, no fundo é uma habituação a que a pessoa esteve sujeita, então é, por mais que ela esteja a ser activa há sempre o outro lado, penso eu...e é o percurso que nós queremos que a mulher ou para a pessoa que é vítima sair.

R- Quais as características que um bom voluntário/ colaborador da UVIDRE deve ter?

E6 – Primeiro eu acho que se deve sentir bem com ele mesmo, acho que isso é muito importante, sentir-se bem com ele mesmo.

R – Ter tolerância à frustração, nesse sentido?

E6 – No geral, no geral acho, no geral acho que qualquer voluntário, qualquer pessoa em qualquer situação tem que se sentir bem com ela mesma e...

R – Mas no sentido de ser equilibrada?

E6 – Sentir-se bem com a própria vida, pronto, (imperceptível) isso é como em tudo. Neste caso especificamente acho que é ser uma pessoa com a mente aberta e despida de preconceito, acho que é das coisas mais importantes e ser capaz de vestir várias peles e não estar ali a julgar a pessoa ou então conseguir ver para além de um quadrado, acho eu, acho que é muito importante isso, nós conseguirmos imaginar as linhas...

R – Então a formação tem um papel muito importante?

E6 – A formação do voluntário?

R - A formação académica, a formação pessoal e a formação que a própria instituição dá ao voluntário.

E6 – Sim, sim a formação, as experiências de vida e acho que sim, as experiências de vida também são muito importantes, podem condicionar a forma como vemos a outra pessoa. Lá está, nós temos que despir um pouco dessas representações que nós temos para conseguir olhar para a pessoa como ela é e não contaminar, não sei se fui clara ou se há alguma coisa que não percebeste.

R – Qual é a tua formação académica, há quanto tempo acabaste o curso? Há quanto tempo trabalha na área da imigração e há quanto tempo trabalhas, colaboras com a UVIDRE?

E6 - Eu tirei o curso em Julho de 2009, a minha formação é psicologia clínica da área da saúde e da doença, ou seja, foge um bocadinho ao âmbito da intervenção social e comunitária apesar de essa área ser uma área que me fascina muito e eu gosto e na altura em que eu tive que optar fiquei muito indecisa entre psicologia sistémica, entre a área comunitária e esta área da saúde, mas pronto optei pela área da saúde porque achei que é uma das áreas mais frágeis do nosso país e para mim ia-me dar uma grande satisfação especialmente ajudar pessoas em fase de doença grave e doença crónica ou em fase terminal também, acho que é uma área que é muito, muito importante porque quando nos falta a saúde... falta muita coisa e costuma-se dizer que quando há saúde há tudo e é verdade, então as pessoas sentem-se muito desamparadas nos hospitais, nas instituições de saúde e quantas vezes nós não fomos ao hospital e sentimos que fomos maltratados por um médico, um enfermeiro que nos deu uma resposta mais torta, num momento em que a morte nos passa pela cabeça, ou porque temos um familiar no hospital que pode morrer e nós vamos sentir essa perda pronto, acho que era a área com a qual me identificava muito e depois a área social, quando fiz o meu estágio pude constatar que muitas daquelas pessoas, que vão às instituições públicas de saúde, tem graves carências sociais e não se pode dissociar uma coisa da outra, ou seja, se a pessoa vai lá, intervir, vamos intervir com a pessoa em termos, ou seja, a intervenção deve ser direccionada para aquela problemática específica da doença, não nos podemos esquecer do resto porque as coisas têm que andar de mãos juntas digamos assim, temos que talvez para a pessoa saber lidar com a doença tem que também resolver outras, outras áreas da vida dela e em relação à área de intervenção social tive oportunidade de vir para a APAV através do estágio PEJENE em 2009, terminei o curso e vim logo para cá, mas só que tive no Centro de Formação, estive no Centro de Formação de Julho a Setembro, Outubro (uma semana depois, numa conversa informal soube que fez um género de trabalho administrativo no Centro de Formação) e depois surgiu a oportunidade de vir para a UAVIDRE e foi o meu primeiro contacto com a imigração, da imigração e pronto, mas como ainda não tenho assim tantos casos, não tenho nenhum caso aliás (risos), tenho assim poucas, poucos atendimentos porque pronto são as circunstâncias, sinto que ainda tenho que consolidar mais a experiência, mais os conhecimentos. Eu acho que tem sido um processo lento porque também só posso vir uma vez por semana e também me tem despoletado para aprofundar ainda mais as coisas.

R – Tens outra actividade paralela?

E6 – Sim, sim, apesar de ser um bocado precária, mas sim e é na área da intervenção social, quer dizer não é bem intervenção social, mas é em bairros sociais. Portanto, lá está eu tinha que voltar...aquele meu gosto pela área de intervenção social porque não conseguia só

viver com a área da saúde e da doença, tinha que ser. E também fiz uma pós-graduação em mediação familiar e esse gosto pela mediação familiar também surgiu um pouco por estar aqui na APAV, pelas problemáticas porque nós não temos só vítimas de violência doméstica, vimos também coisas muito graves de coisas que acontecem, coisas muito graves com as crianças e a mediação familiar para mim faz muito sentido. Conseguir, eu conseguir ter este leque de componentes é um bocado por aí.

R – Qual é a importância que atribuis ao trabalho que desenvolves na UVIDRE?

E6 – É assim, como eu ainda não tenho muitos atendimentos...ainda não fiz muitas consultas e essa questão das consultas terem sido desmarcadas claro que sinto um bocado de frustração e não nego que desmotiva um bocado, é normal, eu acho que é normal a pessoa desmotivar e sentir-se um bocado frustrada, mas pá eu tenho tido calma e paciência porque sei que as coisas depois podem melhorar e também o facto de a minha vida estar muito instável, lá está a questão de eu dizer que nos devemos sentir bem connosco mesmos, com nós próprios aliás. Eu sentir-me muito instável na minha vida profissional, porque é sempre de um lado para o outro e não tenho nada assim ainda muito certo, claro que isso também acaba por...

R – Se reflectir.

E6 – Sim e...no momento eu andava a adiar também. Eu dizia S. não queres fazer este atendimento ou já te sentes preparada para começares o apoio? Ainda não! Ainda não! Acho que chega um momento que uma pessoa precisa dizer não! Agora vai ter que ser porque eu acho que eu estou é a resistir, estou a resistir e estou aqui a pôr as resistências se calhar o melhor é eu entrar de cabeça e não pensar muito, não é. Mas depois o que aconteceu as pessoas também faltaram, eu preparei-me...

R – Se a maior dificuldade que sentes no teu trabalho é... é assumires essa grande responsabilidade de fazer um atendimento sozinho?

E6 – Sim, mas faz parte tipo como as coisas têm andado assim um pouco instáveis, tenho andado sempre, como é que hei-de dizer, deixar andar, ver como as coisas correm talvez por aí.

R – Quais as dificuldades que achas que um TAV (Técnico de Apoio à Vítima) encontra, com a partilha com os colegas, as experiências. Quais são as principais dificuldades?

E6 – Talvez um TAV que não tenha tanta experiência assim possa ter alguma dificuldade em perceber no momento exacto o que, o que é vai fazer com aquela pessoa. Talvez possa ser isso, possa sentir que está com aquela pessoa e agora ok, bloqueei, o que é que vou fazer, o que é que vou dizer pronto, e acho que com a experiência isso acaba por

dissipar e as pessoas que têm mais experiência estão no patamar em cima, não é, obviamente estão num nível em que a segurança é maior, imagino que as dificuldades possam ter a ver, sei lá com...mais com os problemas ao nível de, da relação já estabelecida, isso no caso da minha área de formação por exemplo, ou seja, eu sou inexperiente vou-me preocupa com mais com questões que tenham a ver com, aí eu não sei, eu ainda não sei muito bem isto, o conhecimento não está muito consolidado, não sei esta lei, não sei aquilo, como é que eu posso dar resposta, como é que posso fornecer informação á pessoa, o que é que eu posso dizer agora, se calhar uma pessoa que já esteja num nível superior possa deparar-se com as dificuldades do género, eu senti que esta pessoa não está a dizer a verdade, como é que eu vou lidar com isto, já são coisas dessa natureza, coisas assim mais complexas. Se calhar eu neste momento mais inexperiente vou sentir dificuldade em coisas mais básicas, é como em tudo, a pessoa tem que primeiro satisfazer aquelas necessidades mais básicas para depois conseguir subir ao nível superior, mas...

R – Que impacto achas que o trabalho da UVIDRE tenha na vida do utente?

E6 – É assim, como, como eu ainda não tive, não fiz, não dei consultas não é, não fiz atendimentos não sei qual é o *feedback* das pessoas, mas pelo que pude observar dos atendimentos que assisti, que foram dois de pessoas imigrantes, nota-se pela cara das pessoas, não sei se sou eu que estou a interpretar ou não, ouvi coisas delas lindíssimas, nota-se pela cara das pessoas que elas se sentem compreendidas e que têm um sitio que elas sabem que podem contar e que não vão estar aqui a julga-las e que elas podem abrir o livro, claro que com as resistências normais, não é, mas pelo menos naquilo que elas quiserem falar elas podem falar e acho que tem, tem sido um pouco isso, elas podem entrar a chorar e conseguem sair a sorrir, acho que é isso.

R – Quais os projectos que se encontram em acção na UVIDRE?

E6- Os projectos que tenho conhecimento e que eu assim me recorde tem a ver com o apoio ao turista, tem a ver também com a mutilação genital feminina, acho que esses são os dois...são... acho que são os dois grandes projectos, mas eu acho que havia mais outro, sei que é os turistas e a mutilação, depois havia a outro que não me recordo, mas porque tem sido estes que nós temos falado mais.

R - E qual é o papel dos técnicos nos projectos?

E6 – Ah...portanto...ah, pelo aquilo que percebi, tem portanto que se fazer portanto um projecto, com todas aquelas, com todas aquelas critérios, pronto e depois é indo falando com entidades que possam patrocinar ou que possam fazer parceria, basicamente é dar a cara pelo projecto e organizar as coisas da melhor maneira, não sei...

R – Conheces os principais parceiros?

E6 – Ah não, isso por acaso não sei.

Entrevista 15 – Actual Gestora de Gabinete, técnica de apoio à vítima psicóloga remunerada

R - Qual é a tua área de formação?

E15 – É psicologia clínica.

R – Como é que começaste a colaborar com a APAV, com a UVIDRE?

E15 – Na APAV quando terminei o último ano de faculdade, nós temos que fazer um estágio curricular e o meu estágio foi aqui no gabinete de Lisboa. Entretanto, tive cá, entrei em 2008 (imperceptível), fiz o estágio académico e quando o estágio terminou eu tinha uma paciente e pronto e fui mantendo uma vinculação aqui à, à APAV, à APAV. Entretanto, no fim de Dezembro do ano passado (2009) a C. (gestora da UVIDRE) ligou-me, a dizer-me que havia uma, uma vaga para psicologia em part-time, se eu estaria interessada em fazer uma entrevista. Fiz a entrevista com a C. e com o R. e pronto fiquei, comecei então nesta área...

R – E sempre te interessou a área da violência ou foi tudo uma coincidência ou foi tudo um acaso, como é que foi?

E15 – Foi por acaso, sabes não foi nada, não foi nada premeditando, as coisas aconteceram. Aliás, tudo na minha, tudo na minha pequenina carreira, que está a começar agora, foi tudo muito por acaso, mesmo até a escolha do curso. Quando paras para pensar, então e agora o que é que eu vou fazer, pronto analisas as possibilidades, portanto dos estágios que existiam, que eram oferecidos, identifiquei-me bastante com a APAV, não por causa da problemática de trabalho, mas por causa da população em si. Evidente que a maioria das pessoas, do crime aqui na APAV é como tu sabes a violência doméstica, mas é o apoio à vítima de qualquer tipo de crime portanto. Portanto, eu não iria ficar condicionada pelo menos à partida trabalhar só com uma população, ou seja, só com crianças, só com idosos ou só com mulheres, eu aqui poderia trabalhar com, com todos e aprender.

R – Então foi o teu primeiro contacto com a imigração?

E15 – Ah, aqui foi, sim.

R – Há quanto tempo colaboras na UVIDRE?

E15 – Na UVIDRE desde Janeiro deste ano. (2010)

R – Porque é que achas, pessoalmente porque é que achas que há necessidade de haver um local específico em Portugal, vários locais de apoio ao imigrante?

E15 – Sabes quando as coisas se tornam realidade mais vale aceitar e trabalhar essa realidade do que fingir que, não pôr para trás das costas. Por exemplo, se pensares sobre um bocadinho na questão da imigração, se pensares por exemplo nas psicopatologias naquelas que antigamente as pessoas eram vistas como loucas, o que acontecia é que se internava as pessoas num asilo e elas eram para lá despejadas e só recentemente no última, na segunda metade do século passado é que é que se começou a tratar a psicopatologia mais a sério ou pelo menos aceitou-se essa realidade, eles existem vamos mostrar por isso, na imigração é exactamente a mesma coisa. Portanto, se Portugal é de facto um país que aceita esta população, por N razões, seja de conveniência, seja por desenvolvimento económico, etc., etc., então temos que aceitar esta realidade e tentar inseri-los na comunidade, na nossa sociedade, obviamente sem, sem negligenciar a identidade deles não é, por isso faz-me todo o sentido que existam esses serviços de apoio ao imigrante, de apoio de inserção.

R – E no caso da UVIDRE qual é o modelo de intervenção, que tipos de apoio prestam?

E15 – Que tipos de apoio já sabes, o social, jurídico e psicológico. O tipo de intervenção...

R – E o papel do técnico e o papel do utente, são ambos passivos, activos?

E15 – Por norma, mas aqui eu acho que não é só na UVIDRE eu acho que é de um modo geral, a atitude do técnico à partida, à partida creio que tenha que ser mais passiva do que activa. Isto quer dizer o quê, se calhar na Casa Abrigo é diferente, mas aqui nesta, nesta área específica, porque se a pessoa, uma pessoa se queixa que é vítima de violência doméstica ou um tipo de, imagina um crime de violação sexual que são os que mais custam nós temos que dar muito, podemos informar muito a pessoa portanto, enquanto técnico tu informa-la de todos os direitos, mas é sempre em última instância a escolha do utente que vai prevalecer, portanto... Claro que se nos pedirem ajuda para intervir dentro das nossas possibilidades nós ai passamos para um papel mais activo, mas tem que ser sempre a utente principal factor se quiseres tem que ser realmente o principal decisor a seguir com o caso para a frente, nós no fundo só servimos de apoio. Portanto, se a pessoa tiver doente, se precisar de alguma coisa vem ter connosco, nós somos a espécie de um andaime se quiseres. Portanto, seríamos mais passivo nós em última instancia mais activo se a pessoa, se a pessoa ou activo não se calhar mais colaborativo talvez e o utente terá que ser mais activo.

R – O utente tem perfil?

E15 – (Alguns segundos de silêncio) Essa pergunta é muito complicada (riu-se), é muito complicada porque...

R – Tentam fugir aos estereótipos o máximo possível...

E15 – Sim, sentes muito o risco que o estereótipo... (breve silêncio) sabes tanto pode, a violência doméstica que é o mais comum, depende podes ter uma pessoa que é mais dependente e vive muitos anos nesta situação de violência, tem muita dificuldade em tomar uma decisão, mas também podes ter aquela pessoa que é agredida uma única vez e vem aqui e faz de tudo para sair dessa, dessa, dessa situação. Portanto, é muito complicado, acho que é preciso ter muito cuidado com essa, é mesmo uma questão muito complicada. Pode haver um estereótipo, aliás a gente pode pensar, se calhar a pessoa que recorre à APAV é um tipo de pessoa, se queres, se quiseres podemos tentar traçar um perfil, mas isto é a pessoa que recorre à APAV e eu não sei se será metade da população que nós temos aqui, não sei se será representativa da sociedade percebes, porque à partida a pessoa terá que estar informada deste tipo de recursos, se calhar provavelmente é uma pessoa que tem, talvez seja mais proactiva no sentido de procurar esses recursos, sabe da existência, mas vai, eu acho que o facto de vir cá é um passo gigantesco.

R – E o técnico tem perfil? Já é mais fácil traçar um...

E15 – Não é mais fácil, eu acho que é mais fácil cortar, ou seja, se puseres a pergunta ao contrário, do género em vez de dizeres qual é o perfil do técnico, se me perguntares o que é que o técnico não pode ter, aí era muito mais fácil.

R – Então quais são as características boas ou se quiseres ao contrário quais são as características que um técnico não deve ter, um técnico de apoio à vítima?

E15 – Que não deve ter...sabes, acho que, acho que o técnico...em primeiro lugar tem que ser de facto uma pessoa que sabe muito respeitar, tem que saber muito bem o seu campo, a sua área de intervenção, até onde pode ir. Portanto, tem que saber muito bem os limites, o que não pode ter de todo um descontrolo destes limites, por exemplo, supõe, tu estás a fazer um atendimento a uma vítima, tu explicas tudo aquilo que tem que fazer e a pessoa diz, mas afinal não vou avançar, é impensável um técnico dizer que, mas tem que ir, tem que fazer, portanto impor a sua vontade, isto é um grave erro, no fundo estás a...

R – E acontece com frequência?

E15 – Espero que não, espero mesmo que não...de facto não conheço nenhum caso, mas não digo que não possa existir, mas quando estas situações são detectadas o que nós podemos tentar fazer é conversar com o técnico, no sentido de ele ou de ela repensar quais são os seus objectivos em trabalhar aqui porque cada um tem o seu objectivo, não é. Todos nós temos, seja curricular, seja por motivações pessoais, seja por identificação, se calhar quando começa a impor a tua vontade em prol do utente se calhar é melhor parar um bocadinho

começares a pensar, espera aí, o que é que me trouxe aqui?! Porque é que eu quero aqui estar? Porque é que eu quero ajudar estas pessoas? São perguntas simples, mas que as pessoas têm que pensar sobre elas.

R – E características boas, de, de um bom técnico ou colaborador?

E15 – De um voluntário, eu acho que a principal característica de um bom voluntário tá bem, esquece os estagiários, esquece as pessoas que estão aqui a trabalhar, de um voluntário é... a pessoa, eu não te consigo arranjar o adjectivo, mas vou tentar explicar. Tem que ser uma pessoa muito altruísta talvez, no sentido de prescindir de tempo particular em prol ou da comunidade ou do outro entendes, eu acho que este é o principal obj...para mim a característica que eu mais gosto de um voluntário é essa. Depois se é bom ou mau, se é mais fraco ou melhor, isso depois já são competências técnicas, mas para mim interessa-me as competências pessoais e o facto de uma pessoa vir aqui, disponibilizar o seu tempo pessoal para, para mim é de facto (imperceptível).

R – E quais são os critérios de selecção dos voluntários sabes, podemos falar sobre isso?

E15 – Sim, em primeiro lugar pura e simplesmente eu não sei se será o currículo, não sei se será o melhor, provavelmente não será o melhor critério, mas realmente existe uma filtragem, essa filtragem inicial é realmente o currículo da pessoa, é o que é que esta pessoa em termos académicos nos pode oferecer, depois até pode ter o melhor currículo do Mundo, mas se depois tu em conversa com a pessoa vires que o altruísmo, a capacidade de compreensão e análise é muito, é muito pequenina, ok se calhar...é melhor a pessoa pensar no que realmente pretende, mas realmente o primeiro, creio que o primeiro critério seja mesmo o currículo, claro que depois que...não é que seja o primeiro ou principal é mesmo uma questão de, de filtragem, mas talvez a competência pessoal para mim, essa é a minha opinião, acho que as competências pessoais são o mais importante. Conseguires ouvir, teres paciência, teres paciência, mas sem caíres no extremo porque os técnicos, os voluntários quer dizer também são pessoas não é, também têm os seus limites, há coisas que...nós não temos que aguentar tudo, não somos nenhuma máquinas. Portanto, tem que ser uma pessoa um bocado equilibrada para tentar perceber até onde pode ir enquanto técnico, enquanto pessoa, até onde pode permitir tanto a associação como os utentes entendes, numa questão de invadir o espaço deles...portanto é um bocadinho por aí.

R – Como é que vocês planeiam as vossas formações?

E15 - Como é que nós planeamos, os conteúdos ou...

R – Em geral...

E15 – Para técnicos...

R – Para os voluntários e para os técnicos, vocês fazem distinção entre os voluntários e os estagiários?

E15 – Não, eu quanto te fiz esta distinção é porque o estagiário tem uma obrigação, precisa de acabar assim, um voluntário acho que é muito mais humano, e é só essa a grande diferença para mim, mas não existe distinção, um estagiário e um voluntário é exactamente o mesmo.

R – Mas relativamente à formação...

E15 – Relativamente à formação o que acontece é, como é óbvio as pessoas necessitam de ter uma formação inicial de apoio à vítima, mas é uma formação que não é muito elaborada tecnicamente, tenta-se explorar alguns cenários, tenta-se passar uma mensagem, mas no fundo é fazer a pessoa pensar, acho que esse é o principal objectivo. Depois como é que as coisas se organizam é uma coisa mais logística que outra coisa, se alguém entrar, sempre que um voluntário ou um estagiário nós tentamos dar esta formação para a pessoa também não ser apanhada desprevenida não é.

R – Para muitos é o primeiro contacto com a imigração?

E15 – Talvez a primeira, eu acho que para a maioria das pessoas quando vem para a APAV é para lidar com a problemática em geral, não para o tipo de população que nós aqui trabalhamos, portanto não, os imigrantes acho que é mais a problemática do que a população, a população depois creio que seja por acréscimo.

R - Quais os projectos que se encontram em acção na UVIDRE, quais as dificuldades sentidas na implementação desses projectos também?

E15 – Olha, eu a UVIDRE digo-te uma coisa, comparando com a minha experiência com o gabinete (refere-se ao gabinete de Lisboa) e com a UVIDRE, aliás o nome a UVIDRE, Unidade de Apoio, é uma unidade orgânica e realmente é na verdadeira essência da palavra porque é uma unidade que é como fosse viva e tem que ser viva não pode ser estática, ou seja, o que é que isto quer dizer, quer dizer que é necessário construir projectos, é necessário, é necessário, não é necessário, nós temos um subsídio podemos ficar por ai, mas seja por questões de gestão e aqui já entra muito a personalidade da C. (gestora da UVIDRE) e se calhar também uma ou outra pressão do, do Dr. J.L., mas somos uma unidade que investe muito na proactividade, ou seja, e isto é uma coisa que já falei contigo portanto, mesmo com os voluntários, com os estagiários se sentirem que faria sentido introduzir um projecto, então digam-nos que nós tentamos fazer isso, agora claro que como em todos os projectos há situações mais fáceis outras menos fáceis isso depois já vai depender

da dimensão do projecto, nomeadamente quando envolve fundos, como somos uma ONG, principalmente a unidade que é financiada pelo ACIDI, portanto tudo o que é recursos financeiros é tudo muito escasso e tem que se controlar muito bem. Portanto, tudo o que sejam projectos que envolvam grande esforço financeiro, não é que seja impossível porque nada é impossível creio eu mas... isto é um bocado megalómano (risos), mas pronto. Mas é uma questão quando envolve realmente muitos fundos muitos fundos monetários é uma questão de investir ainda mais, no sentido de procurarmos quem nos financie o projecto, agora tem que ser um bom projecto, agora que tipos de projectos é que há, existem vários, existe... agora estamos a organizar um workshop para Setembro, que é para, convidamos algumas associações também de apoio ao imigrante de vários tipos de comunidades, no fundo vai ser uma troca de experiências. Vamos explicar o que nós fazemos aqui, o objectivo destas associações é explicar o trabalho delas, a intervenção que elas fazem junto das comunidades. Porquê? Isto enriquece qualquer trabalho entendes porque...olha, qual é a mais-valia de tu estares na unidade com a tua formação, tu podes, tu facilitas, tu dás-nos uma, pões-nos a pensar a verdade é essa, relativamente a compreender a população imigrante, mas com a cultura delas, porque muita, porque é muito diferente se tu apoiares uma pessoa, um português que chegou cá e tem cá a família cá toda, tá muito enraizada e outra coisa é um cabo-verdiano que vem para aqui pronto, tem que se inserir na nossa cultura, mas sem perder a cultura dele não é, portanto nós precisamos de entender a cultura das nossas comunidades, porque faz todo o sentido, faz todo o sentido e claro para nós acho fica um trabalho muito mais rico não é, consegues fazer um distan... aliás não é bem um distanciamento, mas quando tu consegues perceber a cultura, consegues se calhar, posso dar um exemplo que podes ficar um bocado confuso, a minha experiência, que não é muito grande, mas começa-me a dizer que principalmente as comunidades angolanas e guineenses em termos de agressões são as que, dos meus casos são as que mais me custam ouvir porque tem uma violência muito, muito grande quer dizer, bom, todas, todas as agressões são más, têm a sua violência, mas estas em particular, claro que é muito fácil fazer um juízo de valor, mas se tu tentares perceber, que Angola e Guiné vem, primeiro o facto de ser uma comunidade africana portanto, há todo um historial de escravidão depois o facto de estes dois países viverem e se calhar ainda vivem em guerras civis, se calhar começa a entender mais e não emites tantos juízos de valor, etc. e isto é muito importante, pelo menos para mim é muito importante, não apontar o dedo sem compreenderes não faz muito sentido, perceb... a tua mais-valia na unidade é exactamente essa, pões-nos a pensar na, nestas comunidades.

R – E os principais parceiros da UVIDRE variam de projecto em projecto, são fixos, ambos?

E15 – Alguns sim.

R – Como é que surgem, sabes?

E15 – O principal parceiro tem que ser o ACIDI por todas as razões, depois vai variando um pouquinho de projecto para projecto, depende do objectivo do projecto, por exemplo, o atendimento à vítima claro que existem instituições que trabalhamos constantemente seja o SEF, seja o ACIDI, o CNAI, os CLAIIs portanto, algum Tribunal pontualmente, alguns...as instituições base no apoio à vítima. Depois na elaboração de projectos vai depender muito do, do objectivo desse projecto, neste caso serão, serão as associações, por exemplo, o R. está a fazer o dele sobre exploração laboral portanto irá ser os sindicatos, irão ser os sindicatos, o may i help, o may i help you, o may i help you é no fundo um projecto está, está-se neste momento a desenvolver-se de apoiar vítimas turistas porque...ainda que possa ser, possa parecer muito similar ao apoio à vítima imigrante não é de todo porque se tu pensares que um turista vem por um período muito curto ao nosso território e que quando, quando é assaltado lhe levarem a carteira portanto, cartões de crédito, dinheiro, passaporte ou documentação, seja o que for e não tem cá ninguém à partida, não conhece cá ninguém à partida e tu pensas, é tão simples como pensares, a pessoa vai à polícia, pode ir à esquadra e depois vai para onde, onde é que ele vai dormir, como é que ele vai arranjar dinheiro para ir para casa estás a perceber, com é que ele vai comer, por exemplo, um dos, uma dos seminários que eu fui houve um polícia que falou que teve que dar dinheiro dele próprio a um turista para que ele pudesse comprar comida porque são coisas tão básicas que nem sequer pensamos nisso. Aqui os parceiros do May i Help You serão associações de apoio á vítima, mas a nível europeu, creio que sejam estes os principais parceiros depois entre outros.

R – E os vínculos...

E15 – Os quê?

R – E os vínculos são fortes?

E15 – Os vínculos quê entre nós?!

R – Sim. Não, entre parceiros não entre os técnicos.

E15 – Eu acho que não sou a pessoa mais indicada para responder a isso, mas por aquilo que me vou apercebendo penso que sim, eu acho que há associações que funcionam muito bem, olha por exemplo, eu agora quando estive a fazer o projecto, que agora está em stand by, da mutilação genital feminina, das primeiras coisas que eu percebi é que a

associação do planeamento familiar está responsável, integrou a mutilação dentro dos projectos deles. Quando eu falei com a C. sobre isso, falei com uma perspectiva muito, isto tem que ser nosso, nosso e a C. só me perguntou assim, mas podemos trabalhar em parceria não temos que estar a rivalizar uns com os outros bem aquilo foi assim uma chapada de luva branca, faz mesmo todo o sentido e eu acho que isso reflecte de momento o trabalho da unidade, principalmente ela que por gestora tem esse tipo de conhecimento é um trabalho muito diplomático, de parceria porque tem que ser assim.

R – Está tudo a trabalhar para o mesmo...

E15 – Exactamente. Em vez de haver rivalidade, em vez de haver competição, o trabalho fica muito mais rico e muito mais poderoso se quiseres, quando existe parcerias.

R - E isso acontece mesmo?

E15 - Eu penso que sim, é o que eu te digo, não, não tenho essa consciência, mas eu creio que sim, creio. Pode eventualmente uma ou outra associação que não seja bem o caso, mas creio que seja a maioria, eu creio que quando existem estas fusões, fique, é como fosse um lobby sabes, fica mesmo forte o trabalho, fica muito...fica muito interessante.

R – A UAVIDRE já fez cinco na os que balanço fazes, deves conhecer o trabalho que vem de trás, que balanço fazes tu?

E15 – Eu acho que neste momento se a UAVIDRE não existir, não existisse as coisas podiam complicar-se muito para as comunidades imigrantes porque...existem várias associações que fazem apoio ao imigrante, mas não ao imigrante vítima de crime ou de discriminação racial e a verdade é que eles ficam numa situação, podem ficar numa situação muito delicada, nomeadamente, quando são irregulares, quando estão irregulares em Portugal e depois como é que se dá este apoio, entendes. Tem que haver uma formação, tem que haver alguém que seja, tem que haver uma especialização no tipo de atendimento, por exemplo, os CLAII talvez sejam excelentes a nível social em apoio aos imigrantes a nível social, mas nível de crime, de apoio à vítima de crime tem que haver esta este, tem que haver este organismo, se não existisse neste momento eu acho que era bastante grave mesmo. Não só porque a população imigrante é muito grande em Portugal...o balanço é positivo, tem que ser mesmo positivo porque, não é por trabalhar na casa, mas tem que ser mesmo positivo porque, quando tu vês as estatísticas em cada ano que passa estatísticas, (imperceptível) estatísticas, ou seja, o número de utentes aumenta portanto isto tudo, isto tem que dizer alguma coisa portanto, e acredita que não é porque os imigrantes estão a ser mais vítimas de crime do que há cinco anos atrás, acredita que não é isso portanto seja lá o que estamos a fazer estamos a fazer bem porque as pessoas têm conhecimento, espalham a informação ou então retornam portanto,

alguma coisa estamos a fazer bem, eu acho que estamos, desculpa lá só pode ser muito positivo. Agora claro que ainda há muito coisa para caminhar, cinco anos ainda é muito novinha, ainda há um percurso pela frente e é isso que estamos a tentar fazer com os projectos, é ir para estudar para o campo, é estudar bem o terreno á distância, é pisar para que possamos, para que o atendimento possa ser ainda melhor, por exemplo, este projecto do workshop com as associações é exactamente nesse sentido, é conhece-los muito bem a população que nós estamos a lidar para que o apoio seja ainda melhor, a actividade.

R – Voltando atrás, esqueci-me de perguntar quais são as dificuldades que, as principais dificuldades que o técnico encontra no seu trabalho.

E15 – Eu acho que podem ser várias sabes, para mim o que me custa mais é em termos pessoais...porque felizmente nunca vivi uma situação de agressão ou mesmo de crime felizmente, o mais próximo que tive foi roubarem-me a carteira, não foi nada de grave. Portanto, acho que às vezes é difícil ouvir determinadas histórias e controlaste sabes, sem que isto de, sem que isto te afecte, claro que vai afectar porque tu és uma pessoa, acho que isso talvez seja assim o mais complicado.

R – Mas há uma partilha entre técnicos para libertar essas tensões?

E15 – Tem que acontecer, tem mesmo que acontecer. Quando terminas um atendimento e chegas à sala, nem que comeces a chamar nomes, mas tem que haver esse, esse descarregar porque tu estás durante trinta minutos ou uma hora a ouvir coisas muito pesadas entendes, à partida coisas que tu não estás habituado, coisas que tu não estás a viver. Portanto, tu para conseguires perceber o teu utente vais imaginando o que ele te vai falando, vais imaginando como se fosse uma espécie de um filme se quiseses e isto ainda custa mais, isso será para mim a mais complicada, depois existem outras, existem mais frustrações, às vezes supõe quando alguma coisa falha a nível institucional, nós fazemos tudo para apoiar a vítima e sei lá em Tribunal decidem o contrário ou, ou sei lá, ou uma (imperceptível) qualquer que se põe num caso de violência doméstica que continua a haver agressões, sei lá, eu acho que pode ser um trabalho frustrante nesse sentido, mas é mais em termos institucional outras vezes pessoas que têm, têm graves carências económicas, tentas arranjar novos meios de auxiliar não é, portanto tentas arranjar um guia de recursos para a pessoa procurar a nível institucional e tu sabes que essa pessoa tem o direito supõe, ao rendimento social supõe, até vai, a pessoa até se move para lutar por uma coisa que tem direito porque existe para casos muito específicos e depois por algum motivo ou porque a assistência social lá decide que não ou o organismo dá um parecer negativo, não acontece muitas vezes felizmente, mas às vezes

acontece e acho que é bastante frustrante portanto, eu acho que estas duas são as mais complicadas.

R – Esqueci-me de perguntar se tens outra actividade paralela.

E15 – Tenho.

R - Queres falar um bocadinho sobre isso?

E15 – Académicos ou profissionais?

R – Profissionais e académicos já agora.

E15 – Então académicos porque insere-se mais, pode ser mais interessante para ti. Eu estou a fazer um doutoramento em psicologia comunitária e a minha investigação vai incidir sobre o estudo dos líderes associativos de associações de imigrantes. E isto foi por acaso porque no início das aulas, pronto o ISPA tem, o ISPA é onde de estou a tirar o doutoramento e eles têm lá um núcleo de investigação e tinham recebido recentemente um, uma proposta de investigação da Gulbenkian e da confederação das associações não sei quê, para fazer um estudo a nível nacional dos vários, dos vários dirigentes associativos. A Gulbenkian quer especi... a Gulbenkian está a financiar o estudo quer especificamente que se estude associações de imigrantes e quando as aulas começaram tinha acabado de entrar aqui para a UVIDRE, o nosso orientador convidou-me para se eu não gostaria de pegar nesse tema uma vez que eu também estou a trabalhar com isso, claro que disse logo que sim. Portanto, eu acho que esta especialização em psicologia comunitária... (a cassete acabou)

R – Esta especialização....

E15 – Eu acho que pode, pode dar um contributo ao meu trabalho aqui na APAV. Não só, não só ao nível do UVIDRE, mas mesmo, dá-te, dá-te uma perspectiva se calhar mais sociológica se calhar mais comunitária que eu não tenho porque a minha formação é de clínica. Portanto, eu estou muito centrada na pessoa, eu acho que, eu acho que isto pode ser bom porque pode-me abrir muito os horizontes e tentar ver como é que as comunidades funcionam, como são as suas estruturas, as suas dinâmicas e depois implementando aqui na UVIDRE pode ser bastante interessante. Em termos profissionais eu trabalho na Liga Portuguesa Contra o Cancro, ela existe uma linha específica da Liga que é a linha de apoio a pessoas com cancro e nessa, nessa, nessa equipa é constituída por duas psicólogas, uma delas sou eu, duas enfermeiras do IPO e apesar de a problemática ser diferente daqui da UVIDRE é uma problemática um bocado pesada porque lidas com a morte, com a morte, com a doença, com a angustia e há casos bastante complicados e tocam-te muito enquanto pessoa e tu sabes que tens que te distanciar, tens que te proteger porque se te envolves muito com as pessoas vais sofrer bastante.

R – Levas trabalho para casa?

E15 – Eu tento não fazer, acho que é uma coisa que aprendi (risos) tanto aqui na APAV como lá, mas às vezes acontece, é muito raro, mas às vezes. No outro dia estava a adormecer, estava a adormecer e veio-me à cabeça uma utente aqui da UAVIDRE, um caso, mas isso é raríssimo acontecer, mas uma coisa que aprendi logo, quando saio daqui acabou, quando saio da linha acabou, fica ali, mas não há casos que realmente são, que nos mexem, que nós tocamos mais e às vezes é um bocadinho difícil, mas, mas temos que conseguir deixar, não levo trabalho para casa regularmente, não levo.

R – Obrigada.

Entrevista 16 – Actual Assessora e Técnica de Apoio à Vítima

R – És do Brasil, és de onde especificamente?

E16 – De São Paulo.

R – E vieste para Portugal há quanto tempo e porquê Portugal?

E16 – Vim a Portugal há um ano e meio mais ou menos. Sempre tive vontade de estudar fora, conhecer um outra cultura e Portugal é mais fácil para os brasileiros por causa da língua e outras facilidades.

R – E vieste com que objectivo, só visitar, estudar, trabalhar?

E16 – Vim com o objectivo de viver a cultura mesmo, a princípio só para estudar, mas disposta a encarar o que viesse pela frente.

R – Qual é a tua área?

E16 – É direito.

R – E como é que vieste parar à APAV, à UAVIDRE, como é que tiveste conhecimento da associação?

E16 – É, no Brasil sempre trabalhei com Direito Criminal, sempre foi a área que eu mais tive interesse. Logo na chegada a Portugal vi uma reportagem sobre a APAV na televisão, depois vi o site, entrei em contacto e comecei com o voluntariado e durante o voluntariado surgiu a vaga na UAVIDRE e eu fiz a entrevista e comecei a trabalhar.

R – Foi o teu primeiro contacto com a imigração?

E16 – Foi o primeiro contacto.

R – Voltando ainda atrás, tiveste problemas de adaptação quando mudaste de país?

E16 – Tive alguns problemas, muitos dos problemas que os utentes vêm aqui relatar são os problemas pelos quais eu passei também.

R – Queres me contar um bocadinho sobre isso, alguma história caricata que te tenha acontecido?

E16 – Claro, claro. Bem, tem os problemas gerais, posso dizer no que diz respeito aos imigrantes brasileiros, infelizmente os brasileiros têm um estereótipo um pouco negativo em Portugal e já sofri alguns preconceitos, pessoas são um pouco mais estúpidas do que deveriam, tratam de uma forma um pouco inferior e assim situações mais concretas já tive problema com a inscrição no Centro de Saúde que não me quiseram inscrever pelo facto de eu ser estrangeira, já negaram arrendamento de apartamentos também quando andava à procura pelo facto de eu ser estrangeira e situações assim.

R – Como é que lidaste com a situação sendo uma pessoa formada que sabe os seus direitos?

E16 - Sim, é um pouco complicado porque quando nós pensamos numa outra pessoa nessa situação nós não damos tanto valor, é uma coisa corrente, a pessoa não se deve importar e seguir a vida, mas quando acontece com a gente realmente machuca e ainda mais eu sabendo os meus direitos, a vontade é mesmo de ir atrás e procurar que essa situação mude.

R – Há quanto tempo estás na UVIDRE?

E16 – Desde Dezembro (2010), são três meses.

R – E achas que o facto de seres imigrante e teres vivenciado algumas situações contribui para que faças um, um melhor, melhor trabalho porque há uma maior empatia, consegues de por na, na situação deles ou...

E16 – Sim, de facto eu sempre me coloco na situação deles, acho que eu tenho uma sensibilidade um pouco maior, não que as outras pessoas, os portugueses não tenham, mas eu acho que eu vivi muitas das coisas que eles vivem então isso faz uma diferença no atendimento e por outro lado também sinto que alguns utentes sentem mais confortáveis, alguns já dizerem que bom que você é brasileira, assim eu fico mais tranquilo.

R – Quais são as tuas funções na UVIDRE?

E16 – Além do atendimento genérico que todos os técnicos fazem, o atendimento jurídico, ou seja, informar os utentes sobre os direitos que eles têm, elaborar algumas petições, algumas peças que podem ser apresentadas sem advogado e no geral isso.

R – Quais são as principais dificuldades que sentes enquanto TAV (Técnica de Apoio à Vítima)?

E16 – As dificuldades que sinto é principalmente quanto ao sistema, algumas impossibilidades que os imigrantes têm em Portugal, por exemplo, muitas vezes uma vítima de violência doméstica que saia de casa e que esteja aqui em situação irregular, é difícil conseguir acolhimento porque a Santa Casa de Misericórdia não dá acolhimento para

imigrantes irregulares, não consegue apoio jurídico porque a Segurança Social também não fornece então acho que o, a principal dificuldade são externas ao serviço da UVIDRE.

R – Diz-me uma coisa porque é que achas então que é há necessidade de haver um local específico de apoio ao imigrante em Portugal.

E16 – Porque as questões dos imigrantes são muito específicas, são, são diferentes mesmo para os imigrantes que estão aqui em situação regular é, eles apresentam algumas circunstâncias específicas também no que diz respeito ao direito, então os profissionais que lidam com essa questão também têm que estar dentro dessas situações e saber responder.

R – E a UVIDRE, porquê uma UVIDRE?

E16 – Porquê uma UVIDRE?

R – Sim, porquê?

E16 – Se os imigrantes em geral já têm essas dificuldades, essas especificidades vítimas de crime precisam de apoio muito mais especializado.

R – O que é que achas das políticas de imigração em Portugal?

E16 - Eu acho as políticas em geral positivas é, o que eu acho difícil é mudar a mentalidade do povo. As políticas podem ser boas, o que está escrito no papel é uma coisa, mas na prática a coisa muda não é, por exemplo, a constituição, todos os textos dizem que todos têm acesso à saúde não importa a nacionalidade, mas muitos utentes têm necessidade em receber atendimento, negam atendimento, então acho que as políticas são positivas.

R – Diz-me uma coisa o utente que vem, que vem ao UVIDRE tem um perfil?

E16 – Não, não tem um perfil, eu acho que os atendimentos são muito variados, as nacionalidades são várias, acho que há uma predominância de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica, mas ainda assim são situações bastante diversas mesmo nesse grupo, as situações de cada vítima.

R – Qual é o papel do utente no processo de atendimento, é passivo, é activo? Como é que funciona o atendimento?

E16 – Geralmente eles têm uma postura muito passiva, é raro encontrar um utente activo porque eles tendem a transferir a dependência que eles têm em regra, no caso da violência doméstica, dependência que eles têm do agressor ou da família tendem a transferir para nós quando vêm procurar apoio, então eles querem que a gente faça tudo, que resolva a vida deles e isso é um pouco complicado, então quando temos uma utente activa a situação é resolvida de forma muito mais rápida.

R – Mas são sempre eles que têm a última, a última palavra?

E16 – Sim, com certeza. Nós só fazemos o que eles pedem.

R – Qual é a importância que atribuis ao teu trabalho?

E16 - Eu acho o meu trabalho muito importante porque eu consigo perceber no dia-a-dia que eu mudo a vida das pessoas com o meu trabalho e isso para mim tem um valor inestimável.

R – E para ti como é um bom voluntário? Quais, quais são os critérios, quais são os critérios de selecção de um bom voluntário ou de um colaborador?

E16 – Eu acho que os critérios vão muito além das competências técnicas, eu acho que o primeiro requisito para voluntariado na UVIDRE é a vontade de trabalhar, é a sensibilidade com esta temática e eu acho o que mais precisamos aqui são de pessoas humanas, que se sensibilizam muito mais do que capacidade técnica para responder aos utentes.

R – E o colaborador costuma ter um perfil em geral, consegues traçar-me um perfil do voluntário que...

E16 – Os voluntários em regra são muito novos e ainda parecem que têm muito que aprender é muito difícil os voluntários terem toda a sensibilidade necessária, mas o que eu percebo pelo menos com voluntários agora nesta fase da UVIDRE é que eles começam um pouco assim perdidos ou descrentes do que, do que vão vivenciar e com o tempo, com as experiências, com a vivência eles se tornam mais sensíveis.

R – Há bocado esqueci-me de te perguntar se tens outra actividade paralela à UVIDRE.

E16 – Só os estudos, profissional não.

R – E que tal achas o ensino superior em Portugal?

E16 – Eu acho muito bom em comparação com o Brasil eu considero que o ensino seja assim muito bom, os professores são muito exigentes é, eu consegui ver uma evolução muito grande assim desde o início do curso até hoje.

R – E em relação às políticas de imigração e também em relação à violência doméstica e à protecção de vítimas se te pedisse para comparares o Brasil com Portugal.

E16 – Eu acho que Portugal tá um pouco à frente em termos de legislação e de políticas também de protecção à vítima porque apesar de a violência ser mais visível no Brasil é, as técnicas legislativas em geral e também essas políticas não acompanham a violência que acontece então esse é o principal problema no Brasil em Portugal como, na minha opinião o volume de ocorrências é menor porque o território é menor, a população é menor o Governo ainda consegue acompanhar essa evolução.

R – Sabes dizer-me quais são os projectos que se encontram em acção na UVIDRE?

E16 – Sim, temos vários projectos relacionados com o tráfico de seres humanos, seja em colaboração com órgãos do Governo nessa temática ou prá seminários, workshops. Também iniciamos agora um projecto sobre mutilação genital feminina que vão correr ao longo do ano. Sobre projectos assim gerais sobre a vitimação, acesso aos direitos dos imigrantes também temos algumas parcerias com instituições não governamentais, com órgãos comunitários e também algumas parcerias não, mas projectos com as escolas, as escolas nos procuram muito para, para ajudar.

R – E quais são as dificuldades sentidas nesses projectos?

E16 – As dificuldades...

R – A implementar...

E16 – Sim, as dificuldades são o espaço que nos é dado porque as pessoas ainda não dão a devida importância, principalmente para estas questões de tráfico de seres humanos, vitimação de imigrantes, nós temos dificuldade em conseguir espaço na sociedade para divulgar isso.

R – Que tipo de vínculos mantêm com os vossos parceiros? É fácil trabalhar, é fácil realizar parcerias?

E16 – Com os parceiros que também trabalham nessa área é fácil conseguir parcerias, mas alguns outros parceiros que seriam do nosso interesse por conta do público-alvo, mas que não trabalham directamente com o sistema é um pouco mais complicado.

R – Podes concretizar porquê?

E16 – Sim, por exemplo, algumas associações de imigrantes, elas prestam apoio aos imigrantes, geralmente apoio social, mas quando nós queremos alguma parceria para informar os imigrantes dos direitos é, fazer um workshop para informar sobre o serviço da UVIDRE eles tendem a achar esse, essa matéria um pouco desinteressante, eles procuram mais é, questões culturais ou apoio social ou apoio financeiro esse tipo de coisas embora eles sejam o público-alvo, nem eles estão abertos à UVIDRE.

R – Agora voltando outra vez à legislação e às políticas de imigração, vocês encontram forma de contornar as dificuldades sentidas por exemplo, com os imigrantes irregulares?

E16 – Nós encontramos, mas não propriamente pela UVIDRE, por exemplo, eu referi há pouco que a Santa Casa não fornece acolhimento, mas existem outras instituições que aceitam, então embora não sejam órgãos oficiais que ajudam os imigrantes nós conseguimos encontrar outros órgãos que conseguem a contornar a Lei.

R – Então conseguem ter sucesso nesse sentido, em dar apoio aos irregulares?

E16 – É muito mais difícil, mas no final conseguimos, principalmente em situações mais urgentes.

R – Como é que planejam as vossas formações tanto para, para os colaboradores como aquelas que fazem para fora, para o exterior?

E16 - Nós fazemos as formações para o público-alvo justamente e temos um número mínimo de formações principalmente para os voluntários e para, para os colaboradores internos da APAV. As formações para o exterior temos também um planeamento anual, algumas formações, mas também dependem dos parceiros então muitas acabam por não acontecer porque não é só o papel da Uavidre nós também dependemos da colaboração de outras instituições.

R – Quais as fragilidades das políticas de imigração em Portugal e que impacto tem o serviço que a UVIDRE presta e nos apoios que vocês prestam?

E16 – Bem, as políticas imigratórias em Portugal de uma forma geral são muito positivas. A principal lei sobre a matéria que é a lei 23/2007 tem muitas medidas positivas e a implementação dessas medidas tem corrido bem, tanto que Portugal foi considerado o segundo melhor país em políticas de imigração. Agora, ainda assim temos alguns problemas na prática. Um problema que é muito recorrente aqui é sobre a destituição de direitos dos imigrantes. Embora aqui a Lei preveja que os imigrantes tenham os mesmos direitos que qualquer cidadão português é, o que nós vemos na prática o acesso a esses direitos é um pouco dificultado é, por exemplo, no acesso à saúde o imigrante principalmente o que está em situação irregular aqui tem dificuldade para ter acesso à saúde e isso é uma coisa que todo o mundo tem como garantido, não é!? Qualquer um precisa de ter acesso, tem esse direito, é um bem essencial, mas isso é uma dificuldade, é. Outras dificuldades que nós temos aqui, principalmente no trabalho da UVIDRE seriam quanto à protecção jurídica, que é o sistema em que o governo nomeia um advogado se a pessoa está em situação de carência económica. Os imigrantes têm dificuldade com isso porque à partida não é um direito que todos sabem que têm e depois quando sabem, quando procuram esse direito podem encontrar alguns óbices os que estão em situação irregular que não têm direito a este benefício e os que estão em situação regular podem ter problemas pra provar por exemplo, que estão em situação de carência económica, muitas vezes eles recebem dinheiro do país de origem e isso pode trazer alguns problemas. Mas, aqui em termos mais técnicos, outro problema que a gente tem são quanto aos imigrantes vítimas de discriminação é, a lei de discriminação é uma lei boa, pode-se dizer, mas tem os problemas práticos dela são, em resumo que muitas vezes não existe um órgão competente para processar esses processos, em regra são as inspecções gerais de cada

área, mas existem áreas que não têm inspecção-geral por exemplo, se um imigrante se dirigir a um banco é discriminado, não tem, em tese não tem para onde recorrer porque não existe uma inspecção-geral que cuida dos bancos, teria só uma reclamação para o banco central, banco, Banco de Portugal, mas isso não é um processo regular, seria mais uma reclamação que não daria origem a processo nenhum, seria mesmo só para dar conhecimento do ocorrido, essas são, esses são temas também relacionados com a imigração não é, a questão da discriminação, o imigrante vítima de crime que não tem acesso ao direito e no mais são, como eu falei, essas outras políticas relacionadas com a saúde, muitas vezes a educação é, uma criança que esteja em situação irregular ou que os pais estejam em situação irregular encontram dificuldades também para se matricularem nas escolas.

R – E não há nada a fazer? Já que supostamente a Lei na teoria os protege.

E16 – Sim, nós tentamos sempre o fazer, por exemplo, sempre que é possível apresentar uma reclamação para qualquer órgão que seja, nós fazemos questão de apresentar, claro que tudo depende da concordância do utente e é difícil porque muitas vezes o utente chega aqui totalmente descrente de que tem algum direito e são poucos os que chegam aqui ainda com vontade de lutar, então todos os caminhos que não temos, nós percorremos e também todas as acções da UVIDRE paralelamente ao atendimento à vítima não é, os projectos de destituição de direitos dos imigrantes é, direitos dos imigrantes vítimas, políticas de imigração, todas essas políticas de sensibilização, nós tentamos fazer porque com a sensibilização da comunidade é uma forma mais fácil desse quadro mudar.

C. Entrevistas a utentes UVIDRE

Entrevista 5 – São-tomense vítima de violência doméstica, ex-residente de um Centro de Acolhimento para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, regular

R – Boa tarde.

E5 – Boa tarde Raquel.

R – (Risos) Gostava de saber onde nasceu?

E5 – Nasci em São Tomé e Príncipe.

R – Quais os motivos que a levaram a imigrar e há quanto tempo se encontra em Portugal?

E5 - Imigrei por motivos de baixa médica e uma junta médica, desculpa lá... eu já estou ai há 14 anos.

R – Mas...junta médica, veio cá...

E5 – Junta medica a fim de fazer um tratamento aqui em Portugal, eu aqui entrei, eu aqui encontrei o pai dos meus filhos, eu aqui fiquei (risos).

R – Como é que foi o processo de adaptação, sentiu dificuldades em adaptar-se a Portugal?

E5 – Eu até que não senti muita dificuldade em adaptar, felizmente cheguei num momento do Outono, mas ao princípio era muito frio, era muito frio, esta parte é que custou tanto, mas depois nada me custou. Foi Fácil encontrar documentação, foi fácil fazer as minhas coisas, foi fácil encontrar trabalho aí não tive muita dificuldade de adaptação.

R – Como é que o conseguiu, fê-lo sozinha ou através de amigos, trabalho...

E5 – O quê?

R – O trabalho, a casa...

E5 – A casa, eu vim e vivia com um familiar meu, pronto. A nível do trabalho foi com amigos.

R – O que a levou pedir apoio à APAV, à unidade de apoio ao imigrante? Como soube da existência da APAV?

E5 – A existência da APAV é que não sabia, mas depois com muitas conversas com amigos, com as colegas da escola (a senhora frequentava uma escola profissional), então fui orientada...

R – Foram professoras? Psicólogas?

E5 - Foi colegas da sala, foi...orientaram-me que há um apoio às vítimas, que acolhem mulheres vítimas, apoio, de apoio (violência) doméstica, então eu contactei e era Odivelas. Fui atendida em Odivelas, eu lá fui, fui contactada por uma Dr.^a que já não me lembro o nome, tem lá a minha ficha (anexa), infelizmente não lá fiquei porque naquele momento não era muito necessário e posteriormente eu achei necessário contactei o 118, 118 orientou-me é que deu-me o número da APAV de Arroios

R – Qual foi o seu pedido, que tipos de apoio teve da Unidade de Apoio à Vítima Imigrante, quando falou com o...

E5 – Eu quando lá fui falei com o Dr. R., que me encontrava numa situação difícil com o pai do mais novo. Coloquei a situações todas e ele disse-me que eu tinha só uma alternativa, deixar tudo o que estava a fazer para entrar numa Casa Abrigo, tinha dois dias para pensar. Quando eu vi que o caso era ruim por minha parte eu pensei, não pensei, tomei a decisão logo. E assim ele disse que logo, pronto, ao meio dia terá que estar ali e felizmente encontrei lá as doutoras, as duas (equipa técnica da casa abrigo Alcipe), depois elas me puseram no carro e levaram para a Casa Abrigo.

R – Que tipo de apoio recebeu, psicológico, jurídico, emocional, social.

E5 – Eu acho que apoio psicológico eu recebi pouco. (pareceu-me que a ex-utente se refere à Casa Abrigo) Pouco, pouco porque até agora o que eu muito preciso é de apoio psicológico, preciso mesmo, só eu é que sei o que vivo dia a dia, mas é uma carência que elas têm lá dentro. Recolhem informações, escrevem muito, falam muito, mas não há soluções e as pessoas saem sem muitas soluções para a vida.

R – E a nível de apoio social, procurar trabalho, casa, subsídios e esse tipo de apoios.

E5 – Esse apoio também foi o mínimo porque fiquei com o meu filho mais velho fora, sem onde estar, pedi muitos apoios sociais a nível lá dentro, como a nível social dentro do país, não consegui, não vi ninguém que me pudesse ajudar naquele sentido. Pedir uma casa, ahh, uhh.. Uma casa...da câmara. Não consegui, porque também não tive ajuda, fiz não tive ajuda nenhuma. Pedi...

R – Fê-lo tudo sozinha?

E5 – Tudo sozinha, tudo. É o que tenho mais comigo dentro, até hoje tenho comigo, porque olhe é assim...

R – Não se sentiu...

E5 – Não me senti bem por isso até hoje...

R – Não se sentiu...sentiu apoiada o suficiente?

E5 – O suficiente para as coisas que eu passei para ser considerada uma senhora considerada de apoio à vítima (considero que se esteja a referir a Estatuto de Vítima), porque acho que uma mulher apoio à vítima, ela quando é acolhida, ou é acolhida em geral ou é acolhida sozinha, de uma forma que acolhe a mãe e dois filhos e abandona o outro é difícil uma mãe abandonar o outro filho. Foi uma parte muito ruim da minha vida até hoje, ainda me sinto muito afectada com isto.

R – Que solução arranjou para o seu filho, foi também através de amigos e familiares e de esforço seu. Não teve qualquer tipo de apoio da segurança social, da instituição?

E5 – Não tive apoio nenhum, foi tudo o meu esforço e tive que obrigatoriamente pegar no recibo verde, que eu não queria trabalhar com recibos verdes, mas tinha que fazer porque eu tinha que sair daquela casa a favor daquele outro mais velho (refere-se ao filho) e assim que eu arranjei a minha casa estamos juntos.

R – Em relação ao apoio social, psicológico que sentiu que não tivesse grande impacto na sua vida, embora a associação tivesse a prestar esse tipo de apoio, ainda falado na Unidade de Apoio à Vítima, com o Dr. R., acha que a resposta foi rápida e eficaz dentro daquilo que eles podiam fazer porque o apoio dentro de um gabinete é diferente de uma Casa Abrigo. O que é que achou da resposta e do apoio.

E5 – A resposta Dr. R. foi uma resposta com muita emergência, até que ele me disse que a senhora tem dois dias para decidir, também não pensei mais que dois dias e cumpri a minha decisão.

R – Durante quando tempo foi acompanhada pela APAV, pela UAVIDRE, a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante?

E5 – Pelo menos lá fiquei uns 15 meses.

R – Na casa...

R – Como construiu o seu plano de segurança pessoal, como quebrou o ciclo de violência? Fê-lo sozinha, fê-lo acompanhada pela equipa técnica? Como é que fugiu ao perigo? Ou foi só apenas a Casa Abrigo foi uma resposta eficaz para fugir ao perigo?

E5 – Exactamente, a Casa Abrigo foi uma resposta eficaz, mas eu na primeira hora eu só tive a pensar em deixar tudo. O que era deixar tudo, era...

R – Por segurança...

E5 - por segurança tive que deixar a minha formação, que estava a fazer. É o que mais me chocou até então foi deixar aquele curso a meio, mas pronto tinha que ter segurança social (segurança pessoal), tinha que deixa-lo e o que me custou também fazer foi deixar o meu filho

sem uma segurança, deixa-lo de mão em mão, como ele ficou de mão em mão, de casa em casa, que nem a APAV conseguiu dar resposta disso.

R – Que idade tinha o seu filho?

E5 – Tinha dezasseis anos e meses.

R – Como é que avalia, em geral, como é que avalia o apoio prestado pela instituição por exemplo, quando foi para a instituição disseram que tinha direito a apoio social, jurídico e psicológico. Já referiu que o psicológico é fraco e ainda hoje devia ser acompanhada e não se sente acompanhada. A nível social referiu-me que a senhora...

E5 – Tive falta de apoios...

R – Também sentiu uma lacuna na falta de apoio social e teve, teve que fazer... todos os apoios teve que ir à procura sozinha.

E5 – É assim...

R – E a nível jurídico?

E5 – Sim, a nível jurídico eu acho que falta, falta algo dentro da Casa Abrigo porque uma vez, eu falo por mim, não sei mas, não sei se porque eu sou africana ou se é a diferença de coisas (a senhora apontou para a cor da sua pele). É assim, uma vez que a APAV responsabiliza receber as mães deixarem tudo lá fora, era a APAV juntamente com uma instituição qualquer apoiar-nos a sair, apoiar-nos juridicamente. Eu pelo menos se eu, eu fui ao tribunal ultimamente, pedi às doutoras para me levar, mas ora, achei mal, elas me levaram, tive lá sozinha em cima, elas tiveram aqui em baixo. O que se passou lá em cima ninguém sabe, só me fizeram companhia durante a viagem e acho que este acompanhamento é mau porque...

R – O que é que pretendia?

E5 – Pretendia, é assim a Casa Abrigo em sim devia ter mais... como explicar, uma força sobre nós, força de ter algumas declarações, tirar algumas dúvidas perante o tribunal, alguma coisa por escrito, acompanhadas de uma maneira diferente, não é acompanhar da forma de dar uma boleia, eu acho que dar uma boleia, nós não precisamos de uma boleia...

R - O relatório da sua situação que pudesse ter peso...

E5 – Ter peso perante um tribunal, elas uma vez que fogem, porque eu já vi que a Casa Abrigo foge do Tribunal. De uma vez que a Casa Abrigo foge do Tribunal, uma vez que a Casa Abrigo foge do tribunal, nós no Tribunal não temos peso, porque o que é que aconteceu, no Tribunal a senhora disse-me: diz a sua morada, perante o réu”, ah, ah deixa eu quando fiz a pausa a juíza disse: ah deixa, está naquela Casa, pronto só isto. Eu vejo que

aquela Casa não tem valor para o Tribunal, pelo com o que eu vi, com o que eu fui ali confrontada, eu vi que estar em Casa Abrigo...

R – Será que o problema está na Casa Abrigo ou está na legislação e nas leis que não protegem quem lá está, mas sim os agressores?

E5 – Com certeza é, pelos vistos não é discriminar a Casa Abrigo, mas eu gostaria que a Casa Abrigo tivesse um peso, quando eu digo um peso sobre isto, um relatório nosso, acompanhou-nos, sabe a nossa vida, sabe porque é que lá chegamos. Um relatório nosso mesmo que não caia nas nossas mãos, mas directamente aquele Juiz ou aquela Juíza, a comentar situação daquela outra mãe que passou, que passou por elas, por aquele agressor, porque o que eu vi é que o agressor é mais defendido que a própria mãe que lá estava.

R – Isso passa pelas Leis? Terem que escapar de casa...

E5 – O que eu vi é que o agressor é mais defendido que a mãe que lá está porque nós não temos argumento maior entende, se houvesse uma força da APAV, eu não estou a dizer para as doutoras, uma Dr.^a ou outra dar a cara, uma força delas, um escrito, uma carta por escrito e envia esta carta anoni..., envia esta carta a Tribunal, anexa no processo daquela...

R – Mas falou com elas sobre o assunto?

E5 – Não estou a falar por mim só, estou a falar de uma forma geral, de uma forma geral, porque tanto eu como as outras saímos do mesmo do mesmo modo. Eu acho que devia a ver esse peso, mas também varia das circunstâncias delas, que também aqui desconheço.

R – A nível de apoio psicológico, pediu apoio psicológico?

E5 – Ora, a nível de apoio psicológico naquela Casa não faz sentido.

R – Mas por exemplo, pediu à UVIDRE, Unidade de Apoio ao Imigrante?

E5 – Não, eu não pedi, porque olha é assim, eu depois de arranjar um trabalho fiquei com a vida mais complexa, dar atenção a mim própria e dar atenção aos filhos é aquilo que eu tenho, a vida ficou mais... não é mais triste, ficou mais pesada para mim, além disso, pelo facto de mudança de residência, mudar de residência também trouxe transtornos porque são muitas coisas em cima umas das outras, por isso eu não estou a conseguir dar atenção a elas todas de uma só vez, que não é fácil.

R – Diga-me uma coisa, recorria outra vez a este tipo de serviço, de instituição? Acha que teve um impacto positivo na sua vida, na sua situação, foi fundamental para sair da situação de vitimação em que se encontrava?

E5 - Ao sair da Casa Abrigo ou ao sair da minha casa?

R – Ao sair da sua casa, eles tiveram um papel importante?

E5 – Eles tiveram um papel importante de acolherem, tá bem, de acolher qualquer uma que lá está, mas deveria haver uma continuação. Não é continuação de nos darem comer, não é só dar comer, uma continuação de nos ajudar nos apoios sociais porque é uma nova vida que nós vamos, pronto nós ou aquelas que têm que começar, é uma nova vida, é uma nova situação, é, é como dizer...

R – Então acha que encaminhar para a segurança social não é o suficiente, eles deviam ter mais peso estas instituições para vocês terem um carácter urgente...

E5 - De dar cumprimento às nossas, à vida nova que nós temos à frente porque se é uma nova vida, é uma nova vida em frente. Eu digo que choro por isso, de ter mudado de residência, afectou muito o filho mais novo, afectou muito o filho mais velho, quer dizer, portanto...eu fiz bem salvar a minha vida e salva-los também, pronto essa parte foi útil, só que deveria haver algum peso maior na parte, perante as pessoas que recorrem a estes lugares, um peso maior a nível social, a nível...

R – A grande lacuna, a grande lacuna foi uma mãe separada de um dos filhos, sendo o filho menor?

E5 – E que nenhuma instituição conseguiu dar a este caso, mesmo a APAV.

R – Mas justificaram o porquê de não dar...

E5 – Porque o Dr. R. disse assim: ah, partir dos dezassete anos já não podem entrar na Casa Abrigo.

R – E não recebia nenhum apoio da Segurança social Financeiro que ajudasse.

E5 – Nunca recebeu um apoio sequer... fui à Santa Casa

R – Nem alojamento, nem alimentação, nem...

E5 – Nem alimentação, nem a nível social, nem a nível...nadinha, o meu filho ficou de mão em mão, de porta em porta até conseguir dar solução a ele.

R – O que pode ter um impacto negativo a nível psicológico?

E5 – Exactamente, e teve mesmo, teve um impacto negativo a nível psicológico.

R – Ele está a ser acompanhado?

E5 – Não está a ser acompanhado, não está ser acompanhado porque a nível da Casa Abrigo também não consegui apoio para ele, a nível social também não consegui, a nível da escola, as coisas eram tantas que nem com a escola consegui ter esse apoio para ele. Portanto, é um menino que o seu lado afectivo está a sofrer.

R – Obrigada.

Entrevista 7 – Brasileira vítima de violência doméstica; ex-residente de um Centro de Acolhimento para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, regular

R – Quais os motivos que a levaram a imigrar e há quanto tempo se encontra em Portugal?

E7 – Eh, os motivos que me levaram a imigrar foi, era casada com o pai da minha filha a nossa relação não deu certo. Eu fiquei, ele deixou (imperceptível por causa do vento) deixou alguns portáteis lá em minha casa onde a gente vivia e os clientes iam lá e reclamavam e não sei o quê e começou a tornar a minha vida um pouco difícil e aí consegui uma bolsa de estudos para a Madeira, pela empresa, pela empresa, pela empresa que eu trabalhava que era a PRODAM, consegui contactos, consegui uma bolsa e fui para a Madeira estudar. Imigrei e fui para a Madeira estudar. Consegui...

R – Estudou...estuda o quê?

E7 – Engenharia informática.

R – E há quanto tempo se encontra em Portugal?

E7 – Desde de 2007.

R – Como é que foi o processo de adaptação, sentiu dificuldades?

E7 – Hum...no início sim, a alimentação e a rotina, os horários são factores de diferença do meu país para cá e senti um pouco assim por causa os horários e a comida, mas com o tempo, os amigos e a convivência consegui adaptar-me bem.

R – O que a levou a pedir apoio à APAV?

E7- Eh, conheci um rapaz na Madeira, tipo um namorado não é e fui viver com ele claro, depois de quase seis meses namorando fui viver com ele e começou-me a agredir fisicamente e como eu era imigrante, como ainda não tinha toda a minha documentação ainda não trabalhava só era estudante praticamente ficou com, com poder sobre os meus bens não é, ele era, eu vivia no meu apartamento, mas era ele que me apoiava eu ainda não tinha Segurança Social, ainda não tinha a documentação toda.

R – Estava irregular, não porque... tinha o visto de estudante.

E7 – Não, eu tinha o visto de estudante, mas eu não podia, não tinha pago as coisas era, era estudante não é, então para ser estudante tem que, aqui tem que, é uma coisa má tem que ter tipo uma pessoa que tome conta de si, tipo um...

R – Um representante.

E7 – Um representante, é muito mau isso, isso tinha, tinha que ser modificado não é, nós tínhamos que conseguir sermos independentes, independentemente de sermos estudantes ou trabalhadores sermos independentes não é. Eu tinha dinheiro, mas não era independente, tinha que ter, tinha que ter ele como apoio percebes, por causa da documentação, nas finanças

tava vinculada no nome dele, pode dizer-se assim entendeu. Depois com o tempo consegui tirar o nome dele, depois que vi de Lisboa para cá, desvinculei dele, arranjei, fiz entrevista na Nova Base, nas empresas de informática aqui em Lisboa, viajava da Madeira prá cá, fazia as entrevistas, até que consegui para a Nova Base.

Nessa época já estava numa Casa Abrigo na, na Madeira, já estava vivendo numa Casa Abrigo na Madeira com a minha filha de seis, na época tinha três anos veio comigo e vivia na Casa Abrigo da Madeira e foi transferida da Casa Abrigo da Madeira para...

R – Por motivos de segurança?

E7 – Sim e porque eu também arranjei em emprego e vim trabalhar para cá. Coisa que não correu muito bem, porque quando cheguei aqui em Lisboa a vaga já tinha sido ocupada e eu tive que procurar de novo emprego, fiquei um mês e meio procurando emprego até que fui.

R – Como é que correu?

E7 – Correu bem, quer dizer de início perdi a vaga fiquei um bocado triste e tive que ficar um mês e meio procurando emprego novamente e fui andar atrás das empresas, levei meu currículo debaixo do braço, batendo de porta em porta, envia e-mails e um mês e meio consegui emprego e regularizei a minha documentação também.

R – A senhora recorreu ao UAVIDRE, à Unidade de Apoio ao Imigrante?

E7 – Sim, recorri. Uma das empresas que eu tinha feito contrato, me prometeu emprego irregular e quando fui ao SEF levar o contrato e a minha documentação eles me reteram e fizeram um tipo de relatório de fiscalização para ver se aquilo que eu tava dizendo era verdade ou não. Queriam, queriam saber da minha vida...

R – Como é que foi o processo?

E7 – Fui, voltei à APAV (deduzo que se estivesse a referir à UAVIDRE), fiz esse, esse relatório com a responsável, depois fui de novo, falei com a Dr.^a da Casa Abrigo onde eu estava, me levou para o Raul Cortês que era o responsável na, na APAV (enganou-se, o técnico jurista chama-se Rui Cortez, Raul Cortês era um actor), ele me deu os passos que eu tinha que, que fazer para regular a minha situação não é, com esse contrato errado, já não usei esse contrato, já deixei o contrato de lado.

R – Como é que se sentiu durante a entrevista que fez no SEF?

E7 – Ah, muito mal.

R – Pode-me contar?

E7 – Eh, fiquei nervosa, comecei a chorar, veio a delegada, depois veio um, tipo um segurança, porque aquele contrato que me deram é tipo um contrato a pedir um, um visto incorrecto, não tava muito certo aquilo. Fui para uma sala, ela fez, ela fez um documento, eu

fiz uma declaração, expliquei os motivos que estava aqui e tudo e fiquei muito nervosa, chorei muito.

R – Como é que eles reagiram?

E7 – Me, me libe...depois de fazer a declaração me liberaram.

R – Mas antes, não acreditaram na sua palavra?

E7 – Não, não acreditaram, acharam...

R – Foram mal-educados?

E7 – Não, não me trataram mal, mas eu fiquei muito nervosa porque depois veio o segurança me levou para a sala para fazer a declaração e eu fiquei muito nervosa, achei que...que não estava bem, (riso muito subtil) que...

R – E o que é que o Dr. Rui Cortez fez por si?

E7 – Me, me encaminhou para o CNAI.

R – Para o CNAI...

E7 – Para o CNAI. Que é um órgão que, que cuida dessa documentação e eu fui para o CNAI, conversei com os técnicos e eles me indicaram o que tinha que fazer. Que era encontrar um, um novo docu... contrato de trabalho correcto, a documentação necessária e acho que dentro um mês e meio eu já tinha conseguido esta declaração, que era uma declaração que a empresa tem que dar, foi tirada do contrato trabalho que a empresa dá, visto que você trabalha para ela.

R – Acha que o trabalho na Unidade de Apoio à Vítima Imigrante, a informação que lhe deram foi relevante, foi fundamental para conseguir regularizar a sua situação?

E7 – Sim, foi. Foi importante porque ele, ele me indicou a documentação necessária e como é que eu tinha que proceder pra, pra consegui o visto, e regularizar minha situação em termo de trabalho que era a declaração mais o contrato de trabalho.

R – Que impacto teve o apoio prestado pela UAVIDRE na sua vida?

E7 – O impacto foi positivo, eu já consegui, consegui estruturar minha vida (está a responder pelo o apoio generalizado pela APAV/UAVIDRE e Casa Abrigo), sai do ciclo de violência não é, já sei mais ou menos o que é que eu quero, como é que eu devo reagir, como é que me devo portar, não é. Para não cometer os mesmos erros que cometi no passado, já tenho a minha, tenho a minha visão estável, já sei o que quero para a minha vida mais ou menos e acho que não, pelo que vejo não vou voltar mais para aquele ciclo, não me vou envolver com pessoas indevidas, já estudo mais antes de ter qualquer tipo de relação com elas. Já converso mais, procuro perceber as pessoas primeiro, antes já me envolvia, já tava, me apaixonava muito fácil, já, agora já estudo mais, fico amiga, tento perceber se aquela

pessoa vale a pena ou não ou se vai no futuro se vai transformar num monstro. E também tenho que pensar na minha filha, tenho uma filha de seis anos eu não posso destruir a minha vida e a dela por consequência, por tabela, não é. Comecei, estabilizei a minha vida e sou independente agora, não preciso tar numa relação. Eu acho que fui para uma relação de violência por causa da dependência precisava de alguém, se não fosse imigrante talvez não teria acontecido isso comigo (engraçado porque a relação que tinha no Brasil também parecia uma relação de violência, porque não tem que ser obrigatoriamente ser física), mas fui para uma relação de violência porque precisava de...tinha um representante, não é. Ele se ofereceu e foi bom para mim, mas entrei num ciclo de violência, não é, continua. Isso foi muito mau (suspirou).

R – Que tipo de poderes ele tinha em quanto representante?

E7 – Tipo as finanças, ele era meu representante nas finanças, para eu abrir a conta ele foi meu representante, como eu era estudante eu tinha que ter um representante sozinha eu não conseguia.

R – Absolutamente nada?

E7 – Nada, sozinha eu não conseguia. Mesmo, apesar de ter o visto eles não aceitavam isso, tinha que ter alguém que tipo uma pessoa do próprio país que me apoiasse que tivesse ali entendeu, caso eu não, não tivesse dinheiro na conta, caso não cumprisse as coisas ele ia lá e seria o representante legal meu, eu acho isso muito mau, seria mais interessante se fosse uma pessoa do Governo, da Segurança Social, outra pessoa, isso devia ser mudado na Lei, devia ser mudado nos Órgãos. Uma pessoa que imigrasse conseguisse ser independente apesar de ser estudante e, e não é, por enquanto durante um período não se poder manter, mas ter dinheiro para isso. Isso é muito mau aqui e ainda é assim, ainda não mudou.

R – Quais as dificuldades de um imigrante cá em Portugal?

E7 – Actualmente?

R – O que é que sentiu, tanto na sua vida como de amigos, colegas, na mesma situação.

E7 – É mais assim as pessoas não acreditarem naquilo que tu és tipo, eu ia a muitas entrevistas e as pessoas diziam, ah essa, isso que está escrito no teu currículo tu não sabes e tu tem que provar que aquilo que tá escrito ali que tu sabias e isso é muito mau, duvidarem.

R – Mas isso não é normal haver uma parte prática na...

E7 – Sim, há a prática e nós fazíamos, mas mesmo depois na entrevista pessoal ele...tava lá o documento.

R – Acha que há discriminação em Portugal.

E7 – Não é bem discriminação, era mais...tipo fazia os testes técnicos e psicológicos e os outros não é, a pessoal, era mais na pessoal mesmo, era a pessoal duvidar da tua pessoa não é da tua capacidade, tipo que a capacidade já fazia o teste técnico e ela sabia que tu sabia ou não.

R – Questões de nacionalidade, acha que era por ser brasileira?

E7 – Sim, talvez sim, é, por, porque algumas brasileiras que estão aqui não são muito bem vistas, não é e ai por uma paga o restante não é, eu até entendo isso e já nem me importo quando falam, já acho normal (risos) não é, fazer o quê. Já tento mais provar às pessoas que sou diferente das outras, essa é a minha, essa é a minha função, eu faço isso, já não me importo mais, já não fico mais magoada se falam bem ou mal das pessoas minha cidade, já...procuro provar que eu não sou assim, é mais assim que eu ajo, eu mudei de postura, antes ficava revoltada, chateada agora não, eu é tenho que provar que não sou assim não é, não me importar com o que as pessoas dizem entendeu.

Entrevista 8 – Brasileira Vítima de violência doméstica, ex-residente num Centro de Acolhimento, regular

R – Que motivos a levaram a imigrar?

E8 – Para trabalhar e ver se conseguia uma vida melhor, acima de... financeiramente, tanto é para poder ter mais segurança, creio que mais foi mais esse lado mesmo, positivamente foi esse lado.

R – Veio sozinha ou acompanhada?

E8 – Vim acompanhada dos meus dois filhos, no entanto o meu ex-marido já tinha vindo um ano antes e tinha ficado aqui para poder fazer o montante de dinheiro para virmos. E no entanto viemos, assim no caso num voo de conexão e entramos normalmente, até que conseguimos entrar porque por vezes é difícil, muitas vezes barram e voltamos para trás, eu consegui entrar.

R – Há quanto tempo se encontra em Portugal?

E8 - Fará cinco anos em Agosto. Não, faz agora... (risos) estamos em Agosto, já faz agora cinco anos.

R – Como é que foi o processo de adaptação? Que tipo de dificuldades sentiu.

E8 – A maior dificuldade que eu senti foi em termos para legalizar, porque para tudo eles exigem documento e no entanto nem tudo...sem documento somos ilegais, somos anulados de muitas coisas, desde fazer um...ter um cartão de utente, a não ser ter um contrato normal como um país, como qualquer trabalhador tem que ter, mas entre aspas se você é um

ilegal piora ainda mais a situação, mais burocrática, mais problemas, eles normalmente exigem que você vá ao consulado, vá lá e você tem que ter um carteira, ma carteirinha do consulado brasileiro, ai assim você pode dizer que está residente m Portugal, fora isso...a maior complicação é esta.

R – Não se conseguiu legalizar através do seu marido?

E8 – Sim, se eu quisesse e se ele quisesse sim, mas no caso como não houve essa hipótese legalizei-me por mim mesma.

R – Porque é que não houve essa hipótese porque é que não se legalizou através do seu marido.

E8 – Porque na altura como ele me agredia fisicamente, moralmente ele alegou, achava que eu me legalizando conseguiria assim, engrenar a minha vida sozinha, ia conseguir ter mais oportunidades de trabalhar num lugar com um ganho maior e assim é encaminhar a minha vida sozinha sem ele e assim ele achava que não legalizando a mim e aos filhos, bloquearia, é bloquearia tudo.

R – O que a levou a pedir apoio à APAV/ Unidade de Apoio à vítima imigrante?

E8 – Foi na altura em que eu sai de casa, ele me começo a perseguir, a dizer que me ia matar, perseguia-me muito e ia no meu trabalho e aquela incomodação toda, eu já estava sem esperança de sozinha conseguir, como não tenho família aqui. Me indicaram na delegacia, na PSP e os GNR também, todos falavam no número de apoio e eu não acreditava, no 144 (Número Nacional de Emergência social), mas acabei ligado.

R – Foi através da polícia, foi ela que a encaminhou para a instituição, foi assim que tomou conhecimento da APAV?

E8 – Sim, sim, foi através da instituição (acho que se refere realmente ao Número Nacional de Emergência Social), da GNR, aí eles me deram o número 144 e ali é que começou o processo de entrevista para que eu pudesse ir á APAV de São Pedro do Estoril e lá comecei o tratamento que era psicológico e depois começaram a tratar de me engrenar para uma casa (Centro de Acolhimento), para poder ter segurança.

R – Como é que foi o atendimento?

E8 – Foi ótimo, a Dr.^a (...) foi ótima, não esqueço até do nome dela, ela, ela é que trabalhou em tudo para que fosse mais rápido e não demorou mais do que quinze dias.

R – Que tipo de apoio recebeu?

E8 – Primeiro foi psicológico, com um doutor que esqueci o nome, Dr. (...) e no entanto depois foi já encaminhamento e tudo isso não durou mais que duas semanas e esse atendimento para mim foi ótimo.

R – Durante quanto tempo foi acompanhada pela APAV?

E8 – Dez meses, foram dez meses de apoio, foi de Janeiro até Outubro.

R – Foi fácil? Como se sentiu no Centro de Acolhimento?

E8 – O difícil é a adaptação quando a gente não vive com um monte de gente, né, mas pronto o normal (risos). É como viver numa grande família em que todas têm um propósito de, o problema é igual, quase, mas o propósito de fazer sua vida.

R – Teve um atendimento com o Dr. R.C., na UVIDRE, o que é que a levou lá?

E8 – Ah sim, tive sim, eu estava já com vontade de ir embora, por estar ilegal, não conseguir emprego, já desanimada de Portugal porque não conseguia mesmo legalizar-me, decidi procurar o UVIDRE para poder, foi encaminhado pela própria APAV, né, como ele trabalha lá dentro, e no entanto quando cheguei lá a primeira coisa que ele queria era já me encaminhar rapidamente para o Retorno Voluntário, mas eu é que desisti, ele me deu uns, umas boas direcções para procurar o CNAI, fiz a carteirinha do Apoio ao Imigrante, acabei por desistir de tudo (Risos).

R – Porquê? O que é que a fez mudar de ideias?

E8 - As minhas ideias foram mudadas porque eu consegui emprego e eu comecei a me estabilizar até emocionalmente de quê, como a minha filha fala muito, “ah, não quero ir embora, não quero ir embora, não quero ir embora” pronto, aquilo mais, o emprego me segurou, eu estava desanimada por estar sem emprego.

R – Quantos atendimentos teve na UVIDRE, foi só a do Retorno Voluntário ou teve outro tipo de apoio, outro atendimento?

E8 - Sim, tive do, para poder o Retorno Voluntário e também para poder uma assessoria jurídica e no entanto só que no caso do Dr. é... o senhor...

R – R.C.

E8 – R.C. chegou a me atender juntamente com outra pessoa e no entanto eu gostei muito do atendimento...para mim valeu

R – Qual era o objectivo.

E8 – O objectivo era uma carta ao tribunal na altura e no entanto ele também me encaminhou quais eram as melhores formas e me passou para esta Dr.^a que era uma jurista e no entanto foi tudo encaminhado e foi tudo feito, foi concluído então.

R – Também sentiu que teve um papel activo nas suas escolhas, no atendimento?

E8 – Sim, sim. Tanto ouviam como falavam e também deixavam a gente participar, né, aquilo que eram os meus pensamentos, as minhas ideias nenhuma foi bloqueada não com certeza. Tudo ok.

R – Como é que conseguiu construir o seu plano de segurança pessoal?

E8 – Dentro ou fora da Casa?

R – Ambas.

E8 – Ambas, dentro da Casa foi a própria direcção da Casa (refere-se à equipa técnica, constituída na altura pela directora/ psicóloga, trabalhadora social e ao supervisor da equipa técnica e auxiliar/ psicólogo), que apoiavam a gente, directora da casa, elas é que ajudavam a criar esse plano e no entanto...

R – Mas sente que participou, teve um papel activo?

E8 – Sim, sim, mas até certa forma, a gente pensava assim, aí que chatice (Risos), eu e os meus filhos falávamos que era uma chatice estar regulada para tudo, mas de uma certa forma nos assegurou e nos ensinou a como lidar com a situação, a segurar as nossas vidas, defendermo-nos sabe...de tudo.

R – E fora do Centro de Acolhimento?

E8 – Pronto, fora também a mesma coisa contínua, entre aspas porque a gente começa a perceber que lá dentro por todas termos o mesmo medo, a gente cria muito medo, cria medos e medos e medos, então quer dizer que some um pouquinho depois que a gente sai, aí já ninguém fala mais com a outra sobre isso. Então a gente não fica numa preocupação tão maior e quase que se esquece um bocado, mas cada vez que toca naquela coisa de repete ter um encontro com o agressor, bloqueia e vem logo as tácticas de segurança pessoal que a gente aprende na casa.

R – O acompanhamento que teve durante o processo de apoio foi fundamental para quebrar o ciclo de vitimação?

E8 – Sim, para mim teve porque hoje consigo olhar os sinais como algo que é importante para mim e não foi só algo insignificantezinho de uma aulinha teórica deles ou pensarmos em praticar, eu consigo praticar.

R – Como imigrante, quais dificuldades, dificuldades com instituições que tem que lidar no dia-a-dia?

E8 – Para falar assim, do país de onde venho o Brasil é igual, é muita burocracia isso às vezes a gente é bloqueada um bocadinho por causa de documento isto documento aquilo, mas pronto agora que estou legalizada já não há muita dificuldade.

R – Como é que correu no SEF?

E8 – Ah...foi uma (Risos) foi uma grande demora, porque assim primeiro eles passam para a gente um certo tipo de requisitos, a, b, exige-se tal, vamos correremos atrás de todos aqueles, antecedentes criminal, contratos de trabalho, tal, tal e depois quando a gente vai lá

pede, igual eu que abri uma, abri firma nas finanças, já tinha feito, já fechado e tudo já tinha declarado no meu IRS, exigiram até que eu fosse buscar as fotocópias e os originais só desse tal papel só para complicar mais, para mim isso é complicar que foi uma semana depois, nessa semana que fui, foram lá e me exigiram outra coisa, já puseram outra observação dizendo que agora naquele momento o que o SEF exigia era o IRS do meu patrão e no entanto como o meu patrão é uma figura pública ficou indignando porque ele disse que não concordava por que o IRS é algo pessoal de uma pessoa não tem nada a ver com o SEF querer e...o que eles alegaram é que era porque uma, para que pudessem saber se tinham condições para poder manter uma empregada na casa, se não era uma pessoa tipo namorado que dê um contrato, eles queriam ter certezas do montante da pessoa para saberem se era mesmo um trabalhador qualquer que tava dando trabalho ou porque era um empresário mesmo, quem era...

R – Mas fora parte as exigências sempre a trataram bem?

E8 – Sim, me trataram bem por mais que a gente tivesse que ir para lá mais que dez vezes porque é uma ida, num dia só eu entrei lá às 10 da manhã sai às 5 da tarde. Fui a última a sair daquele, do SEF, mas pronto o atendimento para todos é assim, não tem diferença.

R – O que é que mudava no apoio à integração dos imigrantes em Portugal?

E8 – A facilitar, por mais que...eu não fui, eles não me exigiram um contrato tão maior que eu tinha, porque eu tinha só trezentos euros, um contrato me legalizava, mas de qualquer forma, de uma certa forma eles exigem muito e cobram muito caro e o imigrante muitas vezes está ilegal por falta de dinheiro ou deixa de pagar ou para poder pagar esse dinheiro ou deixa de pagar algo para poder pagar esse documento que deixa a pessoa impossibilitada para muitas coisas.

R – E tem algo a dizer... não se pode...o seu marido não a quis legalizar, acha que isso devia mudar? Acha que as mulheres estão desprotegidas?

E8 – Sim, porque se ele está legalizado, a mim, a minha, o meu pensamento seria assim: ele legalizado e eu conseguiria de qualquer forma através da UVIDRE até mesmo através de uma assessoria jurídica, conseguir ou até mesmo o governo português fazer uma exigência já que ele tem esse documentado e há que eu sou casada no papel, a pessoa é casada no papel, tem filhos legítimos dessa pessoa e se tem tudo isto que engloba um grau de parentesco a pessoa tem que ser legalizada mesmo que a pessoa não queira, tem que ser obrigada porque a assim abre os caminhos da pessoa, mas assim não foi pronto.

R – Nada o obrigava a assinar?

E8 – Nada. Nada nem uma...

R – Mesmo que tivessem juntos?

E8- Mesmo que tivéssemos juntos não, quando eu procurei assessoria jurídica e o SEF e o SEF também me disse que mesmo que eu quisesse que ele assinasse era ele que teria que fazer isso de livre e espontânea vontade senão ninguém o obrigava, a não ser que eu estivesse de cama e necessitasse de uma internação foi o que eles me disseram, a única cláusula era só se eu tivesse internada de cama e teria que ser...necessário esse documento para operar aqui no país, aí assim um caso gravíssimo, aí pronto porque eu não poderia recorrer aos meus meios próprios.

R – Teve medo de ser notificada para abandonar o território português quando foi apresentar queixa visto estar irregular ou não estava preocupada no momento com isso?

E8 – Num certo momento tive essa preocupação, mas depois eu pensei de qualquer forma se eu não denunciasse quem ficava prejudicada era eu porque eu já estava farta, mas tive receio sim, tive receio porque para nós a gente quando olha a polícia, para nós é o mandato de ir embora (risos), já é o vai embora do meu país (risos) e no entanto graças a Deus não, não foi nada, não aconteceu nada. Fui bem atendida e nunca me levaram adiante de usar meu documento para dizer que eu era ilegal que não, fui tratada como uma portuguesa até, até a Casa Abrigo que não pega, não teve o costume de pegar ninguém ilegal me, me agrupou junto das portuguesas e não teve diferenças nenhuma pelo menos não senti.

R – Qual o balanço que faz do apoio que teve na sua vida, teve um impacto positivo, negativo? Que impacto teve?

E8- Sim, teve um impacto muito positivo porque a gente aprende a lidar com o ser humano, sem ser sua família, sem ser seu sangue, sem ser pessoas que você...sendo pessoas que você nunca viu na vida e com o mesmo problema, mas o impacto maior é que a gente aprende a sobreviver no meio de pessoas de diferentes culturas, de pensamento, tudo isso ajuda que até a gente evolui, não fica naquela mesmice do meu ser brasileiro, da outra portuguesa, da outra africana. Não, somos todos iguais.

R – Sentiu-se discriminada, tanto...no trabalho, no quotidiano, no Centro de Acolhimento, alguma vez em Portugal se sentiu discriminada?

E8 – Aliás, (Risos) foi o único lugar onde as pessoas me trataram como Ana Paula, por mais que eu fosse dentro dos meus problemas pessoais fui tratada bem, porque afinal das contas em muitos lugares dentro dos meus conterrâneos brasileiros e assim, sentia-me muitas vezes até assim tipo como fora das razões porque para eles muita coisa é normal, é muito normal olharmos até violência, como ah, mereceu uma chapada não é, um tapa e ali você aprende que não, ali você tem uma evolução no seu pensamento de que nem tudo precisa de ser um tapa porque as pessoas ali a gente conversado e vendo que um e outro a gente, as

conversas são iguais ou então talvez piores, ou diferentes ou menores, as conversas sobre a violência, aprendi muita coisa ali, (refere-se à Casa Abrigo) nunca fui discriminada, nunca fui tratada mal assim de forma a que tenha ficado algum rancor não, não, de forma que tudo o que aconteceu coisas de ser humano.

R – E fora, no quotidiano, no dia-a-dia?

E8 – Tive uma vida social normal, de quem está refazendo a vida tem agora mais ou menos um ano que eu estou fora da Casa e no entanto vejo que a minha vida social está bem, está como se fosse um recomeço de quando eu era mais novinha, é como se eu tivesse na juventude (risos) e quer dizer agora olhando bem, não vejo muita diferença. Sinto falta daquele tempo em que a gente chega aqui no país, faz as amizades, fiquei quatro anos morado lá onde eu estava com o meu ex-marido, então quer dizer agora...

R – Foi fácil conhecer novos amigos, fazer novos amigos?

E8 – Para mim nunca foi difícil, mas é mais difícil você confiar em qualquer pessoa, para mim o mais difícil é você ter confiança e dizer, poder abrir-se, conversar sobre os seus problemas e as pessoas também te aceitarem sabendo que você foge de alguém (risos) e que você não está querendo estar perto de uma pessoa porque para as pessoas gerais, já pensou do lado delas de repente ser vítima de uma né, de algo que ele a vá ataca-la e atacar-me a mim também. Há casos assim, de tem o caso de pessoas que fogem um pouquinho da gente, mas fora isso eu não sinto, eu às vezes nem comento muito, só digo que estou separada, ele lá e eu cá e assim eu consegui cultivar as minhas amizades que algumas que eu vejo que é mais maturidade...

R – Na sua rede, na sua rede de amigos há portugueses, brasileiros?

E 8 – Há de tudo, (risos) ucranianos...

R – Sempre foi assim?

E8 - Sempre, sempre, eu sempre fui assim, vamos dizer como que nem eu falo, pluralizada, né acho que é isso. É normalmente eu sou do povão mesmo toda a gente, eu sou muito fácil de fazer amizades (risos), depende também do ambiente, da situação, como eu não sou de sair à noite as minhas amizades são mesmo aquelas do bairro, do trabalho, do caminho do trabalho, mas é assim cada um na sua vida e poucos são aqueles que também entram na minha casa, mas pronto tem um círculo de amizade muito bom.

2ª Entrevista 8: (incompleta)

R – Estava-me a falar do seu companheiro e de como ele se comporta de contexto para contexto. Quando ele está com os seus conterrâneos... (refiro-me ao novo namorado guineense)

E8 – Ele normalmente até, é uma pessoa muito calma, uma pessoa muito reservada e que passa, eu tinha até medo por isso, porque eu falava assim o silêncio por vezes é um perigo, assim como o choro demais é um perigo, eu acho que tudo para mim é um perigo (risos) tudo aquilo que é muita, muito, muito demais é um perigo, eu achava tudo que era estranho, silêncio, o jeito de ele agir com umas pessoas e com outras que era essa formalidade com os mais velhos, porque que ele tinha que abaixar a cabeça, porque é que ele tinha que ouvir e não ter opinião própria, então quer dizer, fui aprendendo que eles têm um ritmo na religião e ele segue e não segue, segue para um e segue para outro não. Quer dizer, cada um tem um tipo para ele, ele é diferenciado. Então quer dizer, cheguei a pensar então ele comigo também vai agir como o interesse de isto e aquilo, a minha paranóia toda (risos). Eu não minto, estou sempre insegura com reacções, estou sempre observado, então quer dizer e por um lado ele começou a respeitar, ele começou a ver que realmente eu precisava, ele precisava de passar para mim segurança para eu poder confiar, então ele começou a passar, eu não minto que até hoje é uma pessoa que eu ainda tenho dúvidas de muitas coisas, mas ele já conseguiu acabar com muitas dúvidas, já conseguiu porque com comparações, com os estudos que tivemos sobre violência doméstica na Casa Abrigo, pelo caso de outras pessoas, comecei também a relacionar também pontos muçulmanos, como é que era o comportamento de um muçulmano com a sua mulher, tanto que é que ele tem uma mulher lá na Guiné-Bissau com os filhos e no entanto há um trato diferente que ele diz que é muito, que é assim a mulher toma conta da casa, entre aspas divide entre sobrinhos e que não faz nada, não trabalha, esta no caso não trabalha não faz nada, mas também tem uma obediência e se ele quiser por outra lá dentro, lá é normal para eles, sendo que para nós não é normal tanto o europeu como o americano somos países que não aderimos tanto ao que islamismo, né, faz com a mulher. Entre aspas, que muitos fazem com uma mulher só, né (risos) e têm as amantes fora e isso tudo da doutrinas dele que me confundia, eu fiquei com medo de ele querer fazer comigo também, não minto, mas ele já vê que eu tenho a minha defesa. Que ele me pode acorrentar, mas eu acho que eu me consigo soltar (risos), é assim que a nossa relação... a pessoa dele é muito falador também comigo numa amizade que ele diz que eu sou a única amiga que ele confia porque eu também já passei isso para ele, que ele até fala: P. você sabe mais da minha vida que eu mesmo porque eu falo, porque você me puxa para falar, sendo que ele é muito calado para as pessoas, muito reservado não é como eu falante e ele até fala toma cuidado que você fala muito (risos) e para quem não te merece ouvir porque vai usar a sua história. Então quer dizer, ele fala assim toma cuidado que aquela ali quer só saber de você, não quer saber nada de você quando você precisar, então quer dizer como se nós dois amigos, seja meu

amigo que eu sou seu amigo e pronto. E acabou que ele senta comigo, fala, conversa, conta até dos casos dos filhos dele na Guiné, até dessa pessoa que ele tem lá, que ele tem que mandar o sustento, que depende dele financeiramente, não adianta, lá é um país pobre, eu tenho consciência disso e no entanto, mas que ele não tem o desejo de voltar então vamos ver no que vai dar. (risos)

R – Como é que s seus filhos reagiram?

E8 – Ah, no começo, o M. é que ainda tava mais preconceituoso pelo lado do pai, que ele achava, ele tinha um preconceito do lado do pai, pai único, pai Ma., pai não existe o segundo, mãe, namorado, também ele achava que era um erro, que ia tirar, eu ter namorado para ele não, ele tinha esse egoísmo, mas no entanto passou e a C. não, a minha menina já se comportou totalmente feliz com aquilo, porque para ela era uma substituição, até que o pai era desatento a ela e este já dava atenção. Ele não é de muito carinho, não é de muito agarro também, é o jeito que ela gosta (risos), só que trata bem dela pelas palavras, pela defesa, mas não de muito nhénhéhé, que ela não gosta de grude. É isso, que até é um diferença entre ele e eu, que ele é mais reservado e eu mais calorosa, gosto de agarrar, daquela coisa porque eu tenho os meus trinta e um anos e ele os seus quarenta e cinco então, mais é uma pessoa super respeitadora que respeita até o lado do M., nas tantas estupidezes que o M. fez para ele, ele calava o momento com a sabedoria dele. Tantas até na mesa o M. não queria ser servido por mim por que diz assim: eu não quero ser servido por você, eu falava porquê e ele não falava porquê, mas Ca. já sabia sabia, era porque Ca. estava sentado na mesa, o Ca. ia lá e fazia o prato dele e falava assim então eu é que sirvo o M., então vai lá e punha e o M. aceitava de bom coração. Ai começou a ver que ele não era mau, não ia fazer mal para mim, porque ele achava, ah, “mãe o Ca. vai-te bater e se ele te bater eu mato ele”, ele falava coisas até horríveis, achando que ia acontecer “ porque você já deixou o meu pai, o meu pai, o que é meu pai para outro homem para outro homem de fazer igual. Então eu falei qual foi a vez que ele fez alguma reacção que você não gostou e ele nenhuma, mas ele pode te fazer, ele é preto, só por ele ser negro, ele tinha um racismo do medo, porque na nossa rua também tem muitos africanos que tem muitas brigas e ele achava que podia acontecer, ai quer dizer, com isto ele chegou a esse ponto, mas (risos) a relação dos dois hoje até é uma amizade muito grande, ele aprendeu a ter confiança.

R- Eles assistiram aos episódios de violência com o seu ex-companheiro, com o seu ex-marido?

E8 – O M. só chegou a assistir foi da última vez, da última vez, da última briga é que ele assistiu ao vivo mesmo, agora a C. só ouvia, até então foi também a última, a primeira e

última é que ela assistiu, mas antes eles só viam eram minhas marcas ou os gritos, ou os choros porque muitas vezes eu não gritava para poder não estragar o dia ou não estragar a noite, não estragar a tarde, eu fazia... o meu choro, sentia o que fosse, mas ficava na minha.

R – E quando estava cá em Portugal, tentava esconder ou falava abertamente com a sua família lá no Brasil dos episódios de violência continuavam?

E8 – Não, eu escondia, mais ainda porque aqui eu estou sozinha, aqui como estou tão longe deles nem contava, porque eu contava que estava tudo bem, tudo ótimo, depois com o tempo quando eu comecei a abrir assim a, a minha mente para estas coisas eu comecei a dizer, ah mãe a minha vida não muda, o Ma não muda, está tudo igual, está tudo igual e pronto. Ai é que eu comecei a dizer, comecei a dizer, mas entre aspas porque eles falavam era para eu voltar porque ele podia-me matar aqui, fazer alguma maldade e nem a família estar perto, sendo que também quando estavam perto não adiantava porque era eu que sumia, então quer dizer de qualquer forma eu sempre estive longe, eu afastava eles de saberem da minha vida, das violências que acontecia para poder ninguém falar, ninguém meter na conversa nossa, nos problemas ou para poder livrar, a minha mãe principalmente de qualquer outro sofrimento a mais que ela já tinha. Por isso é que eu muitas vezes fugia de estar perto dela ou falar, mas ela sabia de tudo. Sempre soube pelas marcas, pela roupa, com um calor de 40° no Brasil eu estava sempre de blusa comprimida, sempre de...roupa fininha, mas comprida. Comprava roupas largas, para tapar para fingir que era por causa da gordura, mas não era. Vestia-me como uma senhora de setenta anos para esconder as marcas do braço, mas usava. E isso já ela sabia, porque quando não tava com roupas assim, ela dizia, já tem quanto tempo você não leva uma surra do seu marido, P. você não esconde de mim, conheço nos seus olhos, na sua boca quanto fala, ela sempre me falava isso e eu nada mãe, não tem nada não, eu estou triste assim porque ele ontem chegou tarde, a gente brigou, discutiu, mas ele não me bateu não. Eu fingia, ela, você não mente para mim. Você ainda acaba ai no hospital ai é que você vai acreditar no que eu digo, que você tem que largar o Marcelo e eles mesmos queriam que eu viesse pronto, aqui era assim, eu escondia até um certo ponto.

R. – Eles opuseram-se a que viesse à senhora imigrar? Desconfiaram?

E8 – Desconfiaram, desconfiaram porque a minha mãe era uma que falava assim, ele vai-te segurar lá igual aquelas histórias muçulmanas lá do Israel, (risos) que nós temos uma visão tão clara que os muçulmanos prendem suas mulheres, enclausuram e deixam lá presas né, para poder não tar em contacto com o mundo nem nada, até pelas roupas e a minha mãe falava isso, o Ma. vai-te levar para fazer igual ao que os muçulmanos ruins fazem, fazem isto assim, assim, assim e aquilo eu falava, não mãe lá tem os parentes dele, e ai ela voltou a falar

e alguma vez eles foram seus parentes? Sendo que eles eram coniventes, eles mesmo falavam que era normal, elas mesmo batiam nos maridos, então quer dizer se existe uma coisa não havia era respeito, qualquer coisa havia entre eles menos o respeito e até amor ao próximo com o irmão.

R – A senhora sentiu-se nervosa quando foi a atendimento, quando teve atendimento?

E8 – Na APAV? Sim, eu estava nervosa porque ele me tava ameaçado e eu tinha medo de falar aquilo que estava acontecendo.

R – Então chegou lá, conte-me o que é que aconteceu, entrou e o que é que sentiu?

E9 - Quando eu entrei a primeira coisa que eu senti foi assim a vontade de esclarecer o problema e ser ajudada que eu não via nenhuma outra situação, não via casa de amigos para poder perturbar ninguém, eu com tuas crianças ia ser um custo imenso para alguém me ajudar. Ia estar desempregada porque tinha que mudar a minha vida e no entanto, ir para longe eu também não conhecia, então aquilo para mim era o refúgio com o número de atendimento não é, porque a gente faz uma chamada, foi na delegacia de polícia eu me deram a instrução todinha. Eu entrei lá como se fosse a única porta que se pudesse abrir para mim, fora isto estava muito nervosa por causa das perseguições dele, mas senti que conseguiria ter ajuda com a Dr.^a XXX, era a única, era a minha única luz a não ser ir embora, a não ser fugir de tudo isto, para mim foi essa a sensação.

R – Mas o que é que lhe passou, o que é que lhe passou, o que é que lhe tava na cabeça?

E9 – Sobre a casa, sobre o depois, o que seria?

R – Ah, a casa e de lá, do primeiro atendimento?

E9 – Ah, do primeiro atendimento (que foi no GAV de Cascais). Quando sai do primeiro atendimento a primeira coisa que eu pensei foi na chance de uma nova vida, também pensei assim, como é que seria a falta também de tudo o que era normal na minha vida, toda a mudança. O primeiro atendimento quando eles me falaram, também passei por psicólogo, contei o meu caso e no entanto tive a sessão e aquilo, aquela entrevista que eu dei, aquilo para mim, eu estava a sentir era um alívio de ter de repente ter uma porta.

R – O que é que eles lhe perguntaram?

E8 – Eles perguntaram sobre o que é que houve, porquê, porquê que houve ou factos, eles perguntaram de todos os factos e o porquê de eu procurar e quem foi que indicou depois fizeram um dado cadastral (suponho que se refira à folha anexa), nome, endereço actual que naquela altura era das moradas que estávamos, desde a anterior á que estávamos no momento que sai de casa e pronto, eles só fizeram essas perguntas. Depois passamos ao psicólogo.

R – E o que é que, como é que o psicólogo... fale-me um bocadinho do atendimento psicológico (ao qual nunca assisti durante o trabalho de campo por pensarem que seria pouco adequado).

E8 – Ah, o atendimento psicológico foi para ajudar a acalmar minha ansiedade naquele momento, que como o momento, o que eu senti lá foi para poder acalmar a ansiedade, somente isto. O encorajamento de poder tomar umas atitudes certas, foi para isto. Enten... não foi pra, pra mim o atendimento que eu precisava mesmo do tratamento foi dentro da casa, lá não, lá foi mesmo o atendimento para a calma, da minha ansiedade...

R – Para definir prioridades?

E8 – Sim e talvez não. Foi mais para conseguir ter, saber que era aquela decisão que eu queria tomar. Para saber se era isto que você quer, a parte psicológica lá naquele pré-atendimento foi para isto, creio que sim, pelo meu jeito de pensar sim. Até que não conseguia soltar nada daquilo que foi trabalhado em meses, semanas com doutoras e doutor (refere-se á equipa técnica da C.A.) não, mas foi importante porque eu consegui um encorajamento, porque eu podia desistir se não fosse aquelas psicólogas me darem, aquela, aquele alívio da ansiedade total naquele momento.

R – O que é que sentiu quando entrou na Casa, no Centro de Acolhimento.

E8 – Eu tinha uma noção totalmente diferente, achava que uma casa, igual a uma casa da tropa, um galpão com montes de camas (risos) e o conforto que a gente encontra lá é incomparável, é igual a uma casa normal, mas eu me senti estranha por serem todas portuguesas e eu brasileira, única ali e aquilo me constrangia porque nunca morei com um monte de gente além da minha família. Quando cheguei aqui sim, morei com um casal e um filho, mas nunca um monte de gente portanto, então quer dizer foi complicado, foi complicado a adaptação. Eu mais ainda que sofro com, eu sofro de uma forma que prefiro evitar muito o ser humano para poder porque eu sou muito franca muito aberta, sou de falar demais e o meu medo era esse, usarem algo contra mim (risos) do que eu falasse, por causa de fofocas das picuinhas, as coisas normais do ser humano, ai pronto.

R – Como é que foi a primeira noite?

E8 – Eu não dormi direito, mas entre aspas, dormi um melhor sono porque eu tava tranquila, eu tava bem longe, mais de uma hora e meia do meu ex-marido. Então aquilo, ao mesmo tempo que era estranho, o conforto fazia com que eu conseguisse dormir então. Foi estranho porque acordar e saber que a cozinha não é sua, a cama ali é temporária e aquilo tudo não é nada seu ali, nada você lutou para construir para comprar (risos) era diferente daquilo que a gente aprende que é do esforço para ter algo. E ali eu não me esforcei a nada, o meu

esforço foi simplesmente, abrir, abrir mão de algo para renovar minha vida para reconstruir, quer dizer para mim ali foi um primeiro passo. Eu senti a madrugada inteira, falando assim: creio que este é o meu primeiro passo, eu não dormi até que adormeci e achei que, no outro dia achei tudo muito estranho cada gente mais esquisita que a outra que eu olhava (risos) eu falava assim meu Deus (risos) isto não é para poder estar aqui e ai dava vontade de ir embora, foi quando eu pensei de ir embora e...

R – Foi quando pensou retornar ao Brasil?

E8 – Sim, foi quando até cheguei a procurar o apoio técnico lá na APAV dos imigrantes (refere-se á UVIDRE) e no entanto desisti a meio do caminho quando consegui um emprego e comecei a olhar os horizontes, que até então estava desempregada, estava já com receio de nunca arranjar emprego por estar ilegal e a Casa Abrigo me acolheu sendo ilegal sendo que muitas não fazem isso e quer dizer eles abriram mão de algo até porque me ajudou imenso até porque a imigração ilegal aqui é um perigo também, até para as pessoas que trabalham ou que são, são entidades patronais ou para qualquer órgão do Governo, não pegam. E no entanto eles me ajudaram, cheguei a pedir o retorno voluntário, mas não cheguei a dar andamentos precisos, mas cheguei a pensar em ir embora e fui bem atendida e tudo, mas desisti.

R – Quais são os planos para o futuro?

E8 – No momento estou sonhando ainda muito (risos) tenho planos de montar um negócio próprio, não ser mais empregada ser patroa, tenho esse plano, plano de casar de novo quem sabe com este companheiro que me está mostrado realmente que tem muita amizade comigo e quer dizer meus planos, e sonho muito com a carreira dos meus filhos, de poder dar o melhor para eles, para poder ver eles grandes, amadurecidos, mas com estas bases melhores do que viver em violência ou em lar destruído, me sinto melhor até preparada para tudo. Meus planos por em quanto estão sendo estes.

R – Referiu que está a tentar abrir o seu próprio negócio, já se informou do que é necessário, dos requisitos, quais foram os maiores obstáculos? Pode-me falar um bocadinho sobre isso.

E8 – Sim, os maiores obstáculos que eu vejo mesmo é o financeiro porque eles buscam fazer muitas avaliações na área financeira, até poderem fazer, eles fazem uma perícia não só da sua vida, mas rastreiam tudo aquilo que é do Banco Português, mas muitas vezes eles temem abrir um negócio até para imigrantes porque como eu já cheguei para uma entidade lá do Banco que me falou simplesmente assim: a senhora tem que ter vários anos para conseguir isso connosco, tem que ter isso e tem que ter aquilo.

R – O que é isso e aquilo lembra-se?

E8 – São as burocracias dos, dos das referências, ah você tem referência com tal entidade, ah você tem referencia com tal seguro, já fiz até um seguro saúde para um dos meus filhos só para poder ter uma credibilidade com o Banco para que eu concretize isso, já tenho seis meses com essa credibilidade do seguro, mas pretendo ficar mais tempo para ver se eles assim me ajudam.

R – Mas o seguro é para toda a família ou é só mesmo para um dos filhos?

E8 – É só para um dos filhos que eu fiz por causa do apoio psicológico que eu pretendo sempre manter até ele ficar adulto, até pelo menos à idade que eu ver que ele tá realmente e melhorou muito, quer dizer, mas ainda não entendo ele que nem um psicólogo, mas... no caso fiz para tratamentos, check-ups, tudo e está sendo utilizado. É um produto do Banco, que é isso que eles querem, um produto e uma caixinha cheia para poder dizer que realmente tem condições para ser um micro empresário (risos) né, então.

Entrevista 9 – Cabo-verdiana, residente num Centro de Acolhimento para raparigas, regular

R – Qual é a tua nacionalidade?

E9 – Sou cabo-verdiana.

R- E nasceste lá ou...

E9 – Nasci, nasci lá e vim para Portugal com dez anos, tenho dezoito anos agora portanto (imperceptível).

R – Sabes quais foram as razões que levaram os teus pais a imigrar?

E9 – Só está aqui o meu pai, portanto acho que foi mesmo trabalho, para arranjar uma vida melhor, acho que foi esse o motivo porque ele veio para Portugal.

R – O teu pai trabalha em quê e tem que idade?

E9 – O meu pai tem cinquenta anos e é pedreiro.

R - Alguma razão em especial para ter sido o único elemento da família a vir para Portugal?

E8 – Suponho, ele e a minha mãe estavam separados, portanto suponho que tinha que ser ele a vir (parte imperceptível), também acho que ele tinha mais poses que a minha mãe para vir para Portugal portanto...tinha mesmo que ser ele A minha mãe mesmo que quisesse vir ainda hoje já não podia porque lá, já tem a vida lá e mesmo assim também não...e é muito complicado lá para arranjar recursos para vir também.

R – E ficaste com o teu pai porque ele tinha mais posses, mais possibilidades de te fornecer uma vida melhor.

E8 – Sim, fiquei com o meu pai. Vim, antes quando ele cá chegou estava com a minha mãe, mas quando foi, quando ele me mandou buscar eu fiquei com ele porque é a única família que tenho cá, então...e também vim para aqui para estudar.

R – Em que ano estás, o que estás a estudar?

E9 – Estou no 11º ano, estou em ciências e tecnologia.

R – Como é que foi o processo de adaptação em Portugal, sentiste alguma dificuldade?

E9 - Sim, sim, no princípio eu já tinha em Cabo Verde, já tinha feito o 4ºano então quando cá cheguei não falava mesmo português, lá em Cabo-Verde temos o português como língua oficial, mas mesmo assim é mais o crioulo. Nas aulas é que falávamos assim de vez em quando o português, mas estar a falar o português correntemente não, então repeti o 4º ano aqui em Portugal e foi, acho que foi a melhor coisa que fiz porque me adaptei melhor, do que ir logo para o 5ºano sem, sem mesmo base primeiro.

R – Mas nunca te sentiste discriminada?

E9 – (riso muito leve) De vez em quando sentia-me, na escola mesmo no princípio, quando tinha aquele choque, quando ainda não sabia quase nada, então foi difícil, mas depois arranjei novos amigos, mesmo verdadeiros amigos então.

R – Podes me contar um bocadinho sobre história que te trouxe até aqui à APAV/UAVIDRE?

E9 – Como disse estava a viver com o meu pai e cheguei cá com dez anos, durante quatro anos a minha vida foi assim normal, aquele normal, só vivia com ele e eu é que fazia mais coisas em casa, mas dos catorze para cima começou a haver mais violência, ele já, já me batia, mas não era sistemático, não acontecia muitas vezes, mas depois foi acontecendo mais, mais vezes e cada vez pior então, até que cheguei a um ponto foi neste Verão, cheguei a um ponto que não podia aguentar mais, então sai de casa.

R – Eras tu que fazias todo o trabalho em casa, o trabalho doméstico?

E9- Era, limpar, cozinhar, ir às compras, era mesmo tudo eu, então.

R – Ele alguma vez justificou as agressões?

E9 – Não, no princípio dizia que era mesmo para educação, mas quando foi, quando começou a tornar-se mais regular, não havia motivo para isso até porque o dia em que sai de casa, também me tinha batido e não tinha sido por motivo de força maior, não é, nem por educação nem nada, porque acho que foi mesmo porque estava de mau humor ou tinha sido contrariado, então acho que chegou a casa e quis descarregar, porque tinha telefonado e eu não tinha atendido o telefone, não tinha ouvido, quando chegou a casa, pronto.

R – Ele era muito agressivo?

E9 – De vez em quando, nem sempre. Mesmo quando não batia, era muito agressivo a falar, mesmo porque também não era só agressão física, era também agressão verbal, mas era assim, quando não era física era mais verbal, portanto...

R- Alguma vez pensaste passar por uma situação de violência doméstica, mudou a tua perspectiva sobre a violência doméstica, antes e depois das agressões e de teres tido iniciativa de procurar ajuda.

E9 – Eu mesmo quando estava a sofrer de agressões não, não pensava como uma vítima de, de agressão, de agressão física portanto, eu também era muito nova quando começou, portanto não tinha uma ideia pré-concebida então, mesmo assim quando estava a ser vítima não pensava nisso, até pensava nas mulheres que muitas vezes via na televisão que sofriam de violência porque é que não saiam e ficava mesmo revoltada e mesmo assim eu não me queixava, não me punha naquela situação, tive que também crescer e ver como é que eu estava.

R – A tua família em Cabo-Verde sabe das agressões?

E9 – A minha mãe não sabia até ao dia em que sai de casa, ai teve que saber mesmo. Só assim, porque eu não contava, não contava pa ninguém, só mesmo quando sai de casa é que ela soube.

R – Porque é que não contavas, porque é que não desabafavas...durante quatro anos?

E9 – Eu não desabafa mesmo com ninguém, a minha vida era mesmo dentro de casa, casa, escola, com o meu pai, mais ninguém. A minha mãe falava com ela só de vez em quando e nesse tempo não...estando o meu pai lá sempre então, e era que eu, eu também falava e ele desmentia-me mesmo que eu tivesse dito alguma coisa ele desmentia logo, como se fosse eu a culpada, por isso...

R – Como é que eles reagiram quando souberam?

E9 – A minha mãe chorou (riso subtil e nervoso), chorou muito a dizer porque é que, que... (a utente iniciou a chorar, tentei conforta-la), ah...chorou mesmo porque não sabia, não sabia a vida que eu tinha aqui com o meu pai então, pensar como é que era capaz de deixar uma filha assim neste estado, mas...depois ela ficou, não é que não tenha ficado surpreendida porque ficou, mas ela também já sabia como era o meu pai porque conhecia quando estava com ele, ele também era muito controlador e não deixava ter amigas e isso também acontecia comigo, para além de, de me bater também era muito controlador por isso é que a minha vida inteira, casa escola, escola casa porque nem com amigas saía, portanto saía mesmo quando ele não estava e mesmo assim ele sabia.

R – Diz-me uma coisa, quando contaste à tua mãe, ela também passou pelo mesmo?

E9 – Eu não sei se ela passou pelo mesmo, não perguntei. Ela só disse que o meu pai era muito controlador e que não a deixava sequer ter amigas, qualquer coisa assim estava logo em cima dela, mas não sei, não perguntei mesmo se já tinha acontecido, mas também se tivesse diria, então não sei, se calhar também seria o mesmo caso que eu e então.

R – Como é que tomaste conhecimento da Associação APAV/UAVIDRE?

E9 – Foi através da Segurança Social. Eu sai de casa, fui para casa dos pais de uma amiga, então a mãe dela foi comigo, assim á Segurança Social para ver que tipos de apoio é que eu tenho, então falaram-me da APAV, ela veio aqui comigo.

R – Como é que decidiste quebrar o ciclo (violência) e desabafar com alguém?

E9 – Foi muito difícil porque eu também não sou muito de falar, então não falava até mesmo com essa minha amiga que era a minha melhor amiga, contava-lhe algumas coisas que o meu pai em casa fazia, que ela...que é mesmo, acho que, contava, mas não tinha, não, não podia por raciocínio que ia, que ele me estava a bater, era mesmo aqueles desabafos que não tinham, não tinham como saber portanto (a voz tremelicou deduzo que fosse fruto da emoção) mas, foi difícil desabafar, até que um dia, foi mesmo um dia que sai, porque nem isso sabiam, nem isso sabiam, portanto foi mesmo o dia em que sai de casa para ir para lá, tive que contar mesmo tudo, ir à polícia fazer a queixa.

R – Foi difícil esse processo?

E9 – Foi, foi, foi mesmo muito difícil (riso nervoso) não estava à espera. Estava mais a chorar que outra coisa, mas...arranjei coragem para fazer porque não podia continuar como estava e era melhor para mim e desde a ajuda da APAV, por acaso foi muito, muito, (riso) eu não sei como agradecer porque foi aqui mesmo que me ajudaram, (iniciou a chorar novamente) que me ajudaram a encontrar o lar em que eu estou agora e tudo, portanto tenho mesmo que agradecer.

R – Foi difícil por ser o teu pai?

E9 – Ah, foi para mim muito difícil porque em pequena eu era muito chegada ao meu pai, mas...eu não sei o que aconteceu naqueles anos que...já não dava e mesmo assim entre nós já não havia aquela relação, era mesmo uma coisa muito apática. Era, chegava a casa, tinha que encontrar o jantar pronto, eu ficava uns minutos na sala e depois ia para o quarto. Já não havia aquela relação de pai e filha, já não...

R- Será que o teu pai estava a passar por uma fase difícil e foi-se transformado...um problema...

E9 – Isso, isso ai, só mesmo ele para saber uma coisa dessas, que eu saiba não.

R – Ele não desabafava, não falava contigo só descarregava?

E9 - Sim, só descarregava.

R – Que tipos de apoio recebeu na UVIDRE?

E9 – Ah, recebi o apoio do Dr. R. que, que me falou dos vários tipos de Centros que eu podia ir, encontrou-me este Centro em que estou agora que é a instituição, estou numa instituição de Irmãs, também deu-me apoio jurídico e também disponibilizou apoio psicológico caso eu precisasse, mas, mas na instituição onde eu estou também tem apoio psicológico portanto...

R – Optaste pelo da instituição?

E9 – Sim, optei pelo da instituição.

R – Que benefícios este apoio de trouxe?

E9 – Trouxe-me mesmo tudo, a minha vida porque eu não tinha, não queria ficar na casa dos, dos meus amigos por acaso se o meu pai soubesse que eu estava lá podia, disseram mesmo isso na policia, podia ir lá e ...tinha mesmo que voltar, mesmo tendo 18 anos ele ainda era me pai então tinha que voltar para casa então a melhor solução foi mesmo esta que a APAV encontrou, de uma instituição pronto. E mesmo agora na instituição, contanto aquela situação dá para fazer a minha vida, já não tenho medo, já estava longe de, do meu pai, comecei outra vez a minha escola, não ia deixar, mesmo perto, tenho, costume ter o apoio dos pais da minha amiga e dela mesma, porque se fosse pa uma, uma pa uma casa, já não me lembro como se chama, uma casa brigo acho que é mesmo assim, já não seria a mesma coisa, porque tinha...

R – Muitas regras...

E9 – Sim, muitas regras e contacto com amigos e familiares não portanto.

R – Como é que aquilo funciona, o que é tu sentiste quando lá chegaste?

E9 – Olhe, por acaso quando lá cheguei fui muito bem acolhida, estava meio a estranhar porque nunca tinha estado num ambiente assim, mas fui muito bem recebida, é um lar só para raparigas então e aquilo na maioria também são africanas e receberam-me muito bem, lembro-me do primeiro dia em que lá cheguei, estava assim tímida (imperceptível) (riso) eu sou mesmo a mais nova lá de casa, então receberam-me muito bem naquele dia, porque não podemos...eu estou a dizer isto... (risos) não podemos estar nos quartos à noite então estávamos lá, estávamos todos a conversar, estávamos todos a conversar e... (entretanto bateram à porta porque necessitavam da sala, tive que interromper a conversa, o R. arranjou-me uma sala que geralmente serve para guardar as malas que das utentes que vão para casas abrigo, na qual também há uma mesa e algumas cadeiras por isso ao fim de pouco mais de cinco minutos retomamos a conversa).

R – Estávamos a falar sobre o que é que sentiste quando...

E9 – Quando cheguei à casa, sim, como eu estava a dizer, o primeiro dia quando cá cheguei, nós lá em casa temos um horário de recolhimento, às 22.30 temos que estar no quarto e apagar as luzes (riso) por volta dessa hora estávamos no quarto de uma rapariga lá, tava a pintar as unhas e era a primeira vez que tinha chegado à casa. Era a primeira vez que tinha chegado a casa então, como vieram comigo, falar comigo ao pé de mim, aquelas coisas, eles já tinham a sua vida, mas não condicionaram por minha causa então foram-me juntando na vida delas também, eu gostei da forma como me receberam e tudo e a casa em si também é muito acolhedora. Temos aquelas regras, mas não é muito... não é rígida nem nada, temos fins-de-semana também para estarmos com os amigos e familiares se for o caso e temos as nossas tarefas de casa, também não, não é nada que nós não saibamos fazer que não fazíamos. Acho que a casa é muito boa.

R – E tem todas as condições?

E9 – Tem, tem, tem todas mesmo.

R – Já agora, quando entraste aqui na Sede da APAV, aqui na sala de espera o que é que sentiste?

E9 – O que é que eu senti, já nem sequer me lembro, mas... eu vinha com, com a mãe da minha amiga (imperceptível), não sei, gostei, gostei do ambiente é assim acolhedor também e o Dr., Dr. R. (riso) (imperceptível) por acaso foi mesmo muito simpático e ajudou-me imenso. Estávamos primeiro a pensar na possibilidade de ir, de me afastar para fora de Lisboa e ele arranjou-me maneira de eu ficar dentro de Lisboa para poder ter contacto com os meus amigos, com os pais da minha amiga e não ficar aqui sozinha porque sem o meu pai cá em Portugal já não tinha mais ninguém, então foram mesmo eles que me acolheram, sendo assim por ficar sozinha, era importante para mim também o apoio e mesmo agora também.

R – E no atendimento o que é que te perguntaram, o que é que achaste das perguntas, como é que te sentiste, nervosa, confortável, aliviada por deitares tudo cá para fora?

E9 – No atendimento também gostei porque estando no início não me perguntaram, porque eu também estava muito nervosa naquela, naquela, naquela época, estando no início não me perguntaram muito sobre o tipo de violência assim, tive que contar o relato não tive que contar mesmo, o acontecimento. Eles perguntaram-me o que tinha acontecido, isso já seria normal que tinha que dizer, mas não tiveram que... me sacar informações (riso subtil) portanto fiquei mais confortável, falei e perguntas normais que me fizeram, como é que foi, porquê, porquê que acontecia e os tipos de apoio também de apoio à vítima e tudo...

R – Durante quando tempo foi acompanhada pela UVIDRE, em quanto tempo resolveu a sua situação?

E9 – Por acaso foi mesmo muito rápido, eu tinha vindo, foi em Junho, foi em Junho que, que sai de casa e acho que foi, mas acho que durou um mês, já não me lembro, sai de casa em Junho e em Julho já estava a entrar na Sede, na Sede...na Instituição por isso foi bastante, muito rápido e só não entrei na Instituição mais cedo porque tinha um problema de saúde, ia ser operada então tive que ficar em casa durante umas semanas para recuperação e durante essas semanas já tinha contacto antes com, com aquela instituição por isso foi muito rápido mesmo.

R – Como é que construíram o teu plano de segurança pessoal para quebrar o ciclo de violência?

E9 – Como o meu pai também era só trabalho, acho que não conhecia mesmo muito de Lisboa. Então eu pensava que mesmo ficando em Lisboa mesmo, não naquela área de A., M., LV. coisas assim, que ele não conhecesse, acho que só conhecia aquela área e mesmo assim aquela área é mesmo um pouco limitado então, eu achava que não precisava de ir assim tão longe e mesmo em Lisboa eu estou bem aqui, ainda não fui encontrada ainda então, acho que foi mesmo por isso, por ele não ter mais conhecimentos de Lisboa em si para me procurar.

R – Então durante esse mês e agora é o suficiente para te protegeres?

E9 – É sim, não penso que ele me vá encontrar onde eu estou.

R – Tiveste que mudar de contacto telefónico, ele tinha acesso aos números dos teus amigos ou não conhecia ninguém para ir atrás, para tentar saber informações sobre ti e o teu paradeiro?

E9 – Não tinha, não conhecia mesmo os, os, não tinha os números dos meus amigos. Tinha uma vez o número de uma colega de escola, porque a minha colega era 9, era de outra era 96 e eu era 91 então tive que usar o telemóvel do meu pai para mandar mensagem, então acho que ficou este número registado e ele telefonou para a minha colega a dizer que me faça voltar para casa, para ser boa amiga que me faça, que eu volte para casa. Então minha colega avisou na escola porque eu nesse tempo não estava à escola com medo que ele me encontrasse lá, então quando eu fui acompanhada lá com os pais da minha amiga, foi, foi, ela me avisou, até estava com a professora, ela me avisou então acho que era o único número que tinha, de resto não tinha acesso e mesmo o meu telemóvel ele partiu-o todo, ficou mesmo sem dados para saber (imperceptível), ele não tinha como me seguir.

R – Nunca mais tiveste contacto com ele desde que saíste de casa?

E9 – Não, não tive contactos com ele, ele tinha o meu número que eu não mudei, não mudei o meu número de telefone, ele partiu o meu telemóvel, mas eu querendo ter os contactos de volta pedi uma segunda via então ele telefonou-me para o telemóvel, mas não atendi e foi mesmo só isso. Tentou telefonar, telefonou, telefonou, mas não me contac... não consegui falar comigo então há uns meses já que, já não, não, não, não telefona.

R – Nunca tentou sem número?

E9 – Não, não, no princípio era com o número dele depois também foi sem número e depois utilizo um outro número que não era dele e por acaso esse número nem sequer era dele, porque quando telefonou ele comecei a seleccionar as chamadas que recebia, quando não conhecia entregava o telefone a alguém para, para atender e num desses casos foi a mãe da minha amiga que atendeu e era um sobrinho dele a telefonar a dizer falar comigo e a partir desse dia esses dois números bloqueei no telemóvel e sempre que acontece telefonar de um número que não conheço deixo sempre assim por atender, chega a mensagem ou então manda mensagem e quando se trata da Segurança Social ou Hospital ou coisas assim também já tenho tudo gravado para saber, para poder reconhecer.

R – (Silêncio) Queres me contar algum episódio de violência, alguma atitude ou postura do teu pai que te tenha marcado mais?

E9 – (Silêncio) Não, acho que passamos para outra pergunta (por momentos pensei que ela me pudesse contar do interesse de natureza sexual que o pai subtilmente iniciou a mostrar por ela, informação que tive acesso na folha anexa, porém nunca abordou este assunto ou a agressões de forma detalhada e mostrou-se bastante desconfortável com a pergunta).

R – Achas que o acompanhamento que recebeste por parte dos técnicos da UVIDRE foi fundamental para sair da situação, para conseguires sair da situação de vitimação?

E9 – Sim, Sim, foi mesmo fundamental, foi mesmo fundamental. O apoio do Dr. R., que me apoiou a nível jurídico e mesmo quando me encontrou a instituição e a nível jurídico também, como apresentei queixa e sempre que chegava uma carta de, de, do Tribunal ou mesmo da, da PSP, como apresentei queixa ia sempre falar com ele e por acaso se precisasse de alguma coisa ele é que me disse como pedir ajuda na Segurança Social, para pedir ajuda jurídica (imperceptível) foi tudo ele que me ajudou nesse nível.

R – Sentes que caso tenhas algum tipo de problema UVIDRE é uma opção para voltares a pedir apoio?

E9 – (acenou afirmativamente com a cabeça cerca de três vezes e falou demasiado baixo, mas disse que sim à medida que acenava com a cabeça).

R - Quais são os teus planos para o futuro?

E9 – Acabar o 12º com uma média que me dê pá faculdade, para aquilo que eu quero e conseguir mesmo um trabalho na área que eu quero e conseguir-me realizar-me.

R – Estas a pensar voltar para Cabo-Verde? Costumas lá ir com frequência visitar a tua família ou eles vêm cá?

E9 Não, desde cá cheguei nunca mais voltei a Cabo-Verde, há oito anos sem lá voltar e como já são oito anos, era pequena mesmo quando eu vim, só tenho mesmo poucas recordações então já não me vejo a ir para lá viver. Penso mesmo, tenho, quero ir mesmo para lá, matar saudades da minha mãe (riso), dos meus irmãos.

R – Quantos irmãos tens?

E9 – (Riso) Ui, mesmo (riso) já tenho mesmo muitos, já tenho não, sempre tive porque o meu pai, já tinha quatro filhos antes de estar com a minha mãe e a minha mãe já tinha dois, depois tiveram-me a mim e à minha irmã e depois a minha mãe teve mais uma, portanto tenho oito irmãos, mas os irmãos da parte do pai não os conheço, não me relaciono muito com eles, tenho um, dois aqui em Portugal neste momento, mas como são da parte do meu pai não há relacionamento, nunca os conheci, são mais velhos, nunca os conheci assim muito, sei que são meus irmãos, é aquela visita daqui, visita da li, mas não há relacionamento.

R – A tua mãe trabalha em quê?

E9 – É doméstica.

R – E os teus irmãos são mas velhos, mais novos, os da tua mãe, aqueles que tens mais contacto já trabalham, estudam.

E9 – Sim, os dois mais velhos já trabalham e depois tenho os dois mais novos que já também estudam só (riso).

R – Obrigada

Entrevista 10 – Cabo-verdiana, ex-residente num Centro de Acolhimento para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, regular

R – Quais os motivos que a levaram a imigrar?

E10 – É assim, eu vim de Cabo-Verde para Portugal prá fazer negócio e depois quando vem fazer negocio encontrei trabalho lá no, no Intendente e depois estava a falar com um senhor, o senhor diz que vai pagar 600euros para ficar interna eu acabo por ficar, eu acabo por ficar pra trabalho.

R – Há quanto tempo chegou a Portugal e que tipo de trabalho fazia?

E10 – Trabalho doméstico já com, já estou com nove ano aqui.

R – Como é que foi o processo de adaptação a Portugal ao trabalho sentiu dificuldades foi fácil?

E10 – Senti um bocadinho de dificuldade na casa da minha tia, que é irmã do meu pai e depois começa a trabalhar interna e ela disse que eu tinha que, porque eu vem só ao fim-de-semana, saio sábado e entra domingo à noite, então ela disse que eu tenho que pagar 200 euros na casa dela, eu disse que não posso pagar 200 euros porque eu estou numa casa interna, então ela disse que se eu não pago 200 euros que eu tenho que ficar na rua. Chegou a, era 9 de Dezembro de 2004 na casa dela, depois ela disse que não que eu tenho que sair, então olha eu sai da casa dela eram as nove da noite estava uma grande chuva e fui para a casa da minha amiga. E ficou lá na casa da minha amiga com falta de ar, com febre e depois com, tive, foi prá urgência com bronco e o médico disse que eu apanhei muita chuva na rua, apanha muita chuva na rua depois fica doente, mas depois olha, começa a trabalhar olha.

R – Como é que tomou conhecimento da APAV/UAVIDRE?

E10 – Tomou conhecimento da APAV porque tive com o pai da minha filha, tive uns problema na Hospital Amadora-Sintra, depois conheço uma senhora e ela disse que tem uma Casa de Acolhimento, ela é a dona A. é jornalista então ela...

R – Como é que a conheceu no Hospital?

E10 – Porque ela também partiu o tornozelo, ela partiu o tornozelo e depois ela diz assim, assim a senhora tem as duas pernas partidas com uma filha e se quiser eu vou encaminhar o processo para ajudar a senhora eu vou falar com o senhor C. que trabalha na APAV. E depois quando ela teve alta, ela ligou para a APAV e ela falou com o tal senhor que é C.

R – Que é da Unidade de Apoio ao imigrante.

E10 – Sim, e depois ela falou com o senhor C., o senhor C. falou comigo e depois...

R – Como é que correu esse atendimento?

E10 – Correu muito bem, eu não tenho nada a falar mau, corre muito bem mesmo.

R – Forneceram o apoio que necessitava? Que tipo de apoio lhe deram, apoio social, psicológico, jurídico?

E10 – Apoio social, deram todo apoio, mas todo, eu e a minha filha. Então eu, eu mesma agradeço à APAV, porque senão, se não fosse à APAV hoje não sei como é que era da minha vida. Eu e a minha filha, depois saiu da APAV graças a Deus, alugar, aluga uma casa em Benfica, depois sai de Benfica, eu tive que compra uma casa para mim, olha graças a Deus estou muito bem, eu e a minha filha.

R – E conseguiu construir um plano de segurança pessoal para se afastar do seu ex-companheiro?

E10 – Consegui muito bem, graças a Deus estou muito bem mesmo.

R – De forma autónoma, em conjunto com os técnicos?

E10 – Sim, eu tive na APAV um ano e tal (refere-se à sua estada na C.A.), o pessoal da APAV, principalmente as Doutoradas deram muito apoio e depois olha enfim... não sei.

R – Qual foi a parte mais difícil de ultrapassar durante todo o processo?

E10 – A parte mais difícil é meu problema físico, de resto não tem...

R – Tem qualquer tipo de apoio... da Segurança Social?

E10- Agora não. Não, não tenho nada, não tenho nada.

R – Nem de nenhuma instituição?

E10 – Não, não, também não tem. Só tem apoio de mim mesmo, que eu tou a trabalhar para assegurar a minha vida e a minha vida e da minha filha de resto não tenho nenhum, é.

R – Que tipo de apoio o Dr. C. lhe deu? A senhora apresentou queixa contra o seu companheiro, como é que isso correu?

E10 – Eu apresentei queixa e depois foi lá no Tribunal resolver as coisa, porque eles também me disseram que não foi ele que me, ele que atirou da janela fui eu mesma que atirar da janela, mas pronto o senhor C. falar, tava a falar comigo e dar muito apoio e depois encaminharam-me para outro sitio da APAV olha, fiquei muito satisfeito. (o outro sito é a C.A.).

R – Necessitou novamente do apoio da APAV, depois de...se voltou lá, se voltou a ter apoio com a Dr. C. ou com outro técnico?

E10 – Não, não, não, não, não, não tenho nada.

R – Diga-me só mais uma coisa, foi fundamental o apoio da APAV para sair da situação em que se encontrava.

E10 – Foi, foi muito satisfeito, foi por isso que eu, eu disse assim, a obrigação que eu tenho que pagar é só à APAV de resto mais ninguém aqui em Portugal, não tem, foi, deram apoio a mim à minha filha e graças a Deus hoje eu tou na minha casa, posso dizer graças a Deus também apoio de APAV, é só isso.

R – Acha que necessitava de mais apoio por exemplo psicológico ou social?

E10 – Eu precisa a nível social e também precisa psicológico e também a minha filha, mas eu não tenho tempo de ir à APAV porque eu não conhece a Sede de APAV, e depois eu tenho pouco tempo saio de casa às nove da manhã para trabalhar e só chego a casa à dez da noite.

R – Em relação à Segurança Social já tentou ter algum tipo de Apoio?

E10 – Não, não tenho nada, às vez, às vez mesmo eu senti muita vontade de meter baixa porque sente muitas dores no tornozelo, eu tou com o meu pé inchado, coluna, mas tou, tou mesmo assim não consegue meter baixa porque o dinheiro da baixa é muito pouco para pagar a renda, para pagar a creche da minha filha e depois outro responsabilidade, é por isso que não meto a baixa, mas precisa de apoio principalmente da Segurança Social, precisa mesmo, às vezes eu vejo muitas pessoas que não precisa de apoio de Segurança Social e Segurança Social ajuda. Eu precisa mesmo, se Segurança Social vai a minha casa para ver meu situação, para ver meu situação de prin...principalmente de problema físico que eu tenho, deviam ajudar...

R – Não foi a uma Junta Médica?

E10 – Fui à Junta Médica, a Junta Médica deram um papel para levar à minha médica de família, mas eu sei que vai meter baixa para pagar cento e tal imagina, e eu paga renda, paga luz, paga água, essas coisa, é por isso que não vou meter baixa, mas precisa de muito de Segurança Social também, precisa muito de apoio deles também, mas pronto olha, enfim.

Entrevista 11 – Brasileira, o marido foi assassinado em contexto laboral, regular

R - Quais os motivos que a levaram a imigrar e há quanto tempo se encontra em Portugal?

E11 – Os motivo, o marido queria sair um pouquinho do Brasil, tava um po, um pouco stressado e viemos prá cá passar pouco tempo e já estou cinco anos aqui.

R – Qual era o objectivo de imigrar, trabalhar, passear?

E11 – Passear, também um pouco trabalhar, mas não era aquela neura de ganhar dinheiro não, mas mesmo conhecer outro país e passear.

R – O que é que faziam no Brasil?

E11 – O meu marido tinha um pequeno comércio.

R – Comércio de quê?

E11 – Uma mercearia.

R – E a senhora trabalhava com ele?

E11 – Sim, só trabalhava com ele.

R – Foi difícil tomar a decisão de imigrar?

E11 – Não, foi uma decisão rápida, nem assim em termo de um mês decidiu tudo e viemo para cá.

R – Com é que foi o processo de adaptação, foi difícil, sentiu dificuldades em adaptar-se a Portugal?

E11 – Não foi difícil, mas também a única coisa que eu achei diferente foi chegar aqui e morar com bastante pessoas, em um quarto numa casa com bastante pessoas. Ao contrário, foi fácil, foi gostoso, não estranhei nada.

R – Morava onde no Brasil?

E11 – São Paulo.

R – Veio logo para Lisboa ou foi para outra cidade.

E11 – Vim directo prá Lisboa, aqui nesta região de Arroios mesmo.

R – Conheciam alguém cá em Portugal?

E11 – Eu não, o meu marido tinha o filho de um vizinho lá, entrou em contacto, o único contacto foi esse.

R – Foi ele que vos ajudou a encontrar alojamento, casa e trabalho?

E11 – só alojamento, só a casa, o restante foi nós mesmos.

R - Foi difícil arranjar trabalho?

E11 – Não, quando ele chegou foi mas, começou a trabalhar e eu fiquei um mês sem trabalho depois de um mês estava aqui, arranjei trabalho e foi bem directo.

R – O seu marido aqui trabalha quê, em que área?

E11 – Constru, construção civil.

R – Qual era a função dele?

E11 – Pedreiro.

R - E a senhora trabalha em quê?

E11 – Eu sou encarregada de uma empresa de limpeza.

R – A senhora disse-me há pouco que estudava, estuda há quanto tempo e o quê?

E11 – Entrei agora em 2010 né, 2010/2011 e faço ali na ISCAL Contabilidade.

R – Está a tirar licenciatura?

E11 – Sim, licenciatura.

R – No Brasil tirou o quê?

E11 – Economia (riso).

R – O que é que a levou a pedir apoio à UVIDRE? E como é que soube da existência da UVIDRE/APAV?

E11 – A mim foi a Judiciária que me mandou, me encaminhou para cá. Na altura eu não sabia de nada, tinha necessidade de um psicólogo e me enviaram para cá.

R – E veio até cá por que razão?

E11 – Assassinato, assassinato do meu esposo.

R – Quer-me falar um bocadinho sobre esse assunto, sobre o que se passou, o que é que levou...

E11 – É um pouco difícil, mas eu vou tentar. É, foi um rapaz que foi patrão do meu marido e o meu marido não tinha contrato nem nada e esse rapaz é brasileiro também. Pegou algumas obras, sabia que o meu marido era pedreiro, ele não era pedreiro e pediu ao meu marido para ajudar, o meu marido foi trabalhar para ele. O primeiro mês pagou direitinho, o segundo também e do terceiro em diante já não começou a pagar e falava que tinha que acabar a obra para dar o dinheiro. Nessa altura eu não trabalhava, só o meu esposo trabalhava e o meu esposo com certeza ficava pedido o dinheiro porque precisava de pagar a renda. Só sei que nisso sete funcionários fora o meu esposo, armou uma cilada e matou o meu marido pelas costas (a utente emociona-se), com quatro paulado (pauladas?).

R – Alguma coisa fazia prever que isso acontecesse?

E11 – Não, nem imaginei, jamais eu pensei nisso porque o rapaz, não é rapaz, o senhor ele em casa, chegou a almoçar em casa, jantar em minha casa e em momento nenhum cheguei a pensar uma coisa dessa.

R – Que idade tinha o seu marido?

E11 – Quarenta e sete anos pá quarenta e oito.

R – O seu marido encontrava-se regular ou irregular e a senhora cá em Portugal?

E11 – No momento da morte dele ambos estava ilegal.

R – A senhora e o seu marido.

E11 – (imperceptível)

R – Que tipos de apoio recebeu aqui no UVIDRE?

E11 – Recebi todos os apoio, de...quando cheguei mesmo foi o Dr. V. que me atendeu (o DR. V. é um antigo psicólogo da Unidade, quase na casa dos quarenta e que acabou por sair da mesma por causa de uma nova proposta de trabalho. Vi-o uma vez, durante uns breves minutos quando foi visitar o R. à UVIDRE. Pelo que percebi é cubano e era uma mais valia para a Unidade porque falava russo porque morou na Rússia durante algum tempo.) ele me deu um pouco de dinheiro para a alimentação, que, que eu tinha perdido e apoio, principalmente apoio do psicólogo e também apoio jurídico.

R – Como é que, tem família, amigos, em quem é que se apoiou?

E11 – Sim, não tem ninguém. Era só eu e o meu esposo e até hoje eu estou sozinha. Apoio mesmo foi de... amigos foi pouco, porque eu tenho poucos amigos. Eu sou evangélica, a igreja e (a paz? /pais? imperceptível).

R – Durante quando tempo foi acompanhada pela UAVIDRE ou ainda está a ser acompanhada?

E11 – Olha, começou dia 5 de Maio de 2008, logo na altura que soube da morte do meu esposo. Soube na Sábado, na Segunda já vim, comecei a passar e foi até dia vinte e dois do mês passado (Setembro de 2010), porque agora com a faculdade fica meio difícil. (o que também pode ter precipitado o fim do acompanhamento psicológico foi a saída do Dr. A., psicólogo voluntário que a acompanhava e que saiu porque iniciou a trabalhar na JRS. Uma das lacunas do apoio prestados pela APAV/UAVIDRE é o facto de ser realizado por estagiários, que como o nome indica ainda não finalizaram o curso e que permanecem por um curto espaço de tempo e por voluntários, que normalmente já finalizaram o curso, nunca se sabe quanto tempo ficam porque entretanto podem surgir oportunidades que não sejam compatíveis com o voluntariado. Normalmente o que se pede ao voluntário é no mínimo um período de seis meses quatro horas por semana.)

R – Como é que, que impacto, que impacto teve na sua vida? Que tipo de relação, que tipo de relação teve com o seu marido, que impacto o assassinato do seu marido teve na sua vida e como é que conseguiu, como é que conseguiu reconstruir a sua vida cá em Portugal.

E11 – O impacto, o meu marido tinha uma participação muito grande porque ele, ele foi único, ele era meu amigo, amigo, esposo, companheiro e tinha uma, uma ótima relação foi muito boa, foram quase treze anos, eu fui muito feliz, então para mim foi um choque muito grande o assassinato, acabou eu pensava que eu ia morrer, acho que por isso até a ta..que a Judiciária me enviou prá cá, eu sofri demais, tenho sofrido até hoje, mas de uma forma hoje diferente, mas no começo eu não tinha expectativa de vida nenhuma, conforme os apoios que tive é que me ajudaram a tentar lutar e pra acalmar um bocadinho a dor comecei a trabalhar demais, trabalhava catorze, quinze, dezasseis horas por dia, para tentar aliviar um pouquinho, chegar a casa cansada e dormir e foi isso de segunda a domingo. (imperceptível) (omitiu que foi vítima de violência doméstica por parte do marido)

R – O apoio psicológico que recebe cá na APAV, no UAVIDRE foi fundamental?

E11 – Mais do que fundamental, foi excelente e como é que eu falo, encontrei, para mim foi muito importante, tudo o que eu tava passando acho que sozinha talvez não conseguiria e, foi o acompanhamento que tive, cada passo que me foram ensinado e eu tive mais força prá andar porque senão acho que me tinha enterrado.

R – Foi difícil vir cá à APAV, o que é que sentiu em quanto estava ali na sala de espera?

E11 – Não, não foi difícil porque no primeiro dia em que vim tava, tava em depressão e tinha amigos que vieram comigo e do segundo dia em diante já me sentia à vontade, já foi normal.

R – Como é que foi o primeiro atendimento? Chegou ao gabinete e que perguntas lhe fizeram, sentiu-se confortável, nervosa, o que é que sentiu?

E11 – Eu senti confortável, porque como fala, a própria Judiciária já tinha passado pra um psicólogo e para o Dr. R. a minha situação, pela qual eles me tavam enviando cá e já, já sabiam um pouco e eu acabei de falar o resto, mas me senti confortável porque senti ali um ombro amigo.

R – Como é que a sua família no Brasil reagiu ao que aconteceu? Como é que a apoiaram? A senhora tem filhos?

E11 – Não tenho filhos e a minha família me apoia até hoje muito, fala com eles diariamente pela Internet e todo o final de semana pelo telefone e eles têm-me ajudado muito, muito mesmo. Acho que mesmo estado longe, só de ouvir a voz e ouvir o carinho e o amor deles e os conselhos tem-me ajudado bastante.

R – Pensou em regressar ao, ao Brasil?

E11 – Não, nem um momento por causa que enterrei meu marido cá e não queria deixar ele sozinho.

R – sente que uma porta, que a porta está aberta na UVIDRE cada vez eu precisar?

E11- Com certeza, eu parei na altura com o DR. V quando ele mudou, eu parei uns dois meses, a não tava muito bem, liguei, tornei de novo e estou muito bem com Dr. A e tenho certeza que precisar, eu tenho a certeza que estão as portas aberta e venho com maior, com certeza, com o maior prazer.

R – Ainda está a ser apoiada cá ou noutra local?

E11 – Não, o único lugar que eu vinha nessa, nessa minha fase só foi aqui na APAV, não fui noutros lugares não, mas pela faculdade, é tudo diferente agora e testes e tanta coisa, eu dei um pouquinho de tempo, mas se precisar com certeza eu volto.

R – Que mudanças trouxe à sua vida este apoio, o que e que sentiu?

E11 – Olha, eu senti muita coisa, tudo de bom, foi, como fala, assim um momento me sentia sozinha, sentia que tinha amigos, sentia que alguém me ouvia, porque a coisa mais difícil, quando tinha meu marido, era eu e ele e, ele sempre me ouvia e não tinha mais ninguém para me ouvir e toda a vez que eu tava aqui, eles me ouviam, me aconselhavam, cada vez que tava em dúvida eles me davam né, ideias e aquilo me ajudava a andar prá frente, então eu só tenho que agradecer.

R – Sempre quis voltar a estudar ou a faculdade é um escape para...por causa do sofrimento.

E11 – Não, voltar a estudar eu sempre quis sim, mas também pode ser um pouco um escape, mas eu sempre quis estudar, sempre gostei de estudar e tentei, mas antes eu tinha parado tudo nem, quando o meu marido tava vivo eu não pensava nisso mas depois da morte dele, acho que pra tentar mostrar que ainda estou viva, alguma coisa em mim, para tentar erguer um pouquinho, eu tinha que fazer alguma coisa diferente ai, mas acho que foi um pouquinho de escape, não totalmente só a vontade, mas também o escape de, como falar, de ter alguma coisa diferente na vida.

R - O que é que aconteceu ao agressor do seu marido, ao assassino?

E11 – Ele está preso, ele pegou vinte anos e seis meses de setença.

R – Deixou-a satisfeita?

E11 – Em certo ponto sim né, por causa na altura do julgamento, na leitura da sentença a maioria dos casos pegava catorze, doze mesmo sendo homicídio qualificado como o do meu esposo e quando o juiz leu, até o meu próprio advogada falava, comentava ali, por ali que ia ser dezassete anos e quando leu o Juiz vinte anos e seis meses me deu um pouco de alívio. Mas o quê mais, ia fazer o quê? Mas já está bom.

R – Chegou a falar com ele ou vê-lo?

E11 – Falar não, eu só vi ele no Tribunal que eu estava como assistente, só que eu sentei de costa prá não olhar para a cara, eu não aguentava e toda a vez eu ia dar depoimento o Juiz pedia para sair da sal...sessão.

R – Houve algum episódio que a tivesse marcado mais em todo este processo, ter descoberto, ter recebido a noticia, o julgamento, o apoio? Algum episódio que, que me queira contar, que a marcasse.

E11 – Acho que o que mais me marcou, que ainda está marcado assim é a morte do meu esposo, a forma brutal que foi, sei que a Judiciária eu tenho que só agradecer a eles, eles foram de muito bom para mim e me deram tanto apoio e, até no Tribunal eles iam falar comigo, explicar e os perito também, falar em relação à morte do meu marido que, para eu ficar um pouco em paz, que ele não tinha sofrido muito, que na primeira pancada ele já tinha perdido os sentido, mas a brutalidade de saber, de ler o processo que o Tribunal mandou prá mim e saber que foi uma morte tão fria, pelas costas, sem o meu marido saber que foi morto foi muito duro para mim. Então até hoje, muitas vezes quando eu ando, vejo algumas pessoas que o meu marido conhecia, eu passo em lugares em que nós andávamos juntos, eu fico lembrando dele e também me lembrando do último dia que até, que levei ele até ao metro pra

ir trabalhar e, para mim foi difícil, foi difícil saber que coitado foi tão inocente, não saber que uma hora, duas horas depois estava morto.

R – Como é que tenta melhorar o seu dia-a-dia, como trabalhou a perda do seu marido?

E11 – Olha, primeira coisa é acreditando em Deus, o segundo sabendo que não tem mais volta né, que ele não volta e, mas eu amo ele demais, tenho sofrido muito, (a utente emociona-se) mas eu tento, tou tentando erguer, trabalhando uma forma de começar, comecei, é por isso que eu falo que o apoio psicológico é muito bom porque senão já me tinha enterrado, porque como eu já tive a Síndrome do Pânico eu tava morrendo de medo entrar nessa fase e trabalhando, trabalhando, trabalhando, trabalhando, no momento nem pensava em ganhar dinheiro, pensava em gastar o tempo.

R – Como é que foi o processo de perda do seu marido, que impacto teve na sua vida, que mudanças lhe trouxe e como é que conseguiu reagir e recuperar a sua vida, a sua qualidade de vida?

E11 – O impacto foi muito grande né, em todo o sentido, que eu falava nem num momento acreditava, achava ia morrer antes do meu esposo e quanto tudo esse aconteceu para mim foi um choque e o choque maior não foi de não vê-lo né, tudo bem que naquele momento estava em estado de choque nem sabia direito o que estava acontecendo comigo, mas ninguém autorizava eu ver pela minha estrutura, eles viam o estado em que eu estava, meia confusa e ninguém deixou eu vê-lo, (o facto de não ver o cadáver no enterro, porque o caixão estava fechado fez com que não se despedisse, é como se fosse possível não ser o marido) só vi algumas fotos para reconhecer o corpo, mas do pescoço para baixo porque o assassino destruiu foi a cabeça dele, Eles lá, que não havia condição porque estava irreconhecível e então isso foi difícil para mim. Fui ao cemitério vi lá um corpo, um caixão, não vi o meu esposo, então aquilo lá foi, é uma situação até hoje e mais difícil na altura ficou muito marcado, eu chorei de mais porque nem roupa pôde, separei a roupa para pôr nele, eles falaram que não podia porque ele estava dentro de um saco preto e não podia colocar roupa. Podia sim, colocar roupa em cima daquele saco, mas não vestido nele então isso também foi difícil prá mim. E como falar, o processo todo, eu tou tentando, quando eu paro e penso eu ainda choro muito, sofro ainda bastante, mas eu estou tentando ser forte, é isso.

R – A senhora falou-me que começou a ter ataques de pânico, pode contar-me sobre isso?

E11 – Não, mas vou contar que não foi aqui, vou contar que foi durante a minha juventude, eu sofri quinze anos de Síndrome do Pânico, tinha medo da morte, tudo o que era

relacionado com a morte e eu tinha medo. Sonhava com morte, via caixão e velório, não passava perto do cemitério e tudo, isso me dava pânico. E quando me dava, dava taquicardia e mais coisa e foi uma fase difícil da minha vida e eu consegui sair dessa fase quando casei com o meu esposo, casei já com vinte e cinco anos pá vinte seis e comecei, ainda com ele ainda fiquei uns dois, dois anos ainda com Síndrome e depois graças a Deus me consegui libertar disso e com a morte dele fiquei com medo porque nessa altura quando eu tinha Síndrome do Pânico eu tinha perdido a minha mãe né, bem na altura e ai piorou mais a minha fase, ai me lembrei tudo o que eu passei com a minha mãe, da morte dela, fiquei com a morte do meu esposo, a APAV me ajudou muito e como falar, eu tentei, mas graças a Deus que, alguns momento fiquei bem deprimida e não tinha vontade de comer, não tinha vontade de tomar banho nem nada é, conversando e saindo, pelos conselhos que eu tive, levantava a minha cabeça, ia trabalhar, não tinha obrigação de ir trabalhar, mas eu tentava sair graças a Deus sair dessa fase e para provar que tudo isso saiu da minha vida graças a Deus, eu hoje lido melhor com a morte, não que eu goste dela, mas eu consigo encarar de um forma diferente. Este final de semana faleceu minha patroa, tinha noventa e cinco anos e os momentos antes de ela entrar na fase de, de óbito, a família falou que se eu quisesse pela fase eles conheciam que eu tinha passado que eu podia sair do quarto e, ir embora até se eu quisesse prá mim não sofrer, porque eles estavam preocupados comigo, mas eu disse não, eu tenho que superar esta fase. Eu fiquei, vi a morte dela, ajudei a troca-la, fui ao cemitério então, isso para mim é uma superação.

R – Teve ajuda de algum especialista para ultrapassar os ataques de pânico na sua adolescência e no início quando esteve casada?

E11 – Tive sim, um pouco sim. Tive, ai...tive duas ajudas, dois tipos de ajuda, quer dizer dois, duas pessoas, sim. Conversei com um doutor né, tinha um doutor no Brasil e também o pastor da minha Igreja me ajudou muito.

R – Falaram sobre o motivo que fez com que tenha ataques de pânico, na sua adolescência? Havia algum motivo?

E11 – Acho que sim, porque quando nós éramos pequena eu e a minha irmã mais velha, a gente tinha medo de ficar, a minha mãe era muito doente, ficava doente e a gente achava que ela ia morrer. Então nessa fase eu tinha sete anos e comecei a lidar com essa fase da minha mãe achando que ela ia morrer, então aquilo em sete anos, vendo a mãe doente, muito doente, mas daqui a pouco a minha mãe recuperava, voltava ao normal, mas eu tinha medo de lhe dar um troce nós criança e ficava em cima da mãe, você não vai morrer, você não vai morrer, então na minha adolescência a minha mãe muitas vezes foi para no, no UTI numa

fase difícil e a gente tinha, não sei, comecei a lidar com essa fase e já vem de um histórico de família, que a minha mãe também já teve e a minha irmã teve, tem até hoje Síndrome do Pânico, acho que é um pouco hereditário e um pouco também a fase pela qual (imperceptível) família.

Entrevista 12 – São-tomense, vítima de violência doméstica, regular.

R - Quais os motivos que a levaram a imigrar?

E12- Ai, meu Deus, (esboçou um sorriso) primeiro porque conheci o meu actual marido (das utentes que entrevistei que sofreram violência doméstica é a única que ainda está com o agressor) em São Tomé, ele estava lá de férias, ele vive cá em Portugal, ele é português.

R – É português.

E12 - Sim. Então, ficamos juntos, vim cá, vim cá, vim cá viver e também para fazer o meu curso que em São Tomé não, quando estava em São Tomé não tínhamos ainda uma Universidade, já tinha acabado o 12º ano então...

R – Concorreu para a Universidade.

E12 – Sim.

R – Para que curso?

E12 – Estou agora a fazer Gestão Bancária, mas na privada, não consegui entrar na pública.

R - Há quanto tempo se encontra em Portugal?

E12 – Há quatro anos.

R – Como é que foi o processo de adaptação, sentiu dificuldades?

E12 – Não, nem por isso, não.

R – Também não foi difícil decidir imigrar?

E12 – Foi um bocadinho, deixar a família não é, deixar a família porque eu sou muito apegada à minha mãe principalmente, foi um bocadinho difícil, mas pronto.

R – Costuma ir a São Tomé?

E12 – Sou fui uma vez, desde que estou cá só fui uma vez, foi agora em Março.

R O que é que a levou a pedir apoio à UVIDRE?

E12 – À APAV (foi a UVIDRE que a acompanhou porém a maioria das pessoas não distingue a APAV da UVIDRE e porque também é mais fácil fixar APAV ou o nome do técnico).

R – Á APAV.

E12 – Porque eu sou (riso nervoso) vítima de violência doméstica.

R – Por parte do seu...companheiro.

E12 – Sim.

R – Quer me falar um bocadinho sobre...

E12 – Sobre...

R – Como tomou a decisão de pedir ajuda.

E12 – De pedir ajuda...é assim, desde que cheguei cá a Portugal que as coisas têm acontec, acontecer, acontecido e pois a última vez que ele me bateu foi a três meses atrás e a irmã dele estava presente. Então ela deu-me força e não sei quantos e depois mostrou-me a associação que eu não tinha conhecimento, ela mostrou-me o site, então eu liguei prá qui, mandaram-me vir cá para uma entrevista (suponho que para um atendimento presencial) e...

R - Que tipos de apoio recebeu cá na APAV, na UVIDRE?

E12 – Eu fui, eu, seu colega, seu colega fez-me uma entrevista para saber qual era a situação, mostrou-me as opções que eu tinha e depois me encaminhou para a Dr.^a J. e tenho agora apoio psicológico.

R – Que benefícios lhe trouxe este apoio?

E12 – (Suspirou) Consegui conhecer quais são os meus direitos não é, em relação, por ser, por ser imigrante, por ser vítima e também ajudou ter um apoio, conversar e, é bom conversar porque há certas coisas que não se consegue, não conseguimos falar nem com a família nem com amigos não é, que é melhor falar com uma pessoa.

R – Há quanto tempo está a ser apoiada pela APAV?

E12 – Ah...acho que há um mês, quase dois meses.

R – Como é que construiu o seu plano de segurança pessoal para quebrar o ciclo de violência? Ainda está com o seu companheiro, marido.

E12 – Sim, sim, sim.

R – Como é que evita as situações de vitimação, de violência, como é que consegue escapar, como é que construiu esse plano?

E12 – É assim, ele é uma pessoa que como eu digo se calhar é bipolar, uma hora está muito calmo e no momento a seguir tá mais, mais, mais violento. Então o que é que eu posso, o que é que eu faço cada vez que ele começa assim, porque ele não começa logo a bater, começa a procurar discussões, então digo assim, estás muito, estás muito stressado e quando, quando estiveres mais calmo a gente volta a conversar, mas como duas pessoas adultas, conversar, não é discutir. Ou quando ele está assim mais coiso, mais, mais irritado, saio de casa, vou ter com as minhas amigas, quando volto está mais calmo a gente conversa. Depois

que eu fiz a queixa, porque eu cheguei a queixa dele, e agora ele anda mais calmo, desde que eu fiz a queixa.

R – Mas foi retirar a queixa?

E12- Fui lá retirar a queixa e disseram-me que não era possível, porque quando for, quando for agora o Tribunal, se eu quiser lá é que eu digo que não quero...

R – Ele sabe que está a ser apoiada pela APAV?

E12 – Sabe, sabe, ele sabe e apoia.

R – Qual foi a reacção dele?

E12 – Apoia, apoia e apoio isso e diz que também quer, também quer procurar ajuda e que ele acha que, que, ele tem qualquer problema porque ele se descontrola sem razão nenhuma e faz-me perguntas de como é, como é uma sessão porque ele também quer procurar ajuda.

R – Então, este acompanhamento que impacto está a ter na sua vida?

E12 – Teve um impacto positivo, ajuda-me a conversar porque há coisas que eu, que eu, como a Dr.^a disse estavam mal resolvidas na minha vida que eu nem sabia, que são coisas que eu, que eu era criança e que eu hoje falo e ainda choro dessa situação que já é passado porque eu não sabia não é, como a Dr.^a diz arrumar as coisas do passado, ser positivo (risos).

Entrevista 12: (Segunda entrevista consistiu quase nas mesmas perguntas base, mas com o objectivo de aprofundar um pouco mais as perguntas)

R – Quais os motivos que a levaram a imigrar e há quanto tempo se encontra em Portugal.

E12 – (Riso) Tou em Portugal há três anos e vim cá prá estudar, prá estudar e também por causa da, do meu não é, do meu companheiro que é português.

R – O que é que estuda?

E12 – Gestão bancária, licenciatura.

R – Como é que conheceu o seu companheiro?

E12 – Ah, conheci em São Tomé, os pais viviam em São Tomé, tavam a trabalhar e quando ele foi lá de férias, sim, conhecemo-nos.

R – Como é que foi o processo de adaptação, sentiu dificuldades? Foi difícil vir para Portugal mesmo tendo vindo com o objectivo de estudar?

E12 – Sim, foi um bocadinho difícil por causa de ter não é, ter deixado a família, os meus pais, mas não, não foi muito difícil adaptar visto ser a mesma língua e mesmas comidas, mesmos hábitos portanto não fez muita confusão (Risos).

R – O que é que a sua família achou de, de imigrar?

E12 - O que é que achou, a resposta pode ser longa não é? Ok. (Risos) É assim, os meus pais sempre, prontos tinham que aceitar porque São Tomé não temos uma Universidade, que eu já tinha, já tinha acabado o 12ºano e é hábito quando se acaba o 12ºano sair de São Tomé para estudar porque não temos uma Universidade. A minha mãe sempre, sempre me apoiou, apoiou em tudo, mas o meu pai não achou muita piada porque quando vim cá para Portugal vim logo morar com o meu companheiro e o meu pai não achou muita piada, é aquela mentalidade não é antiga, que eu tenho que casar e sou muita novinha, essas coisas todas, mas fora isso aceitaram, aceitaram bem.

R – Nunca se sentiu discriminada nem na faculdade, no quotidiano?

E12 – Discriminação não, o que acontece, mas acho que nem, nem, nem levo a mal é os meus colegas do trabalho e da Universidade gozarem com o meu sotaque, mas fora isso não, nunca sofri nenhuma discriminação.

R – O que a levou a pedir apoio à UAVIDRE? Como é que soube da existência da Unidade de Apoio à Vítima Imigrante?

E12 – Soube através da minha cunhada, foi ela que me mostrou o site. Eu entrei no site, vi o número de telefone e liguei. Liguei porque fui vítima de violência doméstica do meu, do meu marido.

R – Ele dava sinais no tempo de namoro?

E12 – Sinais de violência não, a única coisa que ele mostrava é que era muito possessivo, muito ciumento, mas fora isso ser violento não, sempre foi uma pessoa super calma e até quando conto às pessoas que já passei por isto, acham muito estranho porque ele é uma pessoa muito calma, está sempre bem-disposta, nun...durante o namoro nunca me mostrou nada de violência, mas sei que era muito possessivo, muito ciumento, controlava um bocadinho, mas fora isso nada.

R – Como é que reagiu na primeira vez, estava já à espera?

E12 – Não, a primeira vez não estava nada à espera. Reagi mal, é assim a primeira vez não foi, não foi assim muito, ele não foi muito violento, o que é que ele fez foi ter-me empurrado pra parede, ter, ter não é, ter-me pegado no braço com força e não sei quê. Sim, fez-me confusão não é, como é que uma pessoa supostamente tão calma se passou assim não é, mudou tanto de coiso, mudou tanto de personalidade.

R – Mudou a sua perspectiva sobre violência doméstica, antes, durante e depois das agressões do seu, do seu companheiro?

E12 – Ah...Pois, mudou porque nós temos sempre aquela ideia que estas coisas só acontecem aos outros, vimos na novela, vimos nos filmes, na hora em que vimos na televisão

uma pessoa nunca imagina que uma pessoa que supostamente a gente ama que pode fazer isso. Sim, mudou, mudou porque isso pode acontecer a qualquer pessoa e, e muitas das vezes as vítimas não falam para mostrarem aquela ideia que pronto, uma pessoa tem uma relação saudável, mas no fundo nunca sabe o que acontece. E convém estarmos sempre atentos aos sinais não é, das nossas amigas, familiares porque se calhar são vítimas e a gente não sabe, se calhar até tem os sinais e a gente não percebe.

R - A sua família soube da situação que estava a viver, como é que a sua família reagiu?

E12 - A minha família só sobe passado dois anos, foi quando sai de casa, que nós estivemos separados quatro meses. Eu antes não contei a ninguém mas só que prontos, da minha família não contei em ninguém não é, só, só contei a duas amigas, duas amigas é que sabiam. A minha família só soube, reagiu mal como aquela história que não estava à espera visto que achavam que o conhecia, sim reagiram mal, a minha mãe não é, mãe não é (Riso nervoso). Foi um bocadinho, foi, foi um choque, foi um choque para todos, mas depois ele lá conseguiu com o seu jeitinho, conseguiu tentar, tentar convencer que a minha família que ia mudar, que isto não ia voltar a acontecer e tentava e, dar-lhe uma segunda oportunidade como eu também não é e voltou a acontecer, foi quando eu fiz a queixa.

R - A quem recorreu quando saiu de casa?

E12 - Ah...primeiro quem me ajudou a sair de casa foi um casal amigo dele e depois na altura eu ainda não tinha emprego, tinha a Universidade, não tinha como pagar o quarto, estava num quarto alugado, então uma das minhas melhores amigas, aquela que já sabia ofereceu-me a casa, sim fiquei uns quatro meses a viver com ela, depois voltei para casa.

R - Foi difícil recorrer à APAV, o que é que sentiu quando estava ali na sala de atendimento prestes a rea... (Risos)

E12 - (Risos) Ah, foi um bocadinho difícil assim, senti vergonha não é, uma coisa já é difícil, é muito difícil a gente contar à família e amigos e é pior ainda contar a uma pessoa que a gente não conhece não é, sim foi um bocadinho difícil, senti vergonha, medo, foi isso.

R - E o atendimento, como é que foi, o que é que lhe perguntaram? Sentiu-se confortável, continuou envergonhada?

E12 - Não, eu senti-me confortável, também estava com uma amiga. Ela, ela me acompanhou no atendimento. Sim, eu gostei, estava à espera de, que fosse uma, uma mulher a fazer-me, a fazer o atendimento, mas foi o seu colega (refere-se ao R. C.). Sim, senti-me confortável, tipo fez-me, fez-me as perguntas normais, senti-me confortável porque e já estava

a chegar a um ponto que também precisava de, tipo um stop, portanto, mesmo que fizesse qualquer pergunta (riso subtil) eu respondia sem problemas.

R – Mas foi difícil por ser um homem, fez-lhe diferença abrir-se, falar sobre esse assunto com um homem?

E12 – Sim, foi um bocadinho difícil porque...é assim uma pessoa, quando uma mulher é vítima de violência doméstica fica sempre aquela coisa, pensa se calhar um homem não vai (a utente emocionou-se e iniciou a chorar), desculpa... (demorou alguns momentos a recompor-se) desculpa...

R – Está à vontade.

E12 – Sim, (Riso) foi um bocadinho difícil porque quando uma pessoa é vítima de violência doméstica fica a pensar, os homens vão sempre, vão sempre escolher pra os homens, acharem que se calhar não vai ser tão compreensivo como uma mulher. Pá, isto já me passou, já me passou, mas antes eu achava, eu tinha raiva de todos os homens, achava que eram todos iguais. Sim, fez-me um bocadinho confusão ter que, ter que desabafar com um homem e estava a pensar se calhar outra pessoa não me vai perceber tanto como uma mulher, mas não o seu colega foi espectacular (Risos).

R – Que tipos de apoio recebeu na UVIDRE e que benefícios este apoio lhe trouxe?

E12 – (Risos) Tive o apoio psicológico e também o seu colega também me mostrou as minhas várias opções que eu tinha, da, da parte jurídica não sei se é assim, se é a parte mais, se é a palavra mais certa. Sim, só foi isso.

R – Sentiu que lhe trouxe benefícios? (Riso)

E12 – (Riso) Sim, trouxe, claro, deu pa, deu pa eu, ficou bem claro quais eram os meus direitos, e que isso foi da parte jurídica saber quais são os meus direitos, quais são as opções que eu tinha e da parte psicológica tem ajudado imenso porque, porque antes das consultas, sempre tinha aquela, sempre tive aquele pensamento que se calhar a culpa era minha, porque para além de violência física o que ele fazia era violência psicológica. Sim, ajudou.

R – Como é que construiu o seu plano de segurança pessoal para quebrar o ciclo de violência?

E12 – É assim, a primeira coisa que eu, a primeira coisa que eu fiz depois da última vez que ele me bateu foi sair de casa, ter passado uns dias com a minha prima, depois disso fiz a queixa, e no entanto voltei para casa porque supostamente ele estava mais calmo e, então, depois disso sempre que, que eu vejo que ele está mais nervoso ou irritado ou pego nas minhas coisinhas saio de casa, vou dar uma volta ou digo tas, tás agora, tas assim alterado a

gente volta a falar quando estiveres mais calmo, basicamente isso, basicamente não dar, tentar não, não prolongar uma discussão quando está alterado porque... não é, porque depois acaba, pode acabar na violência. O que eu tenho feito é, não conversar quando está irritado e...

R – O que é que ele faz?

E12 – Ele tá, ele trabalha e estuda. Está agora a fazer uma licenciatura e também trabalha numa empresa de informática.

R – Que idade e estuda o quê?

E12 - Ele?

R – Sim.

E12 – Tem vinte e sete anos e está a fazer Gestão de Sistemas de Informação.

R – É difícil viver com ele a maior parte do tempo?

E12 – É, é difícil porque, porque nunca mostrou, não mostra que é vítima, nunca pensou que ia passar as coisas que já passou e fica sempre com medo que será que vai voltar a acontecer, uma pessoa nunca, nunca se sente confortável não é, nunca saber quando é que se vai passar, quando é que vai acontecer e cada vez que, prontos cada vez que olho para ele sempre, no caso é o que me vem à cabeça dessas, dessas alturas menos boas.

R – O acompanhamento que recebeu dos técnicos da UAVIDRE foi fundamental para sair da situação de vitimação ou acho que com o tempo, sozinha, com o apoio familiar e a rede de amigos conseguia, conseguia libertar-se?

E12 – Sem sombra de dúvidas foi mesmo a ajuda da APAV, sem sombra de dúvida porque, (imperceptível) como diz a minha psicóloga, desde que entrei aqui não me sinto sozinha não é, tem, deu-me força porque eu vi que não estava sozinha, que eu tinha apoios, tinha os meus direitos e que não era vítima não é, acima de tudo, quer dizer não era vítima, não era culpada (Risos) que vítima eu sou, não é!

R – Durante quanto tempo está, aí durante foi acompanhada pela UAVIDRE, há quanto tempo?

E12 – Estou a ser acompanhada há... acho eu há quatro meses, quatro meses.

R – E quais são as maiores mudanças que nota na sua vida desde que está a ser acompanhada?

E12 – A diferença é que hoje em dia já consigo falar sobre isso porque antigamente tinha aquele receio, tinha vergonha e tava muito magoada (riso nervoso) chorava e coiso. Hoje em dia já consigo falar melhor sobre isso, não tão bem como eu esperava não é, ainda magoa muito que as coisas são muito recentes, sim, pelo menos hoje em dia já consigo falar melhor sobre isso.

R - Como era a sua vida em São Tomé? A cidade onde mora? Como descreve a sua família?

E12 – Como era a minha vida, era boa, eu era feliz não é, estava ali, estava ali ao pé dos meus pais, sempre fui a filha mais mimada. (Risos) É assim, a vida, a vida era diferente, porque como é um mundo pequeno, a gente conhece todo o mundo não é, somos todos primos uns dos outros. (Risos/ suspiro) Como é que era, nós éramos, somos uma família um bocadinho numerosa, somos quatro, quatro, quatro filhos não são, mais os meus pais, éramos seis em casa. Era bom, éramos unidos, éramos felizes (Risos) e mais, isso. Não sei se quer saber mais alguma coisa?

R – E a família, a família do seu companheiro conheceu? Que relação mantém com eles?

E12 – Eu conheci os pais, a família, a família, os pais mais a irmão conheci em São Tomé porque, porque os pais estavam a trabalhar em São Tomé. No princípio não aceitaram muito a relação porque supostamente estava só com ele por interesse e não apoiavam muito a minha relação com ele, mas depois com o tempo não é, foi convivendo, a gente foi convivendo mais, foram conhecendo mais e hoje em dia dizem que eu sou a filha querida, espero que seja verdadeiro não é (um leve gargalhada).

R – Como é que a família do seu companheiro reagiu ao facto de ele a agredir? Eles souberam? Por quem?

E12 – Eles souberam por mim que, uma das vezes, uma, uma vez que aconteceu eu liguei para o pai a, a falar sobre isso, o pai, o pai ficou não é, também ficou em choque porque, os pais sempre souberam que ele era uma pessoa violenta, que eu nunca, que eu não sabia durante no namoro, mas ele supostamente sempre foi uma pessoa muito, muito fechada e também foi, violenta não é. Às vezes quando se irritava era um bocadinho assim violento, sim, mas só que os pais não estavam à espera porque supostamente nós éramos um casal tão feliz, que a gente se amava muito, que eu nunca, nunca não é, tava à espera que ele fizesse isso comigo. Depois o pai, o pai conversou com ele e as coisas todas e quase, supostamente achava, achei que o pai conversar com ele que as coisas iam mudar só que ele voltou, voltou me a bater, fiz a queixa e depois os pais ficaram contra mim. Que, depois disseram que o filho era um coitado, como é que as coisas chegaram a este ponto, como é que eu pude fazer a queixa dele e tavam contra, mas só que depois nós conversamos e não sei quê, ele mesmo contou ao que ele, ele se tinha descontrolado, que as coisas ficaram pior que nas outras vezes, os pais acabaram por, acabaram por não é, entender e nós voltamos a falar e supostamente as coisas ficaram bem e tentamos passar todos uma pedra por cima e começar tudo de novo.

R – Sentiu então apoio tanto da sua família como da família do seu companheiro durante...

E12 – (Risos) Da minha família sem dúvida, sempre tive o apoio a cem por cento da minha família, da parte dele nem tanto, nem por isso, estavam mais a apoia-lo, é filho não é. Não, da família dele por acaso não, muito pouco apoio.

R – Que impacto teve em si esta falta de apoio?

E12 – Não me fez, não fez muita diferença porque eu sempre soube que acontec...acontecesse não é, entre nós os dois os pais iam sempre, iam sempre estar no lado dele porque, ah...como sempre, como tudo, durante, durante a nossa relação toda, de ver isso, sempre que acontecesse qualquer coisa os pais iam tar, iam tar sempre do lado dele. Eu não estranhei tanto o comportamento porque eu sabia que isso iria acontecer, que eles, que eles, eles iam sempre apoia-lo, também não me fez muita diferença porque eu tava, tinha o apoio a cem por cento da minha família, dos meus amigos, colegas de trabalho portanto não me fez muita confusão.

R- Os seus pais trabalham em quê?

E12 – O meu pai é engenheiro de construção civil e a minha mãe é técnica de farmácia.

R – E do seu companheiro?

E12 – O que ele faz?

R – Não os pais do seu companheiro?

E12 – Ah, a mãe agora está desempregado, foi secretária e o pai é gestor bancário.

R - Alguma vez pensou deixar o seu companheiro de vez?

E12 – Isso penso todos os dias, (Risos) claro, claro que eu penso nisso, uma pessoa depois cansa não é, e também estar a viver com esse sentimento, que a outra pessoa pode sempre, que as coisas todas podem voltar a acontecer, não é saudável. Sim, penso. Por enquanto, por enquanto ainda, por enquanto, ainda gosto dele, mas no futuro não vejo fazer, construir a minha vida mesmo, criar uma família com ele porque uma coisa é agressão a mim, mas eu também tenho que pensar, se eu tiver filhos não é, uma pessoa sempre pensa nisso. Será, será que também vai acontecer com os filhos? (A utente emocionou-se).

R – Sente que a porta da associação está aberta para qualquer eventualidade, sempre que precisar?

E12 – Sim, sim, isso, isso sem sombra de dúvida.

R – Quais são os seus planos para o futuro?

E12 – (pequena gargalhada) Eh, são tantos. Planos para o futuro, acabar o curso, fazer um mestrado, criar uma carreira, ter uma casa minha, viajar, viajar.

R – Quer regressar a São Tomé ou quer adoptar Portugal?

E12 – (Risos) Por enquanto não, mas os planos que eu tenho e, os planos que e tenho só dá no território português, que é acabar o curso e ter uma carreira, mas quem sabe daqui a uns anos encontrar se encontrar uma boa proposta de trabalho porque não.

R – Quer-me me contar assim um episódio que a tenha marcado, que mais a tenha marcado com o seu companheiro?

E12 – Bom ou mal ou indiferente? Foi o nosso casamento se calhar, nós sempre tivemos prontos pra casar desde o princípio, só que as coisas, mas nós apressamos mais as coisas porque eu tava, tava aqui ilegal, vim para Portugal com, com um visto de férias. Estava ilegal ainda não estava na Universidade e a única opção que tínhamos em mão era casar (Risos). Naquela altura ele já me batia e aquele dia foi mesmo um misto de emoções, foi a alegria de casar não é, que a gente sonha não é e também aquela mistura de, será que é a pessoa certa, será que eu deveria casar não é, depois de tudo o que aconteceu. Eu, o meu casamento foi, foi uma lágrima de tristeza e alegria ao mesmo tempo. (A utente emociona-se e inicia a chorar) Obrigada. (passei-lhe os lenços que estão sempre presentes nos gabinetes e atendimento caso as utentes se emocionem a relatar determinadas situações) Desculpa.

R – Tá à vontade. E negativo?

E12 – (suspiro leve) Negativo, foi, foi a primeira vez que ele me bateu.

R – Foi uma desilusão?

E12 – Foi, foi, foi mesmo, como se diz foi uma faca, facada no peito não é, que eu não tava, que eu não tava à espera, foi, foi a situação mais triste.

R – Ele justificava as agressões? É porque tinha um dia mau e descarregava em cima de si ou punha a culpa sempre em cima de si. Que justificação ele dava para a tais actos.

E12 – De todas as vezes que me bateu ele justificava, todas as vezes ele dava um justificação, quer dizer dava sempre justificação que era sempre a mesma justificação que era que eu, que eu quando o via alterado em vez de, de não dar-lhe, não dar-lhe tanto, como posso dizer, que ele dizia que sempre que eu via-o alterado e eu vez de parar ainda continuava a discussão, que eu tava sempre, eu tava sempre irritada, eu criava um mau ambiente em casa, que eu todos os dias lhe agredia psicologicamente, que eu por estar ilegal, por não estar a trabalhar, eu tornei-me uma pessoa muito infeliz, descarregava a raiva em cima dele e que ele, ele, ele aturava esses meus comportamentos dias e dias e que chegava um dia em que se

passava. Que eu era muito ingrata, que ele fazia tudo por mim e eu sempre me queixava, sim, basicamente era sempre isso, que a culpa era sempre minha (acabou a cassete).

R – Estávamos a falar se o seu companheiro justificava as agressões.

E12 - Dizia que eu sempre que eu que começava, começa as discussões e que eu entre aspas picava-o não é, sim, nunca, das vezes todas que aconteceu ele nunca disse que a culpa era dele, que ele se tinha descontrolado e que se tinha... não é, que se descontrolou e que se excedeu não é, o comportamento dele nunca, era sempre a culpa minha.

R – Quando se casou, quando veio para Portugal e ainda estava irregular a senhora era economicamente dependente do seu, do seu marido ou tinha ajuda dos seus pais.

E12 – Os meus pais ajudavam, não sempre não é, mas sim, basicamente quem pagava as coisas todas era ele, as coisas em casa e quando precisava de alguma coisa era ele que pagava as coisas.

R – Ele aproveitava-se disso para controla-la?

E12 – Era, (riso subtil) pois, sempre que, o exemplo era, o exemplo mais, mais, mais claro era quando precisava de ir, de ir para pagar o passe ou carregar o telemóvel se nós estivéssemos chateados ele não pagava não fazia, não me pagava o telefone, não pagava nada e se eu fizesse mais chamadas, se eu gastar, porque ele pagava o saldo para o mês e se eu gastasse antes disso, ele dizia que eu não é, que eu tava, tava a gastar muito e coisas desse género.

R – Esse período durou quando tempo?

E12 – Isso foi até, até começar a trabalhar. Ah, não, foi bem antes porque eu antes de começar a trabalhar, eu antes de começar a trabalhar vendia, vendia produtos por catálogo da Yves Rocher, então sempre dava para ter um dinheirinho também não é, eu como dava muitas despesas não tava a estudar, não tava a trabalhar, estava quase sempre em casa, o dinheiro acabava, o dinheiro, o dinheiro que eu, que eu lucrava com as vendas dava para pagar o passe, dava para pagar o telefone e já dava para ter uma posição mais independente e fez-lhe muita confusão, ele no princípio não me apoiou, pôs muitos obstáculos, inventou histórias, que as coisas não iam funcionar e não sei quê, que eu ia-me meter numa, numa confusão porque eu já ouvi histórias de pessoas que vendiam, vendiam por catálogo e não sei quantos. No início não me apoiou porque eu estava, já estava mais independente.

R – Foi difícil encontrar trabalho? Só conseguiu arranjar trabalho quando já estava regularizada? Trabalha em quê?

E12 – Pois, eu antes de ter a documentação estava à procura de emprego, mas não consegui nada porque supostamente na Lei não se pode empregar uma pessoa ilegal, mas

quando recebi a residência passado dois meses, consegui, consegui arranjar emprego. Trabalho, trabalho numa loja de roupa num C. C.

Entrevista 13 – Cabo-verdiana, vítima de violência doméstica, regular.

R - Quais os motivos que a levaram a imigrar e há quanto tempo se encontra em Portugal?

E13 – Bom, sempre, sempre tive o sonho de viajar, mas o motivo mesmo que me trouxe aqui a Portugal é que a minha relação, tem a ver com o meu companheiro não era casada, mas vivia com um companheiro de facto com quem tenho um filho, só que eu era vítima de violência doméstica, ele espancava-me muito, espancava-me grávida, depois de o bebé nascer também espancou-me várias vezes e fomos perdendo o respeito um pelo outro e foi uma das razões mais fortes que me fez voltar, a vir aqui.

R – Então, a senhora veio com o seu companheiro ou foi para se separar do seu companheiro? Para...

E13 – Foi para me separar do meu companheiro, eu sempre quis vir porque a minha mãe vivia cá, mas depois com, como já tinha filho, eu não pretendia deixa-lo para vir para cá, mas a situação, chegou a tal situação que ali não me conseguia separar dele, ele além de bater-me, ameaçava-me, obrigava a fingir pra todos que tava tudo em enfim, a minha vida com ele era aparentemente era boa, mas a dois era um inferno.

R – Em que cidade vivia lá?

E13 – Na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente.

R – O que é que ele fazia, onde é que ele trabalhava e a senhora onde é que trabalhava? Como é que era a vossa vida lá?

E13 – Quando o conheci eu trabalhava como empregada de, de mesa num snack-bar e ele trabalhava na Câmara Municipal, era assessor de turismo na Câmara Municipal de São Vicente.

R – Ele sempre deu sinais que era uma pessoa violenta? Como é que tudo começou?

E13 – Não, ele nunca pelo menos antes de ele me bater nunca me tinha dado sinais disso e quem o vê não diz que ele é, que ele é um agressor. Ele começou-me a espancar da seguinte forma, nós namorav..., não namorav... como é que eu hei-de dizer, nós não namorávamos tipo, sabe como são os jovens, tipo ficávamos, ele nunca me tinha assumido como, como namorada, até porque tinha outras, mas ele fazia questão de eu tar aí sempre à espera dele quando ele, ele bem aparecesse. Teve uma vez que ele me deixou à espera e a minha irmã disse-me que ele tava com outra pessoa, então a partir daí eu disse: não, tu ficas

na tua, faz a tua vida que eu vou fazer a minha. Naquele intervalo de tempo eu acabei por envolvendo com outra pessoa, não tava com ele, na boa e depois acabamos por voltar outra vez. Aí que fui, eu engravidei, foi a partir daí que ele começou a, não sei, como eu costumo dizer que ele começou a aceitar-me como namorada. Um belo dia, não sei se foi um belo ou infeliz dia estávamos a falar e ele perguntou-me, se não houve, se desde o momento que tava com ele se não tinha envolvido com ninguém e aí eu expliquei a situação e a certa altura, que eu te disse que não queria nada contigo envolvi-me com outra pessoa. Ele sentiu-se traído, que eu o tinha traído, que ele era corno e outras coisas mais e a partir daí começou, começou a bater-me, a espancar-me e já estava quatro meses grávida quando ele começou a fazer isso.

R – Quando é que sentiu que chegava e que a situação tinha que parar?

E13 - Durante a minha gravidez eu apanhei muito e não foi só de, não foi só porradas, ele torturava-me física e psicologicamente, ele trancava-me no quarto, batia-me, colocava-me música alta para os vizinhos não, não ouviram, as manchas que tinha no corpo eu tinha que esconder, as do rosto ele obrigou-me a dizer que tinha, que tinha caído ou que tinha passado, tinha tido uma indisposição no trabalho. Ele aproveitou-se da situação, para mentir para todos que eu tinha, que eu tinha caído. Eu queria sair, mas ao mesmo tempo ele ameaçava-me, ele dizia: se me deixares eu acabo contigo, eu mato-te, se dizeres a alguém eu mato a ti e a quem tu dizeres, quando o filho nascer eu tiro de ti porque tu com o trabalho que tens, não vais conseguir advogados para defender ao Tribunal, eu tenho boa vida, eu sou, eu trabalho numa das instituições mais coiso enfim, ameaçava-me de certa forma, dominou de certa forma que eu acabei por submetendo-me a essa situação mesmo não querendo e fingindo para todos que tava tudo bem.

Eu sempre quis vir para aqui, teve um belo dia que eu disse, como eu precisei, fiquei, já não passei a ser a mesma, eu era psicologicamente perturbada, chorava por tudo e por nada. Ele disse ou ajudar-te a ir para o estrangeiro, quem sabe ali tu mudas e passamos a ter uma boa vida. Quando ele me disse isso eu aceitei logo, porque eu vi ali a oportunidade de sair dos pés dele, foi assim que decidi vir para aqui mesmo deixando o meu filho, deixei o meu filho com oito meses deixei com ele. Vi para cá, comecei a trabalhar e depois quando já tinha trabalho, já tinha as coisas organizadas eu disse para ele não quero mais nada contigo, aí ele começou-se a coiso, então eu vou aí, vou ter contigo, eu quero que me digas isso na cara, eu gosto de ti, só que eu não credito que ele goste de mim ou que ele gostasse porque quem gosta não faz o que ele fez comigo.

R – O seu filho continua com ele?

E13 – Não, o meu filho continua, o meu filho tá comigo agora, separei, mas ele tá comigo.

R – A sua família soube, a sua mãe, os familiares mais chegados sabiam que a senhora era vítima de violência doméstica? Como é que reagiram?

E13 – Em Cabo-Verde e tinha duas primas que, eu lhes dizia que ele me batia e eles me diziam que não acreditavam porque jamais eles viam nele um agressor muito menos a bater numa mulher grávida. Aí eles só diziam isso, não acredito que ele te bata, não acredito que ele te bata, viram, só acreditaram mesmo no dia em que me viram com marcas no corpo, mas mesmo assim ninguém fez nada, nem eu mesma fiz.

R – E os seus pais?

E13 – Pais, é só a minha mãe, mas a minha mãe vivia cá, eu não, eu não lhe disse nada a ela. Só soube quando eu vim prá cá, que eu quis separar dele, todos começaram a criticar, ele é um bom marido, ele é um bom marido, ele é um bom pai, eu disse, disse que eu é que tenho que saber, bom pai pode ser, mas bom marido não é. Ele começou-se a armar em vítima, que eu tava, que o queria deixar por um capricho, eu queria outro homem. Eu disse não, então diz a todos o que me fazias porque é que eu quero me separar. Então foi aí que a minha mãe soube que ele não, que me batia.

R – Como é que ela reagiu?

E13 – Reagiu mal e, ele ainda diz que ainda não me tinha morto porque não é um assassino.

R – A senhora conhecia a família do seu companheiro?

E13 – Conheci, depois de me envolver com ele, já grávida, conheci a família dele.

R – Eles tomaram conhecimento da situação? Como é que eles reagiram?

E13 – Isso é uma coisa que eu nunca falei com eles, mas eu já fui a casa deles com o rosto todo marcado, com o olho verde e ele obrigou-me a dizer que tinha caído. E neste momento a família dele é tudo contra mim porque eles dizem que eu usei o dinheiro dele para vir para aqui, ele ajudou-me a vir para aqui e depois dei um pé na bunda dele porque prá eles eu é que sou errada, eu é que sou cabra, eu é que sou puta, como eles pensam, só que as coisas não são bem assim.

R – Como é que sente em relação a isso?

E13 – Como é que eu me sinto, eu sinto raiva, eu sinto revolta porque uma pessoa que me fez o que ele fez, ele é o santo e eu sou a diabinha, ele é o herói e eu sou a bandida.

R – E quando chegou a Portugal, o que é que sentiu, como é que foi o processo de adaptação, sentiu dificuldades ou não, visto ter cá família?

E13 – Senti muita dificuldade, é um país estranho que não conhecia de lado nenhum, tinha muitas saudades do meu filho que eu deixei, foi muito complicado, mas eu consegui dar a volta porque era o meu objectivo.

R – Conseguiu logo trabalho, legalizar-se, quer-me falar um bocadinho sobre o caminho que tomou cá em Portugal, como correu?

E13 – Eu cheguei, desde o primeiro momento que eu cheguei eu comecei á procura de trabalho, encontrei um, que só passei quinze dias porque não me adaptei com, com o miúdo que eu tinha que cuidar, era um, sofria de paralisia cerebral, é complicado estar a fazer as coisas todas e eu não tava habituada, mas logo em seguida encontrei outro e ainda tou até hoje.

R – Trabalha em quê?

E13 – Sou empregada doméstica. Eu tou neste trabalho até hoje e através dela consegui a residência porque tinha contrato, os descontos para a Segurança Social, dentro de um ano consegui a residência daqui.

R – Ainda mora com a sua mãe?

E13 – Não, moro, neste momento moro com uma prima, separei-me, moro com uma prima minha e o meu filho.

R – A sua mãe trabalha em quê?

E13 – A minha mãe também é empregada doméstica, mas neste momento não está a trabalhar.

R – Sempre a apoiou?

E13 – A minha mãe?! Não.

R – Quer falar-me um bocadinho sobre isso?

E13 – Porque antes de eu vir para aqui o pai do meu filho já tinha vindo, veio e depois voltou para Cabo-Verde, eles se conheceram e ela o apoiava quando eu dizia que queria separar dele ela dizia que eu não podia fazer isso, ligava para ele, essas coisas todas, acabamos...depois também não cresci com ela, acabamos por nos desentender muitas vezes, porque ela ficava contra mim a favor de uma pessoa que me agredia.

R – Quer dizer que ela não acreditou logo em si?

E13 – Não.

R - E o que é que sentiu sobre isso?

E13 – Olha, senti-me triste porque a minha própria mãe apesar de não, não cresci com ela, não convivi muito com ela, mas ela era a primeira, a primeira que me deveria apoiar.

R – Posso saber porque é que não cresceu com ela? Como é que foi a sua infância?

E13 – Desde que me entendo por mim eu cresci com a minha avó, com uns nove anos fui viver com a minha madrinha, vivi um tempo e depois fui viver com uma tia e com dezoito, dezanove anos vivi sozinha, tenho lutado pela minha vida desde então. A minha mãe sempre foi uma mãe ausente, não sei quais as razões dela, ela nunca me explicou, mas...ela deve ter os motivos dela, mas nunca foi uma mãe presente, nunca deu atenção de mãe que deveria dar.

R – Porque é que ela veio para Portugal?

E13 – Porque é que ela veio...deve ter vindo pra procura de uma vida melhor.

R – E o seu pai?

E13 – Não sei quem é. (riso envergonhado)

R – O que é que a levou a pedir apoio à UVIDRE e como é que soube da existência da UVIDRE, da Unidade de Apoio ao Imigrante?

E13 – Como é que eu soube da existência, foi longo no período que eu, que eu me separei porque o pai do meu filho fez-me, fez-me coisas horríveis.

R – Quer-me falar sobre isso?

E13 – Tipo, ele além de me espancar, isto é um bocado difícil de falar, mas vou falar...

R – Esteja completamente à vontade se não quiser abordar o assunto não há qualquer problema.

E13 – Ele além de me espancar usava-me contra a minha vontade, ele usava-me e depois cuspi-me que eu não era ninguém, deixava-me em casa, ligava, eu ali pé dele ligava a outra mulher porque ia dormir com ela porque eu não era mulher. Ele já chegou a tirar as calças dele, a tirar o cocó do rabo dele e a esfregar-me no rosto que eu não era mulher e isso deixou-me um bocado perturbada depois que me separei dele, ouvi muitas bocas, as pessoas a criticarem-me, ele também me criticava, a chamar-me de merda, essas coisas, que eu não valho nada, que os homens só me vão ver para foder. Deixou-me um bocado perturbada e tentei o suicídio, então foi a partir daí que decidi procurar ajuda, eu vi que estava numa fase, com ajuda da minha prima claro porque ela é que me incentivou muito. Eu fui no Centro de Saúde ali da Reboleira e foi a partir daí que me deram o número daqui que eu vim parar aqui e, desde de então tem sido muito bom para mim, Graças a Deus já me recuperei muito. Hoje já falo disto com mais tranquilidade, mas antes não conseguia, só de pensar eu ficava, quase desatava logo a chorar, mas hoje já me consigo controlar e estou sentido que já melhorei muito e depois de tudo o que ele me fez ainda me sentia culpada por, por tê-lo deixado ele fazia questão de atirar à cara que eu o tinha deixado num momento difícil só porque ele estava

sem trabalho, que eu é que sou, como eu digo eu é que sou a bandida pra ele e pra as pessoas que o conhecem.

R – Ele persegue-a ainda?

E13 – Hum...de momento não, ele andava usando o nosso filho pra me atingir, mas eu decidi, por pedir o Regulamento do Poder Paternal e então, desde então ele tem tido, tem estado calmo, não, já não vai busca-lo sem avisar-me, já não, enfim já, antes ele fazia o seguinte, ia na ama dele, pegava-o sem me avisar, não sei pra onde o leva, vem trazer à hora que quiser, mas pelo menos agora já não tá a fazer isso.

R- Como está tudo regulado...

E13 – Ainda não está regulado, mas desde que ele soube que eu dei a entrada pelo menos melhorou.

R – Quer dizer que ele agora está em Portugal, veio para cá?

E13 – Veio, veio, eu ainda, ainda fui burra acabei ficando com ele na mesma casa, só que a nossa situação já, já era uma situação, era só discussões, já estávamos, perdíamos respeito um pelo outro, brigávamos a toda a hora à frente do nosso filho, o que não tava sendo bom. Ele não, ele é muito possessivo, eu não podia conversar com ninguém, eu não podia sair de casa, era tudo em casa, eu acabei por me saturar, teve um belo dia que eu decidi tu ficas cá e eu saio, isto não é bom, não está a sendo bom pra mim nem pró meu filho, depois de tudo o que me fizeste ainda achas que eu é que te devo favores. E quando si de casa ele disse-me que tudo o que ele tinha feito era pouco, deveria ter feito mais, mais e mais do que aquilo que já tinha feito.

R – A senhora apresentou, denunciou a situação?

E13 – Uma vez em Cabo-Verde denunciei, foi, eu tava, o meu filho tinha quinze dias nascido que ele me espancou e eu fui à polícia só que não levei o caso até aos Tribunais.

R – Como é que é o apoio às vítimas de violência em Cabo-Verde?

E13 – Hum, não sei dizer, eu não cheguei até ao fim, só fui mesmo a uma esquadra da PSP.

R – Mas foram prestáveis? Deram-lhe atenção?

E13 – Chamaram-no, chamaram-no á atenção, mas quando ele chegou a casa, ele olhou pra mim e disse: e agora se eu te bater e te matar onde é que estão os polícias?

R – Que tipos de apoio recebeu na UVIDRE e que benéficos este apoio lhe trouxe?

E13 – Eu recebi apoio psicológico, a minha auto-estima estava lá em baixo, graças aqui, graças á Dr.^a J. R., que é a ela que eu tenho que agradecer que me tem ajudado imenso, fez-me ver as coisas de outras formas, que eu não sou a culpada, que eu simplesmente estou

lutando por mim, pela minha vida, enfim que eu... neste caso eu estou sendo uma heroína por ter saído da relação e não tenho que me sentir culpada porque não tenho culpa, como é que uma pessoa me agredi e eu é que ainda é que sou a culpada, enfim isto daqui tá me fazendo muito bem, eu já, pelo menos já tou mais animada, já não choro a toda hora, já não, enfim já não me enervo por tudo e por nada, já tenho mais paciência para o meu filho, que eu andava meio stressada, não tinha muita paciência, enfim tou tendo um equilíbrio que já tinha perdido. N., que é o nome do meu ex-companheiro fez-me, enfim pôs-me, a minha auto-estima já não era alta, que eu nunca fui uma pessoa de esbanjar auto-estima, ele pôs-me num estado lamentável mesmo. Eu não me sentia mulher, sentia-me lixo, cheguei ao ponto de eu pensar que não valia a pena eu viver, mas Graças a Deus estou ultrapassado isso. Olha que eu quando entrei aqui eu não esperava conseguir isso, mas Graças a Deus estou conseguido (sorriso).

R – O que é que sentiu quando entrou por aquela porta e estava ali na sala de espera?

E13 – O que é que eu senti, eu estava nervosa, não sabia o que dizer, nem por onde começar. A primeira vez foi um senhor que me atendeu que não me lembro o nome de momento.

R – O Dr. R.C.?

E13 – Acho que sim, foi ele que me atendeu e indicou-me a Dr.^a J., eu vim no outro dia. Aos poucos fui falando com ela, ela nunca me obrigou a nada, eu só falava do que me apetecesse, até hoje tem sido assim. Ela vai-me orientando, vai dizendo às vezes como agir em determinadas situações, o que é que eu tenho que fazer, tentar pensar menos nas coisas, ela diz: ou tenho que viver com isso como um trauma ou então tenho que usar isso a meu favor, eu tou tentando usar a dor que eu sinto no sentido positivo, não deixar que ninguém faz mais isso comigo e se vir um pessoa com a mesma situação eu já sou capaz de a ajudar.

R – Há quanto tempo é acompanhada pela Dr.^a Joana?

E13 – Quando cheguei aqui tinha uns dois meses separada do pai do meu filho, já deve ter uns seis meses que estou a ser acompanhada por ela, não tenho bem a certeza, mas deve ser mais ou menos isso.

R – Sente que tem um papel activo? Nas decisões que toma.

E13 – Tenho, tenho e olha que eu antes não, agora tou tendo atitudes que quando me separei nunca esperava ter, pelo menos eu tinha muito medo, mas agora já não.

R – Como é que construiu o seu plano de segurança pessoal para quebrar o ciclo de violência? Foi eficaz para escapar às agressões do seu companheiro?

E13 – Eu vi que ele também tinha medo de mim, desde de uma vez que ele veio para cima de mim apanhei uma faca, ai ele fugiu, então a partir dai comecei a utilizar isso para ele

não tocar em mim. Toda vez que ele, que eu vi que ele, como eu, eu não sabia quanto nem como ele ia bater, toda a vez que eu vi que ele tava se exaltando procurava o que estava mais próximo, se me bateres faço-te isso. Já no final da relação ele tinha muito mais medo de mim do que eu dele.

R – Porque se defendia também fisicamente ou porque ele tinha medo que fizesse denuncia?

E13 – Talvez, talvez ele tivesse medo que eu lhe fizesse algo ou o denunciasse porque ele é do tipo que quer ter sempre a imagem limpa. Faz o que faz, mas para os outros ele tem que parecer um santinho, como eu digo ele parece sempre um santo, quem o vê não diz que ele é um agressor.

R – Alguma vez esperou que isto acontecesse, que fosse vítima de violência doméstica? Mudou a sua perspectiva sobre violência doméstica?

E12 – Desculpe, não percebi a pergunta.

R – Se antes de ser vítima de violência doméstica o que é pensava sobre violência doméstica, mudou a sua perspectiva passar por esta situação?

E13 – Eu sempre vi a violência doméstica como, opá eu acho que entre duas pessoas se não se entendem a conversar, eu acho que não é a bater que se vão entender. Eu nunca gostei disso e sempre dizia que no dia em que um homem me bater não sei o que é eu faço, mas quando ele me bateu eu não fiz nada. Apanhei uma, duas, três, quatro, perdi a conta das vezes em que eu apanhei, eu não tive reacção, não soube reagir. Não sei se era pelo facto de eu já estar grávida ou se era pelo medo ou se era eu nunca ter tido uma família, uma base sólida eu queria que o meu filho tivesse, mas infelizmente não aconteceu. Eu não fiz nada que impedir que ele me batesse e pois uma coisa no meu país, há muitos casos de violência doméstica só que as mulheres apanham, apanham, mas continuam lá. Ninguém faz nada, ninguém tem coragem de sair, enfim. As pessoas criticam mesmo que, mesmo que saibam que a pessoa está a apanhar, mesmo os familiares, os meus não fizeram nada, também quem tinha que fazer era eu, mas se eu tivesse tido algum incentivo talvez o tinha feito, mas mesmo os familiares não, não se intrometem.

R – Conhece muitos casos de amigas e familiares vítimas de violência doméstica no seu país?

E13 – Conheço...há vários casos mesmo.

R – Porque é que acha que não reagem?

E13 – Eu não sei, no meu caso como já expliquei, se foi pelo medo ou, eu não sei o que leva uma mulher a aceitar isso, eu ainda não percebi, é o que eu tou a tentando perceber com a ajuda da Dr.^a J., mas eu não sei o que nos leva a aceitar situações dessas.

R – O acompanhamento que recebeu por parte das técnicas da UVIDRE foi fundamental para sair da, da situação?

E13 – Para mim foi.

R – Que impacto teve na sua, na sua vida?

E13 – Para mim foi, teve um impacto grande porque eu mesmo sabendo tudo o que ele me fez eu ainda pensava em voltar pra ele. A senhora pode achar mentira, que é complicado, que sou doida, mas é verdade eu ainda pensei em voltar para ele mesmo sabendo tudo o que ele me fez, porque ele, ele fazia-me sentir culpada por, por ele tar aqui ilegal, sem trabalho e essas coisas, pelas dificuldades que ele ia passando, só que ele nunca vê o estrago que ele fez a mim. Ele só vê o lado dele e eu ficando com pena, não sei se era pena ou o que é que era, mas eu ainda estava a pensar voltar para ele.

R – Estava apaixonada por ele?

E13 – Eu acho que não, porque o que eu sentia por ele, a partir do momento que ele começou a bater aquilo foi desaparecendo. Eu já estava, eu não sei se era mais pela obrigação ou se era mais pelo meu filho ou se era o medo de sair e ter que enfrentar, como é que eu vou dizer, a sociedade, as pessoas a critica, que eu ligava, dava muita importância ao que as pessoas diziam, talvez por isso não tive coragem de deixa-lo em Cabo-Verde, eu sabia que ia ouvir muita coisa.

R – Durante este processo houve algum episódio que a marcasse mais?

E13 – De agressão de violência doméstica?

R – Sim.

E13 – O dia em que ele tirou as calças e esfregou a merda dele no meu rosto, como eu costume dizer por mais que eu, por mais banho que eu tome, por mais gel de banho que eu use eu nunca vou conseguir lavar daquilo que ele me fez, deixou uma marca interna para o resto da minha vida, uma ferida que não sei se vai sarar e agora tenho que deixa-la aí quietinha, tentar não (imperceptível).

R – Sente que a porta da associação está aberta caso necessite em qualquer circunstância?

E13 – Sim, sinto isso. E todas as vezes que preciso posso ligar, há sempre alguém disponível pra falar, posso vir aqui. Pelo menos não tenho mal a dizer acerca disso e só me fazem bem.

R - O que é que acho do apoio ao imigrante em Portugal?

E13 – Eu não me tenho a queixar porque eu só tenho recebido boas acções do apoio ao imigrante, deste da APAV, eu não me tenho a queixar. Não sei se os outros podem dizer o mesmo, mas eu sim (risos), eu só tenho, eu só tenho a dizer o bem porque só me fizeram bem. E acho que não ia ser diferente com outra pessoa se chegasse aqui na situação que eu cheguei.

R – E em geral, quando veio para Portugal tratar da papelada, como é que foi?

E13 – Eu não tive problemas com isso, consegui fazer tudo sem problemas nenhuns.

R – No trabalho?

E13 – No trabalho desta vez também tem sido tudo muito bom. (riso suave) Não sei se eu é que me adapto a tudo, mas no trabalho faço tudo, faço o meu trabalho, portanto é fazer o meu trabalho. Se as pessoas gostam, se eu ainda estou no mesmo é porque gostam, tento não dar razões para ter problemas.

R – Voltando ao primeiro atendimento, antes do atendimento, antes de ser encaminhada para o apoio psicológico. Como é que foi?

E13- Como é que foi, olha eu só chorava, falava e chorava, não sei se o Dr. R. percebeu alguma coisa do que eu tava a dizer, só disse, só me lembro que ele disse que não era especialista, ele perguntou-me se eu queria apresentar queixa, o que é que eu queria. No momento o que eu queria mesmo era ter um equilíbrio psicológico que eu andava muito descontrolada, eu não quis apresentar queixa mesmo depois de tudo do que o pai do meu filho me fez eu não queria prejudicá-lo, mas sim queria e quero cuidar de mim, porque eu tenho um filho para cuidar e para cuidar dele tenho que estar bem.

R – Teve algum impacto no seu filho a situação de violência ou ele era pequenino demais e não se apercebeu de...

E13 – Ele é pequenino, não sei se percebe, mas ele ficava nervoso, ele via-me a chorar, vinha para mim, abraçava-me, não chora, perguntava-me o que é que foi, ficava com um olharzinho triste. E quando, quando ele nasceu não sei se era dos nervos que ele tinha, o que é que era, mas ele tremia muito. Eu quis levar no médico, mas o pai dele não deixou dizer que eu era nervosa, que eu sofria de violência doméstica durante a gravidez, que eu apanhava, ma com o tempo ele parou. Não sei se era dos nervos ou se era alguma coisa de bebés (riso), ele tem estando bem, ele sente a falta do pai, eu sei disso, mas eu prefiro estar sozinha com ele e ele não me tar a ver-me a gritar com o pai ou tar a ver-nos a discutir. Outra coisa, o pai não tinha respeito por ele, mesmo que eu não quisesse deitar com ele, ele arranjava sempre um jeito, não importava se ele estava acordado ou a dormir. Pelo menos são situações que eu evitei, eu sei que não era bom para ele nem era bom para mim.

R – Obrigada.

Entrevista 14 – Brasileiro, a irmã foi assassinada em contexto de violência doméstica, regular.

R – Quais os motivos que o levaram a imigrar e há quanto tempo se encontra em Portugal?

E14 – O motivo que me levou a imigrar foi a necessidade de conseguir algo melhor para a minha vida e uma vez que eu vi que no país em que eu estava, que é o país de origem não tava me proporcionando isso e eu dia dois do dois de dois mil e dois eu fui, dirigi, pensei em imigrar para Portugal e tou até hoje.

R – Como é que foi o processo de adaptação, sentiu dificuldades?

E14 – Sim, até hoje (riso).

R – Quer me contar um bocadinho sobre essas dificuldades de adaptação?

E14 – É assim, falando de adaptação, primeiro foi a questão por mais que seja o português, não é, a gente via na televisão e custava a entender, mas hoje em dia graças a Deus a gente consegue perceber perfeitamente e depois é o lado, por ser estrangeiro vai arrumar um trabalho, já paga menos por ser um estrangeiro, entendeu e...é discriminação em geral, mas isso é em todo o lado. Garanto também que os portugueses no Brasil também, com certeza passaram por isso.

R – Foi difícil encontrar emprego?

E14 – Não, não, não, Graças a Deus não, cheguei num sábado e na, na, se eu não me engano, num sábado, saí de lá na sexta, no sábado e na segunda-feira já comecei a trabalhar nas obras.

R – Tem cá algum familiar, amigo?

E14 – (Acenou que sim com a cabeça) Tenho.

R – Isso foi importante para decidir imigrar?

E14 – Sim, sim, foi, foi importante porque quando eu pensei em imigrar eu tinha, tenho dois primos que residia cá e ainda reside e foi os que, eu liguei e pedi ajuda e tal e no momento me ajudou e tal, me aconselhou e tudo e foi ai que eu fiz a reserva da passagem e essas coisas todas, ai depois na hora H eles desistiram de me apoiar. Falando que Portugal tava a passando por uma crise, foi no momento do (imperceptível) foi a onde que depois, na minha cidade tava um (imperceptível), um colega que vinha pá conhecer que falou: não, não, tu já está com passagem marcada, você não vai perder a passagem, você pode ficar na minha casa e foi ele que me acolheu.

R – Veio sozinho?

E14 – Sim.

R – Mas tem família...

E14 – Agora sim.

R – Foi cá que conheceu a sua esposa?

E14 – Não, foi lá.

R – Entretanto ela veio para cá?

E14- Sim. Depois de três meses ela veio.

R – O que é que o levou a pedir apoio à UAAVIDRE. E como é que soube da existência da UAAVIDRE, da Unidade de Apoio à Vítima Imigrante.

E14 – Foi através dos factos do que aconteceu infelizmente né, da minha irmã e a gente não tinha aonde recorrer foi onde que a gente pensou, vamos recorrer então ao Jornal né, para ver se vai a público e se alguém manifesta e bem dito e feito, recorremos a vários jornais o único que nos atendeu foi o Diário de Notícias, o qual eu tenho que agradecer, quê depois passado uns dois dias ou três o R. me ligou, falando que era da protecção, a qual a gente nem conhecia entendeu, eu acho que devia divulgar mais que com certeza (riso subtil) tem muitos imigrantes, tem muitas pessoas, não só imigrantes, até os próprio portugueses poderiam ter ajudas também porque é muito importante.

R – Quer-me contar um bocadinho sobre o episódio que o trouxe cá, pelo qual foi contactado e os vários, os vários passos que tomou e as dificuldades.

E14 – É assim, o que me tornou, o que me trouxe cá foi devido eu a ter ido à Segurança Social, não ter sido bem atendido como sempre, não ter sido bem atendido e... o julgamento não correu, já ia decorrer a respeito do crime e a gente não tinha advogado para nos representar entendeu, e pra tentar uma orientação, um meio prá pedir uma indemnização, alguma coisa para isto não ficar impune e graças a Deus eu acho que a gente conseguimos.

R – Qual foi o crime, o que é que se passou?

E14 – O crime que se passou foi que a minha irmã vivia já há cerca de quatro anos com um cidadão português, esse cidadão era um agente da PSP, vivia em Belas e pelo que eles falam, test... testemunha que era vizinha fala que nesse dia ele estavam discutindo muito, foi aonde foi efectuado um disparo a queima-roupa e veio acontecer a tragédia do assassinato da minha irmã.

R – Porque é que a sua irmã veio para Portugal?

E14 – Pelo mesmo motivo que eu proporcionar uma vida melhor, no dela os filho né, no meu futuro filhos.

R – E os filhos estão cá não estão?

E14 - Não, não, estão no Brasil com os avós maternos.

R – Quer-me falar um bocadinho mais sobre o caso. Que tipo de relação tinha a sua irmã com o agressor e que tipo de relação mantinha o senhor com a sua irmã e com o agressor. Alguma coisa previa que tal acontecesse?

E14 – É assim, a relação que eles viviam era de marido e mulher, marido e mulher sempre com certeza eu desconheço um casal que não se discute não é, é óbvio e a minha relação com eles, com a minha irmã eu sempre mandava mensagem, sempre ligava e tal e com ele eu ficava mais à parte, porquê, porque a gente via que por ele ser agente da PSP e ser português também, ele sempre, tipo assim, deixava, deixava a gente nos canto apesar que ele na festa de aniversário, de Natal passava com a gente às vezes, mas ele era um pouco assim na dele, no canto dele tá a ver, mas a gente sempre notava que ele era uma pessoa estranha entendeu, mas o que dava animo, o que dava esperança porque ele era uma pessoa que contribuía para o sustento dos filhos, com o pão, não deixava ela trabalhar, falava mesmo que não precisava de trabalhar pode ficar só cuidado da minha casa, mesmo assim eu mantenho os seus filhos no Brasil, era onde a gente mantinha uma esperança. Quer dizer se no Brasil ela não teve esse apoio e aqui em Portugal tá tendo apoio por mais que seja uma pessoa de outra nacionalidade, mas está a tratar bem, está fazendo isso, nós depositamos confiança.

R – Então nada fazia prever um desfecho deste?

E14 – Não, não, não.

R – Que tipo de apoio recebeu aqui na, na UVIDRE?

E14 – Tudo, tudo, não é só por estar perante, mas eu só tenho mesmo que agradecer.

R – Quer-me falar um bocadinho sobre isso?

E14 – Falar (suspiro levíssimo), a única coisa que eu tenho que com certeza eu peço que não, penso que não e troço para que não, mas se algum colega meu precisar vai ser a primeira associação.

R – O que é que sentiu quando foi contactado e quando entrou pela aquela porta (da APAV/UVIDRE) no primeiro atendimento? Vinha nervoso, não vinha?

E14 – Sim, vinha nervoso, mas depois foi uma sensação de alívio, de... (emociona-se durante alguns segundos chegando mesmo a chorar) de saber que parece por mais que pensei que tudo estava perdido afinal não estava (continua emocionado e chora, faz uma pausa longa para se recompor eu mantive-me em silêncio).

E14 – Pode...

R – Esteja à vontade. Eu queria que me descrevesse a sensação de, quando entrou aqui, que tipo de perguntas lhe fizeram? Foi difícil expor a situação, falar no assunto.

E14 – Não, não, o senhor R. também juntamente com a sua auxiliar que era a R. também foi sempre aberto, sempre deixou eu falar à vontade, da maneira que eu pensava, da maneira que eu me expresse entendeu e depois eles fizeram a conclusão com o fecho deles.

R – Diga-me ma coisa, como imigrante o que é que acha dos serviços de apoio ao imigrante que existem em Portugal? Quando necessita de recorrer eles, em geral...

E14 – Olha, vou ser sincero par mim não vale nada, começado pelo Consulado Português, que eu não tive apoio nenhum nem os restantes dos familiares devido a esta tragédia que aconteceu, eu acho que foi uma tragédia, foi uma tragédia que envolveu um agente da PSP, eu acho que poderia ter dado uma percussão maior, poderia ter tomado outro, outro, outro meio, outro pá, tipo assim para mostrar o quanto os imigrantes são discriminado entendeu por que só isso você já vê, o que aconteceu no, com, com o facto desse fica ao Deus de ará, a entendeu é eu tem que correr atrás de tudo, não que eu queira tudo de mão beijada, mas pelo menos uma esperança não é, com, só consegui, e tipo assim, é uma esperança que também é limitada porque a associação também não pode fazer muito, entendeu.

R – E recorreu a mais algum apoio?

E14 – Sim, sim, recorri. A primeira, a primeira pessoa que eu fui, fui ao Consulado Português, já fui à Casa do Brasil também, já fui mandado fazer uma, fazer sócio da Casa do Brasil porque eu tinha que pagar uma taxa de 15 euros que depois iam tentar ver o apoio de um advogado, depois esse advogado me poderia esclarecer algumas dúvidas, mas não me poderia me, me acompanhar também, para mim não valia nada porque o que eu queria era um acompanhamento de um advogado para representar minha irmã, não é.

E14 – E como é que as coisas correram na Segurança Social, quais foram as dificuldades?

E14 – Olha, péssima porque eu fiquei um ano à espera, à espera de advogado, ligando, ligando para Segurança Social e nada depois a gente vai para lá e praticamente um dia inteiro na Segurança Social por mais que você chegue às cinco horas da manhã para tirar a senha, entendeu e isso é muito stressante. Você ficar o dia todo para ser atendido, na hora de ser atendido, a senhora: ah, não posso fazer nada porque isso não é do meu departamento eu não tenho conhecimento, a gente aqui só está prestado um serviço e levamos anos, pra, quando, foi quase um ano e meio para conseguir um advogado e mesmo assim e tive que ir pra Lisboa, pra a Sede na Segurança Social, ficar lá praticamente acampado e falar que eu só ia sair de lá quando eu tivesse um, um advogado e nisso chamaram a polícia, mas finalmente eu consegui um advogado e vamos lá ver se este advogado vai fazer alguma coisa.

E14 – E como é que foi tratado pela polícia nesse dia?

R – É assim, pela polícia que me recebeu lá fui, fui tratado bem, com educação e tudo. Perguntou o meu nome eu falei, falei com ele que eu não tava causando distúrbio, tava lá numa boa, tava lá sentado. A única coisa que, que, que eu ia fazer é que eu não ia sair de lá sem ter um, um, um apoio, um apoio jurídico, entendeu. Só que ele falou que como aqui não tinha atendimento ao público e não poderia ficar lá e tal se eu quisesse fazer alguma coisa eu tinha que ir para a esquadra para prestar queixa percebeu, eu vou para a esquadra fazer o quê, não é.

R – Eu tenho conhecimento do seu caso e sei que houve, que houve certos problemas, por exemplo, com INEM, quando chamaram para, quando o agressor chamou o INEM. Como é que isso correu? O que é que aconteceu, e no hospital?

E14 – É assim, o que é que aconteceu, o que eu sei porque não tava lá presente. Ele chamou o INEM, o INEM veio no local, depois de o INEM chegar ao local, o INEM da janela mesmo e isso a vizinha falou em depoimento no Tribunal, que da janela mesmo o INEM deu como óbito, entendeu. Nem foi lá ver o cadáver, que era a minha irmã.

R – Eles tomaram como verdade tipo, unicamente a palavra do agente.

E14 – Exactamente, exactamente.

R – Que também era o agressor...

E14 – Exactamente, exactamente, também devido ao que tava a falar no papel, que devido à poça de sangue e, e aonde foi efectuado o disparo não é, ele já estava como morto, mas que todas as pessoas independente ou não de tar morta ou não têm que ser socorrido e se não for socorrido acho que é considerado um crime não é. E passado 45 minuto passa o mesmo INEM, o mesmo médico porque esta senhora, que era a minha irmã veio-se mexer, que afinal não estava morta estava viva, entendeu. É uma coisa que o agressor tá a com, a debater, que eu também ajo de acordo que será que ela se acaso estivesse sido socorrida a tempo, será que ela tinha sido não é, sobrevivido. Por mais que caso ela tivesse sobrevivido será que ela ia ficar com alguma sequela e que com certeza não poder ser a mesma pessoa, mas assim eu acho que isso é desumano, eu acho que a gente deveria ter prestado, eles deveriam ter prestado socorro, entendeu. Portanto, o médico do INEM teve, foi pedido para ele estar presente no Tribunal e ele nem sequer compareceu, eu acho isso errado, eu acho que ele também devia ser punido. Da mesmo forma que uma pessoa pega numa arma e dispara e da mesma forma que uma pessoa não presta socorro, eu acho que, eu acho que ele também deveria levar uma punição da Ordem dos Médicos e que isso viesse ao público. Por mais que tivesse feito isso a gente não sabe, a gente está aqui a falar de uma coisa que não sabe, de repente ele pode ter levado, mas a gente não sabe.

R – E no hospital quando foi à procura da sua irmã? Como, como é que soube da notícia?

E14 – Como é que soube da notícia, boa. A noticia eu fiquei sabendo através da minha irmã que foi tomar o pequeno-almoço no café e como hábito de todos pegou o jornal ali e dito e feito, ela pegou o jornal naquele dia para ler e deparou com, estampado no Correio da Manhã a foto da minha irmã, que ela tinha sido assassinada e que tava no Hospital São Francisco Xavier e nisso ela me ligou falando isso e graças a Deus a gente tem vários amigos, que eu considero eles como amigo e que tinha uma esposa que trabalhava no Hospital São Francisco Xavier e isso nós estávamos a caminho do São Francisco Xavier, essa amiga veio ligar para a gente que afinal o corpo já não estava lá, que já estava no Instituto Médico Legal de Lisboa (referia-se ao Instituto de Medicina Legal), entendeu. E como era um fim-de-semana já não dava pra fazer, pra liberar o corpo, tinha que esperar até segunda-feira.

R – Mas foi lá á procura da sua irmã e não a encontrou porque...

E14 – Exactamente e outra coisa que eu achei grave, eu fui lá ao Hospital São Francisco Xavier na mesma, não encontrei. Primeiro eu dei o nome dela no registo não contava, não constava nada, depois uma outra senhora lá, veio a lembrar que ela tinha dado entrada com outro nome, uma coisa também que é, eu achei um pouco esquisito né, ela ter entrado com o nome de Rute e isso tem lá nos papéis, é uma questão que caso for preciso verificar, é só olhar. Ela foi entrar como Rute não sei quê lá, é tipo assim, a gente não teve informação nenhuma da morte ficamos sabendo através do jornal, hum, agora a gente fica naquela, será que eles tentaram acoitar o caso, abafar o caso porque é estranho uma pessoa entrar com o nome diferente no hospital uma vez que ele tinha os documentos dela tudo que tava em posse do policial que acompanhou o caso do primeiro momento.

R - Já é difícil lidar com a dor de perder um, um familiar com a agravante de ser de uma forma violenta. Que impacto tem na, na vossa vida, na vida dos filhos, da sua irmã e da sua estes entraves, estas dificuldades para chegar à justiça, para ter apoio?

E14 – É assim, o impacto é grande, entendeu porque uma coisa é saber que a pessoa está doente, que mais cedo ou mais tarde tem mesmo que acontecer aquilo outra coisa é uma tragédia, de repente você atender o telefone e de repente saber que uma pessoa querida vê, é muito grande e em questão de impacto dos filhos e essas coisas é só mesmo o futuro porque a gente não sabe o que é que pode passar pela cabeça deles, o que pode ser o dia da manhã. Espero que corra tudo bem em nome de Jesus que venha ter um desfecho um pouco feliz.

R – Quem é que tem apoiado financeiramente os seus sobrinhos?

E14 – Somos nós, que agora como no início me perguntou, devido a ter vindo, não é, uma porta abre as outras. Eu vi com três meses aí a minha esposa, entretanto vem também uma irmã minha junto com a minha esposa e nisso a família veio toda. Só ficou mesmo o pai e a mãe e nisso é os familiares, os irmãos, as irmãs, eu que agora sustenta eles da forma que podem.

R – Então todos contribuem?

E14 – Exacto.

R – Também tem gasto muito dinheiro a tratar da papelada, dos documentos, nas declarações necessárias?

E14 – Sim, sim tenho, principalmente para mandar os documentos originais do Brasil para cá, para reconhecimento né, que era verdadeiro os documentos essas coisas todas e é assim, não é fácil porque todos nós temos a nossa vida e além de tudo cuidar das nossas obrigações, cumprir as nossas obrigações e ainda lidar com outras obrigações, entendeu.

R – Acha que o acompanhamento que recebeu pelos técnicos da UVIDRE, neste caso recebeu apoio jurídico, foi fundamental para, para ajudar a resolver a sua situação.

E14 – Sim, sim foi, foi fundamental.

R – E que impacto teve na, na sua vida, que impacto está a ter?

E14 – É assim, é aquilo que eu digo foi a luz no fundo do túnel, então pra mim é uma porta aberta e venho aqui sempre quando tenho dúvidas, sempre que posso e quando eles precisam também é onde me dirijo porque única pessoa que eu vejo que não nos trata diferentemente.

R – Está a ter um grande desgaste emocional em si, como é que está a conseguir lidar com isso?

E14 – Sem dúvida, bastante desgaste, bastante, bastante, principalmente quando liga pró Brasil e falo com, com os pais e com os filhos, bastante.

Entrevista 17 – Brasileira, vítima de violência doméstica, irregular.

R – Quais os motivos que a levaram a imigrar e há quanto tempo se encontra em Portugal?

E17 – Eu estou cá, já em torno de cinco a seis anos, cinco, cinco anos e meio. O que me levou na altura, foi...uma perspectiva de vida melhor é. E eu no Brasil tinha uma escola de curso preparatório para concurso público e infelizmente, fui infeliz na questão administrativa junto a um sócio que tive, fui acabando sendo lesada, sei lá por confiar demais eu sei, porque eu sou professora pública e eu permanecia muito tempo na escola e deixava a

cargo, talvez seja isso, não sei... Infelizmente os valores que tinha na altura foram desaparecendo e eu acumulei uma certa, certa dívida junto a, ao, às pessoas que trabalhavam comigo inclusive colegas de trabalho porque eram uma escola para concurso público, para a preparação para concurso público, e visto que os valores, o montante da dívida estava crescendo e achei que aquilo ia demorar anos a pagar eu vim para a Europa. O meu objectivo era ir para Inglaterra, mas senti que não me ia adaptar por causa do frio e a uma serie de coisas. Acabei ficando cá, vim para cá fiquei na casa de uma colega brasileira que eu já conhecia há dez anos. Ela foi para o Porto e eu fiquei em Lisboa e pronto fui correndo atrás como até hoje.

R – Era professora de quê no Brasil? Sempre foi a sua profissão, sempre foi professora?

E17 – Sempre. Eu sou formada em Geografia.

R – Foi difícil tomar a decisão de imigrar?

E17 – Foi, foi por causa da família, eu tenho duas filhas assim espectaculares nossa, tenho duas filhas que...quando eu ouço algumas colegas brasileiras a falar, ou até mesmo portugueses a falar dos filhos, as minhas filhas, para a mim as minhas filhas o mundo, nós éramos, nós somos muito amigas, quando falo com elas ao telefone ou na internet tenho assim imensas saudades delas. Era assim de nós as três sairmos à rua e toda a gente achar que éramos irmãs, é uma coisa que eu sinto aqui por demais. Até os amigos, que eu sinto que não tenho, não sinto ter. Tenho uma mãe galinha com 74 anos, 75 acho eu, é uma mãe muito galinha, que me faz imensa falta, mas foi uma decisão em comum. Quando eu falei para a minha mãe vir para a Europa para amenizar a minha situação perante a questão financeira lá e recomeçar um novo projecto, porque a ideia foi: vir para cá saldar a minha dívida e fazer o mestrado ou o doutorado, não é! Que me faz muita confusão inclusive porque no Brasil a gente termina a licenciatura, vai para uma Pós, depois o mestrado e depois o doutorado, e aqui tem esses pulos de repente, as vezes me parece que as pessoas não têm muita base, talvez esteja errada, mas na faculdade os professores falavam que era necessário ter um caminho, seguir um caminho para chegar ao mestrado e doutorado e aqui de repente faz-se um pulo, as pessoas mal terminam a licenciatura, acho eu.

R – Depende da média, se for superior, igual ou superior a 16 valores pode passar...

E17 – Mas lá também tem a questão da média e a média lá é diferente, (imperceptível) 20 eu nunca vi, é 10 ou é bom é óptimo e de repente, tem que ser por degraus e aqui não e, eu vi para cá exactamente com esse objectivo, voltar para o Brasil com condições melhores no aspecto financeiro e especialmente intelectual, fazer o meu mestrado ou doutorado e voltar a

leccionar, mas não em São Paulo também, já não gostaria de voltar a morar em São Paulo, eu amo a minha cidade, mas é uma cidade muito violenta, desejo ir para a outra localidade no Brasil.

R – A suas filhas estão no Brasil?

E17 – Estão.

R – Moram todas em São Paulo, a sua família?

E17 – Sim.

R – E a integração, foi difícil adaptar-se a Portugal? E porquê Portugal tem amigos, família?

E17 – Na altura eu tinha uma amiga pronto, eu considerava amiga, mas aqui as coisas mudam muito, as pessoas mudam por demais, eu não sei se eu também mudei, eu acho que eu também mudei, eu acho que também mudei em relação a isso e a questão princípio familiar. Eu quando vi para cá tinha uma amiga, que podia dizer que frequentava a minha casa, eu frequentava a dela, amiga, amiga mesmo, há mais de dez anos, chegou até a fazer bolos de aniversário para as minhas filhas e ela estava montado uma casa, ela já estava aqui há um bom tempo, uns de três anos, ela casou, separou, essas coisas todas, tava montando uma casa e separou-se e precisava de pessoas para acomodar-se, pronto como é a filosofia de imigrantes, não é. Calhou, a gente já se falava pela internet e essas coisas todas, eu falei para ela que estava interessada em vir e eu fiquei na casa dela durante três meses, mas muita coisa mudou ou eu cheguei assim muito ressabiada, muito, muito, eu cheguei assim, ressabiada no Brasil é assim...muito com o pé atrás, é tudo novo, foi um bocadinho difícil a adaptação. Nós, eu tinha isso, nós e a maioria das pessoas tem Portugal como um país como irmão, mas na prática não é bem assim, há várias atenuantes, não é bem como irmão porque nós vimos também para cá, nós concorremos com o mercado de trabalho, nós concorremos com uma serie de situações que possivelmente se a gente for a analisar a sociedade portuguesa, especialmente os mais pobres não encaram isso como, como lado positivo e sim competitivo.

R – Foi difícil encontrar trabalho, legalizar-se, como é que foi o processo?

E17 – Trabalho após uns dias de eu estar aqui, já estava a trabalhar não é, inclusive esta minha amiga me ajudou a procurar, eu muito teimosamente, porque eu sou teimosa e não tive a paciência de ficar à espera, de ter calma, calma, mas eu mesmo uma semana de eu ter chegado eu fui atrás e tive muita resistência em ser aceita quando fui procurar trabalho. Primeiro por ser brasileira e senti também por ser negra, muito séria, é uma questão que lá no Brasil não se sabe, lá não se percebe só em Portugal. Eu posso falar claramente que no Brasil

também há racismo, também há preconceito, possivelmente um pouco mas mascarado percebe, mas eu senti muito em relação a isso.

R – Pode-me contar alguma situação?

E17 – Uma delas, eu trabalhei numa loja de animais de um senhor muito engraçado em Alvalade durante 9 meses e um certo dia passa na rua uma miúda cheia de piercings e tatuagens e ele vira para mim e diz: “ Tá vendo aquela lá, jamais trabalharia na minha loja e os pretos também”. Então eu me virei para ele e disse então eu sou o quê? Amarela? Loira? Não, eu sou negra. “Não, não, M. não é negra, M. não é preta”. Os meus pais são negros, os meus avós são negros, a minha avó por parte de pai que era branca porque é filha de português com francês, mas todos são negros, o meu pai, pronto, não é negro é mulato, mas a minha mãe é negra. Ao falar aquilo ele me ofendeu profundamente, profundamente e eu sou uma pessoa que bate de frente com certas situações e com aquela situação e outras que se passavam dentro da loja mesmo, eu percebia que se não era da condição de ser brasileira era pela condição da negritude e isso não me encaixava, não aceitava e não me submetia a uma série de condições e acabei largado o trabalho, enfim. Não aceito pronto é uma condição minha.

R – Aconteceu noutras circunstâncias.

E17 – Várias.

R – Quer-me contar um bocadinho sobre isso?

E17 – Aí, como posso falar, como eu ir a uma empresa de apoio domiciliário, a colaboradora é angolana, uma figura muito simpática, mas muito inteligente, que... (imperceptível) ela não utilizava aquilo como prática de ser má, de perversidade, de ser má não, ela por vezes nos colocava em casas onde não gostavam de negros e eu infelizmente fui para a casa de uma senhora em Algés e ela me fez carregar-la metros na casa com as mãos segurando a cintura dela, devagarinho, ela com um 1.70 e tal e eu com 1.40 cheia de dores na cabeça e de repente ela para e diz: “eu estou ótima para andar não preciso mais de você” são coisas assim que não dá para entender.

R – A senhora teve vários trabalhos, quantos?

E17 – Aí, deixa eu lembrar. Cheguei fui para aquele senhor da loja dos animais, ele foi para Espanha passar as férias e eu fui para as vindimas – achei muito giro, engraçado, muito interessante, foi lá na zona de Torres Vedras, na altura morava ao pé de Malveira. Fiquei lá, por volta de 15 a 20 dias que foi muito bom, não só a nível de aprender a colher a uva, a nível financeiro 2005 foi espectacular e a cultura em sim, foi uma coisa muito divertida, eu achava muito bacana que, eram, inclusive velhotes, de 80 anos, eu achava aquilo bárbaro, colhendo

uva, mas havia uma coisa muito engraçada, muito interessante, que...eu também, eu aprendi também tanta coisa nesse ano, tanta coisa, tanta coisa. As mulheres estavam sempre atrás dos homens, já com 88 anos, ela com 80 e tal estava sempre e de preto mesmo não sendo viúvas e aquilo...eu achei aquilo engraçado, achei interessante e também coincidentemente quem recolhia o cesto das uvas era um preto, fui que eu ouvi a primeira vez a palavra preto, não era negro... (tocou o telemóvel e a senhora atendeu).

R – Estava a falar sobre a primeira que ouviu a palavra preto quando estava nas vindimas, que era um senhor que carregava o saco, os cestos.

E17 – Era o cesto de 20 kg de cada pessoa aqui, de diferentes das mulheres, havia muitos imigrantes, havia cabo-verdianos, haviam ucranianos, havia brasileiros, havia rome...havia tudo, tudo, tudo, tudo, ganhávamos cerca de 30, 40 por dia, então pronto, aliás até uma loucura eu conseguir ir trabalhar, tem muita gente que, né. Foi uma época boa a nível económico aqui em Portugal, pelo menos para mim foi, até 2008 não me posso queixar. Mas aquele momento, foi, eu vi aquelas coisas de colher as uvas de carregar e tal, tal, cada, lá longe a 200 metros, um cesto cheio e tinha um senhor que ficava em cima num camião que ficava preto olha o cesto, olha mais um, me fez lembrar muito...a época da escravatura no Brasil sinceramente aquilo.

R – Não lhe assentou bem.

E17 – Não, ao mesmo tempo achei interessante a cultura das vindimas, as festas, aquelas situações meio escravocrata digamos assim, ou seja, todos eram loiros, mas aquele era preto e eu perguntava porque é que tu deixa, “ ah, deixa estar, estou habituado”. Pela razão, como ele dizia é carinhoso e é verdade, algumas coisas que você ouve tem uma conotação adocicada e outras é maléfica então, ou seja, naquele momento realmente quando o cara falava ó preto, não parecia o senhor dos feitores, mas pronto chamava preetoo e lá na outra ponta o caro e aquele calor do caramba, dor nas costas e possivelmente ganhava mais que nós né. (risos) Além desse trabalho, trabalhei também com idosos, cuidei de idosos, conheci muita gente, aprendi muitas coisas, foram momentos bons.

R – Como é que se conseguiu legalizar?

E17 – Não consegui ainda, eu não sou uma pessoa legal, isso me faz imensa confusão. Estar aqui há cinco anos, não consegui, não consegui um contrato, sempre trabalhei a recibo verde né, isso complica um bocado a minha questão. E agora a minha possibilidade é esse negócio que eu estou montando.

R – Que negócio, quer-me falar um bocadinho sobre negócio?

E17 – É uma espécie de albergaria, um albergue local simples, uma hospedaria, hospedagem, como aquelas pousadas do interior do Brasil, das praias, simples e modesta, mas bem aconchegante (...) eu estou tentando ali, eu acho que é a minha oportunidade de dar uma geral, de criar ranking na minha vida, como eu disse até 2008 eu conseguia mandar uns bons valores para o Brasil e acertar parte da minha dívida de 2009 para cá já não, não sei se aparentemente...foi a chegada da crise, o Governo cá ficou parecidíssimo com os Governos do Brasil e dos outros lados do Mundo, a mesma opção ou passar um pano branco em tudo e o povo com as maiores dificuldades da vida, nossa ao pé do povão a gente sente realmente, eu vejo, eu tenho vizinhas que, eu não sei como elas conseguem sobreviver com uma reforma de 256 euros, não sei, eu não imagino como. Ok, não paga renda, mas come-se, paga água, luz, eu não sei, são velhotes, medicamentos, eu, eu não entendo.

R – Com é que durante estes 5 anos tem vivido em Portugal?

E17 – É por isso que estou cá, é por isso que estou na APAV (UAVIDRE).

R – No sentido de ter acesso à saúde, ter acesso a apoios da Segurança Social.

R – Tudo pago, tudo, tudo, eu não posso ficar doente. Após um ano de eu estar aqui, eu conheci um senhor...que já estou com ele há quatro anos pronto e tornou-se meu companheiro, mas no entanto ele também tem uns problemas físicos e psicológicos, ele é alcoólico, ele é um toxicodependente em recuperação e, eu tive já oportunidade de, podia deixa-lo, não toca em mim, eu não consigo ainda lidar com a situação porque nos momentos mais difíceis cá ele me apoiou, ele me ajudou porque se eu tivesse sozinha, talvez eu tivesse melhor ou não e eu sou uma pessoa muito ligada à minha família e precisava de alguém para me apoiar, precisava de alguém, de alguém, mas a nossa relação está muito complicada, está muito desde o momento que ele teve a primeira recaída comigo, porque ele já era e eu não me tornei já a mesma com ele. Então uma das razões de eu estar aqui hoje na APAV, é eu procurar organizar a minha vida.

Eu me dedico 24 horas ao meu negócio, em tudo, tudo, tudo, tudo desde a parte de construção, água, gás, móveis, divulgação, eventos, tudo, ir a Sintra, mostrar Sintra para as pessoas, tudo e abrir mão da situação, da pessoa a quem eu já me dediquei muito e acho que o retorno está sendo pouco, não que eu tenha que ter algum retorno para mim, acho que tinha que ter algum retorno para ele mesmo e a minha vida de certa forma com uma serie de atitudes eu nós tivemos foi muito para trás e eu não vim, não vim para cá para isso, eu tenho um compromisso comigo e com a minha família antes de mais nada.

R – Diga-me uma coisa, como é que o conheceu?

E17 – Ora bem, eu morava em frente a um café, o qual eu frequentava e eu deixava aqueles papelinhos de limpeza, também já fiz muita limpeza cá, uma professora a fazer limpeza, a vida muda, a vida muda e ele me “contratou para fazer limpeza da casa dele e assim nos conhecemos. Mas como disse, até já comentei isso com as meninas (refere-se às TAV) há um escritor brasileiro (nome imperceptível), o imigrante quando ele sai da sua terra e vai para qualquer lado do Mundo para se manter vivo ele tem dois parâmetros: se adaptar ao meio e aprender o meio se não ele morre na praia e eu vi que não tinha outra saída e eu lembro sempre dessa frase dele, ele fala assim literalmente no seu livro, tem que se adaptar, em que fazer parte, não pode perder também a sua identidade e eu acho que ainda não perdi, me sinto muito, muito, muito orgulhosa de ser brasileira, amo o meu país, amo de paixão, não tenho nada, nada, contra Portugal, as pessoas é que são más, algumas pessoas em Portugal é que são muito más. Não é que no Brasil não seja, também não é um mar de rosa, o brasileiro também, também não pode chamar nome?! O brasileiro também é filho da puta, também não confio em brasileiros que estão aqui (Portugal) nem um bocadinho, nem um bocadinho, não confio na minha comunidade, a minha comunidade não é unida não sabe o que é falar de união e eu já tive na casa na casa alguns colega do meu marido cabo-verdiano, angolano, até indiano têm outra filosofia a nível, na questão de comunidade, união, nós brasileiro é engraçado passamos aquela imagem bonita lá, lá somos, se fosse bater á minha porta sem mais nem menos já lá está dentro, se come, bebe, dorme (imperceptível) aqui não, aqui é cada um para si e Deus para todos, eu, é...está-se sempre á espreita, sempre, saber onde se pisa com os brasileiros, pelo menos com os brasileiros que eu conheço, não são todos também, não são todos, há brasileiros maravilhosos, mas...

(2ª entrevista)

R – Veio para cá em 2005 para trabalhar a dívida, mas veio para Portugal a pensar que era temporário porque queria ir para Inglaterra.

E17 – Ah, sim, sim, vim para cá nessa conexão que há em São Paulo que eu agora já não sei se existe ou não (riso) é discrepante, eu queria pagar uma dívida e queria entrar em Inglaterra por via ilícita, mas me bateu assim uma coisa no coração que acho que não era certo e também quando cheguei cá (em Portugal) a pessoa aqui se fechou a mim, por telefone no Brasil disse-me que eram 800 euros, o peso também foi financeiro para regularizar a documentação para ir para lá (Inglaterra) entretanto quando chego cá (a Portugal) a documentação é 1200, ok que eu peguei 11 meses depois, mas isso mudou muito.

R – Espere lá, a senhora, quem é que, quem é que lhe disse que eram 800 euros?

E17 – Era uma conexão que havia na altura.

R – Pode-me explicar melhor isso?

E17 – Ai, isso não posso falar, são pessoas que pronto...arranjam documentos...

R – Falsos?

E17 – Pois, posso falar isso (riso nervoso) olha lá...

R – Pode.

E17 – E eu fiquei muito receosa, que eu não consigo andar fora da linha do trem, morro de medo. Ai vai todo mundo reconhecer a minha voz (riso).

R – Não vou mostrar a gravação. Conte-me lá como é que funciona essa conexão, essa rede dos documentos do Brasil para Portugal.

E17 – Na altura quando vi para cá, 2005, inicio de 2005 eu soube lá no Brasil, em São Paulo, eu sou de lá, que havia condições de chegar a Inglaterra por meios lá não muito regulares, ou seja, você vem para Portugal, entra como turista como eu entrei e conversa lá com essas pessoas digamos assim e elas regularizam um meio de você entrar porque por meios legais para entrar na Inglaterra vindo do Brasil é muito complicado o Visto e para a América, para os países mais desenvolvidos é muito complicado há uma grande demora e para Portugal não havia, percebe Portugal é o meio de entrar de tudo e de todos, que acha que vai ter uma vida inteira, acho que já é a filosofia do português como saiu daqui para o Mundo todo, eu faço essa comparação e me interessei porque havia um colega professor que fez a mesma coisa um outro foi seguidinho e eu falei vou arriscar, mas quando cheguei cá tive esse grande receio de dar continuidade a isso. Tive receio, pela minha filosofia familiar, pela minha mãe, pelo meu pai, era um risco porque a minha mãe não sabia disso, começa por ai, eu não contei a verdade à minha mãe e eu sou uma pessoa que tem paixão e loucura pela minha e pensei muito até chegar aqui, mas enfim dei os meus passos. Quando fui ter com a pessoa ela me disse que os valores já não eram os mesmos e eu não vim com tanto dinheiro assim.

R – Mas só quando chegou a Portugal é que lhe disseram que os valores já não eram os mesmos?

E17 – Foi, foi, lá saia em torno dos 80 euros cá era 1200 então sem condições nenhuma mesmo, eu acho que até foi um aviso de Deus para não ir, não. Me doeu muito porque eu pensava que na Inglaterra ia resolver os meus problemas, eu vim para cá para resolver, primeiramente minhas questões financeiras e assim que resolvesse voltava para Portugal para fazer o mestrado, essa esperança sempre tive e tenho, não sei quando, sabe lá Deus, acho que vou a idade de cinquenta e tais anos e fazer o tal mestrado. Mas passando já uma semana que estava aqui, para mim era uma coisa nova, diferente, parecia uma turista

(riso), comecei a procurar trabalho, tirei o meu contribuinte, fui morar em Alcanice da Serra na casa de uma amiga minha.

R – Foi fácil tirar o contribuinte sem estar regularizada?

E17 – Foi, foi muito fácil e rápido. Não precisei de responsável nenhum, hoje precisa de um português ou imigrante legalizado, na altura não, tirei em Maфра inclusive. E comecei a procurar trabalho, uma semana depois e aí é que foi o x da questão foi quando eu me fui apercebendo das dificuldades realmente de arranjar trabalho. A minha colega é que dizia sempre, a minha amiga, colega sei lá o quê dizia sempre: “ não se preocupa que logo aparece”, que ela estava já procurando trabalho para mim e ela já havia dito isso lá no Brasil, mas eu me sinto por...ao comprar o jornal, ao entrar em contacto com as pessoas e fazia as tais entrevistas, havia dois atenuantes: a primeira era a documentação, a maioria das pessoas, os empresários que querem realmente acto correcto pediam a documentação e eu não tinha e a segunda era a postura da mulher brasileira, que eu não sabia, que nem sequer ouvia falar, soube aqui, há muitas coisas no Brasil que a gente não sabe.

R – Por exemplo?

E17 – A postura da mulher brasileira, como ela é vista realmente fora do Brasil. Eu na altura cheguei mais jovem, mais magra, mais bela, mais boa digamos assim, mas sempre com uma visão, com uma postura como deve ser. Lembro que fui ver um trabalho na área da restauração em que o senhor ficou interessado em me contratar, mas a esposa não, de forma alguma e eu fui da forma mais simples porque sabia que era para um emprego, um emprego de ajudante de cozinha mas a mulher me fez assim umas caras e bocas, que pronto a gente foi percebendo que havia ali uma coisa diferente, que é a chamada discriminação ou pela razão de ser brasileira ou pela razão negra ou por razão de ser, eu não sei..., não fui aceite e alguns contratemos algumas situações um tanto o quanto parecidas e outras não. Até que enfim a minha amiga me achou um trabalho, onde eu trabalhei com o senhor durante 9 meses loja de animais em Alvalade e também ele foi ressabiado, eu nunca esqueço, posso citar o nome dele, não? O primeiro nome, não?

R – Não.

E17 – Ele falou: “qualquer problema que houver eu sei”, eu nunca esqueço o (referiu o nome do senhor) “ qualquer problema que houver eu sei como localizar a sua pessoa no Brasil (riso), pego no número do seu passaporte”, se o senhor quiser está aqui á vontade. Pronto, as pessoas têm receio das pessoas que vêm para cá, nem sempre são de boas índoles, a gente sabe bem disso. A primeira etapa foi engraçada porque ao me contratar o senhor (voltou a referir o nome dele) também me prometeu mundos e fundo que ia-me ajudar com os meus

documentos, ia-me ajudar no curso de gromi que ele me abria uma loja de animais e uma serie de coisas, mas ele também viu que isso tudo tem um peso.

R – Uma loja de gromi?

E17 – É, de tomar conta, de dar banho, gromi, de dar banho nos animais e, muita gente, de cuidados de animais e disse que me ia auxiliar num curso desses, se eu estava interessada ou não, me deu esperança de uma renovação de vida, mas na prática nada disso aconteceu, paciência e passou-me a pagar 400 euros, que eu fiquei felicíssima. Quando eu cheguei cá, em 2005, e contei isso à minha amiga, ela dava gargalhada, ai que bom, mas dava gargalhada, porque 400 euros em 2005 eram 1200 reais lá, que era o que ganhava, ou seja, nada, nada. O que dava para fazer, auxiliar na renda, nas contas e comer, eu não conseguia enviar dinheiro para o Brasil, e nada fiquei meses, meses sem mandar dinheiro par o Brasil e isso era o que mais me perturbava. Então como eu sou uma mulher que não gosta de estar estagnada, o que é que eu fiz, fui trabalhado com ele e conhecendo outros meios, que era ser mulher-a-dias, que era levar os cachorros das senhoras a passeios, que era tomar conta de idosos aqui e ali. Cheguei, conversei com (o patrão) que não dava para ficar mais com ele da maneira que estava se haveria possibilidade de a gente alterar aquilo e ele também concordou, que ele também podia pagar menos em vez de 400. Me pagava em horas, só umas vezes por semana e em contrapartida eu fazia outros trabalhos, foi a minha salvação que ai eu comecei muito mais 400, 600 até 800. De 2005 até 2008 eu não me posso queixar a nível financeiro de Portugal, antes da crise chegar eu também como imigrante sinto isso na pele, fui bem porque trabalhei com ele 9 meses, vi que já estava na hora de (imperceptível) as coisas, já me encontrava com o R. (companheiro) cá ou não, não me lembro. E das limpezas passei a tomar conta de idosos, também não foi mau e gosto dessas pessoas, gosto de estar com essas pessoas, gosto de organizar coisas, gosto, me faz bem, me dá, me põe para cima. Tomar conta de idosos, que eu tenho 1.40, fui tomar conta de idosos muito grande e pesado, deu um pouco cabo da minha saúde, passei a trabalhar em restauração e cafés e tal, principalmente restaurantes e o que me acendeu uma luzinha foi em 2008 trabalhar nesse restaurante em Sintra com hospedaria, eu vi que o mercado de turismo aqui é espectacular, acho que isso me deu uma luz ao fundo do túnel.

R – E actualmente onde trabalha?

E17 – Já, bem antes disso, antes de estar cá (na sua hospedaria) o meu companheiro foi vendedor da TV cabo, achou que já estava na hora de eu mudar de áreas e eu fui ser comercial, também não foi má, aprendi rápido a lidar com TV cabo, Clix, Meo, essas coisas todas, fui supervisora de telemarketing da PT por, como é que eu posso falar, não só vender

como também organizar as vendas, montar preços, montar (imperceptível) se vendia diferente, “vender um peixe diferente”.

R – Estratégias?!

E17 – Sim, exacto e me dei bem, mas com a crise percebi em 2009 que as pessoas não iam deixar de comer para pagar telecomunicações, por amor de Deus e como há grandes, há várias empresas no mercado, na altura só havia TV cabo e Meo e PT, hoje não, há vários e o mercado foi ficando escasso e a dificuldade das pessoas foram imensas, quando as pessoas não pagam as mensalidades, descontam das nossas comissões então para mim isso também não era para mim reinar eternamente. Antes de montar o que tenho aqui, já tinha outra coisa em casa, em 2007 já com o meu companheiro fui fazer salgados, fui fazer salgados brasileiros e vender nos cafés, vendíamos os dois, cheguei a tirar 60 euros por dia, aquilo foi muito bom, mas infelizmente o meu companheiro caí, teve uma recaída nas drogas e tudo o que foi investido e ganho foi embora sem...

R – Quer contar-me um bocadinho a história com seu companheiro, como é que o conheceu, há quanto tempo está com ele? Quais foram os problemas que surgiram?

E17 – Aí, é complicado, eu tenho hoje 47 aos e o meu companheiro e anterior ao meu companheiro eu fui casada no Brasil, tenho duas filhas (referiu o nome de ambas) M. com 20 e M. com 25, é assim das coisas mais lindas e... é, a razão de eu estar aqui é também por elas, não foi só para pagar uma dívida, ia pagar a dívida e dana-se as minhas filhas não! Queria oferecer uma situação melhor para as minhas filhas, assim como os meus pais fizeram por mim, assim como os meus pais fizeram por mim e isso temos que ser eternamente uns pelos outros e pronto, e lá o meu marido veio a falecer por N razões, exactamente para a mesma situação que eu tenho agora, incrivelmente, parece que eu atraio, parece que eu atraio é uma coisa assim impressionante.

R – Ele faleceu de quê?

E17 – Alcoolismo e após quase 13 anos sozinha entres aspas, eu namorava, mas não convivia com ninguém, morava eu e as minhas filhas em casa e vim para cá, não vi para cá com o objectivo de ser alguém não, não porque já não tinha mais esta perspectiva de vida, nem queria, nem, e mesmo com o meu companheiro actual não tenho essa perspectiva de vida que, que é um relacionamento que me vai realizar, não. Me realiza os meus objectivos pessoais, onde eu posso amparar especialmente a minha família e amigos e pessoas que eu vim a conhecer, não sei, acho que é o caso até dele, mas enfim depois de 13 anos conheço uma pessoa e com ela já estou há 4. Nós conhecemo-nos de quê forma, eu em 2006 já morava no Cacém, no Mundial comprei 50 t-shirts e conheci o R., eu cheguei a pintar a mão que eu

sou artesã também (riso) há mão as bandeiras dos países que estavam disputando o Mundial 2006 e tingi então e coloquei essas t-shirts no estendal a secar para a rua e as tintas escorreram na rua, na calçada e eu fui lavar a calçada e ele estava no outro lado no café, ah, a mim, com é que eu posso falar, como é que vocês falam, a me paquerar. Eu estava tirando as tintas porque a minha senhoria já me estava enchendo a cachola, que aquilo estava horroroso lá em baixo e tal, era uma senhora portuguesa e tal e volta também não queria deixar nada sujo e eu tenho umas certas manias que gosto das coisas todas, eu tenho toque, eu tenho quase certeza que tenho toque, tenho a certeza absoluta que tenho toque, que eu tenho horror a sujeira, enfim fui lá e ele foi ter comigo, veio com umas conversas e tal, tal, tal, com ma garrafa de cerveja na mão e eu já devia ter percebido (riso) que aquele chaveco ia dar em alguma coisa e aquela garrafinha também demonstrava ser, ser alguma coisa. Eu assim meio de brincadeira, ele veio me perguntar o que é que eu fazia, eu falei que era mulher-a-dias, em contrapartida ele me convidou, me convidou...me contratou para limpar o apartamento dele, achei aquilo meio estranho (riso). O que eu estava fazendo era limpar aquela calçada, que a calçada era limpa todos os dias pelos garis, sai, sujei, tal, tal, mostrei das t-shirts, ele achou engraçado, quis ver as t-shirt, ele simulou uma compra, que não comprou birosca nenhuma e subiu e dizendo que estava a olhar as minhas pernas quando eu subi as escadas, que na altura eu estava com uma minissaia e uma...alias, eu acho que fui eu que piquei ele (risos), com uma blusa meio sinuosa, enfim... e foi lá ver as t-shirts e gostou e tal e falou das limpezas e eu falei se o senhor quiser eu posso limpar ainda hoje, perguntou quanto eu cobrava eu falei que eram 5 euros á hora e me contratou de facto e pagou. Depois disso estamos juntos até hoje (riso), pagou pela limpeza, ele me contratou para limpar porque ia alugar o quarto para um casal brasileiro e foi assim que nos conhecemos. E eu perguntei para ele por quarto ele ia alugar o quarto, a minha disse que eu era uma mulher de negócios e acho que eu sou por vezes e quando ele me disse que alugava por 150 euros um big quarto e eu pagando 175 para uma pessoa e ele alugando por 150 a duas, eu infernizei a cabeça dele para alugar o quarto para mim. Ele disse que não podia porque já tinha fechado com o casal, passando alguns dias ele entrou em contacto comigo – deixei o meu contacto – ele tinha mudado de ideia, que iria alugar aquele apartamento para mim e então fomos lá e já estava tudo organizado e eu falei em vez de 150 pode ser 120 (riso), se você vai alugar 150 para duas pessoas, 120, 125, até que ahah ele acabou se convencendo e quando eu mudei passou a ser 100 e 25 seria da água, luz e gás. Eu não esqueço esse dia, por...eu liguei para a minha mãe e falei: eu agora vou mandar mais dinheiro para vocês ainda e de facto aconteceu. Passando 30 dias quase (imperceptível) a casa veio a fazer 6 meses que não era limpa, estava imunda, um homem sozinho, pronto eu

comecei a cuidar da casa e a organizar a casa e trabalhar, na altura eu trabalhava eu dois sítios inclusive, a irmã dele me faz uma proposta para eu não pagar mais aluguel e eu só auxiliar nas contas de água, luz e gás porque a casa já estava paga e foi assim que começou a nossa brincadeira, basicamente quase 2 meses depois. Ele me contou a história d vida dele e enfim, eu vi que ele é uma pessoa muito boa, mas com vários problemas internos que só ele pode resolver.

R – Problemas mas por causa das dependências ou?

E17 – é um alcoólico, é um dependente químico hoje químico em relação às drogas, em recuperação, mas em contrapartida bebe.

R – Está a fazer um tratamento?

E17 – Faz tratamento no CAT, quando eu o conheci já fazia tratamento no CAT, já faz tratamento no CAT á há longa data, né. E eu o apoiei nesse sentido, tinha possibilidade de deixa-lo que eu tinha como me manter financeiramente, mas depois de 6 meses ter uma recaída em heroína eu não tive coragem porque...eu numa altura fiquei desempregada, á pouco tempo que estava com ele, e ele disse que eu na rua não ficava, que eu não me preocupasse com isso. E não só, eu tenho uma razão que me pesa muito, acho que é uma das razões pelas que estou na APAV, que talvez justifique muita coisa que eu passo e que já passei, de ter dormido já uma noite na rua, já aqui em Portugal, no meu primeiro Inverno de 2005 para 2006 eu fui ver um trabalho no outro lado do rio e já morava no Cacém, uma colega brasileira estava indo embora e estava deixando trabalho e eu fui ter com a senhora, para esse trabalho, era uma senhora que tinha 30 gatos e quase ninguém queria ficar com esse trabalho que pronto a que a F. arrumava uma ou outra pessoa que ninguém, também conhecia casos, também conheci a F. numa última hora, numa festa no final de trabalho e eu à procura de trabalho e essas coisas todas e ela me diz, deste trabalho e se eu estava interessada e eu fui na terça-feira e a F. ia embora para o Brasil na quinta e já fazia uma semana que ninguém limpava a casa, a trampa de porcaria de gatos, ela faz criação de persas, e daí fechamos tudo direitinho com a senhora (imperceptível) quantas horas, quantos dias e se eu podia começar já no dia seguinte, que era uma quarta-feira e eu falei: sim. Isto foi Novembro de 2005, ok, eu sabedora que não tinha dinheiro para voltar o suficiente, eu tinha dinheiro para voltar para casa, mas não tinha dinheiro para voltar no outro dia, comentei com a F. que não tinha condições para estar aqui no outro dia, e ela disse que não me preocupa-se que eu iria dormir na casa dela e me levou-me a casa dela, ela morava com outras brasileiras do Paraná, brasileira pernambucana, brasileira do Mato Grosso, nem me lembro e cheguei lá e não fui muito bem recebida, não fui bem recebida, enfim deram mil desculpas ara eu não dormir lá,

isso, isso, não gosto, outras vezes eu chorava muito e revoltei muito, também ninguém tinha obrigação nenhuma, mas era quebrar um galho e eu não tinha mesmo, eu não tinha condições de voltar para casa ou voltava para casa e no outro dia não vinha trabalhar ou ficava lá, eu passe era pronto, o dinheiro era pouco, eu não tinha passe né, as passagens, os transportes aqui unitários são muito caros e aí a F. fez aquela carinha dela e tal, por o pouco que me conhecia, talvez receio das meninas também, houve várias situações e vi-me embora, e falei, falei para ela: não se preocupe que no outro dia ia trabalhar. Olha lá. Não! Vou trabalhar. O que eu fiz, fiquei vagueando na Cova da Piedade, fiquei vagando, vagando, vagando, vim a Igreja Católica, tinha uma reunião de (imperceptível), mas talvez por orgulho, sei lá, nunca tinha passado uma situação como esta na vida voltei para trás e vi uma Igreja Universal, que essa, essa é que eu não perdo mesmo, fui ao culto, depois do culto fiquei a conversar com um senhor auxiliar do bispo e ele disse que não podia fazer nada, do bispo não do pastor, se eu não tinha uma amiga ali por perto para pedir uma ajuda. Eu falei não, não conheço ninguém por cá, eu pedi para dormir na Igreja, me disseram que não, fiquei até meia-noite com eles ali e depois fui para rua, é muito triste. Foi o meu primeiro Inverno, 2005 fez um Inverno de rachar, o corpo foi um choque térmico muito grande.

R – Mas foi só uma noite?

E17 – Foi só uma noite, mas parecia que ia ser uma vida inteira (imperceptível), eu estava com um casaco, eu estava com uma bota e isso também fez confusão às pessoas, que eu tava com uma bota, um casaco, uma serie de coisas, toca que eu tenho que eu sinto muito frio desde São Paulo, eu sempre tive muito frio desde criança e me enrolei toda e chorei muito aquela noite e falando para Deus que eu não vim para cá para passar, não aceitava, foi muito difícil.

R – Quais foram os problemas de adaptação, sentiu...que dificuldades sentiu que sentiu em geral?

E17 – Em relação ao Inverno?

R – Em geral em Portugal.

E17 – Ah, a gente, a dificuldade tem um porção como um todo, sem posição social a gente não é nada, seja com os portugueses, com os próprios brasileiros, seja com angolanos, seja com quem for. Você tem que provar para as pessoas que você tem alguma coisa, seja qual for, mas mostrar materialmente, não é só filosofia de vida, não é o social, não é a sua psicologia, não é! É o seu pegar e ver, olha ela está com uma lida roupa, ela tem dinheiro para comprar aquela linda roupa, não o que ela tem por dentro, ela tem uma casa, pode ser escangalhada, mas é uma casa, ou seja, ela pode receber as pessoas. Não o que tem de bom

dentro daquela casa e isso me faz...sei lá, não aceito, não quero ser assim, gostaria de ser voluntária de uma serie de coisas, mostrar ao Mundo que não é o material não é tudo o ser humano vale muito mais então depois desta noite eu acho que me apeguei em certas coisas (risos) estou a conversar demais, que olha, olha a primeira vez na vida que eu me senti verdadeiramente uma indigente. Mas Deus existe, vou-te contar Raquel porquê. Eu chorei lágrimas aquela noite, eu chorei de desespero assim, eu tenho uma casa no Brasil que o meu me ajudou a comprar, a minha mãe tem uma casa, os meus pais têm uma casa que lutaram a vida para ter. O meu comprou uma casa na praia, um terreno, construiu, a gente batalhou todo junto e eu passando aquela situação e eu conversei com Deus, se era para estar ali daquela forma, que eu voltasse para casa e eu olho para cima assim na rua, tem uma carrinha de mudanças com cordas amarradas em lona e eu fui lá ver, eu comecei a procurar, andar, vagar e vi uma carrinha e desato o nó das cordas e o que é que tem dentro da carrinha, estava cheia de cobertores de mudança (riso) e eu me enrolei toda e estive ali até às 6 da manhã, que loucura não é! A minha mãe não sabe dessa história, são poucas pessoas que sabem. Eu acho que se ela soubesse, ia ficar muito difícil, minhas filhas então, ia, mas eu nunca contei isso para elas. Pela manhã acordei, óbvio, também não dormi direito por causa do barulho, mas dormi graças a Deus e cheguei às sete e tal à casa da senhora que ainda estava dormindo e em compensação Deus é tão bom que eu trabalhei 10 horas e ganhei 50 euros e me compensou de situações, passei no mercado, levei dinheiro para casa, já comprei meu passe e trabalhei com a dona C. mais 6 meses. Sai de lá porque eu tenho problema de bronquite asmática não tinha já condições de me manter com os gatos, mas eu fiz coisas boas, eu sei que eu fiz, eu apresentei ela para o J., o senhor da loja e os dois hoje, até hoje fazem negócio com a comida de gato (...). Eu acho que é por isso que eu tenho ultrapassado tantas situações com o R., tantas, só de lembrar aquela noite me dá arrepios, é uma noite que não consigo esquecer.

R – E é por isso que lhe continua a dar a mão?

E17 possivelmente e também outras, e tive muito doente aqui, umas dificuldades que eu tenho aqui é o Inverno, eu tenho, infelizmente asma e passo muito mal e já me socorreu várias vezes, não tenho que me queixar, é teve febre reumática quando criança, quando chega o Inverno eu mal ando. Eu adoro o Verão e como em São Paulo o Verão ou o Inverno perdão, é um mês e meio dois e cá é quase cinco, seis, é uma diferença muito grande, as temperaturas são muito bruscas, mexe muito com a minha saúde, muito. E o R. nesse sentido ao que diz respeito a situações que eu passo de doença foi o meu salvaguarda e quando a gente está lá a gente está muito bem e ele também impecável e me diverti em passeios e tal, mas quando ele bebe é uma pessoa extremamente violenta, ou seja, é o que eu digo sempre a ele é o que digo

a todo a gente, ele fica fulo da vida, ele tem um, como eu hei-de, como é que é...uma pessoa que é, sei lá discrepante, ele tem três parâmetros, manhã, à tarde e à noite. De manhã está lúcido (imperceptível fica K.O., à tarde... (acabou a cassete)

R – Estávamos a falar da inconstância do seu marido...companheiro...

E17 – Ah, pois como eu estava a dizer ele fica em brasa com esta frase, mas é a pura realidade, então fica difícil conviver com uma pessoa assim, não é inconstante porque em contra partida eu também passo a ser inconstante de acordo com o comportamento dele e eu não quero isso mais para a minha vida.

R – A reagir? Reage ao comportamento conforme...

E17 – Exacto e eu vejo que não sou somente eu, todos aqueles que estão há volta dele, e ele também sente muito mal com isso porque ele já falou que gostaria de mudar, mas enfim estás aí com uma esperança que ele mesmo procurou no Desafio Jovem, ele já esteve lá uma vez e já esteve em outras instituições a nível do Estado que a meu ver não funcionou e o Desafio Jovem ele procurou na outra vez e desta vez também procurou.